


PACO  EDITORIAL

PENSADORES

DA

ANÁLISE

DO


DISCURSO

UMA INTRODUÇÃO

ANDERSON SALVATERRA MAGALHÃES

JOÃO KOGAWA



PACO  EDITORIAL

PENSADORES  
DA  
ANÁLISE  
DO  
DISCURSO

UMA INTRODUÇÃO

ANDERSON SALVATERRA MAGALHÃES  
JOÃO KOGAWA

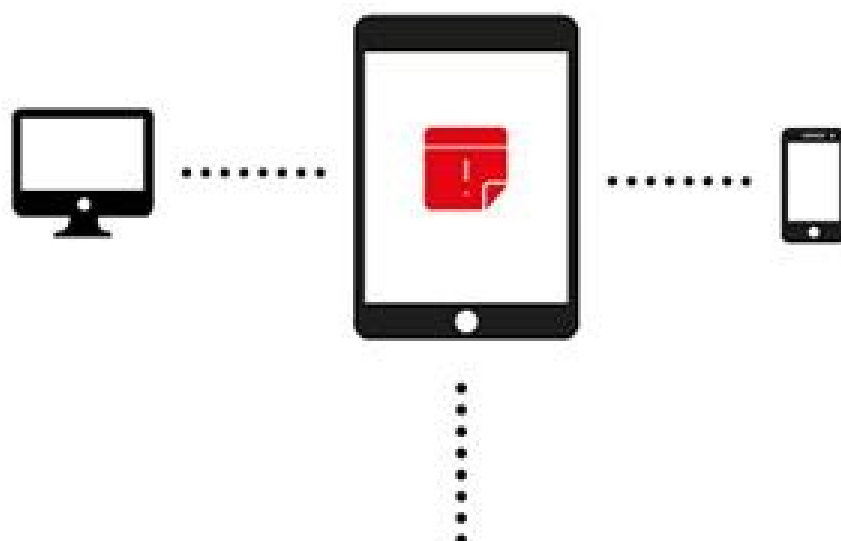


PENSADORES  
DA  
ANÁLISE  
DO  
DISCURSO  
UMA INTRODUÇÃO

ANDERSON SALVATERRA MAGALHÃES  
JOÃO KOGAWA

PACO  EDITORIAL





## **IMPORTANTE**

Cuidamos para que a produção deste ebook tivesse o mesmo padrão de qualidade das nossas obras impressas. Mas poderá ter variação na apresentação do conteúdo de acordo com cada dispositivo de leitura.

Copyright © 2019 by Paco Editorial

Direitos desta edição reservados à Paco Editorial. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação, etc., sem a permissão da editora e/ou autor.

Revisão: Taine Barriviera

Capa: Matheus de Alexandro

Diagramação: Larissa Codogno

Edição em Versão Impressa: 2019

Edição em Versão Digital: 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

■

P4181 Pensadores da análise do discurso: uma introdução/Anderson Salvaterra M



■

## **Conselho Editorial**

Profa. Dra. Andrea Domingues (UNIVAS/MG) (Lattes)

Prof. Dr. Antonio Cesar Galhardi (FATEC-SP) (Lattes)

Profa. Dra. Benedita Cássia Sant'anna (UNESP/ASSIS/SP) (Lattes)

Prof. Dr. Carlos Bauer (UNINOVE/SP) (Lattes)

Profa. Dra. Cristianne Famer Rocha (UFRGS/RS) (Lattes)

Prof. Dr. José Ricardo Caetano Costa (FURG/RS) (Lattes)

Prof. Dr. Luiz Fernando Gomes (UNISO/SP) (Lattes)

Profa. Dra. Milena Fernandes Oliveira (UNICAMP/SP) (Lattes)

Prof. Dr. Ricardo André Ferreira Martins (UNICENTRO-PR) (Lattes)

Prof. Dr. Romualdo Dias (UNESP/RIO CLARO/SP) (Lattes)

Profa. Dra. Thelma Lessa (UFSCAR/SP) (Lattes)

Prof. Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt (UNIPAMPA/RS) (Lattes)

Prof. Dr. Eraldo Leme Batista (UNIOESTE-PR) (Lattes)

Prof. Dr. Antonio Carlos Giuliani (UNIMEP-Piracicaba-SP) (Lattes)

Paco Editorial

Av. Carlos Salles Bloch, 658

Ed. Altos do Anhangabaú, 2º Andar, Salas 11, 12 e 21

Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100

Telefones: 55 11 4521.6315

[atendimento@editorialpaco.com.br](mailto:atendimento@editorialpaco.com.br)

[www.pacoeditorial.com.br](http://www.pacoeditorial.com.br)

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida.

À professora Beth Brait, pelo incentivo e apoio irrestrito que deu à obra e pela contribuição inestimável na escrita do prefácio.

Por ser uma obra a quatro mãos, dividimos parte dos agradecimentos:

*Anderson Salvaterra Magalhães*

À Consuelo Salvaterra Magalhães, pelo exemplo existencial, por assim dizer.

À Aline Salvaterra Magalhães, pela amizade e afinidade com que sempre me acompanhou.

Ao Angelo Salvaterra Magalhães, pelo carinho fraterno (e um tanto paterno).

*João Kogawa*

À Sonia Lee Kogawa, pelo companheirismo e por ter apoiado a empreitada em todas as etapas.

À Carolina Lee Kogawa, pelas brincadeiras e risadas que preenchem a rotina.

Ao Wilson e à Ana Maria, pela minha formação.

Aos meus irmãos Lídia e Guto, com quem sempre compartilho ideias e projetos.

# SUMÁRIO

Folha de rosto

Agradecimentos

Prefácio

Uma obra necessária, consistente, feita sob medida para o enfrentamento do universo discursivo

Cabe uma introdução em um livro de introdução?

## 1. Mikhail Bakhtin ele mesmo

1. Breve contextualização dos fundamentos do pensamento bakhtiniano
2. Breve contextualização da recepção do pensamento bakhtiniano no Brasil
3. Discurso, sujeito, história à luz de Bakhtin
4. Como analisar discursos de uma perspectiva bakhtiniana?
  - 4.1 A análise dialógica do discurso não é análise do que uma pessoa diz
  - 4.2 A análise dialógica do discurso não se ocupa de dados, mas de relações
  - 4.3 A análise dialógica do discurso não se presta à aplicação de conceitos

## **2. Mikhail Bakhtin e o Círculo**

1. Buscando uma unidade em teses fonte do pensamento dialógico

2. A recepção brasileira de um nicho conceitual de base dialógica

3. Discurso, sujeito, história à luz do Círculo

4. Como (não) analisar discurso de uma perspectiva dialógica

4.1 A análise dialógica não é uma análise dialogal

4.2 Se o discurso é dialógico por natureza, nem toda análise é

4.3 Na ADD, a polifonia não é apenas a pluralidade de vozes

## **3. Michel Pêcheux**

1. AD na França

2. A AD no Brasil

3. Conceitos-chave: discurso, sujeito, história

4. Como analisar discurso?

4.1 AD não é “sociologia”

4.2 O discurso não é um “mal a ser combatido”

4.3 A intenção não é a posição sujeito

4.4 O discurso, embora material, não se reduz ao texto

4.5 Todo discurso é ideológico e não apenas o da suposta classe dominante

4.6 Não neutralidade não é “partidarismo”

[4.7 AD não é jornalismo, comentário de rede social ou opinião sobre um tema](#)

[4.8 A AD não esgota o sentido nem propõe a verdade](#)

#### **[4. Michel Foucault](#)**

[1. Uma AD com Foucault na França](#)

[2. Uma AD com Foucault no Brasil](#)

[3. Conceitos-chave: discurso, sujeito, história em Foucault](#)

[4. Como analisar discurso com Foucault?](#)

[4.1 O discurso, em Foucault, não responde à Linguística](#)

[4.2 Sobre o poder](#)

[4.3 O enunciado como material histórico e a longa duração](#)

[4.4 O conceito de ideologia na arqueologia: formação discursiva, saber e ciência](#)

[4.5 Formação discursiva aplica-se a campo de saber](#)

**[Como concluir um livro de introdução?](#)**

**[Bibliografia](#)**

**[Sobre os autores](#)**

**[Página final](#)**

## **Prefácio**



## **UMA OBRA NECESSÁRIA, CONSISTENTE, FEITA SOB MEDIDA PARA O ENFRENTAMENTO DO UNIVERSO DISCURSIVO**

*Beth Brait*

[...] não há um jeito certo de se fazer AD. Mesmo no interior de uma mesma corrente, as opções analíticas podem diferir. Selecionar um ou outro conjunto de conceitos, um ou outro texto traz implicações para o que se pretende descrever e interpretar, e isso não se configura como erro, mas como diferenças saudáveis na marcha teórica. [...]

No entanto, nem todos os caminhos são possíveis.

*Magalhães e Kogawa*

Num tempo em que o produtivismo e a banalização do saber promovem o aparecimento, *ad nauseam*, de trabalhos que assumem a prerrogativa de simplificar teorias complexas, como se isso fosse possível, com a finalidade de torná-las mais palatáveis (vendáveis?) a iniciantes, a obra *Pensadores da Análise do Discurso*: uma introdução, de Anderson Salvaterra Magalhães e João Kogawa, se oferece como caminho fértil e diferenciado para responder a necessidades acadêmicas e científicas, especialmente as dos jovens estudantes/pesquisadores das Ciências Humanas em geral e dos estudos da linguagem em particular. No contexto de formação e preparação para a vida profissional dos graduandos e pós-graduandos das especificidades oferecidas pelas humanidades, enfrentar as linguagens que circulam pelas sociedades e culturas, pela vida, não é tarefa que possa ser resolvida apenas pelos

conhecimentos linguísticos formais, embora esses sejam, muitas vezes, indispensáveis. É necessário, antes de tudo, entender o protagonismo dos discursos nas relações humanas (e nas desumanas também!), sua força e poder nas diferentes atividades e esferas de produção, circulação e recepção de textos de natureza vária.

É preciso dizer que esta obra, *Pensadores da Análise do Discurso: uma introdução*, leva em conta que, ao menos desde os anos 1920, a necessidade de enfrentar as diferentes maneiras como a linguagem carrega pontos de vista sobre o mundo, sobre os sujeitos que a constituem e são por ela constituídos, sobre o peso e a significação dos silêncios e das interlocuções, que envolvem memória individual e coletiva, jogos dos imaginários que regem interação e intersubjetividade, assim como as tensões aí implicadas, levaram expressivos pensadores, ligados à filosofia, à linguística, à psicanálise, à teoria literária e outras importantes vertentes do conhecimento, a proporem teorias/análises que pudessem conceber, definir e trabalhar a linguagem entrevista como discurso, ou seja, como evento multifacetado, vivo, envolvendo sujeitos, poder, consciente, inconsciente e não somente a língua.

Cientes desse panorama múltiplo denominado análises/teorias do discurso e da dificuldade de encontrar obras que possibilitem graduandos e pós-graduandos adentrarem esse universo com segurança teórica e prática, os dois jovens autores-pesquisadores-professores escolheram, em lugar da exposição dos princípios de uma única perspectiva epistemológica, teórica e metodológica, dentre as várias existentes, focalizar os três grandes instauradores da perspectiva discursiva que, além de terem constituído a gênese de uma nova disciplina, de um novo ramo do conhecimento, de uma maneira inovadora de enfrentar a linguagem, reverberam, invariavelmente, refletidos e/ou refratados, nas análises do discurso como são praticadas hoje. São eles: Mikhail Bakhtin e o Círculo, Michel Pêcheux e Michel Foucault. Esse é um primeiro grande diferencial de *Pensadores da Análise do Discurso: uma introdução*. Se já existem várias introduções no mercado que, individualmente, trabalham uma das vertentes da análise/teoria do discurso, nenhuma delas, até o momento, oferecia um olhar detalhado sobre três grandes produtores de reflexão a respeito da concepção de discurso e, como consequência, das formas de abordá-lo.

Assim sendo, a obra se oferece como uma espécie de chave de leitura. Sim, uma chave que dê condições àqueles que se lançam nesta leitura para selecionar o caminho a trilhar nos estudos discursivos. Por que Mikhail Bakhtin e o Círculo e

não Michel Pêcheux? Por que Michel Foucault e não as outras duas perspectivas? Seria possível lançar mão dos três caminhos ao mesmo tempo, sem cair em contradição? A leitura atenta demonstra que não há teorias melhores ou piores. Cada uma vai dar conta do que se propõe e, nesse caso, os três pensamentos instauram formas de descrição, análise e interpretação da linguagem, demonstrando que compreender e praticar análises de discursos significa, como a obra demonstra, estar em contato, em primeiro lugar, com as linguagens e os universos que as produzem e são por elas desenhados. Ao reconhecer a multiplicidade de discursos aí envolvidos, é reconhecida, também, a necessidade de conhecimento de princípios teóricos e metodológicos que ajudem a adentrar a natureza e a força desses discursos.

*Pensadores da Análise do Discurso: uma introdução organiza-se de forma a explicitar, de imediato, a compreensão dos procedimentos que levaram à construção da obra e que ajudarão os leitores a segui-la. Desde as primeiras linhas, o leitor é elevado à categoria de sujeito, de protagonista, e não de mero receptor de conhecimentos prontos e de fórmulas e categorias a serem aplicadas, praticadas, testadas e citadas mecanicamente. O sumário, por exemplo, extremamente original e diferenciado dos manuais de introdução, organiza-se por meio de questões centrais que tanto apontam para o que vai ser tratado como desmontam clichês, lugares comuns que banalizam e confundem os princípios das perspectivas discursivas selecionadas.*

Os dois primeiros grandes itens do sumário, e consequentemente da obra, estão dedicados à Análise Dialógica do Discurso (ADD) e neles, além de explicitar que ela não vem de um único teórico, no caso Bakhtin (como tanta gente despropositadamente ainda hoje insiste em repetir por escrito), mas de vários pensadores e da forma como foram sendo recebidos e lidos especialmente no Brasil, o encaminhamento parte de uma pergunta bastante didática e coerente com a natureza da obra: “como analisar discursos de uma perspectiva bakhtiniana?” Os títulos dos subitens encarregam-se das respostas: “A Análise Dialógica do Discurso não é análise do que uma pessoa diz”; “A Análise Dialógica do Discurso não se ocupa de dados, mas de relações”; “A Análise Dialógica do Discurso não se presta à aplicação de conceitos”. Esses e outros importantes subitens dão conta da consistência teórica e metodológica de uma análise bakhtiniana do discurso.

Os dois outros grandes itens que constituem Pensadores da Análise do Discurso: uma introdução, Michel Pêcheux e Michel Foucault, seguem a mesma maneira

de conduzir as reflexões. Depois de situar a AD francesa, advinda de Pêcheux e Foucault, na França e no Brasil, o item intitulado “Como analisar discurso?” é acompanhado por respostas em forma de título de subitens, como por exemplo: “AD não é Sociologia”; “O discurso não é um ‘mal a ser combatido’”; “A intenção não é a posição do sujeito”; “Todo discurso é ideológico e não apenas o da suposta classe dominante”. E o item intitulado “Como analisar discurso com Foucault?” também merece uma primeira grande resposta que levará aos princípios da análise foucaultiana: “O discurso, em Foucault, não responde à Linguística”.

É preciso ressaltar, ainda, que há conceitos centrais às abordagens em AD que são destacados, especificados e trabalhados, caso de discurso, sujeito e história, que guardam uma especificidade epistemológica em cada uma delas, não podendo ser entendidos como idênticos. É deles que partem os demais conceitos, no sentido teórico do termo, não devendo, portanto, ser confundidos com categorias aplicáveis ou isoladas do pensamento que os gerou. Apesar de toda essa complexidade, característica das diferentes perspectivas discursivas, a linguagem da obra é bastante clara, didática, acessível ao iniciante, mas sem ceder à simplificação banalizadora. A introdução, intitulada “Cabe uma introdução em um livro de introdução?”, encarrega-se de colocar o leitor no centro do palco de forma que, a cada passo e até o final da obra, ele poderá, ao conhecer as três grandes dimensões (possibilidades?) de abordagem discursiva, considerar-se um analista de discurso consciente de que seu corpus não é um objeto, mas um sujeito que fala e de que o instrumental de análise escolhido já é uma postura diante do mundo, da linguagem, da vida.

Não se trata, portanto, de um manual, com receitas prontas para serem aplicadas a qualquer corpus, qualquer conjunto de discursos, por qualquer pessoa, de maneira indiferenciada. Isso seria a banalização das teorias, dos pensadores que estão em jogo em Pensadores da Análise do Discurso: uma introdução e dos leitores. Aqui o leitor, parte integrante da obra, está qualificado como sujeito interessado em linguagem sob a perspectiva discursiva e, certamente, iniciará sua formação como analista de discurso (por profissão ou por gosto de entender o mundo) conhecendo as grandes teorias de base e fazendo suas escolhas de forma consciente.

## **CABE UMA INTRODUÇÃO EM UM LIVRO DE INTRODUÇÃO?**

Tentando fugir da aparente recursividade de introduzir um livro que visa fazer uma introdução a um campo dos estudos da linguagem, apresentamos uma espécie de chave de leitura. Sim, uma chave que dê condições àqueles que se lançam nesta leitura para selecionar o caminho a trilhar nos estudos discursivos.

*Pensadores da Análise do Discurso: uma introdução é textualmente organizado para responder diferentes perguntas que podem levar a diversos percursos de estudo e reflexão. Das várias perguntas às quais respondemos, explicitamos apenas duas.*

i) Por que um livro de introdução à Análise do Discurso seleciona esses pensadores dentre tantos outros?

Este livro preenche lacunas que vivenciamos em nossa prática profissional como estudiosos do discurso e como professores de uma disciplina intitulada Análise do Discurso em cursos de graduação e pós-graduação. Debatermos frequentemente com dúvidas, dilemas e pré-construídos de nossos alunos que dificultam a assunção do que efetivamente figura na agenda dos estudos discursivos.

Verificamos que, seja pela ingênua interpretação de conceitos como palavra da língua, caso do próprio termo “discurso”, seja pela complexa aproximação dos iniciados com os textos-base, que não foram produzidos para fins didáticos, entender o que está – e principalmente o que não está – compreendido no campo Análise do Discurso não é tarefa fácil para não iniciados. Verificamos, também, que os livros de introdução disponíveis na cultura editorial brasileira ou se dedicam à introdução de uma tendência específica, de modo que ficam obscuros outros acessos ao campo que é tão heterogêneo, ou se propõem a introduzir uma multiplicidade de tendências em paralelo sem explicitar o que é associável e o que não é, deixando de pontuar os limites de certas aproximações à luz dos textos basilares.

Em *Pensadores da Análise do Discurso: uma introdução*, promovemos possíveis

acessos à Análise do Discurso por meio da apresentação de pensamentos que, de algum modo, constam nas mais variadas tendências. Esses pensamentos são creditados a Mikhail Bakhtin (tomado como ele mesmo e como hiperônimo do Círculo Bakhtin-Medvedev-Volóchinov), Michel Pêcheux e Michel Foucault, os quais correspondem às três referências essenciais da Análise do Discurso.

Dizemos que retomamos pensamentos, e não a teoria propriamente dita, porque rastreamos os modos de produzir conhecimento que emergem da obra desses autores. Nossa preocupação principal é introduzir as condições que promoveram e promovem tendências e percursos em Análise do Discurso. Por isso, não descrevemos nem desenhamos modelos analíticos, mas orientamos a leitura e os estudos de obras fundamentais para práticas analíticas. Essa tarefa é bastante árdua se considerarmos a heterogeneidade também daqueles que se interessam pela Análise do Discurso.

A escolha de Bakhtin (hiperônimo), Pêcheux e Foucault se deve ao lugar peculiar que ocupam na Análise do Discurso. Por um lado, trata-se de grandes nomes a partir dos quais são construídos modelos analíticos e, por outro, são nomes recorrentemente referidos na teorização de outros autores.

A partir do próprio pensamento de Bakhtin, Pêcheux e Foucault, constroem-se dispositivos analíticos. Nessa orientação de leitura, dizemos que o livro se divide em duas partes. Uma está constituída pelos capítulos “Mikhail Bakhtin ele mesmo” e “Mikhail Bakhtin e o Círculo”, que encaminham especialmente à Análise Dialógica do Discurso (ADD). A unidade e a progressão temáticas desses dois capítulos podem ser flagradas, por exemplo, pelas 12 lições destacadas. A outra parte é constituída pelos capítulos “Michel Pêcheux” e “Michel Foucault”, que fundamentam a Análise do Discurso Francesa (AD). A ligação temática desses últimos capítulos está evidenciada na discussão do projeto institucional de Pêcheux, que é repensado a partir de Foucault.

Mas os pensamentos que emergem da obra desses grandes nomes também são recorrentemente referidos por autores que propõem modelos teóricos próprios. Este é o caso de Dominique Maingueneau e Norman Fairclough, para citarmos apenas dois. Ao desenharem seus dispositivos analíticos, os nomes de Bakhtin, Pêcheux e Foucault são recuperados e conceitos como “polifonia”, “gêneros do discurso”, “interdiscurso”, “formação discursiva”, entre outros, são visitados e reorganizados.

Se o foco da leitura recai sobre conceitos de base para exame desse exercício de “visitação” e “reorganização” feito por outros autores, este livro apresenta outra divisão. A primeira parte de cada capítulo procura situar as condições de produção de conhecimento no contexto de origem de cada autor (Rússia/urss e França), e a segunda parte, a recepção brasileira do pensamento. O cotejo desses contextos intelectuais oferece elementos para a verificação do que é aproveitado e do que é perdido nas eventuais apropriações dos conceitos oriundos desses pensamentos.

ii) A ordem de apresentação dos autores selecionados transparece uma linearidade de construção de conhecimento em Análise do Discurso?

A linearidade da escrita – materialidade do livro, que se desenrola sequencialmente em quatro capítulos seguidos de uma conclusão e da bibliografia – não deve ser projetada na construção de conhecimento no campo da Análise do Discurso. Se a produção de Bakhtin, Volóchinov e Medvedev antecede temporalmente a de Pêcheux e Foucault, institucionalmente verificamos o contrário. O percurso cronológico da (pre)ocupação com o sentido nos estudos da linguagem inicia no capítulo “Bakhtin ele mesmo”, mas o percurso institucional da AD inicia no capítulo “Michel Pêcheux”.

Na terceira parte de cada capítulo, oferecemos uma sistematização de como cada pensamento encaminha três dos conceitos mais fundamentais da Análise do Discurso – discurso, sujeito e história. Não há ordem pressuposta para a leitura do subcapítulo “Discurso, sujeito, história à luz de Bakhtin” ou “Conceitos-chave: discurso, sujeito, história”. No entanto, o subcapítulo “Discurso, sujeito, história à luz de Bakhtin” subsidia a leitura de “Discurso, sujeito, história à luz do Círculo”, assim como o subcapítulo “Conceitos-chave: discurso, sujeito, história” subsidia “Conceitos-chave: discurso, sujeito, história em Foucault”.

Os desafios analíticos propriamente ditos são contemplados na quarta parte de cada capítulo. Aí discutimos os principais equívocos no encaminhamento de análise dentro dos parâmetros de cada pensamento. Procuramos listar e comentar recorrentes problemas porque percebemos que os manuais de introdução disponíveis acabam por não “avisar” sobre as armadilhas dispostas na tarefa de analisar discursos, e alguns pré-construídos, por vezes, insistem em atravessar a leitura dos iniciandos, gerando tropeços graves para o que está na agenda da Análise do Discurso.

Estruturada dessa forma, a obra possibilita que o leitor faça uma leitura não linear. Nada impede que se leiam os capítulos 3 e 4 e, depois, os capítulos 1 e 2. Sugerimos uma linearidade, mas é perfeitamente possível que os capítulos sejam trabalhados independentemente. Se, em todo caso, o leitor quiser proceder a uma leitura linear, encontrará quatro capítulos com estruturas semelhantes. No primeiro, centrados na figura de Mikhail Bakhtin, procuramos discutir as bases filosóficas do pensamento de Bakhtin que são importantes para mobilização adequada de conceitos e princípios, por vezes, popularizados, como o de “dialogismo”. Essa base filosófica é importante na aproximação do pensamento de Bakhtin e o Círculo para evitar apropriações conceituais incompatíveis com o raciocínio dialógico. No segundo capítulo, estendendo o olhar também para Valentin Volóchinov e Pavel Medvedev, demonstramos a envergadura desse raciocínio, cotejando teses do Círculo com o encaminhamento para a Análise Dialógica do Discurso, tal como empreendida por certa recepção brasileira dessas teses.

No terceiro capítulo, pelo trabalho de Michel Pêcheux, contamos um pouco sobre o início da Análise do Discurso na França, retornando a uma tradição fundamentada nas obras de Gaston Bachelard e Georges Canguilhem e situando sua emergência epistemológica e institucional não só na França como no Brasil. No quarto capítulo, seguindo o pontapé inicial dado por Jean Jacques Courtine, ponderamos como uma leitura orientada para os interesses dos estudos da linguagem da obra de Michel Foucault produz reacentuações na Análise do Discurso proposta por Pêcheux.

Em Pensadores da Análise do Discurso: uma introdução, procuramos indicar aproximações entre pensamentos de um campo de estudo, assim como afastamentos que constituem a heterogeneidade desse mesmo campo. A reiteração de temas, como “existir pelo discurso”, de termos, como “enunciado”, ou, ainda, de máximas metodológicas, como “cada pesquisa deve encontrar seu caminho”, não deve levar à equivocada ideia de que as dimensões aqui discutidas coincidem ou se sobrepõem. Elas não necessariamente se excluem, mas também não se justapõem. Diante do multifacetado fenômeno discursivo, cada uma elege as condições de construção do objeto de estudo e lança princípios metodológicos para apreensão desse objeto. Entendemos que eventuais pontos e contrapontos entre elas devem considerar as bases que ora discutimos, mas o desenho de fronteiras bem como o esmiuçar de articulações possíveis escapa ao escopo de um livro introdutório.



## 1. MIKHAIL BAKHTIN ELE MESMO

Visitar a obra de Bakhtin para refletir sobre a linguagem e elucidar possibilidades de teorização e análise do discurso implica reconhecer que, por um lado, a discussão em torno do dialogismo e nele fundamentada sinaliza um marco no modo de produzir conhecimento nos estudos da linguagem. Implica reconhecer também que, por outro lado, esse marco não gerou diretamente um campo tal como o que hoje é denominado Análise do Discurso (AD).<sup>1</sup> A institucionalização desse campo se deve ao trabalho intelectual na França, sobretudo, a partir dos anos 1960, como veremos no capítulo “Michel Pêcheux” deste livro. Mesmo assim, reiteradas menções por parte de estudiosos do discurso<sup>2</sup> a trechos ou ao todo da obra dos pensadores russos que têm sido identificados como “Círculo de Bakhtin” deixam evidente que, se Bakhtin e seus pares não protagonizam a fundação da AD, sem dúvida contribuem para pensar aspectos atinentes ao que o campo abraça como objeto. Como destaca Beth Brait,

Ninguém, em sã consciência, poderia dizer que Bakhtin tenha proposto formalmente uma teoria e/ou análise do discurso, no sentido em que usamos a expressão para fazer referência, por exemplo, à Análise do Discurso Francesa. Entretanto, também não se pode negar que o pensamento bakhtiniano representa, hoje, uma das maiores contribuições para os estudos da linguagem, observada tanto em suas manifestações artísticas como na diversidade de sua riqueza cotidiana.<sup>3</sup>

De fato, a despeito da relevância do que recuperamos do pensamento de Bakhtin e o Círculo, não parece acertado sugerir que nesse pensamento haja uma proposta formal de AD. Não obstante, a busca por um lugar próprio de produção de conhecimento – o que ora chamamos de especulação filosófica – dá pistas sobre uma teorização possível que emerge do conjunto de sua obra. Assim, neste capítulo, o objetivo é recuperar, na especulação filosófica, as bases sobre as quais se constitui o pensamento bakhtiniano e a partir das quais é possível

desenhar uma teoria da linguagem e do discurso. Em outras palavras, o objetivo é dar vistas a princípios e questões conceituais que fundamentam as “contribuições para os estudos da linguagem” de que fala a autora de modo a oferecer reflexões que lancem luz sobre maneiras de se apropriar de um pensamento gerado na Rússia, num cenário histórico bastante diverso do experimentado nos dias de hoje tanto lá como no Brasil.

O que tem sido nomeado “pensamento bakhtiniano” diz respeito aos desdobramentos de um raciocínio desenvolvido desde o final da década de 1910 até meados de 1970 e aponta não apenas para a produção intelectual de Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1895-1975), mas para a produção de intelectuais de diferentes áreas do conhecimento. Logo após a Revolução Russa de 1917, entre tantos rearranjos políticos, econômicos e sociais, houve uma demanda por produção acadêmico-científica e artística que visasse contribuir para a construção e consolidação de uma sociedade emancipada de coerções burguesas, comprometida com a igualdade social e orientada por bases marxistas.<sup>4</sup> A organização de círculos não institucionalmente fixados parecia já ser uma prática recorrente na Rússia desde os anos 1830,<sup>5</sup> e a efervescência logo após a Revolução mobilizou esses círculos a assumirem a tarefa de construir novas formas de pensar científica e artisticamente. No Círculo em que se construiu o pensamento bakhtiniano, por exemplo, encontramos, além do próprio Bakhtin, que se reconhecia como filósofo,<sup>6</sup> estudiosos da linguagem e da literatura, como Valentin Nikolaevich Volóchinov (1895-1936) e Pavel Nikolaevich Medvedev (1892-1938), uma pianista – Maria Veniaminovna Yudina (1899-1970) –, entre outros.<sup>7</sup>

Todavia, os anos que sucederam à Revolução de 1917 não constituíram uma linearidade de ideais, e as demandas decorrentes não responderam às mesmas motivações. Foram diferentes, por um lado, as demandas intelectuais e culturais da Rússia leninista, até 1924, cuja política internacionalista via na diversidade a possibilidade profícua de troca de vivências e de saberes apropriados pelo proletariado, e, por outro lado, os desafios gerados pelo projeto stalinista para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A partir da segunda metade da década de 1920, a orientação político-econômica se pautou pelo nacionalismo, no qual a homogeneização era meta para alcance da identidade e consciência nacionais.<sup>8</sup>

Especialmente no que concerne à língua, no primeiro cenário, houve uma valorização da pluralidade (de línguas e dialetos) como relevante recurso de

propagação dos ideais. Reconhecer e valorar os dizeres do povo, em sua diversidade, figurava, naquele momento, como estratégia de mitigação da desigualdade. Já no segundo cenário, o estabelecimento de línguas-padrão para as minorias nacionais do antigo Império Russo visava o estabelecimento da paridade formal com o russo.<sup>9</sup> Sendo assim, como bem resume Adriana Pucci Penteado de Faria e Silva, para a devida compreensão do que propôs o Círculo, é importante ter em mente que

[...] os estudiosos do Círculo de Bakhtin iniciaram seus debates num tempo histórico de aceitação e exaltação das diferentes variedades linguísticas e culturais de uma nação, mas publicaram muitos de seus escritos em tempos de uma repressão no sentido de unificação da língua nacional.<sup>10</sup>

Os anos 1920 marcam essa mudança nas condições de produção de conhecimento.<sup>11</sup>

Neste capítulo, especial atenção é dedicada a alguns fundamentos lançados por Bakhtin ele mesmo para a reflexão acerca da linguagem, principalmente nos primeiros anos dessa década tão decisiva na Rússia. Nos textos-fonte, que datam do final dos anos 1910 até meados dos anos 1920 e que inspiram tal reflexão, são encontrados princípios que orientam um modo de construir conhecimento e que, por essa razão, encaminham a leitura e interpretação do pensamento que emerge do conjunto da obra não só de Bakhtin como do Círculo. São textos que procuram abrir espaço para o processamento das demandas intelectuais que se apresentavam e que não eram respondidas pela tradição acadêmica. Se essa “abertura de caminho” é datada, os princípios dela decorrentes funcionam hoje como relevantes fundamentos para a teorização do discurso.

Assim, partimos de uma breve reflexão sobre o contexto em que esses textos-fonte são produzidos. Em seguida, discutimos sucintamente a recepção desses fundamentos no Brasil, especialmente a partir das traduções e edições brasileiras da obra bakhtiniana, para pensarmos sobre impactos conceituais – sobretudo no que tange ao discurso, sujeito e história na orientação dialógica – e metodológicos – grosso modo, como analisar discursos do ponto de vista dialógico.

## **1. Breve contextualização dos fundamentos do pensamento bakhtiniano**

Se Bakhtin era filósofo, por que destacar a especulação filosófica em seus primeiros textos? A resposta para essa pergunta pode ser sintetizada da seguinte maneira: vale destacar o exercício filosófico nos primeiros textos de Bakhtin porque neles encontramos um raciocínio pautado pelo debate em torno da diversidade linguístico-cultural que sustenta todo o restante não só de sua produção como também a do Círculo. Na primeira etapa de reflexão desses estudiosos, há uma preocupação particular com a questão estética, sempre entrelaçada com questões éticas e cognitivas. Se acessarmos os escritos posteriores, aqueles dos tempos de cerceamento e de restrição intelectual, sem conhecer a base sobre a qual os estudiosos construía suas ideias, podemos perder importante chave de interpretação e, possivelmente, deixamos de entender aspectos cruciais do que se propunham a fazer.

Michael Holquist classifica esses primeiros textos como “trabalhos filosóficos” do período inicial da carreira de Bakhtin em Nevel/Vitebsk (1919-1924), nos quais concebe a noção de “estética”.<sup>12</sup> Carlos Alberto Faraco também justifica a leitura desse bloco de textos pelo fato de nele estar explícita a preocupação de Bakhtin em lançar as bases de uma Prima Philosophia, na qual se desenha uma estética geral.<sup>13</sup> Como veremos, a questão estética no pensamento bakhtiniano não se separa de aspectos éticos e cognitivos e é chave para a consolidação de uma teoria e análise do discurso.

Apesar de serem todos assinados por Bakhtin, os textos dos quais recuperamos esse exercício filosófico são de natureza heterogênea e, por isso, requerem uma estratégia de abordagem para acessarmos as bases para uma teoria de linguagem e de discurso. Os textos-chave para este capítulo são: a) “Arte e responsabilidade”, que data de 1919; b) Para uma filosofia do ato responsável, cujo manuscrito data entre 1920-1924 e cuja primeira publicação data de 1986; c) “O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária”, que, tendo sido preparado entre 1923-1924, foi efetivamente publicado somente em 1975; e d) “O autor e a personagem na atividade estética”, cujo manuscrito data, provavelmente, entre 1920-1927 com publicação póstuma em 1979. Notemos

que a cronologia seguida é a de produção, a do momento em que o pensamento se constituía, nas condições histórico-sociais propícias para a consolidação de um saber não cerceado por uma forte política nacionalista.

No mais, como alerta Gerado Tadeu Souza, por essas entre outras razões, o conjunto da obra de Bakhtin não constitui um bloco evidentemente coeso.<sup>14</sup> Alguns textos foram escritos para publicação, outros foram recuperados de arquivos e editados postumamente. Identificar a coerência entre eles requer o cuidado de eleger categorias que permitam a articulação das variadas discussões ali empreendidas. No caso dos quatro textos-fonte para a reflexão deste capítulo, verificamos que o primeiro ensaio é de natureza pública, ao passo que o segundo e o quarto textos, encontrados incompletos e em estado de conservação comprometido, são de natureza privada, ou seja, trata-se de rascunhos inacabados cuja publicação é póstuma. O terceiro ensaio listado tem natureza híbrida, já que foi preparado para publicação, mas sua efetiva circulação pública se deu apenas décadas mais tarde. O reconhecimento dessa heterogeneidade não deve gerar qualquer hierarquia entre eles, e sim orientar o modo como recolhemos as contribuições de cada um. Assim, procuramos identificar como a especulação filosófica de Bakhtin pode encaminhar a uma teorização acerca do discurso.

Mobilizados por tal tarefa, selecionamos três elementos interdependentes do raciocínio dialógico para articular os textos-fonte desta discussão. Esses elementos são atributos que se dispõem argumentativamente em duas perspectivas: teórica, na qual figuram como domínios da cultura e dão conta de descrever o fenômeno linguageiro, e metodológica, na qual orientam o estudo do funcionamento da linguagem. Esses elementos são: ética, estética e cognição. Começamos a pensar pela perspectiva teórica que dá vistas ao modo dialógico de conceber o fenômeno da linguagem.

Para iniciar a reflexão, consideremos que ética se define pela responsabilidade inerente à existência, pelo referencial de valor que localiza e singulariza histórico-socialmente aquele que se inscreve numa cultura, num grupo social. O lugar social, político, cultural, histórico, etc. que alguém ocupa, por mais que não coincida com a empiria de um indivíduo, não pode ser creditado a outrem; cada um responde por sua própria vivência no seio da coletividade em que se instala. Dito de outro modo: eu respondo por aquilo que vivo e faço. Porém, aquilo que vivo e faço não vivo nem faço num vácuo social; cada passo meu se orienta pela sociedade da qual participo e tem impacto nas relações que

estabeleço. A vivência singular na relação com o(s) outro(s) dá vistas à dimensão ética, que não pressupõe indivíduos particularizados, mas sujeitos singularizados por sua valoração no grupo ao qual pertencem.

Desse ponto de vista, a responsabilidade ética não está atrelada ao RG ou ao CPF de um indivíduo, por assim dizer, mas é atribuída ao sujeito por conta do lugar que ocupa nas relações sociais. Por exemplo: uma mesma pessoa assume diferentes responsabilidades em suas relações profissionais e familiares. Eticamente, o que interessa não é a manutenção material do indivíduo, mas a dinâmica intersubjetiva que dá vistas a diferentes valores pertinentes às diversas relações. Aquilo que é importante nas relações que o indivíduo mantém no trabalho não é necessariamente importante no âmbito familiar e vice-versa. Sua condição de sujeito é fluida, e não estável como sua condição empírica de carne e osso.

Por estética, o pensamento bakhtiniano entende a enformação material pela qual se realizam as relações sociais. As mais variadas interações significantes nos e dos grupos sociais mobilizam conteúdos materialmente enformados. Essa enformação pode se processar em material pictórico, verbal, etc., ou mesmo em uma combinação de diferentes materiais. Pensemos, por exemplo, nas possibilidades de nos desculparmos. As desculpas podem ser materialmente enformadas no lacônico “desculpe”, ou pela entrega de um presente, ou por um olhar. É possível, também, combinar essas formas. Fato é que não conseguimos mobilizar conteúdo – no caso exemplificado, o desculpar-se – desprovido de alguma manifestação material modelada em uma forma culturalmente válida – novamente naquele caso, um pedido verbal, um olhar complacente, um presente.

Vale destacar, porém, que a enformação material não constitui mera técnica. O atributo estético também está permeado por valores sociais. Isso quer dizer que não cindimos a enformação material e o conteúdo nela mobilizado. Podemos, por exemplo, julgar o pedido de desculpas feito por meio de um olhar complacente como covarde, ou feito pela entrega de um presente, impertinente ou simpático. Seja como for, avaliamos forma e conteúdo. O âmbito estético não prescinde de valoração ética.

*Cognição é o termo mais instável na tríade destacada. No conjunto da obra de Bakhtin, aparece de maneira vária, ora como “cognitivo”, ora como “conhecimento”, ora como “teoria”, ou, ainda, “ciência”. A minúcia do que pode ser gerado pela escolha de um termo ou de outro foge ao que propomos*

*neste capítulo. Todavia, para não cercear nosso caminho argumentativo e interpretativo, optamos por estabilizar como cognição. Se, por um lado, pode apontar para um campo de estudos nos dias de hoje adverso ao que trata Bakhtin, por outro, auxilia a pensar num plano conceitual que constitui as outras duas dimensões – ética e estética – sem com elas confundir-se.*

Cognição, no escopo do pensamento bakhtiniano, diz respeito à conceituação despersonalizada, ao conhecimento abstrato, ou teoria, que não alude a nenhum sujeito em particular. Trata-se de uma dimensão conceitual em abstrato que, evidentemente, não paira num universo paralelo, mas constitui as vivências subjetivas e o trabalho de enformação material sem se confundir com eles. Voltando ao exemplo das desculpas, a cognição, dessa perspectiva, diz respeito ao próprio conceito de culpa, do qual se depreende o de desculpa. Conceitualmente, diferente do que se vivencia e/ou enforma, não há nenhum vínculo sociocultural com aquilo que este ou aquele grupo pode referendar como passível de culpa e, portanto, de desculpa. Cognitivamente, estabelecem-se relações despersonalizadas entre conhecimentos abstratos – como a relação culpa/desculpa – que tornam possível o processamento subjetivo vivencial.

Como chegamos a essa compreensão da ética, estética e cognição a partir da especulação filosófica de Bakhtin? A trilha aqui proposta resgata da reflexão, nos primeiros textos de Bakhtin, aspectos cruciais para a realocação conceitual acerca da linguagem e do discurso que fomenta a orientação dialógica em *Análise do Discurso*.

No pensamento bakhtiniano, interessa a relação contínua entre os três atributos, e não cada um particularmente, pois é a relação não mecânica entre ética, estética e cognição que sustenta todo o arcabouço conceitual e a orientação metodológica. A supressão de qualquer um desses elementos no tratamento da linguagem, ainda que por força retórica, implicaria o desmanche do raciocínio e, portanto, teria impacto direto no processamento dos mais variados conceitos atrelados a Bakhtin e o Círculo, como o de “dialogismo”, “polifonia” e “gêneros do discurso”.

Respeitando a ordem cronológica de produção dos textos-fonte, encaminhamos a discussão acerca da relação entre esses três elementos que fundamentam o raciocínio dialógico a partir do curto ensaio “Arte e responsabilidade”.<sup>15</sup> Como o próprio título do ensaio sugere, Bakhtin advoga que o domínio artístico não está isento de responsabilidade. Dito de outro modo, Bakhtin argumenta que mesmo

a atividade estética implica posicionamento ético. O ponto-chave de sua discussão está no que diz sobre o mecanicismo e seu impacto na atividade estética.

De acordo com o pensador russo, pensar a atividade estética como resultante da justaposição de elementos que significam por si mesmos fragmenta o processo que efetivamente promove sentido na atividade e o torna mecânico.

Dialogicamente, o trabalho de enformação não se reduz à mera técnica, mas integra uma cadeia de sentido na qual o processo de acabamento – inerente à criação e também à contemplação – articula pela forma algum conteúdo. Esse conteúdo implica, por sua vez, uma base conceitual que é singularmente significada pelos sujeitos que participam da atividade. É a partir daí que Bakhtin inicia suas considerações acerca da relação entre indivíduo e linguagem, o que será crucial para a teorização do discurso.

Em “Arte e responsabilidade”, Bakhtin sustenta que a arte, pautada pelas provocações estéticas, implica e está implicada na vivência daqueles que interpela e que a interpelam, porque é na compreensão dos que interagem com ela que os sentidos se constroem.<sup>16</sup> Essa interação se dá tanto na criação quanto na contemplação, o que significa dizer que o todo da atividade estética é significante da arte; fora da vivência daqueles por ela mobilizados, a obra não faz sentido. A condição estética, desse ponto de vista, não está no objeto em si, mas resulta das atividades de criação e contemplação implicadas na arte e, por isso, envolve responsabilidade ética.

No mais, para que a atividade estética funcione, além da interseção dos domínios ético e estético, deve haver também interseção do domínio cognitivo. Sem esta dimensão não haveria a estabilidade necessária para a atualização singular dos sentidos. Isso significa dizer que para que a arte signifique é preciso que se instale a interação de três instâncias pela atividade estética: i) a criação e a contemplação de uma obra de arte; ii) o processamento da obra de arte a partir da vivência dos que são por ela interpelados e que a interpelam; iii) a mobilização de uma base conceitual que torna possível a compreensão. Bakhtin advoga pela interação dessas instâncias na busca por afastar o tratamento mecânico que cinde arte, vida e conhecimento.

Chama-se mecânico ao todo se alguns de seus elementos estão unificados apenas



no espaço e no tempo por uma relação externa e não os penetra a unidade interna do sentido. As partes desse todo, ainda que estejam lado a lado e se toquem, em si mesmas são estranhas umas às outras. Os três campos da cultura humana – a ciência, a arte e a vida – só adquirem unidade no indivíduo que os incorpora à sua própria unidade. Mas essa relação pode tornar-se mecânica, externa.<sup>17</sup>

A criação e a contemplação de uma obra de arte respondem às vivências daqueles por ela interpelados a partir da mobilização do conhecimento abstrato – cognição – que torna possível a atualização singular do sentido na compreensão. Se o artista depositasse na forma o sentido da arte e se coubesse ao contemplador a tarefa de reconhecer esse sentido estável, a atividade estética seria um mero processo mecânico forjado por relações entre elementos discretos que não se interpenetram e no qual as relações são externas.

Se, porém, o artista se engaja numa relação com o contemplador a partir do que propõe materialmente pela forma, o processo de fazer sentido se dá na dinâmica contínua entre os campos da cultura que habita a atividade estética e não pode ser forjado mecanicamente, mas dialogicamente. Isso quer dizer que todos os elementos – artista, material, forma, conteúdo, contemplador, entre outros – são penetrados pelo sentido do todo da atividade estética.

Aqui está um ponto-chave para a leitura do ensaio e prospecção de uma teorização do funcionamento da linguagem. A discussão de Bakhtin insere-se na esfera da Filosofia e, portanto, trava um diálogo com uma tradição do que se considera estética. Suas reflexões, na condição de fomentadoras de uma possível orientação para analisar discurso, partem de uma tradição filosófica que constrói determinado cânone e visam à reacentuação dessa tradição. Essa reacentuação se dá em detrimento do mecanicismo que reduz a dimensão estética ao âmbito da técnica material e em favor de uma sistematização das relações contínuas entre campos da cultura na constituição dessa dimensão.

Nessa empreitada, reconhecemos que por estética muitas vezes Bakhtin entende a tradição de um campo da filosofia, mas por outras tantas vezes o pensador russo concebe como um atributo da cultura que nos possibilita dar acabamento ao conteúdo negociado nas relações sociais. Parece haver, portanto, uma polissemia nos textos-fonte da qual devemos nos apropriar responsavelmente na tecedura de uma orientação dialógica para a Análise do Discurso.

Consideremos, por exemplo, o quadro A Crucificação Branca, de Marc Chagall.<sup>18</sup> Tomando o título como mote para reflexão, reconhecemos que o quadro pintado em 1938 traz para a tela uma crucificação. Elementos como a menorá e o tallit, que veste o sujeito crucificado, sugerem que se trata da crucificação de um judeu. No âmbito cognitivo, o conceito de “pregar numa cruz” bem como sua extensão semântica como “tormento”, “tortura”, “punição”, “sacrifício”, são condição para a interpretação do que a pintura põe em jogo. Culturalmente, a crucificação é tomada como metonímia da tradição cristã, a partir da qual pode ser valorada como expiação de culpa, injustiça, artimanha política, entre outros. Notemos que a valoração não significa adesão a um conteúdo específico, mas reconhecimento do referencial que possibilita o posicionamento ético diante de determinado conteúdo, o juízo de valor sobre ele projetado. No quadro, além do mote da crucificação, há uma série de índices de caos e de movimento bélico, como incêndios, correria desordenada de pessoas, presença de tropas miliares.

Artisticamente, esses variados elementos são enformados de modo a projetar uma relação espaço/tempo não fatual. Se a crucificação é a de Jesus, a bandeira que se assemelha à da Lituânia aponta para outro tempo e lugar. Nesse caso, o acabamento dado negocia o conteúdo em xeque não pela proposta de representação de uma empiria, como numa fotografia que captura uma cena concreta, mas pela mobilização de índices culturais de diferentes momentos numa mesma cena artística. Os planos espaciais sobrepostos, pessoas como que flutuando, assim como as próprias pinceladas reforçam esse não comprometimento com uma cena empírica.

A convergência desses índices culturais por essa forma em uma tela propicia acabamentos variados. Isso significa dizer que a tela não encerra um sentido; ali não há um único conteúdo a ser decifrado. A pintura mostra relações contínuas entre conceitos abstratos cognitivos – crucificação, punição, (in)justiça, etc. –, tratamento estético – a enformação material do conteúdo a negociar – e posicionamento ético – a vivência singular daquele que interpela a tela ou por ela é interpelado que permite fazer sentido do conteúdo.

Dialogicamente, ou seja, nessa relação contínua entre ética, estética e cognição, recuperamos, entre outros aspectos, a peculiaridade da significação de algozes e vítimas. A tradição cristã tende a significar os judeus como algozes de Jesus no episódio da crucificação, ao passo que, na pintura A crucificação branca, Jesus é destacado como judeu e, portanto, como mais uma das vítimas naquelas

circunstâncias. Ademais, a presença da suposta bandeira lituana em uma possível sinagoga em chamas instaura uma relação espaço-temporal significativa num enquadre que escapa à linearidade de eventos empíricos. Isso localiza a pintura num fluxo de sentido que não se restringe ao âmbito religioso. Há ali um modo de significar o discurso religioso acerca da crucificação, sim, mas há também um questionamento político que escapa à temporalidade histórica do episódio da crucificação de Jesus. Tudo isso – leitura e releitura do mito religioso e denúncia política – integra simultaneamente a potencialidade semântica da obra.

Por esses poucos índices é possível compreender o que Bakhtin defende. O engajamento na atividade estética requer o reconhecimento de elementos formais e materiais (a pincelada, a relação com a empiria, etc.), mas requer o reconhecimento também do lugar a partir do qual a obra é criada e contemplada (a responsabilidade ética implicada na interpretação do quadro, seja pela criação ou pela contemplação). Seguindo o raciocínio dialógico, a identificação dessa pintura como uma obra surrealista, por conta das técnicas ali mobilizadas, não faz dela um objeto estético. O que lhe garante tal estatuto é a interação contínua entre os domínios que fomentam os sentidos possíveis para o artefato material.

Dialogicamente, esse “nicho de reconhecimentos” não se dá discreta e mecanicamente, mas interdependentemente. Aquilo que podemos significar a partir da obra resulta do que é retroalimentado pelos conceitos de crucificação e perseguição étnico-religiosa atualizados materialmente na tela e singularizados no modo de compreendê-los no todo da atividade estética. Não resulta, portanto, do simples reconhecimento técnico ou de um cânone específico. Do ponto de vista dialógico, que não processa a obra mecanicamente, mas integra ao seu potencial de sentido simultaneamente o tratamento material, as condições histórico-culturais daqueles que com ela e por ela interagem e a abstração cognitiva que se atualiza na concretude da tela, podemos dizer que a obra *A crucificação branca* não trata da crucificação de Jesus, mas de toda uma trajetória do que se tem dito acerca do povo judaico e que realinha vítimas e algozes.

Da leitura deste primeiro exercício filosófico de Bakhtin, guardemos três lições. A primeira diz respeito ao próprio modo de ler os textos-fonte: 1) não podemos buscar neles uma organicidade explícita, com regularidade de nomenclatura, já que não se propõem a prospectar uma teoria de linguagem e discurso. Esses textos lançam as condições para identificarmos a teorização possível que emerge da reflexão que fazem. A segunda lição decorre da primeira: 2) os termos nos quais nos apoiamos para reconhecer a emergência de uma teoria atinente ao

campo da Análise do Discurso no final do século xx e início deste século xxi são ali apresentados por polissemia ou sinonímia. Por exemplo, estética tanto vai apontar para um ramo da Filosofia como para um domínio da cultura. Sem dúvida, esta é a acepção que mais interessa na sistematização de uma teoria dialógica. Outro exemplo é o conceito de cognição, que no ensaio “Arte e responsabilidade” aparece no termo “ciência”.

A terceira lição diz respeito à tese defendida nesse pequeno ensaio e reiterada no seguinte: 3) o processamento semântico – ou, nos termos do próprio Bakhtin, a compreensão – resulta de relações contínuas entre os domínios estético, ético e cognitivo, e não da articulação mecânica entre eles. Destacadas essas três primeiras lições, vejamos como os outros ensaios selecionados participam da fundamentação de um princípio dialógico.

O segundo texto-fonte para essa breve contextualização dos exercícios filosóficos de Bakhtin que entendemos como sustentadores do conjunto de sua obra e do Círculo é Para uma filosofia do ato responsável.<sup>19</sup> Como já dito, trata-se de uma obra inacabada, encontrada em péssimo estado de conservação, com trechos faltantes e outros ilegíveis. Nessas condições foram recuperados apenas a introdução, que anuncia uma obra organizada em quatro partes acerca de uma filosofia moral, e o início da primeira parte. Mesmo assim, ali parece estar, como pontua Marília Amorim, “o projeto de uma obra que se cumpriu quase que por inteiro”<sup>20</sup> ao longo de sua produção no século xx. Apesar de a primeira edição do ensaio datar de 1986, sua produção se deu entre 1920 e 1924 e, por isso, constitui peça-chave na discussão sobre a especulação filosófica bakhtiniana. Dela destacamos especialmente a noção de ato e duas implicações interdependentes decorrentes, a saber, a ideia de alteridade e de extraposição,<sup>21</sup> para esboçarmos aspectos cruciais na teorização e análise do discurso de orientação dialógica. Pela noção de ato também trataremos da outra perspectiva dos atributos ético, estético e cognitivo, qual seja, a que orienta modos de abordagem do fenômeno da linguagem.

O título do texto, apesar de bastante elucidativo, não foi dado por Bakhtin; é criação editorial. De todo modo, sintetiza a ideia geral que nos interessa: a noção de ato implica responsabilidade. Isso significa dizer que, se por um lado, o ato é singular, por outro, envolve necessariamente relação intersubjetiva, já que a responsabilidade não procede num vácuo social. Para entender como a noção de ato encaminha posteriormente uma teorização e análise do discurso, consideremos a argumentação do próprio Bakhtin.

Dialogando com uma tradição filosófica que separava a dimensão teórico-conceitual e a vivência singular do indivíduo, Bakhtin pondera que o exercício filosófico deve encontrar lugar para tratar daquilo que se dá no encontro dessas duas dimensões (ou dois mundos, como lemos na tradução da obra). De acordo com Bakhtin, no mundo da cultura está a teoria, o conhecimento abstrato, o arcabouço conceitual. Seria a dimensão da objetivação, na qual é possível localizar o aspecto abstrato do significado, um juízo de validade universal. Já no mundo da vida, a existência (também nomeada “existir-evento”), singular e que se atualiza por relações de atos irrepetíveis, se processa. Se pensarmos novamente no exemplo das desculpas, dizemos que, na dimensão da objetivação, o juízo de validade universal diz respeito à relação lógica entre culpa e desculpa. Na existência, as desculpas constituem um ato concreto, vivido e sentido a partir de relações entre sujeitos, e não apenas processado logicamente.

O exemplo que o próprio Bakhtin apresenta também ajuda a diferenciar esses dois mundos. Cognitivamente, a morte constitui um conceito que se articula com outros. A noção de morte tem a ver com a noção de finitude, completude, etc. Saber que somos mortais orienta e articula uma série de outros conceitos. A morte de um ente querido, porém, não se processa apenas conceitualmente; é sentida, experienciada. Nesta dimensão, o conceito é assumido como sentido; o luto é vivenciado. O que Bakhtin efetivamente sustenta ao diferenciar esses dois mundos não é sua separação, e sim a relação entre eles.

Sempre de um ponto de vista não mecanicista, o estudioso russo sustenta que a dimensão abstrata não subsiste sem a vivência de sujeitos que mobilizam conceitos, do mesmo modo que a vivência singular não é alheia aos conceitos que possibilitam significar os atos irrepetíveis dos quais jamais escapamos. Bakhtin representa essa articulação entre os mundos pela figura do Jano bifronte, que invariavelmente contempla duas dimensões.<sup>22</sup>

Retomando a terceira lição que aprendemos com a leitura do primeiro texto-fonte, o ensaio “Arte e responsabilidade”, acrescentamos aqui que essa relação conceito-vivência é necessariamente mediada por alguma enformação material. A morte pode receber, por exemplo, o acabamento de luto nas mais variadas expressões culturais. Da perspectiva dialógica, nas relações sociais concretas, a morte é multifacetada, não sendo nunca apenas conceito, vivência ou manifestação formal. Numa aula de Filosofia, a morte, na condição de assunto, pode receber um tratamento preponderantemente conceitual, mas cada um dos sujeitos participantes dessa aula tem uma vivência que permite significá-la não

apenas como conceito abstrato, mas também de modo personalizado e singular. Numa exposição de museu cuja temática seja a morte, atributos estéticos saltarão sensorialmente, sem, no entanto, excluir de seu processo de significação aspectos conceituais e vivenciais daqueles que participam da exposição, seja como pintor, escultor, curador ou contemplador. A condição subjetiva de cada um empresta sua história para fazer sentido das provocações estéticas a partir de um mote conceitual. Cada evento de morte terá seu acabamento, no qual uma ou outra faceta da tríade pode ser preponderante, mas nunca isolada numa ilha cognitiva, ética ou estética. A figura do Jano deve, portanto, ser entendida como mediação estética que é condição para articulação do cognitivo e do ético.

Quanto à linguagem, podemos cotejar que no campo da cognição está a palavra-conceito, significado extratemporal, potencialidade semântica (com valor teórico, que difere do sentido, que resulta da atualização dessa potencialidade), ao passo que na existência – no domínio ético – está a palavra em sua dimensão emotivo-volitiva (com valoração social). Neste domínio, processamos os conceitos ao vivenciarmos singularmente a existência, e a palavra integra a atualização material dessa vivência. Por isso, além de conceito, a palavra figura como ato.

Vale destacar que a ênfase na singularidade do ato não deve fazer crer que este tenha um caráter individual psicologizante. Como o próprio Bakhtin ressalva, “o ato se desenvolve e vive em um mundo que não é um mundo psíquico”<sup>23</sup> e, ainda, “[na filosofia contemporânea] o ato aparece cindido em um conteúdo de sentido objetivo e um processo subjetivo de realização”.<sup>24</sup> Nisto Bakhtin se diferencia dos postulados de Edmund Husserl, Hermann Cohen, Henri Bergson, por exemplo, e se distancia do encaminhamento fenomenológico dado à percepção. Evidentemente, o indivíduo empírico tem atributos psicofísicos particulares para perceber e processar o universo ao seu redor. Entretanto, para o ato ético interessam os atributos socioculturais desse indivíduo, que invariavelmente pertence a um grupo social e é pelo grupo constituído. Isso porque, dialogicamente, o ato se processa por relações contínuas entre os campos da cultura, e a singularidade diz respeito ao lugar único e inalienável ocupado nas relações sociais por aquele que se responsabiliza pelo ato, e não ao lugar físico da pessoa empírica. A valoração inerente ao ato requer o arranjo social como gênese semântica, o que inviabiliza a interpretação de que o indivíduo seja a fonte do sentido. Aí está uma implicação teórica no pensamento de Bakhtin sem a qual não encaminhamos produtivamente uma análise discursiva: a noção de ato implica alteridade.

Seguindo a discussão acerca de uma filosofia moral, Bakhtin pondera o seguinte:

O mundo no qual o ato se orienta fundado na sua participação singular no existir: este é o objeto da filosofia moral [...] Estes momentos fundamentais [da construção do mundo real do ato e de sua disposição recíproca] são: eu-para-mim, o outro-para-mim e eu-para-o-outro; todos os valores da vida real e da cultura se dispõem ao redor destes pontos arquitetônicos fundamentais do mundo real do ato: valores científicos, estéticos, políticos (incluídos também os éticos e sociais) e, finalmente, religiosos. Todos os valores e as relações espaço-temporais e de conteúdo-sentido tendem a estes momentos emotivo-volitivos centrais: eu, o outro, e eu-para-o-outro.<sup>25</sup>

Desse ponto de vista, o ato, ainda que situado na vivência singular, não figura concretamente como entidade imanente, estanque, de natureza estritamente subjetiva, mas implica relação. Isto localiza a alteridade no cerne do pensamento bakhtiniano, porque o ato envolve a disposição recíproca daquilo que vejo e significo do meu lugar único e daquilo que o outro vê e significa de seu lugar. Porém, implica também aquilo que vejo do outro e que ele mesmo não pode enxergar de si e vice-versa. O ato se configura na e por meio da relação de alteridade, que é decisiva para o processamento de sentido, e não resulta estritamente da percepção individual. Aqui esbarramos em outro aspecto implicado na noção de ato e na concepção dialógica de alteridade: a extraposição.

A relação de alteridade é dinâmica, e a correia que a move é a extraposição, isto é, o posicionamento espaço-temporal único que permite um enxergar do outro aquilo que o outro mesmo não vê de si. Essa posição “privilegiada” promove uma interação de horizontes que nunca se fundem, mas se complementam no processamento de sentido. Por um lado, esses horizontes não se fundem nem se confundem porque o lugar que eu ocupo ninguém mais pode ocupar. Por outro lado, os horizontes se complementam porque aquilo que significo de mim mesmo resulta não só do que vejo de mim, mas também daquilo que o outro vê de mim e que eu mesmo não posso ver.

Um exemplo apenas para ilustrar essa dinâmica da alteridade pela extraposição

seria: não nos vemos caminhar, mas temos uma noção de como caminhamos. Aí, quando somos localizados no lugar do outro e vemos uma filmagem de como caminhamos, por vezes, temos um impacto no modo como significamos nosso próprio caminhar. Posso ver aquilo que antes não via, e essa nova posição não substitui a anterior, mas passa a integrar a dinâmica de sentido. É desse modo que a extraposição participa do processamento semântico. Como isso integra nossa preocupação com o discurso, sua teorização e análise?

Bem, a ideia de ato atrelada à de alteridade e à de extraposição nela implicada permite entender que a palavra concreta, em uso, atualiza valor social (interação de horizontes) pela mediação entre o conteúdo negociado e o acabamento inerente à extraposição e do qual nenhum conteúdo escapa na concretude das relações sociais. Pensemos, por exemplo, no livro *As caçadas de Pedrinho*<sup>26</sup>, de Monteiro Lobato, como um ato ético-estético. A obra, cuja primeira edição data de 1933, conta as peripécias da turma do Sítio do Pica-Pau Amarelo em torno da caçada de uma onça. Entre a recepção da obra em seu tempo de produção e a recepção que se dá no século xxi, alteram-se as condições histórico-sociais que significam a “caçada de uma onça”. Cognitivamente, nada muda. Tanto em 1933 quanto nos dias de hoje, lemos uma narrativa acerca de uma aventura que visava matar uma onça pintada que rondava o Sítio. Não obstante, ética e esteticamente, há de se considerar que a extraposição de antes e de agora não coincidem.

No início do século xx, a política de ocupação do espaço no território brasileiro não necessariamente mensurava questões de impacto ecológico. Assim, ameaças à flora (desmatamento) e à fauna (extinção de espécies) não constituíam pautas ordinárias nas discussões governamentais em torno das atividades pecuárias, por exemplo, e nem habitavam o imaginário social (conhecimento popular). Para o leitor de *Caçadas de Pedrinho* em 1933, a trama versava sobre uma prática recorrente em fazendas, especialmente aquelas de criação pecuária. Nessa moldura histórico-social, animais silvestres eram considerados uma ameaça, um problema a ser combatido. A narrativa de Lobato, então, é produzida em consonância com um lugar de ver e de significar a caçada de uma onça como uma prática convencional, havendo confluência entre o olhar do autor que cria a trama e aquele que a lê. Ambos partilham de determinados valores culturais. O sujeito leitor pode concordar ou não com a prática, mas insere-se num grupo em que a prática é corriqueira, ou seja, independente de sua opinião, existe um referencial coletivo que qualifica a prática como usual.

Todavia, no século xxi, não há coincidência entre os valores emoldurantes da



produção da obra e os conflitos em curso no tempo da recepção. Nesse intervalo, a pauta ecológica foi instalada culturalmente, e marcos institucionais, como a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em 1989, alteram o modo como a caçada de uma onça pintada é significada. Agora, o equilíbrio ecológico é articulado ao programa de ocupação nacional, e a vegetação nativa e a vida silvestre são vistas como algo a ser preservado. Evidentemente, um modo de significar não foi meramente substituído por outro. Ainda há quem julgue a vida silvestre como uma ameaça à urbanidade, e não o contrário. Entretanto, atualmente há valores em conflito, e as condições históricas de recepção não confluem com as de produção como antes. A onça, agora, é uma espécie ameaçada de extinção, e sua caçada, um ato criminoso. O que fazer, então, com uma obra literária que mobiliza esse tópico?

O ajuste da extraposição impacta ética e esteticamente o livro. A partir da edição de 2008, foi acrescentada, por exemplo, a seguinte nota explicativa:

(...) essa grande aventura da turma do Sítio do Pica-Pau Amarelo acontece em um tempo em que os animais silvestres ainda não estavam protegidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) nem a onça pintada era uma espécie ameaçada de extinção, como nos dias de hoje.<sup>27</sup>

A disjunção textual formalmente apresentada como nota sinaliza a alteração das condições histórico-sociais, que não dissipam o velho significado da caçada narrada na obra, mas agregam-lhe outros matizes e novas avaliações. Essas novas avaliações não são produto da forma linguística; não há nada na expressão “caçadas de Pedrinho” que garanta o valor de ato corriqueiro, nem de ato criminoso. Antes, resultam da dinâmica contínua entre o dispositivo cognitivo – a estabilidade lógico-formal garantida pela narrativa, que se mantém no tempo –, o trabalho estético de organização do enunciado – com especial atenção à digressão atualizada pela nota citada a partir da edição de 2008 da obra – e a perspectivação ética – dada pelo lugar social dos que interagem com a obra. Nos dias atuais, a atividade estética mediada pela obra requer o ajuste da extraposição. Primeiro, é preciso conhecer as condições de produção. Depois, as atuais condições de recepção, que, neste caso, muito distam e diferem das de produção. Editorialmente, esse ajuste se manifesta pela inclusão de notas. No

âmbito do sujeito que lê a obra, o estatuto estético da narrativa é garantido por meio do posicionamento ético do leitor face a tais tensões.

Nesse movimento de colocar-se no lugar do outro para compreender as condições de produção e de retornar ao seu lugar de recepção, também foi gerada uma discussão acerca de como a negritude é significada a partir dessa mesma narrativa. Se, em 1933, a tia Anastácia poderia representar um recurso estético para um posicionamento ético progressista, posto que se trata de uma personagem negra, com voz na narrativa, querida pelas personagens e pela comunidade de leitores, entre outros fatores; nos anos 2000, questiona-se uma possível estereotipia acerca de como personagens negras são representadas na literatura. Por conseguinte, questiona-se a possível manutenção de uma perspectiva conservadora e preconceituosa, que se opõe a um posicionamento progressista. Editorialmente, parece que até agora não houve nenhuma intervenção quanto à discussão da negritude. No âmbito do leitor, porém, não há como prescindir de um posicionamento acerca do que se configura discursivamente. Não cabe aqui esmiuçar as muitas discussões acaloradas daí decorrentes. Apenas demonstramos que as noções de ato e de extraposição funcionam como poderosos construtos para descrição de processos discursivos bastante dinâmicos e de natureza contínua, não mecânica.

Evidentemente, há muito mais a recuperar desse rico ensaio sobre o ato ético responsável. Porém, restringindo a discussão em favor do nosso propósito de identificar alguns fundamentos para a reflexão dialógica sobre a linguagem e a teorização e análise do discurso, guardamos outras três lições: 4) o discurso não é a fala ou o texto escrito concreto, mas precisa de uma manifestação histórico-material para ser atualizado: o ato; 5) sendo o ato uma manifestação histórico-material, implica relação, e não um agir individual solipsista; 6) o juízo inerente à extraposição é condição de interpretação do discurso, e não condição de avaliação da materialidade empírica que se manifesta textualmente.

No terceiro texto-fonte selecionado, “O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária”, Bakhtin retoma suas ideias expressas no primeiro ensaio – “Arte e responsabilidade” –, destacando a relação não mecanicista entre o que desta vez nomeia “domínios da cultura”,<sup>28</sup> a saber: ética, estética e cognição. Nesse ensaio, como aprendemos na lição dois listada neste capítulo, o que aqui estabilizamos como cognição aparece, via sinonímia, como “conhecimento”. Desse texto recuperamos uma importante distinção metodológica no tratamento do fenômeno da linguagem: ato e atividade. A

atividade seria uma objetivação do ato, no sentido de que diria respeito àquilo que é reiterável nos atos, sempre singulares e irrepetíveis. Veremos, no próximo subcapítulo, “Breve contextualização da recepção do pensamento bakhtiniano no Brasil”, como essa distinção encaminha uma orientação dialógica para analisar discurso. Por ora, atentemos para a minúcia terminológica a fim de acompanhar a leitura do ensaio.

De acordo com o pensador russo, a atividade estética, embora necessariamente mediada pelo material, é orientada pelo conteúdo. Como Bakhtin mesmo exemplifica, diante de uma escultura, ninguém reconhece estar diante de mármore, mas diante da figura de um homem, de uma entidade mitológica ou qualquer outro conteúdo. Evidentemente esse conteúdo precisa estar enformado em um material, mas o que é semanticamente processado é o conteúdo, e não diretamente o material ou a forma. Assim, Bakhtin insiste que o material por si não é suficiente para conferir valor estético à obra e, mais uma vez, afasta-se de uma noção de estética restrita à técnica material.

Pelo viés dinâmico não mecanicista, o pensador define o objeto estético como “o conteúdo da atividade estética (contemplação) orientada sobre a obra”,<sup>29</sup> o que o diferencia do artefato, ou da obra exterior, que nada mais é senão a manifestação material apreensível aos sentidos físicos. Desse modo, a atividade estética, entendida como processamento do sentido que se constrói na relação entre domínios da cultura, implica um ato estético. O ato estético se diferencia do ético não pela ausência de responsabilidade ou supressão da relação dinâmica entre os domínios da cultura, mas pelo diferente posicionamento que requer. Na vida, diante do luto, por exemplo, podemos ser solidários e prestar condolências. Na atividade estética, cabe a empatia, mas não as condolências.

Fenomenicamente, dizemos que há sempre a relação entre os atributos, mas aquilo que é ético num ato estético difere do que é ético num ato ético propriamente dito. As relações contínuas entre os domínios da cultura se mantêm, todavia os atos não coincidem.

Assim, compartilhamos com Bakhtin a ideia de que o conteúdo consiste da

Realidade do conhecimento e do ato estético, que entra com sua identificação e avaliação no objeto estético e é submetida a uma unificação concreta, intuitiva, a uma individualização, a uma concretização, a um isolamento e a um

acabamento, ou seja, a uma formalização multiforme com a ajuda de um material determinado.<sup>30</sup>

O pensador ressalva, sempre destacando a relação não mecânica entre os domínios da cultura, que o conteúdo não pode habitar apenas a cognição. É na relação contínua atualizada na singularidade da vivência que se impõe o desafio ético da existência e é daí que emerge o conteúdo da obra de arte.

Seguindo essa linha de raciocínio, Bakhtin pondera que o material é condição do objeto estético, já que é preciso haver uma manifestação física, mas é insuficiente para significá-lo (estátua de mármore, pintura a óleo, etc., não são os materiais que efetivamente definem a possibilidade semântica da obra). Entre material e conteúdo está a forma, que se realiza inteiramente no material, mas atualiza o conteúdo (forma de conteúdo). Isso significa dizer que, para ser significativa, a forma precisa exprimir uma relação com o domínio cognitivo e o ético. Subtraídas essas fronteiras entre domínios, a forma se esvaziaria semanticamente.

Pontuadas essas questões voltadas, sobretudo, para o domínio da arte, há um trecho que elucida como essa reflexão fomenta uma discussão mais abrangente e que se mostra bastante produtiva para teorização e análise do discurso. Vejamos.

Um enunciado isolado e concreto sempre é dado num contexto cultural e semântico-axiológico (científico, artístico, político etc.) ou no contexto de uma situação isolada da vida privada; apenas nesses contextos o enunciado isolado é vivo e compreensível: ele é verdadeiro ou falso, belo ou disforme, sincero ou malicioso, franco, cínico, autoritário e assim por diante. Não há enunciados neutros, nem pode haver [...] <sup>31</sup>

Fica claro que por “enunciado isolado” Bakhtin entende “enunciado recortado de um contexto”, já que fora de qualquer contexto real, concreto, não é possível haver enunciado, apenas formas materiais (verbais ou de qualquer outra natureza). Assim, podemos definir enunciado como linguagem atualizada em ato. Na condição de ato, mobiliza as fronteiras dos domínios da cultura para

significar, articulando a dimensão cognitiva, ética e estética. Sua condição significativa depende do contexto semântico-cultural em que se inscreve, pois essa inscrição orienta a possibilidade de interpretação, que gera outros atos.

Nesse ensaio, a transposição das reflexões da esfera artística para as mais variadas relações sociais travadas pela linguagem traz outra lição: 7) o que significamos diz respeito a um conteúdo, que se organiza em determinada forma por meio de certo material, e não o contrário.

O quarto e último ensaio que selecionamos para desenhar uma breve contextualização do pensamento bakhtiniano – “O autor e a personagem na atividade estética”<sup>32</sup> – reitera as lições que temos pontuado e traz novas. Esse é outro ensaio recuperado de arquivo, também em estado de conversação comprometido, com páginas iniciais faltantes. Sua datação é imprecisa, sendo a produção estimada entre 1920-1927. Foi preparado para publicação por editores e aparece publicamente após a morte de Bakhtin, em 1979. Nesse texto, a discussão com a fenomenologia é intensa. A fim de recuperar alguns fundamentos para a reflexão dialógica sobre a linguagem, destacamos especialmente a distinção que Bakhtin faz entre “autor-pessoa” e “autor-criador” bem como a retomada da noção de “extraposição”, desta vez articulada com “excedente de visão”.

Logo no início do ensaio, há um esclarecimento acerca de como a estetização participa do processamento dialógico, quando Bakhtin menciona o mapa histórico e geográfico do mundo de Dante:

Estritamente falando, a geografia não conhece o que é longe e perto, aqui e lá, necessita de escala axiológica absoluta da dimensão dentro da totalidade que escolheu (a Terra), enquanto que a história desconhece o passado, o presente, o futuro, extensão e brevidade, o remoto e o recente como momentos absolutamente únicos e irreversíveis; o próprio tempo da história é desde sempre irreversível, mas intrinsecamente todas as relações são causais e relativas (também reversíveis), posto que não há um centro axiológico absoluto. Sempre há lugar para uma determinada estetização da história e da geografia.<sup>33, 34</sup>

Fica evidente nesse trecho do ensaio que o processamento semântico de aspectos

históricos e geográficos implica um juízo de valor não universal, ou seja, as noções de passado remoto ou recente, lugar longe ou perto, etc., não são atributos históricos ou geográficos, respectivamente, mas índices do referencial que funciona como matriz semântica. Dito de outro modo: perto e longe são acabamento, enformação, valoração.

Assim, como não há um centro axiológico absoluto, a estetização é condição para produção de sentido, especialmente, quanto ao processamento na linguagem das relações espaciais, temporais e, como veremos mais adiante, mesmo de alteridade. Apesar de Bakhtin prosseguir o ensaio tratando de questões atinentes, por exemplo, à lírica e à epopeia, é possível compreender que estetização, desse ponto de vista, não se restringe à esfera artístico-literária, mas consiste de uma etapa na atualização da linguagem na qual se projeta o acabamento provisório sobre o que se toma como objeto dessa dada atualização. Com base nessa compreensão do processo de estetização, rastreamos as noções de autor, de extraposição e de excedente de visão para consolidar encaminhamentos de uma teoria e análise dialógica do discurso.

Qualquer atualização da linguagem implica um momento concreto em que há manifestação material de determinada forma sígnica, que chamamos texto. Nesses termos, o texto configura um nicho de ação conjunta entre, ao menos, aquele que o produz e por ele se responsabiliza e aquele que o compreende e, de algum modo, mesmo que seja apenas pela compreensão, responde ao ato enformado materialmente. Essa circunstância material medeia um encadeamento de atos em que entidades estão formalmente implicadas. Desse ponto de vista, o funcionamento da linguagem envolve a estetização, uma vez que a produção dessa textualidade, bem como seu processamento, necessariamente opera com o arremate provisório que enforma o conteúdo em xeque na interação. No processamento da linguagem, estão posições estéticas que engendram a textualidade, e essas posições são sempre eticamente valoradas. Isso ajuda a compreender a distinção que Bakhtin faz entre o autor-pessoa, que se inscreve na vida e que não interessa para o campo da Análise do Discurso, e o autor-criador, posição estética condição do acabamento provisório inerente ao funcionamento da linguagem e, portanto, relevante para o encaminhamento de uma análise dialógica.

Como o ensaio se desenvolve especialmente em função da relação entre autor e personagem na atividade estética – aliás, título do ensaio –, Bakhtin define a noção que nos interessa particularmente para a teorização e análise do discurso,

a noção de autor-criador, da seguinte maneira: “Autor: é o agente da unidade tensamente ativa do todo acabado, do todo da personagem e do todo da obra, e este é transgrediente a cada elemento particular desta”.<sup>35</sup> Dessa definição, destacamos o caráter transgrediente, a saber, a qualidade daquilo/daquele que ultrapassa, vai além, excede. A posição do autor no processo de estetização garante, portanto, um lugar na produção da textualidade que lhe permite ter uma relação “privilegiada” com o conteúdo que mobiliza. Trata-se da já discutida extraposição. O que está implicado no lugar de autor-criador não é uma mera localização, mas um posicionamento valorativo diante daquilo que enforma textualmente. Aqui esbarramos no último conceito que selecionamos para este subcapítulo: excedente de visão.

Se pensarmos na concretude de nosso corpo, conseguimos compreender que meu olhar, meu ponto de vista, é singular, donde se deduz que o ponto de vista do outro também o é. A singularidade do ponto de vista implica uma perspectiva da qual é possível ver do outro aquilo que o outro mesmo não vê de si. Do mesmo modo, de seu ponto de vista, o outro pode ver algo de mim que não me é acessível de meu ponto de vista. Assim, excedente de visão e carência são correlatos. Tudo o que vejo do lugar único que ocupo e que escapa ao outro constitui meu excedente de visão. Em contrapartida, aquilo que o outro vê de mim e que me escapa constitui minha carência. Todavia, no ensaio de Bakhtin, o alcance da noção de “excedente de visão” deve extrapolar o limite das relações empíricas. Elas são válidas e servem como chave para compreensão de sua concepção de estética.

Decorre da extraposição o referencial de valor que, como já vimos, não é atributo universal, mas necessariamente é validado pelo agente do processo de estetização. Ao dar acabamento a certo conteúdo e produzir um texto, o sujeito que se engaja na linguagem assume lugar autoral. Evidentemente, lugar de autor-criador, e não de autor-pessoa. Desse lugar extraposto, sua visão, isto é, seu excedente de visão permite valorar intervalos temporais, distâncias físicas e, na linguagem, materializa-se como “tarde” ou “cedo”, “longe” ou “perto”, por exemplo. Portanto, a extraposição e a visão privilegiada daí decorrente, o excedente de visão, dizem respeito à forma de conteúdo, e não à forma material propriamente dita, e reiteram, apesar de a discussão no ensaio se dar em torno da arte, a necessária relação entre os domínios da cultura no processamento semântico.

Nessa trama estética, o contemplador também é ativo, posto que o artefato só

atinge estatuto de objeto estético no todo da atividade, que requer a compreensão pelo contemplador. Por isso, em termos dialógicos, evitamos dizer “receptor” ou “expectador” e dizemos “autor-contemplador”. Afinal, sua extraposição é decisiva para a produção de sentido da obra. Se retomarmos o exemplo da narrativa Caçadas de Pedrinho comentado anteriormente, notamos que do lugar de produção da obra há uma carência no que diz respeito às questões ecológicas que seriam amplamente explicitadas anos mais tarde. As tensões flagrantes são próprias da extraposição que o sujeito hoje assume em relação àquilo que é tematizado na narrativa. Em contrapartida, o olhar contemporâneo, que pode reconhecer as tensões em torno de uma “caçada à onça pintada”, não consegue acessar o que era culturalmente validado naquele tempo para tal prática. É preciso se projetar para o lugar (e o tempo) do outro para que sua compreensão não configure um anacronismo. A atividade estética se dá, portanto, no cruzamento de tais posições, e esse cruzamento deve orientar o posicionamento ético desse autor-contemplador.

É claro que há muito mais desse longo ensaio a cotejar no pensamento bakhtiniano. Porém, restringindo o foco para a tarefa deste capítulo, aprendemos outra lição nesta breve contextualização: 8) estetização não é prerrogativa estritamente da arte nem se dá alheia à ética e à cognição; antes, constitui etapa do processamento semântico da linguagem. Se já entendemos que esse processamento, para Bakhtin, se dá na interseção dinâmica e contínua, não mecânica, do ético (vivência singular, mas não solitária), estético (dimensão material enformada de certo conteúdo) e cognitivo (âmbito conceitual, teórico, não vivencial), fica claro que a estetização não pode se restringir a um domínio apenas.

As oito lições que aprendemos não esgotam a riqueza do pensamento bakhtiniano. Apenas pontuamos de seus textos-base, produzidos principalmente numa política em que a singularidade e a diversidade eram concebidas como fundamento de uma política nacional (e não nacionalista), alguns princípios norteadores do que rege uma abordagem dialógica de teorização e análise do discurso. Considerando que essa não era tarefa de Bakhtin nem de seus pares, para que esta breve contextualização atenda aos propósitos deste livro, pensemos agora na recepção de seu pensamento entre estudiosos que conduzem, como sistematizamos no capítulo “Mikhail Bakhtin e o Círculo”, à elaboração da Análise Dialógica do Discurso.



## **2. Breve contextualização da recepção do pensamento bakhtiniano no Brasil**

Como vimos no subcapítulo “Breve contextualização dos fundamentos do pensamento bakhtiniano”, há descompasso entre a produção e a publicação dos textos-fonte do pensamento bakhtiniano na Rússia. Definir um “compasso” quando tratamos da tradução de sua obra, especialmente, a tradução para língua portuguesa, constitui tarefa ainda mais complexa. Isso por várias razões.

Citamos, ao menos, duas. A primeira diz respeito ao fato de Bakhtin ter sido lido no Brasil em diferentes línguas ocidentais, como inglês, francês, espanhol e italiano. As edições em português aparecem, num primeiro momento, traduzidas de uma dessas línguas ocidentais, e não diretamente do russo. Esse é o caso de *Estética da criação verbal*, cuja primeira edição brasileira<sup>36</sup> foi traduzida a partir da francesa. Sua tradução direta do russo surge apenas em 2003.<sup>37</sup> Em geral, as traduções do russo para o português começam a ter expressão a partir dos anos 2000.

Somado a isso, há a questão de diferentes textos de Bakhtin e o Círculo serem acolhidos por diferentes áreas do conhecimento. Grosso modo, lembramos que obras como *Questões de literatura e de estética*<sup>38</sup> e *Problemas da poética de Dostoiévski*<sup>39</sup> eram lidas especialmente por profissionais de Literatura, ao passo que *Marxismo e filosofia da linguagem*<sup>40</sup> foi acolhida principalmente entre os profissionais de Linguística.<sup>41</sup> Essa descontinuidade temporal e disciplinar na recepção dificultou a identificação de um pensamento. Propomo-nos a contextualizar agora a recepção das bases do pensamento no Brasil a despeito da ordem em que as edições foram surgindo. Portanto, sempre mobilizamos as obras considerando sua cronologia de produção, ainda que a recepção tenha se dado em ordem diferente.

A recepção brasileira que dá vistas à relevância desse bloco de textos-fonte comumente referidos como “filosóficos” também insiste na necessária relação não mecanicista entre ética, estética e cognição. De fato, essa questão é basilar para a consolidação de uma orientação dialógica de análise do discurso.

Adail Sobral afirma que ética, estética e cognição em Bakhtin são temas que permeiam o conjunto de sua obra em particular e a do Círculo em geral e que

evocam a integração dessas categorias na dinâmica contínua das relações humanas.<sup>42</sup> O autor reconhece a inspiração kantiana de Bakhtin para desenvolver o raciocínio dialógico, mas destaca a peculiaridade da proposta do pensador russo ao insistir que o pensamento dialógico se desenvolve a partir de duas teses principais:

[...] de um lado, a ideia de que o sujeito humano é marcado pela ausência de “álibi” na vida, isto é, de que cada sujeito deve responder por seus atos, sem que haja uma justificativa a priori, de caráter geral, para seus atos particulares, e, de outro, a ideia de que a entoação avaliativa, ou a assunção de uma dada posição no mundo humano, é a marca específica do agir dos seres humanos. O ato responsável [...] envolve o conteúdo do ato, o processo do ato e, unindo-os, a valoração/avaliação do agente com respeito a seu próprio ato.<sup>43</sup>

Ao mobilizar o termo “responsável”, que resulta do amálgama da natureza responsável e responsiva de qualquer ato, Sobral dá vistas a essa dinâmica contínua entre domínios da cultura que se atualizam no uso da linguagem e reitera que a valoração constitui a força que os movimenta. Apenas ressalta que essa valoração não pode ser extrínseca ao sujeito que assume a responsabilidade de se engajar na cadeia discursiva, ou seja, não pode ser creditada a nenhum elemento a priori.

Trilhando outro percurso, Faraco encaminha semelhante interpretação ao localizar no excedente de visão<sup>44</sup> o lugar de encontro do aspecto ético e estético no pensamento de Bakhtin.<sup>45</sup> Segundo Faraco, a relação entre os domínios não é dada, mas resulta das tensões reveladoras de fronteiras. Para sustentar seu ponto de vista, o estudioso brasileiro percorre o arcabouço desses textos de especulação filosófica de Bakhtin e mostra como o excedente de visão constitui não apenas a atividade estética,<sup>46</sup> mas também o ato ético que singulariza o agir humano.<sup>47</sup>

Em outro momento, Faraco já destacara que a relação dinâmica (e não mecânica) entre esses três domínios da cultura fundamenta o raciocínio dialógico:

Outro dado fundamental para as concepções de Bakhtin é que cada um desses grandes domínios da cultura humana está perpassado de uma atmosfera axiológica: cada um deles tem como princípio estruturante (como seu fiat) atitudes/posições axiológicas, ou seja, se constitui como um universo dinâmico de valorações. Daí nossa insistência em afirmar sempre que, para Bakhtin, a axiologia (e não propriamente a ontologia) é a Prima Philosophia. [...] Ele [Bakhtin] afirma aí [no início da Unidade II de Problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária] que o problema de cada um desses domínios só pode ser entendido como o problema das suas fronteiras, ou seja, nenhum domínio cultural se define em si, mas somente nas suas correlações com outros domínios e nas suas indeterminações no interior da totalidade da cultura. Nenhum domínio tem, portanto, um território interno; está sempre nas fronteiras e deriva suas características e significado desse fato [...] <sup>48</sup>

Faraco nos ajuda a entender o caráter contínuo da relação necessária entre os domínios da cultura. A valoração é condição para a atualização dessa relação, uma vez que os domínios não se definem por uma essência, mas pela dinâmica que mantêm. Isso quer dizer que, dialogicamente, não falamos da ética, da estética ou da cognição como entidades autônomas e estanques. Diferentemente, falamos daquilo que é gerado nas fronteiras desses domínios em constante relação na concretude da linguagem em uso. Se voltarmos ao exemplo das desculpas, percebemos que o desculpar-se envolve conceito abstrato, enformação material e posicionamento ético. Tudo isso simultânea e continuamente. O posicionamento ético revela-se na fronteira com o conceito implicado nas desculpas bem como na fronteira com o acabamento formal mobilizado. Do mesmo modo, um presente pode fazer sentido como desculpas pelas mesmas relações entre domínios da cultura e somente por elas; não há nada imanente que garanta ao presente esse conteúdo específico.

Se os domínios não existem autonomamente, todos os atos têm o mesmo valor cultural? Não. Todo e qualquer ato invariavelmente perpassa pela relação dinâmica entre ética, estética e cognição – que é a primeira perspectiva da qual tratamos desses domínios da cultura –, mas é possível diferenciar as naturezas de um ato a partir dos valores que o estruturam na concretude da linguagem em uso – a segunda perspectiva considerada.

Para entendermos a contribuição metodológica, pensemos nas ponderações de

Sobral acerca da noção de evento e do ato concreto, como um feito, e do ato programático, como uma atividade.<sup>49</sup> De acordo com o estudioso, em Bakhtin, é possível identificar referência tanto a um quanto a outro.

Sobral define evento de maneira bem precisa e nos ajuda a processar a leitura do pensamento bakhtiniano que se apresenta em textos descontínuos. Nas palavras dele, evento

pode ser definido como o processo de irrupção de entidades, ou objetos, no plano histórico concreto (*geschichtlich*), como a presentificação, ou apresentação, dos seres à consciência viva, isto é, situada no concreto.<sup>50</sup>

Essa definição ajuda a entender o modo como Bakhtin rejeita a compreensão essencialista e mecânica das relações sociais. Quando o pensador russo fala em “evento do ser”,<sup>51</sup> insiste que ser não é substância, mas um processo de irrupção de uma entidade, de um objeto com valor histórico-social. Fica evidente que tomar um evento implica considerar a emergência, e não a essência, de entidades ou objetos numa perspectiva temporal mais abrangente do que a mera situacionalidade de uma irrupção efêmera. Essa temporalidade alimenta a potencialidade de fazer sentido dessas entidades. Entendendo assim o evento, podemos compreender a distinção sutil entre ato/fação e ato/atividade.

Pensem novamente no “desculpar-se”. Certamente já vivenciamos inúmeras circunstâncias de pedido de desculpas. Cada vivência foi e é singular e, nessa condição, constitui ato/fação. Trata-se do agir em seu aspecto durativo, um processo, uma vivência, um acontecimento. O ato é invariavelmente instanciado, isto é, dá-se em condições materiais e históricas determinadas e, portanto, é sempre singular e irrepetível.

Em contrapartida, podemos pensar em exemplos de desculpas e em variadas formas de empreender o ato. Esse conjunto de “exemplos” que nos permite identificar variáveis em um mesmo agir indica a dimensão de ato/atividade. Esse conjunto não constitui mera lista, como se acessássemos conceitos abstratos desprovidos de qualquer relação vivencial. Esse conjunto é melhor traduzido pela ideia de repertório, promovida pela compreensão das relações sociais como eventos. Como assim? Ao pensarmos em inúmeras formas de nos desculparmos,

não vivemos novamente as instâncias singulares pelas quais já passamos na vida. Todavia, também não somos indiferentes às diferentes formas como se constituíssem uma lista estanque. Essa lista ganha estatuto de repertório ao recuperarmos no evento do nosso ser ocorrências em que atos concretos foram significados, valorados e sentidos. Pelo valor que atribuímos a essas ocorrências atualizamos nosso ato/fação de nos desculparmos.

Na dimensão de repertório, o agir humano figura como uma programação comum ao conjunto de ocorrências que permite identificar um ato como tal. A atividade diz respeito à dimensão repetível do acontecimento único do ato, aos elementos que se mantêm a despeito das peculiaridades da atualização. O ato singular de se desculpar mobiliza o repertório da atividade de se desculpar. Por mais criativo que seja o ato único e irrepetível em sua atualização mais efêmera, sempre haverá algum aspecto reiterado da atividade. Essa manutenção é imprescindível inclusive para que a singularidade de cada ato possa ser empreendida e reconhecida.

Ainda seguindo a discussão de Sobral, as noções de evento, ato/fação e ato/atividade em Bakhtin distinguem, embora não oponham, seu pensamento da fenomenologia de Husserl e Merleau-Ponty, por exemplo. O caráter situado, instanciado, historicamente material e corporificado do ato/fação e que habita o repertório presumido no ato/atividade se coaduna com a visão fenomenológica desses autores. O pensamento bakhtiniano se difere no entendimento de que essa corporificação, instanciação, por exemplo, não se reduz à perspectiva física de um corpo que se localiza em dado espaço e tempo. A corporificação passa pela mediação do lugar físico de onde é possível fazer sentido do que se apresenta, mas envolve necessariamente a valoração histórico-social do lugar ocupado por esse ente dada a natureza de evento do ser. Dito de outro modo: o lugar físico confere perspectiva àquele que age, mas não o destitui de seu evento de ser, das condições sociais que fazem do seu lugar não apenas uma localização, mas uma inserção histórico-cultural.

Essa compreensão do evento e do ato (em sua dimensão concreta e de atividade) também desloca Bakhtin de uma leitura marxista em que o indivíduo, feito sujeito pelo caráter de evento de seu ser, se subsuma às coerções de classe. Sua inscrição cultural não resulta apenas da luta entre classes. O sujeito depende da relação com o outro, portanto, é social, mas mantém sua singularidade, que não permite, por exemplo, colocar na história a responsabilidade (justificativa) por seus atos.

Voltando, então, ao segundo aspecto envolto na relação contínua entre ética/estética/cognição, reiteramos que nem todo ato tem o mesmo valor cultural. Quer dizer que um ato se define como ético, estético e, por que não dizer, cognitivo, pelos valores mobilizados e deflagrados no acabamento gerado pela estetização, e não por aspectos constitutivos a priori.

Pensemos, por exemplo, nas discursivizações acerca do “golpe” no Brasil, em 2016. No período que antecedeu o afastamento da presidente do cargo, em vários de seus discursos no Planalto, Dilma reiterava que impeachment sem crime era golpe.<sup>52</sup> As reformulações desse dizer figuravam como um exercício cognitivo, de apuro conceitual. Entretanto, enformado em falas oficiais de uma presidente na tentativa de garantir seu direito político, esse exercício cognitivo constituía um ato político.

A definição da dimensão ética desse ato – que o define como artifício político – não se deve a elementos formais por si – se assim fosse, seria resultado de relações mecânicas –, mas resulta do acabamento dado, isto é, da valoração projetada sobre a articulação do exercício cognitivo que participa da fala presidencial. Na dimensão dos domínios da cultura, essa articulação é contínua e não se presta a uma análise estritamente formal. Na concretude do funcionamento da linguagem, a interpretação é a centelha que movimenta o circuito. O ato ético tem apresentação formal, mas não se define por elementos meramente formais. Pela interpretação, aspectos da relação contínua entre os domínios da cultura são valorados e, assim, a natureza do ato é desenhada. Isso quer dizer que o ato de Dilma é político porque viabiliza esta interpretação, e não por elementos formais propriamente ditos. No mais, a reiteração de atos em que Dilma empreende sustentar sua tese de que impeachment sem crime é golpe integra sua atividade política para manutenção no cargo.

Outra valoração reconfigura o ato. O mesmo exercício cognitivo – as reformulações em prol da definição conceitual de “golpe” – numa discussão filosófica dá ao exercício estatuto de ato cognitivo que, a princípio, não integra uma atividade política, mas pedagógica. A acuidade conceitual estabelece o tom a partir do qual as fronteiras entre os domínios da cultura se articulam. A enformação do conteúdo negociado se coaduna com a tarefa teórica, e a responsabilidade ética não mais encaminha ao gesto político, mas à especulação terminológica. A mesma sintaxe pode levar a atos diferentes de acordo com a valoração que orienta o modo como se dão as contínuas relações entre domínios.

Seguindo essa chave de leitura, Faraco sugere o cotejo do bloco de textos filosóficos para recuperar importante tese para o pensamento bakhtiniano que será crucial na organização de uma teoria e análise do discurso. Para ele,

Bakhtin subsume a vida (ou em outras de suas palavras, a realidade prática vivida, o mundo em que a ação humana se realiza) sob o termo ética, aproveitando ressonâncias etimológicas desta palavra que remetem ao sentido de “maneira de ser, de agir”. A palavra ética não entra aí, portanto, para fazer referência à velha disciplina da filosofia prática, nem está sendo usada em seu sentido normativo mais restrito de código de conduta, embora com ambos relacionada, na medida em que é o agir humano que está em pauta.<sup>53</sup>

Com base nisso, acrescenta: “O estético, sem perder sua especificidade, está enraizado na história e na cultura, tira daí seus sentidos e valores e absorve em si a história e a cultura, transpondo-as para um outro plano axiológico”.<sup>54</sup>

Essa articulação entre os domínios da cultura permite-nos afirmar que a discussão de Bakhtin em torno da estética não deve ser equivocadamente negligenciada em estudos discursivos de orientação dialógica. Isso porque, por um lado, a estetização constitui etapa da atualização da linguagem e, por outro, porque a atividade estética não é, segundo o pensador russo, entidade estanque destacada da existência e do universo conceitual em que tal atividade se dá. Seja pelo interesse em objetos artísticos, seja pelo interesse na performance de atos éticos dos quais a estetização também faz parte, as bases lançadas por Bakhtin orientam o estudo de qualquer textualidade. A condição para que sua abordagem seja profícua é: a textualidade tomada para estudo deve ser tratada como objeto cultural, que invariavelmente se constitui por relações de valor, e não como artefato, como elemento dado.

Voltemos ao exemplo das textualizações da palavra “golpe” no ano de 2016. No contexto de disputa política no cenário brasileiro, a palavra assumiu uma função metonímica. Conceitualmente, permaneceu relevante para diferentes orientações políticas. Tanto que, eticamente, nomeava uma denúncia e uma acusação. Denúncia por parte daqueles que se coadunavam à posição da então presidente que se dizia vítima de práticas escusas que visavam à sua deposição. Acusação

por parte daqueles que não aderiam a este sentido evocado pela presidente. Esteticamente, a tensão se materializava, entre outras instâncias, na forma como a mídia discursivizava as posições políticas.

Na imprensa, por exemplo, a não utilização de aspas na palavra golpe configurava um dos modos de inscrever o vocábulo num discurso alinhado com a semantização proposta pela presidente, ao passo que a utilização do destaque gráfico tendia a implicar não adesão a tal semantização. Essa apresentação metonímica dos discursos manteve sua validade na mídia para além do impedimento da presidente em 2016. Se cotejarmos os títulos de duas notícias do início de 2017, vemos seu funcionamento ainda vigente: “Dilma fala em ‘segundo golpe’ para evitar candidatura de Lula em 2018”<sup>55</sup> e “Dilma diz que impedir Lula de se candidatar seria 2º golpe”.<sup>56</sup> Nos dois exemplos, a palavra golpe é explicitamente creditada, via discurso indireto, à presidente afastada. O sintagma citado – “segundo golpe” – é o mesmo, sendo a alternância entre vocábulo e algarismo irrelevante. A distinção de sentido se faz pela sinalização diacrítica das aspas. Não havia e não há nada nas aspas ou no conceito do vocábulo que garantisse e que garanta esse funcionamento discursivo, ou seja, essa produção de sentido não resulta de relações mecânicas. A dinâmica da relação contínua entre as práticas políticas (ética), apresentação verbal (estética) e a conceituação impessoal, abstrata, de “ardil”, “manobra desleal” (cognição) viabilizava essa discursivização naquele momento histórico. A minha extraposição, entendida como lugar histórico-social que garante as condições para projeção de um acabamento – ainda que provisório – àquilo que a mim se apresenta culturalmente, possibilita a interpretação dessas discursivizações.

Na orientação dialógica, essa interpretação gerada a partir da extraposição é constitutiva da discursividade e determinante para a discursividade, porque é o que efetua a negociação do conteúdo; sem a extraposição, haveria apenas um jogo formal. O jogo formal nas textualidades de “golpe” naquele cenário político, como uso ou não de aspas, recursos sintáticos para crédito ou descrédito do discurso por ela mobilizado, entre outros artifícios de linguagem, sinalizavam o horizonte social decisivo para o excedente de visão daquele que se engajava na cadeia discursiva. A forma em si não carrega tal valoração, mas a enformação em dada atualização da linguagem – gerada pela extraposição dos que dão acabamento aos enunciados – dá vistas ao lugar histórico-social singular daquele que se inscrevia na linguagem naquele cenário de disputa política.

O lampejo sobre o modo como esses estudos brasileiros encaminham a leitura



dos chamados textos filosóficos, base do pensamento dialógico, ratifica as oito lições que aprendemos no subcapítulo “Breve contextualização dos fundamentos do pensamento bakhtiniano”. Devemos verificar sua validade ao mobilizarmos conceitos tão caros para o campo da Análise do Discurso e dos quais tratamos a seguir.

### 3. Discurso, sujeito, história à luz de Bakhtin

Até aqui refletimos acerca das bases do pensamento bakhtiniano considerando a produção desse saber, e não tanto a circulação pública dos escritos fonte. Agora procuramos elucidar como as linhas gerais do raciocínio dialógico encaminham conceitualmente o que pode ser entendido por discurso, sujeito e história, visto que são três termos-chave para teorização e análise do discurso. Evidentemente, por ora cabe apenas iluminar aspectos fulcrais, já que a construção de definições mais precisas depende do que Bakhtin e o Círculo produziram nos anos que seguiram a esse período inicial de especulação filosófica. De todo modo, para que possamos no subcapítulo “Discurso, sujeito, história à luz do Círculo” rascunhar definições que não estão explicitadas no conjunto da obra do Círculo, precisamos ter em mente aquilo de que não é possível prescindir para proceder a uma teoria e análise dialógica do discurso.

Já vimos que o que interessa ao pensamento bakhtiniano não se encontra em essência, e sim em relações dinâmicas nas fronteiras dos domínios da cultura. Vimos também que se essas relações dinâmicas afastam, por um lado, leituras orientadas por saber apenas teórico descomprometido com o ato concreto dos sujeitos que se implicam na linguagem, por outro lado, afastam qualquer leitura que interprete a singularidade do ato como um momento solitário, que faz sentido em si mesmo. Sendo assim, podemos assumir o que diz Bakhtin como emblemático do raciocínio dialógico:

Neste preciso ponto singular no qual agora me encontro, nenhuma outra pessoa jamais esteve no tempo singular e no espaço singular de um existir único. E é ao redor deste ponto singular que se dispõe todo o existir singular de modo singular e irrepetível. Tudo o que pode ser feito por mim não poderá nunca ser feito por ninguém mais, nunca [...] Este fato do meu não-álibi no existir [moë ne-alibi v bytii], que está na base do dever concreto e singular do ato, não é algo que eu aprendo e do qual tenho conhecimento, mas algo que eu reconheço e afirmo de um modo singular e único.<sup>57</sup>

O “não-álibi no existir”, como já discutimos, diz respeito ao fato de eu não ter como me desvencilhar do lugar histórico-social em que me encontro e a partir do qual posso dizer o que digo, enxergar o que enxergo, interpretar o que interpreto, agir como ajo. Não tenho álibi porque não posso creditar a ninguém aquilo que é de minha responsabilidade: a assinatura de meus atos. Como não posso me eximir de minha responsabilidade, não posso creditar também a um determinismo histórico aquilo que eu digo e faço. O não álibi significa que meu lugar é inalienável. Significa, também, que preciso da inserção sociocultural para que meu agir faça sentido e figure como ato.

O existir, nas palavras de Bakhtin, se delineia pelo que está ao redor do ponto único, singular – mas não solitário – que o sujeito ocupa no mundo. Essa necessária inserção cultural sugere que o ato faz sentido por conta da ação não da pessoa empírica, mas do sujeito significado em determinado grupo social.

Nesse ponto, Bakhtin confere à língua um aspecto preponderante, uma vez que é por ela que o sujeito se posiciona, em atos, diante dos valores que assume ao mobilizar os domínios da cultura. A linguagem permite a instauração de um ato estético, ético ou cognitivo. Notemos que, na condição de domínios da cultura, ética, estética e cognição continuam em relação contínua e dinâmica, não instituem categorias estanques e atravessam toda e qualquer relação social. Todavia, na condição de ato, tais categorias indicam como se organizam e que sentido fazem as relações sociais nele implicadas. Por exemplo, um professor em discussão sobre os resultados da turma, ao dizer: “Sou responsável por meus atos”, implica a si mesmo num ato ético. Por esta enformação, reconhece seu lugar de dizer e, assim, assume a responsabilidade pelo que diz nas condições em que diz. Nos termos de Bakhtin, há “um real reconhecimento singular”.<sup>58</sup> Porém, havendo uma discussão filosófica em aula, o mesmo professor ao dizer: “O sujeito é responsável por seus atos”, estabelece uma instância teórico-conceitual num ato cognitivo, no qual não há implicação do sujeito que diz. Estamos diante de um exercício teórico. Notemos que não é o conteúdo do que digo que me compele a um ato ético, cognitivo ou estético, mas o modo como o sujeito se posiciona diante desse conteúdo. Porque a língua é peça-chave para tal posicionamento – seja ele qual for –, Bakhtin reconhece nela um caráter ambivalente.

Evidentemente, como temos insistido, os domínios da cultura não são estanques

nem comunicáveis. Pelo contrário, interpenetram-se e retroalimentam-se. Todavia, pela língua é acionada a chave axiológica (referencial de valor) a partir da qual o dizer deve ser semanticamente processado.

Assim, destacamos que, no pensamento bakhtiniano, o discurso não é o que se diz (ou escreve), mas depende do que se diz (ou escreve) para se atualizar. Se ainda não podemos defini-lo com certa precisão, já podemos encaminhar que, do ponto de vista dialógico, discurso é uma orientação semântica manifesta histórico-materialmente pelo encadeamento de atos. No capítulo “Mikhail Bakhtin e o Círculo”, serão discutidas outras obras que nos ajudarão a alcançar uma definição mais precisa para discurso. Em todo caso, já podemos destacar duas implicações para a tarefa de teorizar e analisar o discurso com base no pensamento bakhtiniano:

i) Sendo o discurso um fenômeno de natureza semântica com realização material, seu processamento envolve uma enformação de qualquer natureza semiótica que decorre de determinado referencial de valor, e não o contrário. Dito de outro modo: o discurso não significa por causa da forma, e sim a forma trabalha em função do discurso. Em linhas gerais, essa foi uma das diferenças de Bakhtin e o Círculo com os formalistas russos.

ii) Para acessar o discurso, precisamos de uma sequência de atos. Um ato destacado de qualquer cadeia não revela a tensão entre fronteiras que dá acesso ao referencial de valor que funciona como chave de sentido para processamento do próprio ato. Isso, mais uma vez, afasta o equívoco de que a gênese do sentido ou do discurso possa ser o indivíduo. A singularidade do ato, da existência, do sentido, não dá a nenhum desses momentos autonomia semântica, ideológica ou discursiva.

Atrelado à noção de discurso está outro conceito-chave para nossa discussão: o de sujeito. Também aqui podemos apenas rascunhar linhas gerais, já que uma conceituação produtiva depende de textos escritos após esse período inicial que ora cotejamos.

Em Para uma filosofia do ato responsável, na tarefa de diferenciar para articular o mundo teórico, da cultura, da cognição e o mundo da vida, encontramos o seguinte:

É como se nos apresentassem dois contextos de valor, duas vidas: a vida de todo um mundo infinito inteiro na sua totalidade, que pode ser conhecido somente objetivamente, e a minha pequena vida pessoal. O sujeito da primeira é o mundo como totalidade, e o sujeito da segunda é o sujeito singular accidental.<sup>59</sup>

Sempre lembrando de que Bakhtin não diferencia os domínios da cultura para separá-los, mas para recuperar a tensão gerada pelas fronteiras entre eles, entendemos também que nesse exercício teórico não são apresentados, de fato, dois sujeitos, mas “dois contextos de valor”. O que está afirmado no trecho citado acima é: no âmbito da cognição, o sujeito não está atrelado a uma vivência e, por isso, destaca-se de tudo que a singularidade e realidade concreta da vivência pode gerar semanticamente. Nessa dimensão conceitual, o sujeito é valorado como “totalidade”, ou seja, como uma categoria universal sem correlação material.

Em contrapartida, no âmbito da vida, o sujeito é valorado por sua inscrição na dinâmica temporal do existir e, por isso, significa conforme os atos em que se engaja. Por se definir a partir dos atos em que se engaja, o outro é constitutivo do que ora chamamos de “sujeito accidental”. De todo modo, sujeito não se define por si só, mas necessariamente na relação com o outro.

Por enquanto, esboçamos o seguinte: sujeito diz respeito ao lugar sociocultural ocupado no mundo. Não importa se tomamos o valor conceitual (domínio teórico, cognitivo) ou o valor accidental (domínio da vivência, ético); sempre referimos ao lugar ocupado na relação com o outro, e não ao indivíduo empírico. É verdade que “indivíduo” aparece em variados textos de Bakhtin, mas deixamos a discussão a respeito disso para o próximo capítulo, “Mikhail Bakhtin e o Círculo”.

Também a noção de história não é formalmente apresentada na obra de Bakhtin e o Círculo, não obstante guarde um lugar fundamental em seu raciocínio. À semelhança dos conceitos de discurso e sujeito, textos escritos em outros períodos elucidam aquilo que podemos recolher como história. Com base apenas nos textos ditos filosóficos, podemos apenas indicar alguns aspectos a serem considerados com mais vagar no subcapítulo “Discurso, sujeito, história à luz do Círculo”.

Em Bakhtin e nos textos do Círculo de modo geral, histórico costuma dizer respeito à dinâmica temporal no domínio da vida. Entretanto, vale retomar, novamente, um trecho de Para uma filosofia do ato responsável a fim de rastrear as pistas ali deixadas que auxiliam na interpretação da noção de história da perspectiva dialógica.

A temporalidade da historicidade real do existir não é mais que um momento da historicidade conhecida de maneira abstrata. O momento abstrato da validade extratemporal da verdade pode também ser contraposto ao momento abstrato da temporalidade do objeto da cognição histórica: mas toda a contraposição não sai dos confins do mundo teórico, e só neste tem sentido e validade. A validade extratemporal de todo o mundo teórico da verdade, por sua vez, entra por completo na historicidade real do existir-evento.<sup>60</sup>

Esse trecho retoma o exercício bakhtiniano de diferenciar para articular. Novamente diferencia uma historicidade abstrata, conceitual e que, portanto, integra o domínio cognitivo, e uma historicidade concreta do existir-evento ou, simplesmente, da existência, que integra o domínio ético. Cognitivamente, a história se define como ideias de relações temporais possíveis, ao passo que, na vivência, a história se define pelas relações temporais valoradas a partir do lugar social que o sujeito ocupa. Como já discutido em “Breve contextualização dos fundamentos do pensamento bakhtiniano”, a história (em seu valor cognitivo) desconhece a noção de passado remoto ou distante; é a inscrição na vivência que permite projetar tais valores.

Podemos, então, delinear o seguinte: história, no pensamento bakhtiniano, aponta para relações temporais que, no âmbito cognitivo, constituem possibilidades e, no âmbito da vivência, constituem a valoração dessas possibilidades. Na linguagem, há inúmeras formas de inscrição de relações temporais: tempo, modo e aspecto verbais, advérbios e locuções adverbiais, etc. Na concretude do enunciado, as possibilidades cognitivas são revestidas por um valor cultural que coloca tais relações temporais em perspectiva. Consideremos o famoso trecho final da carta-testamento de Getúlio Vargas:

Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.<sup>61</sup>

Nesse trecho, há um jogo lexical entre vida/morte e uma dinâmica temporal nele implicada. Trata-se de um recorte de um enunciado limítrofe da passagem da vida para a morte. É nesse limiar que se constroem as relações semânticas. “Tenho lutado” e “dei” indicam uma relação com o passado. A vida está ali inscrita preponderantemente no passado. Diferentemente, “dou” e “saio” localizam a morte como presente ou futuro iminente. Até aqui destacam-se apenas relações cognitivas. Trata-se de um processamento conceitual. A oração final, porém, implica uma interpretação temporal que projeta sobre esse jogo cognitivo valores culturais. “Saio da vida para entrar na história” necessariamente mobiliza a singularidade do indivíduo que se suicida e a temporalidade que lhe escapa e que significa a vida que ali se finda.

No âmbito da produção do enunciado, a temporalidade que escapa aponta para o futuro. No âmbito da recepção desse mesmo enunciado, adjunge-se à historicidade da carta tudo aquilo que dela fez sentido entre esse tempo que fora futuro e que hoje, para o sujeito que a lê, constitui passado. Para o raciocínio dialógico, interessa essa potencialidade semântica da história que se constitui pela relação entre o cognitivo e o vivencial, e não eventuais referências de tempo cronológico. A história se constitui como valoração subjetivo-cultural de relações temporais cognitivamente válidas.

Tendo rascunhado os conceitos de discurso, sujeito e história no pensamento bakhtiniano, passemos a ponderações acerca da tarefa propriamente dita de analisar o discurso de uma perspectiva dialógica.

#### **4. Como analisar discursos de uma perspectiva bakhtiniana?**

Sabemos que a discussão dos textos chamados filosóficos de Bakhtin traz questões de difícil compreensão nas primeiras leituras. Por mais que tenhamos contextualizado a discussão em nossa proposta de recuperar fundamentos para a reflexão dialógica sobre a linguagem, especialmente no domínio de uma análise do discurso de orientação dialógica, acreditamos que alguns equívocos costumam atrapalhar a compreensão de como proceder a tal análise. Assim, para elucidar as questões de base do pensamento bakhtiniano, listamos três aspectos comumente mal assimilados.



#### ***4.1 A análise dialógica do discurso não é análise do que uma pessoa diz***

Dissemos em “Breve contextualização dos fundamentos do pensamento bakhtiniano” que o valor projetado sobre o conteúdo (forma de conteúdo) enformado na textualidade é tão relevante em análise dialógica do discurso quanto a forma composicional dessa textualidade. Por conta desse destaque dado ao conteúdo, parece tentador nos atermos àquilo que foi dito e delimitarmos a análise a esse plano.

Voltemos à pintura A crucificação branca, de Chagall. Ao contemplarmos o quadro, identificamos um Jesus crucificado, uma sinagoga em chamas, entre outros elementos. O reconhecimento desses índices evidentemente diz algo acerca do conteúdo, mas a análise do discurso de orientação dialógica não se faz apenas pelo reconhecimento desses índices. É preciso localizar esses índices num fluxo de valor, ou seja, é preciso enquadrá-lo num encadeamento de atos para que tais índices possam ser valorados. A partir daí, mais do que simplesmente identificar conteúdo – a crucificação de Jesus, por exemplo –, podemos proceder a uma série de interpretações. Em 1938, quando o quadro foi pintado, o avanço nazista impunha à Europa uma discussão em torno de raça e religião. Nesse enquadre, a pintura constitui uma resposta à condição sociocultural que os judeus enfrentavam e também a uma tradição cristã, sobretudo católica romana, de significar Jesus como vítima e os judeus como seus algozes.

O que se apresenta em tela tem valor histórico, porque mobiliza os sentidos possíveis a partir do que já foi projetado sobre os eventos ali convocados (crucificação de Jesus, perseguição ao povo judeu, etc.); é discursivamente relevante, porque atualiza diferentes discussões sociais (raça, religião, etc.); e revela relações intersubjetivas, já que nem história nem discurso prescindem da circunscrição cultural que viabiliza o estabelecimento de pontos de vista.

Em suma, dialogicamente, analisar discurso é rastrear o processo de fazer sentido, e a questão é: fazer sentido é projetar valor e não o decodificar a partir da forma. O valor não está dado, não está ali, mas resulta daquilo que o sujeito faz dos índices materiais e históricos (ou, dialogicamente, semióticos). A análise

do discurso de orientação dialógica, portanto, não é análise do que se diz, posto que o sentido não é encapsulado pela forma. A análise dialógica envolve o reconhecimento de valores atribuídos ao conteúdo. Isso porque esse valor sobre o conteúdo não está dado; resulta do ato que o enforma, e isso implica outros atos que precederam aquele e os atos que resultam de sua compreensão. Isso nos leva a considerar outro aspecto relevante: a relação.

## ***4.2 A análise dialógica do discurso não se ocupa de dados, mas de relações***

Também já dissemos que o discurso, da perspectiva dialógica, não se confunde com a textualidade, embora dela não prescindia para realização. Isso pode nos levar ao equívoco de identificar o discurso como texto, como manifestação material dada, fisicamente sensível (materialidade sonora, visual ou mesmo tátil). O discurso, na condição de orientação semântica manifesta histórico-materialmente, pode ser recuperado das relações entre textualidades, mas não creditado a elas.

Pensemos novamente nas discursivizações da mídia em torno do afastamento da presidente Dilma em 2016. Nos meses que antecederam o efetivo afastamento, construiu-se na mídia uma rede de dizeres a esse respeito. Nessa rede, a escolha lexical golpe/impeachment, uso ou não de aspas, entre tantos outros recursos de linguagem, trabalhavam em função de alinhamentos discursivos, e não constituíam discurso em si. No nicho discursivo em torno do afastamento, havia o discurso de defesa, que se manifestava, por exemplo, pela escolha lexical golpe (sem aspas), e o discurso de denúncia, que se realizava por impeachment (ou golpe com aspas). A textualidade viabilizava o estabelecimento de relações semânticas que convocavam posicionamento ético dos sujeitos que a interpelavam. Ao optar por impeachment, assumia-se determinado valor ético, ao passo que optar por golpe (sem aspas) instituía-se outro ato ético. Os discursos não estavam dados pela textualidade; aquilo que os sujeitos punham em relação por seus atos languageiros culminava em alinhamento discursivo. Logo, o discurso não está na forma de linguagem, não está dado, mas realiza-se na centelha produzida pelas relações entre os atos, para os quais o sujeito não tem álibi. Afinal, as palavras não são apenas palavras, mas manifestações do lugar único do qual o sujeito significa o universo em que se inscreve.

### ***4.3 A análise dialógica do discurso não se presta à aplicação de conceitos***

A fundamentação filosófica construída nesses textos do período inicial da carreira de Bakhtin é muito importante para entender a dinâmica dialógica de construção do conhecimento. No âmbito de uma proposta de análise do discurso, a articulação cognição/ética/estética orienta o fazer analítico, mas não constitui um modelo analítico. Como assim?

Vimos em “Breve contextualização dos fundamentos do pensamento bakhtiniano”, por exemplo, que a estetização constitui uma etapa da atualização da linguagem. Para dar conta de acessar essa etapa, precisamos assumir uma extraposição que nos permite dar o acabamento necessário àquilo que tomamos como objeto. Pois bem, estetização, extraposição, excedente de visão, ato ético, atividade estética, etc., descrevem condições para o desempenho da tarefa analítica, mas não configuram necessariamente categorias de análise.

Por isso, orientar-se dialogicamente não significa mobilizar conceitos-chave como categorias analíticas e construir um modelo de análise aplicável. Equívoco comum para quem aborda o pensamento bakhtiniano sem o cuidado de recuperar as bases filosóficas é procurar aplicar conceitos. O que a análise dialógica requer é posicionamento. Notemos como a visita às bases do pensamento tal como fizemos em “Breve contextualização dos fundamentos do pensamento bakhtiniano” não conduz a procedimentos seriados (etapa 1, etapa 2, etapa 3 e assim por diante), mas a lições que orientam o que vale na perspectiva dialógica. Metaforicamente, dizemos que os fundamentos aqui discutidos devem funcionar como bússola, e não como meio de transporte.

Dialogicamente, não cabe, portanto, uma análise em que os domínios de cultura são feitos categorias estanques que encaminham procedimentos seriados, como: etapa 1: identificação de aspectos estéticos (formais); etapa 2: processamento cognitivo (conceitual); etapa 3: verificação de valoração ética. Isso seria dar tratamento discreto ao que é contínuo e mecânico ao que é dialógico.

---

## Notas

1. Foge ao escopo deste capítulo pensar sobre os desdobramentos acadêmicos na urss em comparação com os encaminhamentos nos países não socialistas principalmente do Ocidente. Mas vale pontuar que a separação política, econômica e ideológica entre a urss e os países não socialistas, na maior parte do século XX, resultou numa separação também de organização dos saberes acadêmicos. Por exemplo, o pensamento bakhtiniano fomentou o levante de uma sociolinguística soviética (Brandist, 2006), a despeito do que Labov construiria nos EUA a partir dos anos 1950.

2. No que concerne à AD francesa, retomamos Maltidier (2003, p. 59-60): “Em dezembro de 1977, e no início de 1978, realizou-se no cerm um debate que me parece esclarecer singularmente a fenda no interior da ‘análise de discurso francesa’. Girava em torno do linguista soviético V. N. Volóchinov, cujo livro *Marxismo e filosofia da linguagem* acabava de ser traduzido em francês. (...) Bernard Gardin e Jean-Baptiste Marcellesi fizeram desde 1974 uma sua apresentação em seu *Introdução à sociolinguística*. No cerm, Bernard Gardin é quem toma a iniciativa. Ele apresenta uma exposição intitulada ‘Ler Volóchinov’ na qual se exprime a esperança de que esta leitura permita efetuar o ‘corte epistemológico’ creditado frequentemente à obra de Saussure. ‘Digamos simplesmente que é preciso agora partir de Volóchinov’, afirma. O livro de Volóchinov encontrava-se bem no cerne dos problemas debatidos pelos linguistas do cerm. A relação da linguagem e da ideologia é aí analisada e o signo assimilado a um objeto ideológico. (...) O debate aí instituído no cerm era enunciador da importância que V. N. Volóchinov, frequentemente confundido com Mikhail Bakhtin, ia tomar, bem além do círculo dos marxistas, no campo francês da linguística. Para Michel Pêcheux, que, em 1981, em *La langue introuvable*, sublinhava a proximidade teórica de Volóchinov com a psicologia social de Plekhnov, Volóchinov não podia ser uma referência”.

3. Brait, Beth. *Análise e teoria do discurso*. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006 II, p. 9 (grifo da autora).

4. Zandwais, Ana. Bakhtin/Volóchinov: condições de produção de Marxismo e filosofia da linguagem. In: Brait, Beth (org.). Bakhtin e o Círculo. São Paulo: Contexto, 2009, p. 97-116.
5. Brandist, Craig. Mikhail Bakhtin e os primórdios da sociolinguística soviética. In: Faraco, Carlos Alberto; Tezza, Cristóvão; Castro, Gilberto (orgs.). Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin. Petrópolis: Editora Vozes, 2006, p. 67-88.
6. Bakhtin, Mikhail; Duvakin, Viktor. Mikhail Bakhtin em diálogo – conversas de 1973 com Viktor Duvakin. 2. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012.
7. Sobre as configurações do Círculo e suas condições de produção intelectual, ver, por exemplo, Emerson (2003), Brait (2009) e Grillo (2012).
8. Zandwais, Ana. Práticas políticas nacionalistas e funcionamento discursivo: totalitarismo, fascismo e nazismo. In: \_\_\_\_\_; Romão, Lucília Maria Sousa (orgs.). Leituras do político. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p. 127-142.
9. Craig Brandist, *ibidem*.
10. Faria e Silva, Adriana Pucci Penteadó de. Bakhtin. In: Oliveira, Luciano Amaral (org.). Estudos do Discurso: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 49.
11. Ver Beth Brait e Maria Inês Batista Campos (2009) especificamente sobre a transmissão do chamado pensamento bakhtiniano; ver Ana Zandwais (2011) sobre as condições histórico-sociais de produção intelectual na Rússia stalinista, sobretudo quanto ao impacto de um projeto de língua nacional.
12. Holquist, Michael. Introduction: The Architectonics of Answerability. In: Bakhtin, Mikhail M. Art and Answerability: early philosophical essays by M. M. Bakhtin. Austin: University of Texas Press, 1990, p. IX-XLIX.
13. Faraco, Carlos Alberto. O problema do conteúdo, do material e da forma na arte verbal. In: Brait, Beth (org.). Bakhtin, dialogismo e polifonia. São Paulo: Contexto, 2009 II, p. 95-112.
14. Souza, Geraldo Tadeu. A construção da metalinguística (Fragmentos de uma ciência da linguagem na obra de Bakhtin e o Círculo). 2002. 204 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Semiótica e

Linguística Geral, Universidade de São Paulo, São Paulo.

15. Bakhtin, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003 II, p. xxxiii-xxxiv.

16. Ibidem.

17. Ibidem, p. xxxiii, grifo do autor.

18. Disponível em: <<http://bit.ly/2Wr6MVI>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

19. Bakhtin, Mikhail. Para uma filosofia do ato responsável. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010 I.

20. Amorim, Marília. Para uma filosofia do ato: ‘válido e inserido no contexto’. In: Brait, Beth (org.). Bakhtin, dialogismo e polifonia. São Paulo: Contexto, 2009, p. 19.

21. A ideia de “extraposição” aparecerá ao longo da obra de Bakhtin em suas variadas traduções em diferentes termos: extralocalização, extraposição, exotopia, distanciamento, distância, entre outros. Na edição brasileira traduzida diretamente do russo, Paulo Bezerra, na introdução que escreve para a obra Estética da Criação Verbal, justifica sua escolha pela tradução “distanciamento” e “distância”. Neste livro, optamos por “extraposição” para marcar não apenas o lugar único do eu, que é insubstituível, mas também a orientação apreciativa, o valor que é inerente à posição do eu.

22. Bakhtin, 2010 I, p. 43.

23. Ibidem, p. 57.

24. Ibidem, p. 70.

25. Ibidem, p. 114-115.

26. Lobato, Monteiro. Caçadas de Pedrinho. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul (Globo), 1933.

27. Lobato, op. cit., p. 9.

28. Bakhtin, Mikhail. O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária. In: \_\_\_\_\_. Questões de literatura e de estética (A teoria do romance). São Paulo: Hucitec, 2010 III, p. 29.
29. Ibidem, p. 22.
30. Ibidem, p. 35.
31. Ibidem, p. 46.
32. Para a discussão feita neste capítulo, ativemo-nos tanto à edição brasileira traduzida por Paulo Bezerra direto do russo (Bakhtin, 2003 III), quanto à edição em língua espanhola (Bajtín, 1997), na qual Tatiana Bubnova traduz também direto do russo algumas das páginas iniciais do ensaio encontradas posteriormente à grande circulação pública desde 1979.
33. Texto na edição consultada: Estrictamente hablando, la geografía no conoce lo que es lejos y cerca, aquí y allá, carece de escala axiológica absoluta de la dimensión dentro de la totalidad que ha escogido (la Tierra), mientras que la historia desconoce el pasado, el presente, el futuro, prolongación y brevedad, lo remoto y lo reciente como momentos absolutamente únicos e irreversibles; el propio tiempo de la historia es desde luego irreversible, pero intrínsecamente todas las relaciones son casuales y relativas (también reversibles), puesto que no hay un centro axiológico absoluto. Siempre hay lugar para una determinada estetización de la historia y la geografía.
34. Bajtín, Mijail M. Autor y héroe en la actividad estética. In: \_\_\_\_\_. Hacia una filosofía del acto ético – De los borradores y otros escritos. Rubí: Barcelona; Anthropos: San Juan, Universidad de Puerto Rico, 1997, p. 82.
35. Bakhtin, Mikhail. O autor e a personagem na atividade estética. In: \_\_\_\_\_. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003 III, p. 10.
36. Bakhtin, 1992.
37. Ibidem, 2003 I.
38. Bakhtin, Mikhail. Questões de literatura e de estética (A teoria do romance). Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: Hucitec, 2010 II.



39. Bakhtin, Mikhail. Problemas da poética de Dostoiévski. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010 V.

40. Volóchinov, Valentin (Círculo de Bakhtin). Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

41. Para detalhamento acerca da relação entre disciplina e recepção do pensamento bakhtiniano no Brasil, ver Brait (2006 II); para detalhamento de problemas gerais na recepção da obra do Círculo, incluindo as discussões em torno da autoria, ver Faraco (2009 I).

42. Sobral, Adail. Ético e estético. Na vida, na arte e na pesquisa em ciências humanas. In: Brait, Beth (org.). Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005 II, p. 103-22.

43. Ibidem, p. 104, grifos do autor.

44. Ver subcapítulo “Breve contextualização dos fundamentos do pensamento bakhtiniano”.

45. Faraco, Carlos Alberto. Aspectos do pensamento estético de Bakhtin e seus pares. In: \_\_\_\_\_. Letras de hoje, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 21-16, 2011.

46. Ver Bakhtin (2003 III; 2010 III).

47. Ver Bakhtin (2010 I) e extraposição, discutida em “Breve contextualização dos fundamentos do pensamento bakhtiniano” neste livro.

48. Faraco, 2009 II, p. 99-100, grifos do autor.

49. Sobral, Adail. Ato/atividade e evento. In: Brait, Beth (org.). Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005 I, p. 11-36.

50. Ibidem, p. 26.

51. Ver, por exemplo, Bakhtin (2010 I).

52. Um exemplo dessa fala – ocorrida em 30 de março de 2016, por ocasião do

lançamento da terceira fase do programa Minha Casa, Minha Vida –, pode ser acessado em: <<https://glo.bo/31RjeMA>>.

53. Faraco, 2009 ii, p. 99, grifos do autor.

54. Ibidem, p. 101.

55. Madeiro, Carlos. Dilma fala em ‘segundo golpe’ para evitar candidatura de Lula em 2018. Uol notícias, Política, 19/03/2017. Disponível em: <<http://bit.ly/2QEdAck>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

56. Estadão. Dilma diz que impedir Lula de se candidatar seria 2º golpe. Uol notícias, 17/02/2017. Disponível em: <<http://bit.ly/2QIkqgR>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

57. Bakhtin, 2010 I, p. 96, grifos do autor.

58. Ibidem, p. 95.

59. Ibidem, p. 109.

60. Ibidem, p. 55.

61. Disponível em: <<http://bit.ly/2JThQE6>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

## 2. MIKHAIL BAKHTIN E O CÍRCULO

O conjunto da obra da qual emerge o que chamamos de teoria dialógica da linguagem e do discurso envolve outros importantes autores além de Bakhtin. No Brasil, Valentin Nikolaevich Volóchinov (1895-1936) e Pavel Nikolaevich Medvedev (1892-1938) são os mais conhecidos, embora outros nomes sejam também importantes. Neste capítulo, atemo-nos a contribuições de títulos-chave para a teoria dialógica que foram produzidos e publicados principalmente na urss stalinista e cuja recepção no Ocidente, em geral, e no Brasil, em particular, por diferentes grupos de estudiosos em diferentes tempos, construiu um percurso de saber polêmico, diverso e indelével.<sup>62</sup> Os textos selecionados para discussão neste capítulo foram produzidos em condições bem adversas para o que empreendiam os estudiosos cuja base filosófica do pensamento visava, como discutido no capítulo “Mikhail Bakhtin ele mesmo”, encontrar o lugar da diversidade e da pluralidade na sistematização do conhecimento, incluindo o conhecimento linguístico.

Como já pontuado, na urss de Stalin, a política nacionalista advogava a unidade linguística promovida via língua russa, que era significada como condição de paridade na sociedade que se pretendia sem classes.<sup>63</sup> Politicamente, isso vai na contramão, por assim dizer, da política leninista que a precedeu e, academicamente, traz embargos para a defesa dos princípios que sustentavam o pensamento dos estudiosos desse Círculo “de Bakhtin”. Nossa tarefa envolve, então, tentar rastrear, entre a fugidia nomenclatura e na dispersão de textos produzidos a partir especialmente da segunda metade da década de 1920, os ecos, os desdobramentos dos fundamentos e princípios lançados nos textos chamados filosóficos discutidos no capítulo “Mikhail Bakhtin ele mesmo”. Ressaltamos que os títulos selecionados são representativos, mas nem de longe esgotam a riqueza dos textos-fonte do pensamento dialógico. A seleção se deve, por um lado, à divulgação consolidada de alguns e, por outro, à novidade de traduções reavaliadas e de inéditos recentemente disponíveis em português.

Partimos de uma breve reflexão sobre o contexto em que os textos selecionados foram produzidos. São consideradas, especialmente, quatro teses: O método formal nos estudos literários – introdução crítica a uma poética sociológica, de Medvedev, publicada originalmente em 1928; Marxismo e filosofia da

linguagem – problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem, de autoria disputada, mas creditada a Volóchinov, publicada originalmente em 1929, com uma revisão em 1930; A cultura popular na Idade Média e no Renascimento – o contexto de François Rabelais, tese de doutorado de Bakhtin apresentada originalmente em 1940; Problemas da poética de Dostoiévski, também de Bakhtin, com uma primeira versão originalmente publicada em 1929 e uma segunda versão revisada e ampliada pelo autor em 1963. Na sequência, pensamos sobre a recepção do pensamento dialógico no Brasil especialmente via as traduções brasileiras de textos-chave e, em seguida, discorreremos sobre como essa recepção encaminha uma compreensão do que seja discurso, sujeito e história. Por fim, discutimos sobre a contribuição do pensamento do Círculo para a emergência de uma Análise Dialógica do Discurso cotejando procedimentos que não se coadunam com tal proposta de estudo.

## **1. Buscando uma unidade em teses fonte do pensamento dialógico**

As teses comentadas têm um alcance muito maior do que pode ser aqui destacado. O principal objetivo de elencá-las é sensibilizar o leitor para os modos como os fundamentos dialógicos lançados na discussão filosófica nos primeiros anos da década de 1920 ganham contornos posteriormente. Identificamos princípios gerais que permitem o desenho de uma teoria dialógica e, novamente, seguimos a ordem cronológica de produção ou publicação original, e não necessariamente a de recepção no Brasil.

A primeira tese é *O método formal nos estudos literários – introdução crítica a uma poética sociológica*. Esclarecemos desde já que as referências são feitas conforme as edições consultadas. As discussões acerca da disputa autoral e da importância intelectual de Medvedev podem ser acompanhadas nos estudos, por exemplo, de Sheila Grillo<sup>64</sup> e Iúri Medvedev e Dária Medvedeva.<sup>65</sup>

O subtítulo da obra sintetiza o que ali é defendido: que o estudo literário dê conta dos aspectos sociológicos que atravessam a literatura sem cair numa generalidade pertinente a uma teoria geral da cultura, das instituições, já encaminhada nas discussões marxistas na Rússia dos anos 1920, nem perder de vista a especificidade da criação artística. Logo no início do primeiro capítulo, Medvedev destaca o problema de que trata:

Entre a teoria geral das superestruturas em suas relações com a base e o estudo concreto de cada fenômeno ideológico específico existe uma espécie de ruptura, um campo nebuloso e instável que cada pesquisador atravessa por sua própria conta e risco; porém, muitas vezes ele simplesmente passa por esse campo, fechando os olhos para toda dificuldade e obscuridade. Como consequência, ou a especificidade do fenômeno estudado é afetada, como no caso da obra de arte, ou, então, sua análise “imaneente”, que leva em conta essa especificidade sem, no entanto, ter nada em comum a sociologia, é ajustada artificialmente à base econômica.<sup>66</sup>

É importante lembrar que este texto foi publicado originalmente na URSS, em 1928. Portanto, há de se ter cautela em considerar o que era a recepção marxista naquela sociedade, naquele momento, bem como o que era compreendido pelo autor como “sociologia”. Apesar disso, ficam as indicações de como em seu pensamento se organiza teoricamente a relação entre as forças de produção e de trabalho, a base no marxismo, e as instituições, a cultura, o poder político, o Estado, ou seja, a superestrutura. Para Medvedev, o marxismo havia dado conta de uma teoria geral da relação entre a base e a superestrutura, mas havia deixado lacunas no tratamento das especificidades qualitativas dos campos da criação ideológica, aos quais nomeia: ciência, arte, moral e religião.

Medvedev apresenta sua tese como contribuição para essa lacuna ao elucidar um caminho de estudo do campo artístico-literário. A implicação da tese em uma lacuna maior é a brecha que deixa ver numa discussão específica as nuances de uma teoria de linguagem e de discurso que não se restringem ao fenômeno literário. Sem negligenciar as especificidades do estudo literário, pincemos aquilo que vincula tal reflexão a esse empreendimento mais abrangente de identificar o lugar da linguagem na relação entre base e superestrutura.

O ponto-chave para construção de sua tese é a compreensão do que chama de “meio/mundo ideológico”. Na ocasião em que o livro é produzido e publicado, há um rico nicho intelectual se ocupando de questões em torno da polissêmica noção de “ideologia”. Para maior detalhamento acerca das fontes intelectuais do Círculo, remetemos especialmente à discussão Luiz Rosalvo Costa<sup>67</sup>. Por ora, salientamos o modo como Medvedev localiza o processamento semântico no âmbito cultural, ideológico.

Medvedev diferencia corpos físicos e naturais, instrumentos de produção e objetos ideológicos. Segundo o estudioso russo, os corpos físicos e naturais estão no âmbito das leis e relações naturais. Podemos dizer que na condição de corpo natural são flagradas relações fisiológicas, anatômicas, físico-químicas, que não apresentam estatuto ideológico. Semelhantemente, os instrumentos de produção, na condição de instrumento propriamente dito, apresentam estatuto empírico, físico, mas não ideológico. Apenas quando esse instrumento passa a fazer sentido num âmbito relacional social ele alça a um estatuto ideológico. O martelo, por exemplo. Em sua relação física e funcional com o prego, o martelo não é um elemento ideológico; é um instrumento material; um corpo físico

(embora não natural). Quando um trabalhador o utiliza em sua função de instrumento de trabalho, há ali relações físicas, materiais, que não dizem respeito ao modo como esse mesmo instrumento faz sentido de algo que não seja aquela relação mecânica. Porém, no âmbito das relações sociais em que o martelo desempenha uma função metonímia e passa a representar, por exemplo, a classe operária, aí o martelo deixa de ser apenas um instrumento de produção e passa a figurar como elemento significante de relações ideológicas. O estatuto ideológico, portanto, requer manifestação material, sim, mas essa manifestação é reordenada por relações coletivas.

O estatuto ideológico organiza-se conforme os campos que ordenam o modo como os objetos passam a figurar não (apenas) como físico ou natural, mas (também) como objetos da relação estabelecida entre membros de um grupo social. Por exemplo, o campo religioso é condição para que uma estátua figure como divindade. Não há nada na composição física do artefato que lhe conceda tal estatuto; somente na relação com o grupo que identifica o campo é possível significar a estátua como deidade. O mesmo se dá com a arte, a ciência. Nessa relação com o outro, no grupo, flagramos a ideologia, o que explica a premissa de Medvedev de que todo produto ideológico é objeto da comunicação.

O homem social está rodeado de fenômenos ideológicos, de “objetos-signo” dos mais diversos tipos e categorias: de palavras realizadas nas suas mais diversas formas, pronunciadas, escritas e outras; de afirmações científicas; de símbolos e crenças religiosas; de obras de arte, e assim por diante. Tudo isso em seu conjunto constitui o meio ideológico que envolve o homem por todos os lados em um círculo denso. Precisamente nesse meio vive e se desenvolve a sua consciência. A consciência humana não toca a existência diretamente, mas através do mundo ideológico que a rodeia. O meio ideológico é a consciência social de uma dada coletividade, realizada, materializada e exteriormente expressa.<sup>68</sup>

Essa “consciência social” pode ser entendida como o referencial de valor que organiza o grupo social e coloca em perspectiva seus membros e suas relações. Assim, o mundo ideológico, aquele em que importam não as relações em sua dimensão físico-mecânica, mas as relações tais como são significadas pelo

coletivo a partir do que é materialmente manifesto, é o lugar de onde são tomados os objetos de estudo do pensador russo. Na tarefa de proceder ao estudo de uma poética sociológica, Medvedev recorta a arte como um campo da criação ideológica e identifica, no formalismo, alguns limites ou falhas, dos quais destacamos apenas a questão do gênero.

Ele não formula uma teoria do gênero discursivo, como Bakhtin faria nos anos 1950 no conhecido ensaio “Os gêneros do discurso”,<sup>69</sup> mas o que Medvedev diz acerca dos gêneros literários e artísticos dá relevantes pistas acerca do modo dialógico (não mecanicista, como vimos em “Breve contextualização dos fundamentos do pensamento bakhtiniano”) como os gêneros discursivos seriam posteriormente teorizados. Da fina discussão feita por Medvedev, ressaltamos a compreensão de que o gênero é uma forma de comunicação, de relação, de interação que emerge da concretude da linguagem (podemos dizer, verbal ou também não verbal) em uso. Sendo forma de relação, o gênero se localiza na inter-relação do campo da criação ideológica em que a linguagem é atualizada com a própria atualização da linguagem. Brait sintetiza bem o que depreendemos de Medvedev:

[...] o gênero emerge da totalidade concluída e solucionada do enunciado, que é o ato realizado por sujeitos organizados socialmente de uma determinada maneira. Trata-se de uma totalidade temática, orientada pela realidade circundante, marcada por um tempo e um espaço.<sup>70</sup>

Podemos dizer, então, que uma das propostas teórico-metodológicas de Medvedev para acessar o mundo ideológico é o tratamento da relação entre o agir humano e os sentidos que se fazem desse agir, sendo os gêneros (do discurso) o construto teórico que lhe dá acesso. Insistimos: gêneros não como um atributo formal resultante de características mecanicamente constitutivas, mas como um atributo dialógico que emerge das relações sociais em dado campo da criação ideológica. Por exemplo: ao enunciar e reiterar em suas falas oficiais em 2016 “impeachment sem crime é golpe”, a então Presidente Dilma Rousseff não produzia uma definição de ordem meramente cognitiva. Havia nesse enunciado um encaminhamento político que visava significar a ação da oposição política como ilegítima. A minúcia semântica daí decorrente não resulta de um



aspecto formal atribuído ao gênero “pronunciamento oficial da Presidência”. Diferentemente, o reconhecimento do campo político resulta da relação dialógica (não mecânica) entre os interactantes – quem se pronuncia? Para quem se pronuncia? –, as condições materiais de atualização da linguagem – como está sendo realizado e divulgado esse pronunciamento? – e, claro, o que está sendo dito –, os componentes linguísticos. Daí emergem as regras para processamento semântico do enunciado, cuja totalidade dá vistas ao gênero que se desenha: defesa política. Formalmente, há um pronunciamento como tantos outros; dialogicamente, há um gênero de defesa política, que não se depreende apenas de relações formais.

A partir dessa tese de Medvedev, acrescentamos as seguintes lições ao que temos aprendido com o pensamento dialógico: 9) as relações que interessam a esse pensamento se dão no mundo ideológico, no qual essas relações são materialmente manifestas, mas não decorrem do material (cotejar com lições 3, 4, 5 e 8 em “Breve contextualização dos fundamentos do pensamento bakhtiniano”); 10) os gêneros (do discurso) considerados como ordenamento dialógico de enunciados são importante construto para acesso ao mundo ideológico.

A segunda tese de que tratamos foi originalmente publicada em 1929 e é uma das mais conhecidas e divulgadas do Círculo, especialmente entre estudiosos da Linguística: Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trata-se de uma das obras com disputa autoral, o que pode ser flagrado pelo mero cotejo entre os paratextos (notas de tradutor, notas de editor, prefácio, prólogo, ensaio introdutório) da primeira tradução brasileira<sup>71</sup> e da tradução direto do russo.<sup>72</sup> Apesar de relevante para compreensão de minúcias teórico-metodológicas, para esta reflexão de introdução ao pensamento dialógico, não detalharemos o que decorre dessa disputa.

Essa obra de Volóchinov também traz inúmeras contribuições para o entendimento de uma teoria dialógica da linguagem e do discurso. No ensaio introdutório, Grillo delinea didaticamente o cenário intelectual da época e que constitui o que a obra mobiliza como “filosofia da linguagem”.<sup>73</sup> No mais, assim como a tese sobre poética sociológica de Medvedev, também nesta discussão de Volóchinov há explícita preocupação em dar conta do lugar da linguagem na relação entre base e superestrutura. É possível dizer que a obra se constrói a partir da indagação se língua e linguagem são uma questão de base ou

superestrutura. O capítulo V da primeira parte de Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem trata diretamente dessa questão, mas o todo da obra sustenta a onipresença social da linguagem.

O subtítulo do livro – problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem – deixa ver aquele empenho do início da década de 1920 em buscar um novo modo de teorizar, entre outros objetos, a linguagem. A ordem social dos primórdios da urss justifica a postura de Volóchinov em fazer ressalvas a um tratamento meramente subjetivo da produção de linguagem, como se o indivíduo fosse sua fonte. Também justifica sua restrição a uma abordagem da língua como fenômeno abstrato, sem apresentação material concreta. O pensador russo identifica nesses dois polos, duas tendências do pensamento filosófico-linguístico, às quais nomeia, respectivamente, subjetivismo individualista e objetivismo abstrato. Ao categorizar assim as tendências dos estudos da linguagem – sempre lembrando que a reflexão foi originalmente publicada em 1929 –, Volóchinov desenha o estado do pensamento filosófico pululante em seu tempo e propõe uma articulação entre a tendência subjetivista individualista e a objetivista abstrata. Destacamos especialmente dois conceitos que são basilares para esse lugar teórico proposto, ou seja, para o tratamento dialógico de qualquer material significativo no mundo ideológico: signo ideológico e interação discursiva.

Logo no início do primeiro capítulo, Volóchinov trava uma discussão que se coaduna com aquela reflexão de Medvedev acerca do instrumento de produção e do produto ideológico. Também muito próximo da linha argumentativa de Medvedev, Volóchinov concebe a ciência, a literatura (Medvedev considera a arte), a religião e a moral como campos da criação ideológica. Há grande consonância entre as discussões, mas Volóchinov é mais contundente ao implicar o semiótico e o ideológico, de modo a nomear o mundo ideológico como “campo dos signos”<sup>74</sup>. Para isso, o autor distingue a realidade física daquela significada semioticamente e destaca que uma não necessariamente coincide com a outra: “Pode-se dizer que um corpo físico equivale a si próprio: ele não significa nada e coincide inteiramente com a sua realidade única e natural. Nesse caso, não temos como falar de ideologia [...]”<sup>75</sup>. Mais adiante, o autor explicita: “O campo ideológico coincide com o campo dos signos. Eles podem ser igualados. Onde há signo há também ideologia. Tudo que é ideológico possui significação símica”.<sup>76</sup>

A partir do entendimento de que o mundo ideológico é o mundo dos signos, o estudioso russo pondera acerca da foice e do martelo. Na condição de instrumentos de trabalho, coincidem com sua realidade física e material; ao passo que, como símbolos de classe trabalhadora rural e urbana, habitam o mundo ideológico e figuram como “signo ideológico”. Do ponto de vista dialógico, signo ideológico é um termo redundante. Entretanto, cabe como termo para se diferenciar de outras abordagens semióticas, como a saussuriana.

Daí decorre outra confluência com a tese de Medvedev. Para Volóchinov, o campo dos signos implica comunicação, interação discursiva. Só nessa atividade intersubjetiva é possível constituir signo e, conseqüentemente, ideologia.

Um signo só pode surgir em um território interindividual, que não remeta à “natureza” no sentido literal dessa palavra. O signo tampouco surge entre dois *Homo sapiens*. É necessário que esses dois indivíduos sejam socialmente organizados, ou seja, componham uma coletividade – apenas nesse caso um meio sógnico pode formar-se entre eles.<sup>77</sup>

Com base nessa concepção de signo ideológico e em tudo que ela implica, Volóchinov, na segunda parte do livro, explicita o que compreende por “interação discursiva”. Primeiro, Volóchinov pontua que os estudos que seguem a tendência subjetivista individualista concebem o enunciado, a língua em uso, como a realidade concreta da língua, mas ressalva que a concepção de enunciado nessa vertente é monológica por localizar no psiquismo individual a gênese dos sentidos. Em seguida, o autor pondera que, na tendência objetivista abstrata, a língua é concebida como um sistema abstrato sincrônico e carece de realidade concreta. Nessa tendência também é negligenciado o caráter histórico inerente a qualquer atualização da linguagem. Então, Volóchinov chega à contrapartida na qual “a interação discursiva é a realidade fundamental da língua”<sup>78</sup>, ou, dito de outro modo, “A língua vive e se forma historicamente justo aqui, na comunicação discursiva concreta, e não no sistema abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes”<sup>79</sup>.

Em “A recepção brasileira de um nicho conceitual de base dialógica”, voltaremos ao conceito de enunciado dialógico para tratar de como a interação

constitui o discurso. Por ora, destacamos que desta tão divulgada tese, em consonância com o que já ponderara Medvedev, Volóchinov sustenta que um olhar dialógico se volta para o mundo dos signos – o mundo ideológico – e foca a produção de linguagem como um processo interacional em que aquilo que se produz nunca se produz num vácuo social; é sempre orientado para um outro, seja empírico, seja presumido. Por isso, o enunciado – a produção languageira – não pode ser resultado de um psiquismo individual, mas é preponderantemente social e se concretiza na interação discursiva. Com base nessa concepção de enunciado, Volóchinov delinea importantes princípios metodológicos para o estudo da linguagem e do discurso.

Disso [dessa concepção de enunciado como comunicação discursiva] decorre que a ordem metodologicamente fundamentada para o estudo da língua deve ser a seguinte: 1) formas e tipos de interação discursiva em sua relação com as condições concretas; 2) formas de enunciados ou discursos verbais singulares em relação estreita com a interação da qual são parte, isto é, os gêneros dos discursos verbais determinados pela interação discursiva na vida e na criação ideológica; 3) partindo disso, revisão das formas da língua em sua concepção linguística habitual.<sup>80</sup>

Flagramos uma preocupação metodológica em Volóchinov para a qual poucos leitores atentam. Aliás, é comum lermos ou ouvirmos a equivocada ideia de que no pensamento do Círculo não há método. O pequeno trecho mostra que não há modelo de análise, com etapas predefinidas, mas princípios que devem guiar as ações analítico-interpretativas em uma abordagem dialógica: a) o material linguístico é, sim, condição do discurso, mas não é dele que decorrem os sentidos, tanto que o exame linguístico propriamente dito deve ser feito depois de consideradas as questões sociais, históricas e comunicativas; b) as condições de interação entre indivíduos participam do processo discursivo, mas não de sua totalidade; c) a relação entre as formas enunciativas e a atividade em que os enunciados se instalam não é mecânica, nem formal, isto é, não é possível projetar uma interpretação estável entre forma e sentido.

Assim, podemos formular outra lição: 11) diante de uma materialidade comunicativa discursiva, é preciso atentar primeiro para as condições sociais e

históricas que tornaram possível aquela interação singular; em seguida, é mister olhar para a materialidade considerando sua relação com a atividade implicada naquela situação concreta – daí a relevância que, assim como Medvedev, Volóchinov dá aos gêneros do discurso (e aqui está, sim, explicitamente nomeado “do discurso”, e não apenas literário); por fim, atentar para a materialidade propriamente dita (esta lição está estreitamente ligada às lições 9 e 10).

Os princípios sintetizados nessa lição não devem ser ingenuamente tomados como etapas prescritivas de análise. Antes, devem nortear o modo como tratamos o material linguageiro que tomamos para estudo. Como exemplo, voltemos à discursivização em torno do impedimento da presidente Dilma em 2016. Numa análise apenas da forma, ou seja, numa análise não dialógica, identificamos que dadas as características interacionais, as falas da presidente poderiam ser categorizadas como “pronunciamento”. Não há nada de errado nisso. De fato, suas falas oficiais seguem um protocolo não só, mas também retórico, que permite essa categorização. Todavia, não acessamos aos sentidos postos em jogo em cada pronunciamento. Para isso, Volóchinov nos orienta por tais princípios, que nos permitem identificar as relações que se dão no mundo ideológico, onde estão as tensões políticas. Uma análise dialógica envolveria olhar para os pronunciamentos e verificar as condições materiais em que cada um se deu, em seguida, atentar para os atos concretizados pela linguagem e, por fim, processar os sentidos das formas linguísticas envolvidas. Como seria esse percurso de análise para entendimento da discursivização do impedimento da presidente?

A conjuntura política é condição para o processamento semântico de seus pronunciamentos à época. Do complexo cenário, lembramos: inúmeros pedidos de impeachment protocolados, incluindo o elaborado pela OAB; a oposição feita a ela pelo então presidente da Câmara dos Deputados – deputado Eduardo Cunha –, contra quem constavam denúncias de corrupção, etc. Nesse contexto, cada pronunciamento tinha uma função quanto ao posicionamento da presidente. Para quem ela se pronunciava? Tratava-se de um pronunciamento no Palácio com trechos transmitidos nacional e internacionalmente pela mídia, ou era um pronunciamento em cadeia nacional? E por aí vai. Assim, a cada vez que mobilizava as palavras impeachment e golpe, os enunciados que os continham figuravam como ataque ou defesa, o que delineava o gênero do discurso pelo qual a presidente significava a conjuntura política. Notamos que não temos como partir dos elementos linguísticos para acessar o ato de defesa ou ataque e, assim,

chegar à interação em que foram produzidos e à conjuntura política. No mundo ideológico, a interpretação dialógica da conceituação em jogo – impeachment/golpe – requer a visitação à materialidade recortada para análise, partindo das condições da comunicação discursiva, e não do material linguístico *stricto sensu*. Daí a importância dessa lição metodológica.

A terceira tese aqui discutida é aquela com a qual Mikhail Bakhtin buscou titular-se como doutor. Escrita originalmente nos anos 1940, *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais* também representa um mosaico de ideias do qual podemos recuperar variadas discussões; algumas bem polêmicas e acaloradas, como pontua Anthony Wall.<sup>81</sup> Há quem defenda que os escritos de Bakhtin sobre o carnaval formam um grupo distinto de ideias com um raciocínio diferente do restante da obra do pensador russo. Assim pensam, por exemplo, Morson e Emerson.<sup>82</sup> Não obstante, nossa discussão segue uma leitura que enxerga unidade no pensamento dialógico, incluindo o trabalho sobre o carnaval.

Irina Popova identifica a análise do “carnaval das palavras” na obra de Rabelais como um fragmento do empreendimento maior de Bakhtin de tratar da crise, da transição, da transformação pelo viés do crime desde Sófocles (*Édipo Rei*), passando pelo Renascimento, especialmente com as tragédias de Shakespeare (*Macbeth*, *Otelo*, *Hamlet*), até Dostoiévski (*Irmãos Karamazov*).<sup>83</sup> De acordo com a pesquisadora russa, o problema do discurso de outrem, que perpassa várias obras do Círculo, como a tese de Volóchinov de que tratamos, e é fulcral na tese sobre Dostoiévski, da qual trataremos em seguida, é devedor do trabalho sobre Rabelais. Popova argumenta que a obra de Bakhtin sobre Rabelais responde, entre outras, à tradição da Escola de Karl Vossler, especialmente aos estudos de Vossler ele mesmo e Leo Spitzer. Esses autores – identificados na tese de Volóchinov como expoentes de uma orientação subjetivista individualista nos estudos da linguagem – insistiram que a interpretação da obra de um poeta, além de considerar sua biografia particular, deveria se basear em seu ambiente linguístico. Essa orientação metodológica constitui uma provocação para o pensamento dialógico, como pode ser cotejado pelo que acabamos de ver com as teses de Medvedev e Volóchinov. A obra sobre Rabelais marca a resposta de Bakhtin à Escola de Vossler.

Nos anos 1910-1920, o linguista alemão tratara do “carnaval lexical de Rabelais”, seguindo a orientação metodológica de alcançar o extralinguístico a partir do linguístico. Nos anos 1940, Bakhtin responde a essa corrente com sua

tese A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. Como argumenta Popova, esse é o “fundo dialógico” da obra e deve integrar o modo como a mobilizamos. Em suma, a pesquisadora defende que essa tese é constitutiva da unidade e integralidade do pensamento dialógico, e não uma obra a parte, destacada das demais discussões desenvolvidas por Bakhtin e pelo Círculo.

Também pelo viés da unidade, seguimos a leitura de Wall,<sup>84</sup> que enxerga “relações insuspeitas” entre o dialogismo, ou seja, o pensamento mais amplo que emerge da obra de Bakhtin, e o carnaval. O professor e pesquisador canadense pondera que carnaval e carnavalização não são conceitos transparentes. Sua recepção encaminhou ao menos cinco tendências no tratamento de fenômenos culturais. Para exame dessa pluralidade, recomendamos a consulta do artigo completo de Anthony Wall. Para nós, interessa a tese de que carnaval e dialogismo estão diretamente relacionados, e tratamos dessa relação pela questão da ambivalência destacada ao longo da obra de Bakhtin sobre a cultura popular na Idade Média e no Renascimento.

Essa é uma obra com fortes marcas das coerções que incidiam sobre Bakhtin. Além de não ter sido aprovado em seu doutorado (após uma longa deliberação, a banca aceitou seu trabalho não como tese, não conferindo a ele o título de doutor, apenas como candidato ao doutorado), sua discussão dá pistas acerca das dificuldades intelectuais enfrentadas na URSS dos anos 1940. Uma pista bem evidente é a supressão do ensaio intitulado “Rabelais e Gógol (Arte do discurso e cultura cômica popular)” e seu posterior deslocamento para a coletânea Questões de literatura e de estética – a teoria do romance, publicada originalmente em 1975. A tese sobre a carnavalização no Renascimento francês até poderia ser recebida no contexto soviético, apesar dos meandros políticos por que passavam; diferentemente, a discussão acerca de Gógol ia de encontro ao encaminhamento político e ideológico nacionalista do regime. Daí, provavelmente, a supressão do capítulo acerca de Rabelais e Gógol e o “atraso” de sua publicação em outra coletânea.

Assim como as outras, essa é uma tese rica, com variadas contribuições para diferentes campos do conhecimento. Para nossa discussão, destacaremos dois aspectos interdependentes: a noção de diálogo expandida para além da linguagem verbal e o trabalho dialógico-filológico, por assim dizer, com “a palavra da praça pública”.

Logo na introdução do livro, Bakhtin apresenta uma fortuna crítica por meio da qual constrói o problema da cultura cômica popular na Idade Média e no Renascimento e explicita o objetivo de seu estudo: identificar as condições para o processamento semântico das formas e símbolos carnavalescos, entendidos como uma linguagem. Grosso modo, Bakhtin localiza a linguagem em Rabelais num grande diálogo no qual se constituiu e desenvolveu a cultura popular. Mais do que isso: Bakhtin defende que compreender a obra de Rabelais pode lançar luz sobre a cultura cômica popular de vários milênios, evidenciando que seu estudo tem caráter histórico.

Na vida do homem medieval, o carnaval tinha uma função importante. Enquanto os ritos e festejos oficiais visavam a estabilidade, a imutabilidade das regras que regiam o funcionamento cultural – aí incluídas as hierarquias sociais, os valores religiosos, morais e políticos –, a festa carnavalesca provia um espaço de inversão da ordem na qual a ambivalência dava sentido às relações estabelecidas. Como afirma Bakhtin,

Ao contrário da festa oficial, o carnaval era o triunfo de uma espécie de liberação temporária da verdade dominante e do regime vigente, de abolição provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus.<sup>85</sup>

O caráter provisório enfatizado deixa claro que as alterações carnavalescas não configuram transformação do status quo, porém seu caráter de liberação funciona como perspectivação de mudanças possíveis. Daí a relevância das referências ao baixo corporal, como órgãos genitais e excrementos. Mas fazer sentido disso implica voltar ao modo como essas imagens grotescas eram significadas na Idade Média. O leitor ocidental contemporâneo identifica, por exemplo, nos excrementos apenas o aspecto escatológico, no sentido fisiológico, e a linguagem a eles atrelada seria apenas depreciativa. Todavia, na Idade Média e no Renascimento, o excremento, além desse aspecto depreciativo, guardava sua referência à terra – origem do humano – e ao corpo. A presença de vocabulário ligado a excremento, assim, deixa de ser apenas chulo para ser também renovador, fecundo, positivo. Nas palavras de Bakhtin:



[...] as imagens da urina e dos excrementos conservam uma relação substancial com o nascimento, a fecundidade, a renovação, o bem-estar. Na época de Rabelais, esse aspecto positivo era ainda perfeitamente vivo e sentido de maneira mais clara.<sup>86</sup>

Eis a ambivalência sobre a qual se constrói a linguagem popular que Bakhtin escrutiniza em Rabelais.

O alcance desse caráter ambivalente requer atenção às condições semióticas que atualizam os valores em interação. O exame do vocabulário não deve ser feito à revelia dos traços, dos ritos, da transformação dos espaços, etc. Todo o festejo carnavalesco constitui condição de processamento semântico das relações estabelecidas. Como bem resume Wall, “Bakhtin sugere que os modos comunicativos como o contato entre os corpos, o contágio do rir e a circulação de imagens constituem meios de comunicação tão dignos de interesse quanto o diálogo verbal.”<sup>87</sup> Dito de outro modo, com esse trabalho de análise, Bakhtin indica que as relações dialógicas se dão por meio de materiais semióticos variados, e não apenas pela linguagem verbal.

Isto posto, compreendemos o “carnaval das palavras” na linguagem da praça pública de que trata Bakhtin. Trata-se de um centro de valor que irradia condições semânticas para além de um espaço físico específico. Nos dias de festa carnavalesca, a linguagem familiar, corriqueira, permeava variadas relações culturais; a linguagem popular ultrapassava a espacialidade da praça pública e manifestava-se, inclusive, nos domínios religiosos. A linguagem da praça pública, na tese de Bakhtin, não está restrita à espacialidade da praça, mas está atrelada às condições carnavalescas de ambivalência semântica: “Nos dias de festa, sobretudo durante o carnaval, o vocabulário da praça pública se insinuava por toda parte, em maior ou menor medida, inclusive na igreja (“festa dos loucos”, do “asno”).”<sup>88</sup>

A comunicação que se dá para além da linguagem verbal e a ambivalência semântica do “carnaval das palavras” da linguagem da praça pública constituem relevante contribuição para a compreensão também da quarta tese que vislumbraremos na sequência e serão cruciais, como veremos em “A recepção brasileira de um nicho conceitual de base dialógica” e em “Discurso, sujeito, história à luz do Círculo”, para o desenho de uma Análise Dialógica do

Discurso.

A quarta tese cotejada é Problemas da poética de Dostoiévski. Sua primeira versão foi publicada em 1929, e a segunda – revisada e ampliada pelo autor – é publicada em 1963. Esta segunda versão é a fonte para a tradução direta do russo de Paulo Bezerra, tradutor de outras obras de Bakhtin e de várias de Dostoiévski que temos disponível em português. Mas não é só por isso que consideramos a segunda data para nossa discussão neste livro de introdução aos pensadores-chave da Análise do Discurso. A principal razão é o fato de definições caras para o encaminhamento de uma análise dialógica, tal como empreendia especialmente no Brasil desde os anos 1980, estarem principalmente na revisão e ampliação feita em 1963. No mais, optamos pela edição de 2010 por ter sido revista pelo tradutor. Entendemos que ali estão trabalhados aspectos cruciais para um estudo dialógico,<sup>89</sup> ainda que as minúcias não sejam o foco da presente discussão.

Paulo Bezerra, no texto de orelha das edições brasileiras de Problemas da poética de Dostoiévski, afirma que esse é um livro de teses, e não apenas de uma tese. O estudioso e tradutor defende que, nessa obra, Bakhtin sustenta a tese do romance polifônico, do dialogismo, da carnavalização, da concepção de gêneros literários e das transformações no conjunto da obra de Dostoiévski. Tudo isso, ainda de acordo com o tradutor, emoldurado pela concepção ampliada de diálogo. É especialmente essa concepção guarda-chuva que nos interessa para uma teoria dialógica de linguagem e de discurso.

No adendo I, na última versão em português da tese sobre a poética de Dostoiévski, Bakhtin deixa claro seu alinhamento com as outras duas já discutidas de Medvedev e Volóchinov. Com o título dado por editores de “À guisa de comentário”, esse adendo versa sobre questões teórico-metodológicas que sustentam o todo da tese. Logo de início, Bakhtin ressalta a especificidade da literatura como área da criação ideológica e sustenta que “(e)ntre os enfoques sincrônico e diacrônico de uma obra literária deve haver uma ligação contínua e um rigoroso condicionamento mútuo”.<sup>90</sup> Essa articulação de temporalidades, por assim dizer, seria própria de sua proposta de estudo dialógico. Na sequência, o autor afirma que “a análise puramente formal deve tomar cada elemento da estrutura artística como ponto de vista da refração de forças sociais vivas [...] e refratá-los sob um determinado ângulo.”<sup>91</sup>

Com esse encaminhamento, Bakhtin responde ao empreendimento do Círculo de dar conta da relação entre as forças de produção e as instituições, considerando a

especificidade do fenômeno literário. O pensador russo discorre, então, sobre como o trabalho estético de Dostoiévski promove o diálogo de ideias, por meio do qual “(...), todas as personagens de Dostoiévski se cruzam fora do tempo e do espaço, como duas criaturas no infinito. Cruzam-se suas consciências com os seus mundos, cruzam-se seus horizontes integrais”.<sup>92</sup>

Essa observação tem implicação direta sobre o modo como diálogo é concebido pelo Círculo. Se em Medvedev e em Volóchinov fica evidente que o objeto de estudo de uma perspectiva dialógica está na comunicação discursiva que se dá no mundo ideológico, nesta tese de Bakhtin sobre Dostoiévski, fica patente que a comunicação discursiva se dá também entre ideias, e não meramente entre entes empíricos. Essas ideias correspondem ao horizonte social que habita qualquer produção linguageira dos indivíduos socialmente organizados ou, dito de outro modo, dos sujeitos. Assim, é reforçada a noção ampla de diálogo no âmbito do dialogismo. A interação face a face é uma inspiração que dá vistas ao modo como o Círculo entende o funcionamento da linguagem, mas que não corresponde ao amplo escopo do que está contido na comunicação discursiva. A interação cotidiana corresponde ao nível dialogal, mas não dá conta da dimensão dialógica. Dialogicamente, a comunicação discursiva acontece pelas fronteiras de horizontes sociais.

Ainda no adendo I à tese sobre a poética de Dostoiévski, Bakhtin distingue o dialógico do dialético:

A ideia em Dostoiévski nunca renuncia à voz. Observe-se que é radicalmente equivocada a afirmação segundo a qual os diálogos em Dostoiévski são dialéticos. [...] Não se pode falar de nenhuma síntese; pode-se falar apenas da vitória desta ou daquela voz ou da combinação de vozes lá onde elas são acordes. Para Dostoiévski, o último dado não é a ideia como conclusão monológica, ainda que dialética, mas o conhecimento da interação de vozes. É isso que distingue o diálogo de Dostoiévski do diálogo de Platão. Mesmo que o diálogo de Platão não seja inteiramente monologado, pedagógico, ainda assim a multiplicidade de vozes é absorvida nas ideias.<sup>93</sup>

A síntese dialética, que resulta da relação da tese com sua antítese, constitui um

movimento discursivo, mas substitui as vozes que a gestaram (tese e antítese), gerando novo movimento. Dialogicamente, não há síntese, porque os horizontes em interação trabalham juntos (inter-ação), sem se descaracterizarem semanticamente. Assim, vemos que dialógico não é o mesmo que dialogal e também não se confunde com dialético. Esse trabalho conjunto se dá de variados modos: pelo embate, pela consonância, pelo contraponto, etc., e em qualquer circunstância ele é inconcluso. A comunicação discursiva na orientação dialógica distribui-se, então, numa interação ininterrupta entre horizontes sociais. No adendo II, Bakhtin esclarece esse ponto de vista ao diferenciar o monólogo, entendido como manifestação de linguagem conclusa, que se pretende a última palavra e, por isso, é surda ao outro, do efetivo funcionamento da linguagem, diálogo inconcluso, atualizado na relação com o outro: “A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar etc.”<sup>94</sup>

Nesse pequeno trecho, encontramos uma elaboração daquilo que havia sido lançado nos chamados textos filosóficos.<sup>95</sup> Aqui está um resumo da teoria dialógica de linguagem. Com a noção de que o diálogo se dá entre horizontes, e não meramente entre entes empíricos, com a ideia de que esse diálogo é inconcluso, caso contrário estabelece-se a monologia, e, por fim, com a ideia de que a vivência implica participar do diálogo assim concebido, é possível afirmar que o dialogismo consiste na condição languageira de participação ativa do indivíduo socialmente organizado (sujeito) nas relações que definem o mundo ideológico. Essa participação, esse engajamento configura um ato ético<sup>96</sup> e se dá via toda a multimaterialidade da linguagem, o que está em perfeita consonância com a perspectiva ideológica do signo posta por Medvedev e elaborada por Volóchinov. É por isso que semiótico e ideológico implicam-se e constituem-se mutuamente na teoria dialógica.

Assim concebida a dialogia que move o mundo ideológico, compreendemos o que elabora Bakhtin na obra sobre Dostoiévski. No primeiro capítulo, na fortuna crítica, o autor russo já delineia sua tese, que é demonstrada, nos dois capítulos seguintes, a partir da defesa de que os personagens em Dostoiévski constituem consciências autônomas, isto é, vozes plenivalentes que interagem com o autor equipolentemente. Daí, Bakhtin recupera desde as sátiras menipeias os gêneros que levam à promoção do romance polifônico construído na poética de Dostoiévski. Por fim, Bakhtin demonstra os recursos de linguagem que definem essa poética. Desse último capítulo – “O discurso em Dostoiévski” – destacamos importantes contribuições para a teorização da linguagem e do discurso não só

poéticos.

Ali encontramos algo raro na obra bakhtiniana: uma tipologia do discurso. Para demonstrar os artifícios linguístico-enunciativos de Dostoiévski mobilizados na produção do romance polifônico, Bakhtin classifica o discurso em três tipos a partir das relações implicadas na atualização da linguagem. Os três tipos de discurso são: referencial direto imediato, objetificado e bivocal. Examinemos brevemente cada um deles refletindo como essa proposta tipológica desenha um dispositivo analítico de orientação dialógica.

A tipologia bakhtiniana para o discurso está atrelada à relação estabelecida entre: a referência, a natureza daquilo tomado como objeto do discurso e outros discursos. Para elucidar os três tipos de discurso de que trata Bakhtin, pensemos, a título de mote, na palavra Maceió. No primeiro caso, o discurso é centrado no referente do enunciado. Nas palavras de Bakhtin, o discurso referencial direto e imediato é “o discurso que nomeia, comunica, enuncia, representa”.<sup>97</sup> E ainda: “O discurso imediato, direto e plenissignificativo é orientado para o seu objeto e constitui a instância suprema de significação dentro do contexto considerado”.<sup>98</sup> Por esse tipo de discurso, é promovida uma relação chamada direta e imediata com o referente. Por exemplo, se procurarmos na Wikipédia algo sobre Maceió, leremos: “Maceió é um município brasileiro, capital do estado de Alagoas, situado na microrregião homônima e mesorregião do Leste Alagoano, Região Nordeste do país”.<sup>99</sup> Esse enunciado é atualizado por um discurso referencial direto e imediato, isto é, um discurso centrado no referente. Escutamos apenas uma voz. Maceió designa uma cidade, e o discurso que emerge da entrada enciclopédica é referencial e direto.

A mesma palavra assume outro status quando engajada em outro funcionamento discursivo. Numa notícia on-line da Gazeta web de 12/09/2016, com o título “Collor nega candidatura a prefeito de Maceió e reforça apoio ao candidato do PTC”, encontramos referências a uma entrevista que o então senador e ex-presidente Fernando Collor concedera mais cedo naquele mesmo dia à Rádio Gazeta AM. A notícia é creditada a Thiago Gomes e, de modo geral, destaca que o senador não deixaria seu cargo para se candidatar à prefeitura de Maceió. Ao longo do texto, são feitas referências indiretas ao que teria dito Collor em sua entrevista à rádio e citações diretas de suas palavras. Dessas citações, recortamos a seguinte:

“Perguntam muito se eu seria candidato a prefeito, mas sou o senador que as pessoas elegeram. Tenho seis anos de mandato a cumprir e muitas coisas a fazer por Maceió também. A possível candidatura a prefeito de Maceió me deixaria muito orgulhoso. Porém, no momento, o meu compromisso é cumprir o meu mandato”, confirma o senador.<sup>100</sup>

A palavra Maceió, nesse caso, consta num trecho destacado por aspas que é creditado a Fernando Collor de Mello em sua entrevista à rádio, e não a Thiago Gomes, autor da notícia on-line. Na entrevista, Maceió já não se insere num discurso primeiro. Ao dizer “Perguntam muito”, Collor já sinaliza que aquilo que toma como objeto de dizer já era objeto de dizer antes. O discurso não deixa de estar centrado em seu referente, mas ouvimos a voz do Senador e a voz daqueles que “perguntam muito” para além da referência imediata a Maceió. Na notícia on-line, essas fronteiras de vozes ficam mais complexas porque ouvimos esse discurso já objetificado emoldurado por uma terceira voz: a do jornalista que efetua a citação do fragmento da entrevista. Graficamente, as aspas indicam as fronteiras. Se na Wikipédia vemos um discurso referencial imediato que “aponta” para o referente Maceió, na entrevista, na fala de Collor, Maceió aponta simultaneamente para o referente (Maceió não deixou de ser a cidade que é) e para outra fala, a daqueles que “perguntam muito”. O fragmento recortado da entrevista e integrado à notícia on-line constitui, então, uma articulação de discursos em que Maceió alinha diferentes enunciações: a daqueles que perguntam muito, que é objetificada por Collor na entrevista, e a do Senador em entrevista, que é objetificada na notícia on-line que cita trechos da entrevista. O que está encadeado não é o referente – a cidade –, mas discursos que o objetificaram. Trata-se de discursos que são tomados como objeto de outro discurso. E Bakhtin esclarece: “o discurso objetificado é igualmente orientado exclusivamente para o seu objeto, mas ele próprio é ao mesmo tempo objeto de outra orientação, a do autor”.<sup>101</sup>

No cenário político brasileiro, em que eleições municipais não coincidem com eleições estaduais e federais, é recorrente que políticos deixem seus cargos para disputarem outro. Além disso, o lugar que Fernando Collor ocupa na história contemporânea da política brasileira, tendo sido prefeito de Maceió no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, deputado federal pelo estado de Alagoas nos anos 1980, governador do mesmo estado também nos anos 1980 e presidente da República de 1990 a 1992, quando foi condenado pelo Senado por crime de

responsabilidade, pelo que perdeu os direitos políticos por anos, justifica o interesse da imprensa sobre suas intenções. Senador também pelo estado de Alagoas desde 2012, paira a dúvida sobre seu interesse em ocupar novamente a prefeitura da capital do estado a partir de 2017. O posicionamento que assume diante desse desenrolar histórico-político diz respeito não apenas a uma opinião pessoal, mas a um posicionamento político que marca mais do que sua história individual; constitui um ato diante de um impasse político corriqueiro no Brasil. Sua decisão significa junto a tantas outras instâncias em que políticos deixaram cargos para disputar eleições em outra instância. Assim, é pertinente afirmar que a fala de Collor significa mais do que uma opinião pessoal, é um discurso que integra uma cadeia corrente na política brasileira.

Bakhtin destaca que o discurso direto dos heróis (que podemos simplificar para fins didáticos como a fala dos personagens apresentadas numa obra literária) é o exemplo mais conhecido desse tipo de discurso, o discurso representado e objetificado, o discurso que integra outro discurso e, por isso, ocupa outro plano enunciativo.

Este tem significação objetiva imediata, mas não se situa no mesmo plano ao lado do discurso do autor, e sim numa espécie de distância perspectiva em relação a ele. Não é entendido do ponto de vista do seu objeto, mas ele mesmo é o objeto da orientação como discurso característico, típico, colorido.<sup>102</sup>

O enunciado de Collor, na condição de citação em outro enunciado, não é atualizado por um discurso referencial direto e imediato, mas por um discurso objetificado. Sua fala citada representa uma ideia e é um discurso antes de figurar como objeto de outro discurso, e ali Maceió figura como signo ideológico que dá vistas às tramas políticas em torno das mudanças de cargos públicos. O discurso é objetificado, porque é tomado por outro discurso; não perde o caráter referencial, mas deixa de ser direto e imediato. Notemos que a mera presença do discurso de outrem (discurso citado) não garante bivocalidade ao discurso que o mobiliza (discurso citante).

Semanticamente, há uma significativa alteração quando flagramos mais de uma voz na constituição do discurso, como no caso de uma estilização ou uma

paródia. O sentido que emerge do discurso parodístico resulta não de uma voz, mas da relação necessária entre, ao menos, duas vozes. Trata-se de uma relação contínua, não discreta, como a ambivalência semântica da linguagem carnavalesca. Discursos dessa natureza Bakhtin chama de bivocal. No discurso bivocal, há vozes enunciativamente equipolentes constitutivas do sentido, mas não necessariamente apenas duas. Ao fazer o contraponto entre os dois primeiros tipos de discurso – referencial direto e imediato e objetificado –, Bakhtin pondera:

Mas um autor pode usar o discurso de um outro para os seus fins pelo mesmo caminho que imprime nova orientação semântica ao discurso que já tem sua própria orientação e a conserva. Nesse caso, esse discurso, conforme a tarefa, deve ser sentido como o de um outro. Em um só discurso ocorrem duas orientações semânticas, duas vozes. Assim é o discurso parodístico, assim é a estilização, assim é o *skaz* estilizado.<sup>103</sup>

Como seria isso? Voltando à palavra Maceió, vejamos como ela é semanticamente alterada nos primeiros versos do poema de Jô Soares intitulado “Canção do exílio às avessas”: “Minha Dinda tem cascatas/ Onde canta o Curió/ Não permita Deus que eu tenha/ De voltar pra Maceió”.<sup>104</sup> Nesses versos, Maceió é um nicho semântico no qual ecoam variadas vozes e todas elas lhe são constitutivas. O poema versa sobre a ocasião das denúncias de que o então presidente Collor havia utilizado dinheiro público na reforma de sua propriedade particular conhecida como Casa da Dinda. Nesse contexto, “voltar para Maceió” significa “deixar a presidência da República”. Essa significação, porém, não é direta e imediata. Nela constam a nostalgia romântica da “Canção do exílio”, de Gonçalves Dias, o sentido de terra natal que daí decorre, mas também a noção de terra natal como o próprio exílio, no caso, político. Daí, inclusive, o título “Canção do exílio ‘às avessas’”. Maceió, nesse verso, constitui um signo ideológico cujo sentido emerge dessa confluência vocal, mas não resulta da junção mecânica dessas vozes.

Voltamos à terceira lição que aprendemos.<sup>105</sup> As relações constitutivas da bivocalidade do discurso não são mecânicas e são contínuas. Não se trata de somar sentido 1 (nostalgia romântica) + sentido 2 (terra natal romântica) +



sentido 3 (terra natal como exílio), etc. Todas essas vozes ecoam no discurso parodístico ao mesmo tempo, sem subsumirem a uma voz específica. Para que o tom irônico, sarcástico do poema seja interpretado, é mister ouvir essas vozes sem confundi-las. Só assim podemos interpretar a “volta para casa” como “exílio político”. Essa relação semântica não é mecânica nem evidente. É uma relação dialógica, como veremos com mais vagar no próximo subcapítulo.

A tipologia do discurso proposta por Bakhtin é, portanto, uma categorização de discursos que identifica relações não mecânicas e contínuas. É inspiradora de possíveis dispositivos analíticos do discurso. Se não entendermos o que aprendemos desde a leitura dos textos filosóficos de fundamento do seu pensamento,<sup>106</sup> corremos o risco de considerar a tabela em que resume minúcias de cada um desses três tipos de discurso na obra de Dostoiévski<sup>107</sup> como um modelo de análise do discurso que pode ser aplicado. Trata-se, sim, de um método de análise de discurso. Porém, um método construído ao longo de uma tese, um método que emerge da análise, desenhado a partir dos fundamentos do pensamento dialógico – que foram didaticamente elucidados aqui no capítulo “Mikhail Bakhtin ele mesmo” – e a partir daquilo que os próprios elementos tomados como objeto de estudo viabilizam, e não um método a priori que pode ser tecnicamente aplicado para análise de qualquer discurso. Dessa tipologia recuperamos os princípios gerais acerca das relações implicadas nos discursos, e não um modelo analítico.

As relações entre as teses são várias e variegadas. Haja vista, por exemplo, a tese sustentada por Wall acerca das “ligações insuspeitas” entre o dialogismo e a carnavalização em Bakhtin,<sup>108</sup> ou, ainda, o que sugere o professor e pesquisador Geraldo Tadeu Souza acerca da proposta de sintaxe enunciativa de Volóchinov, em Marxismo e filosofia da linguagem, e essa tipologia do discurso proposta por Bakhtin em Problemas da poética de Dostoiévski. Segundo ele,

(q)uanto mais nos aprofundamos nas relações dialógicas entre as tipologias de Bakhtin e Volóshinov, vamos percebendo as similaridades entre elas, e que o problema comum é o mesmo o da palavra bivocal, de duas vozes, bifacéticas.<sup>109</sup>

Vislumbradas essas teses do Círculo e destacada a incompletude no tratamento

das relações possíveis entre elas, pensemos acerca de como conceitos-chave que emergem da obra do Círculo são recebidos no Brasil, seja pela tradução para o português, seja pela elaboração de comentários.

## **2. A recepção brasileira de um nicho conceitual de base dialógica**

Até aqui, reiteramos de diversas maneiras que as relações dialógicas não são mecânicas nem discretas; são, diferentemente, contínuas e se dão no mundo ideológico, mundo da vivência cultural. Tendo visitado, no primeiro capítulo, os textos filosóficos que constituem a base sobre a qual o pensamento dialógico se desenvolve e tendo vislumbrado as teses defendidas por Medvedev, Volóchinov e Bakhtin no subcapítulo anterior, esmiuçamos agora o que seriam as relações dialógicas propriamente ditas antes de prosseguirmos no cotejo de princípios de base para uma análise dialógica do discurso tal como empreendida no Brasil.

Voltando a Souza, em sua tese de doutorado,<sup>110</sup> o pesquisador desenvolve um estudo teórico acerca da proposta de Bakhtin de construir um campo de estudo que desse conta de articular o conhecimento produzido pela Linguística, mas que transcendesse seu domínio para alcançar as relações históricas, sociais e culturais constitutivas de qualquer processo de atualização da linguagem. Para isso, Souza coteja especialmente a tese de Volóchinov, *Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*, e a primeira versão, de 1929, da tese sobre Dostoiévski com a segunda versão, de 1963. Alguns estudiosos e tradutores da obra de Bakhtin, por exemplo, Kristeva<sup>111</sup> e Todorov,<sup>112</sup> por entenderem que se trata de um campo que expande os domínios de estudo da Linguística, como a Pragmática, optam por traduzir como Translinguística o nome dado por Bakhtin a essa proposta de campo de estudo. Já outros, como Souza e Bezerra,<sup>113</sup> entendendo que o campo proposto por Bakhtin não expande, mas vai além, ultrapassa os domínios da Linguística, optam por Metalinguística. Neste livro, seguimos esta leitura e usamos esta designação.

De acordo com Souza, ao longo do conjunto da obra de Bakhtin, há certa mudança de ênfase entre a sociologia da palavra e o dialogismo. Nunca houve o cotejo de um em detrimento do outro. Geraldo Tadeu Souza defende que, nos textos iniciais, sobretudo nos dos anos 1920, a principal tarefa era encontrar um caminho no método sociológico para produzir conhecimento em diferentes áreas. Daí uma abordagem sociológica flagrada na primeira versão da tese sobre

Dostoiévski e explicitada no subtítulo da tese de Volóchinov. Com o amadurecimento acadêmico, o dialógico vem para o primeiro plano, sem abolir a preocupação sociológica. Por isso, quando em sua maturidade acadêmica, Bakhtin revisa sua tese sobre Dostoiévski e faz alterações substanciais no sentido de propor um novo campo de estudos, que intitulou Metalinguística.

A primeira menção à Metalinguística é feita no ensaio “O texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas”, escrito entre 1959 e 1961 e publicado postumamente na década de 1970:

As relações dialógicas entre enunciados, que atravessam por dentro também enunciados isolados, pertencem à metalinguística. Difere radicalmente de todas as eventuais relações linguísticas dos elementos tanto no sistema da língua quanto em um enunciado isolado.<sup>114</sup>

Mas é em sua versão revisada da tese de Dostoiévski que recuperamos as principais considerações sobre esse campo proposto por Bakhtin. Ao introduzir o capítulo “O discurso em Dostoiévski” com o que chama de “algumas observações metodológicas prévias”<sup>115</sup>, Bakhtin trata de questões importantes, entre as quais destacamos sua orientação metodológica de não apartar, em termos mais contemporâneos, os estudos linguísticos propriamente ditos dos estudos discursivos.

Das várias contribuições valiosas recuperadas logo no início desse capítulo sobre o discurso em Dostoiévski, uma delas será tratada no próximo subcapítulo, qual seja, a definição bakhtiniana de discurso. Por ora, a que mais nos interessa é a definição de Metalinguística em contraponto com a Linguística. Devemos ter cautela. O autor escreveu esse trecho em 1963, na URSS. De qual Linguística se trata? Não podemos olhar para essa menção com o que conhecemos hoje, no Brasil do século xxi, sobre a Linguística. Para entender melhor de que estado da ciência Bakhtin trata, sugerimos novamente a leitura da tese de Souza, especialmente o último capítulo,<sup>116</sup> Grillo<sup>117</sup> e, mesmo, Faraco.<sup>118</sup> Aqui importa destacar que Bakhtin distingue os dois campos de estudos, mas relaciona-os. Fica evidente que o foco do estudo metalinguístico é a linguagem verbal. Isso é explicitado um pouco mais adiante no mesmo capítulo “O discurso em

Dostoiévski”, após a exposição de vários aspectos do que seria o objeto da Metalinguística – as relações dialógicas:

Lembremos para concluir que, numa abordagem ampla das relações dialógicas, estas são possíveis também entre outros fenômenos conscientizados desde que estes estejam expressos numa matéria sígnica. Por exemplo, as relações dialógicas são possíveis entre imagens de outras artes, mas essas relações ultrapassam os limites da metalinguística.<sup>119</sup>

Aqui chegamos a um ponto crucial de nossa discussão. Se para a Metalinguística as relações dialógicas que interessam são aquelas que se dão entre/por materiais sígnicos verbais, o encaminhamento da Análise Dialógica do Discurso (ADD) não se restringe deste modo. Mesmo que não constitua uma disciplina institucionalmente consolidada, trabalhos dos pesquisadores membros do Grupo de Trabalho/Anpoll Estudos Bakhtinianos e do Grupo de Pesquisa PUC-SP/CNPq Linguagem, Identidade e Memória, por exemplo, têm estabelecido práticas de análise discursiva que hoje podem ser nomeadas ADD. Nesse viés de trabalho, flagramos interesse por relações dialógicas entre materiais significantes no mundo ideológico e, por isso, são consideradas também as relações travadas entre signos verbais, visuais, verbo-visuais, plásticos, pictóricos, etc., ou seja, signos de quaisquer materialidades que funcionem no mundo ideológico. A partir deste ponto, revisitaremos o pensamento de Bakhtin e o Círculo com os óculos da ADD, procedendo a uma leitura contemporânea daquilo produzido e discutido em um outro lugar, em um outro tempo. Por esse viés de (re)leitura, pensaremos sobre o objeto de análise da ADD: as relações dialógicas.

A definição do que sejam relações dialógicas está diluída em diferentes textos de Bakhtin. Para fins de exposição didática e à luz dos encaminhamentos da ADD, começemos por um dos últimos textos privados do pensador russo. Nos “Fragmentos dos anos 1970-1971”, encontramos a distinção da natureza de três tipos de relação. Um tipo diz respeito às relações entre objetos, entre coisas, caso dos fenômenos físicos, das reações químicas. Trata-se de relações causais, matemáticas, lógicas ou linguísticas em seu sentido restrito. Outro tipo diz respeito às relações entre o sujeito e o objeto. Esse tipo não é esmiuçado nas notas. O terceiro tipo vale destacar: “3) Relações entre sujeitos – as relações

pessoais, as relações personalistas: relações dialógicas entre enunciados, relações éticas, etc. Aí se situam quaisquer vínculos semânticos personificados”.<sup>120</sup>

A exposição permite distinguir o plano em que se dão as relações linguísticas *stricto sensu* e as relações dialógicas, por exemplo. O que escolhemos destacar é o caráter “personalista” ou “vínculo semântico personificado” que caracteriza o terceiro de tipo de relações – relações entre sujeitos –, plano em que se dão as relações dialógicas. Esse caráter personalista ou esse vínculo semântico personificado não deve ser entendido como individual, como pessoa empírica ou como psiquismo do indivíduo. A personificação que permite estabelecer tal vínculo de sentido diz respeito à visão de mundo, à voz social que indicia sujeitos em relação. Se pensarmos saussurianamente, a palavra neutra no sistema da língua nada diz sobre relações entre sujeitos, apenas sobre relações entre entidades do sistema. Bakhtinianamente, essa relação é entre objetos; é uma relação lógica. Todavia, quando a palavra é assumida concretamente por um sujeito que se enuncia – e ao se enunciar se dispõe em relação com outros sujeitos –, a palavra deixa de ser neutra e passa refratar um ponto de vista, o lugar social que emoldura a relação intersubjetiva.

Voltemos ao exemplo da palavra Maceió na paródia “Canção do exílio às avessas” discutido no subcapítulo anterior. Os matizes semânticos que habitam o vocábulo são “trazidos à vida” pelo encontro dos sujeitos implicados na relação que constitui a paródia. Há um sujeito romântico cuja voz é contrariada por um sujeito irônico que ridiculariza os ideais românticos de terra natal, subvertendo-a em próprio exílio. Notemos que essas relações de sentido não são formais, não estão na palavra Maceió. Antes, estão nesse encontro intersubjetivo que extrapola a dimensão estritamente linguística. São visões de mundo, lugares sociais que dão sentido particular ao vocábulo (estabelecem vínculo semântico personificado).

Isso nos permite entender o que na tese sobre Dostoiévski Bakhtin pondera acerca das relações dialógicas. Para o filósofo russo, as relações dialógicas não prescindem das relações lógicas. Entretanto, ressalta que não se equivalem. Bakhtin argumenta que para que as relações lógicas se tornem dialógicas, é preciso que passem “a outro campo da existência, devem tornar-se discurso, ou seja, enunciado, e ganhar autor, criador de dado enunciado cuja posição ela expressa”.<sup>121</sup>

O enunciado, como veremos com mais vagar adiante, é a unidade da

comunicação discursiva. Por ora, basta entendermos que o enunciado é toda e qualquer instância de realização da linguagem (verbal, não verbal, multimaterial); trata-se de elementos sígnicos, semióticos, em situação de uso, não abstrata, nem hipotética, mas em atualização concreta. Isto posto, compreendemos a predicação que Bakhtin faz, em “O texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas”, das relações dialógicas. Em diálogo sobretudo com a tradição de estudos saussurianos, o pensador russo destaca que tais relações, apesar de pressuporem linguagem, não existem na abstração do sistema linguístico. Segundo ele, trata-se de relações semânticas

entre toda espécie de enunciados na comunicação discursiva. Dois enunciados, quaisquer que sejam, se confrontados no plano do sentido (não como objetos e não como exemplos linguísticos), acabam em relação dialógica<sup>122</sup>.

As relações dialógicas são relações de sentido que se travam entre enunciados (de qualquer materialidade) ou partes de enunciados, desde que sobre tais partes seja projetada totalidade de sentido.<sup>123</sup> Dito de outro modo: relações dialógicas são relações semânticas estabelecidas entre instâncias de atualização da linguagem.

O pensador russo esclarece que as relações dialógicas são possíveis entre tudo aquilo que representa posições semânticas – estilos de linguagem, registros, dialetos sociais – incluindo o próprio enunciado, por exemplo, quando é feita uma ressalva dentro do enunciado. Qualquer forma de distanciamento do enunciado e que mantenha uma orientação em relação a ele se dá por relações dialógicas.

Como não são relações formais, isto é, não são dadas pela forma da matéria sígnica, as relações dialógicas resultam da convergência de sentido, que é estabelecida por um sujeito que interage com outro(s) a partir de tais matérias sígnicas. Bakhtin elucida:

Dois enunciados distantes um do outro, tanto no tempo quanto no espaço, que nada sabem um sobre o outro, no confronto dos sentidos revelam relações

dialógicas, se entre eles há ao menos alguma convergência de sentidos.<sup>124</sup>

O exercício que fizemos sobre as nuances de sentido com a palavra Maceió no subcapítulo anterior estabelece relações dialógicas entre textos que não necessariamente foram produzidos como resposta formal de um para o outro. Nesse caso, há relações lógicas garantidas pela manutenção da palavra Maceió, do tema “retorno à terra natal” (convergência semântica), entre outros elementos. Porém, é o olhar que os coteja, ao dispô-los como uma cadeia, que estabelece também relações dialógicas. São essas mesmas relações que “dão vida”, usando os termos de Bakhtin, à bivocalidade que flagramos na paródia escrita por Jô Soares. A título de curiosidade e fora do âmbito verbal, podemos brincar de procurar no Google Imagens qualquer releitura artística, por exemplo, da Mona Lisa, e o resultado da busca apresentará uma série de imagens a partir das quais podemos estabelecer relações dialógicas das mais variadas.

Diante dessa (re)leitura de aspectos bem gerais da recepção da obra do Círculo no Brasil que encaminha a uma análise dialógica de linguagem, chegamos a outra lição para o que nos propomos neste livro: 12) o objeto de estudo da ADD são as relações dialógicas, que se estabelecem entre sujeitos por meio de materiais sígnicos diversos (signos ideológicos) no mundo ideológico.



### 3. Discurso, sujeito, história à luz do Círculo

Para refletirmos acerca desses três conceitos caros não só à ADD como a qualquer abordagem discursiva, propomos dois limites conceituais. O primeiro diz respeito à trama e à urdidura temporal que emolduram os acontecimentos no mundo ideológico. Trata-se da integração entre pequeno e grande tempo. A tecedura temporal emerge no pensamento dialógico de diferentes modos, tal como na ideia da comunicação discursiva como uma cadeia perene, ininterrupta, e dá acesso àquilo que é validado como objeto da ADD. Essa tecedura é importante para, por exemplo, diferenciar a análise dialógica de uma conversa das práticas analíticas do campo hoje conhecido como Análise da Conversação. O segundo limite conceitual diz respeito à unidade mínima na cadeia da comunicação discursiva. Trata-se do enunciado, ou enunciado concreto; um conceito operacional na ADD, mas de difícil apreensão formal. Traçados esses referenciais conceituais, ponderamos sobre discurso, sujeito e história no âmbito do dialogismo. É uma ponderação sucinta, já que este é apenas um livro introdutório para os estudos discursivos.

As noções de pequeno e grande tempo estão dispersas ao longo da obra de Bakhtin, mas podemos flagrá-las especialmente em dois textos. No último texto revisado pelo próprio autor antes de sua morte, o ensaio “Por uma metodologia das ciências humanas”, revisado em 1975, e “A ciência da literatura hoje (Resposta a uma pergunta da revista *Novi Mir*)”, publicado originalmente em 1970.

Como o próprio título em português sintetiza, no ensaio “Por uma metodologia das ciências humanas”, Bakhtin pondera sobre diferentes planos relacionais em que o dialogismo se dá e seu impacto na produção de conhecimento em ciências humanas (distintas das ciências naturais). Ao longo do texto, Bakhtin insiste que a especificidade das ciências humanas é o fato de seu objeto ser produtor de discurso. Assim, trata-se de um objeto-sujeito que, como argumenta Marília Amorim, é não apenas falado – condição de qualquer objeto – como também falante – especificidade do objeto em ciências humanas.<sup>125</sup> O pensador russo vai além e afirma que se trata de um objeto não apenas cognoscível, como também

cognoscente. Isto quer dizer que o objeto pode dizer de si, e não apenas se prestar a ser “falado” por um pesquisador-sujeito. Em ciências humanas, a relação se dá entre sujeitos (ou parceiros dialógicos, como veremos adiante) e não entre um sujeito e um objeto *stricto sensu*.

Ao final do ensaio, Bakhtin retoma quatro aspectos inerentes ao tratamento da fala – no sentido de língua em uso efetivo, de diálogo em sentido amplo, do qual a conversa face a face é um protótipo; e não na condição de sistema formal –, dos quais destacamos o último, que versa sobre a questão da interpretação.

4) Contextos da interpretação. Problema dos contextos distantes. Renovação interminável dos sentidos em todos os contextos novos. O pequeno tempo – a atualidade, o passado imediato e o futuro previsível (desejado) – e o grande tempo – o diálogo infinito e inacabável em que nenhum sentido morre.<sup>126</sup>

Já entendemos que as relações dialógicas se dão entre signos ideológicos com convergência semântica, ainda que temporal e espacialmente distantes. Aqui o pensador russo encaminha como acessar as relações que se dão em “contextos distantes” pelo contraponto do que seria “contexto imediato”. O pequeno tempo é uma temporalidade que prescreve, que perde estatuto de “contexto imediato”. Nesse âmbito, vale o que efetivamente precede aquilo que está sendo focalizado e seu futuro iminente. Boa parte do que fazemos no dia a dia é pautado pela pequena temporalidade: uma lista de supermercado, uma anotação na agenda, um post na rede social, etc.

Porém, o mundo ideológico e a linguagem não são tão fugazes assim. Carregam uma história que escapa àqueles que se engajam nas relações do cotidiano, no pequeno tempo. Essa história que nos escapa como indivíduos é eventualmente vislumbrada quando revivemos ou revisitamos um “contexto distante”. Quando vamos a um museu e contemplamos uma escultura como “O pensador”, de Rodin, estamos diante de um objeto que foi concebido em um determinado tempo e lugar. Nos dias de hoje, esse objeto ainda é mote semântico. O objeto não guarda um sentido, mas uma coleção de sentidos que têm sido possíveis graças às relações dialógicas que medeia. A interpretação de “contextos distantes” envolve a visita das condições semânticas desse lugar e tempo

outros. Esta visitação, todavia, não é uma viagem no tempo, visto que o sujeito que interpela essa produção de alhures e algures se mantém em seu lugar e em seu tempo. Apenas projeta-se para além de seu pequeno tempo. De outro modo, o material (linguístico) pode não fazer sentido. Quanto mais abrangente for essa projeção, mais será recuperado da potencialidade semântica daquilo que fica depositado no grande tempo. Um estudante brasileiro de ensino médio diante de um texto de Camões encontra dificuldade de recuperar sentidos próprios de Portugal no século xvi por estarem muito distantes de tal vivência cultural, ainda que esteja escrito em português. Quanto mais esse estudante conseguir acessar ao universo histórico-cultural entre seu pequeno tempo e o grande tempo que engloba sua existência e a produção de Camões, mais elaborada será sua interpretação. O desafio do leitor brasileiro do século xxi de um texto lusitano do século xvi envolve recuperar muito do que está depositado para além de sua vivência particular.

Essa noção de grande tempo é crucial para entender o permanente movimento semântico inerente à concepção dialógica de linguagem e discurso. Isso porque o que não acaba, o que é ininterrupto, não é a fala cotidiana, os dizeres do dia a dia, mas a possibilidade de fazer sentido. O estudante que se lança no diálogo com Camões não apenas busca o(s) sentido(s) possível(is) do século xvi, mas introjeta na cadeia comunicativa discursiva sua compreensão, sua interpretação, que se dá do seu lugar sociocultural singular. O grande tempo não é apenas o intervalo do passado que se estende ao infinito, mas também a lacuna de tudo aquilo que é possível ressignificar. Sem novos sentidos, esse passado morre. Bakhtin encerra o ensaio “Por uma metodologia nas ciências humanas”, afirmando que os sentidos podem até ser eventualmente esquecidos, mas não são dissolvidos ou aniquilados. Dito de outro modo: os sentidos não morrem no passado, mas permanecem latentes até que sejam, de algum modo, renovados. Isso significa dizer que, graças às relações dialógicas, o diálogo que realiza as relações socioculturais não se conclui: “Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação. Questão do grande tempo”.<sup>127</sup>

A “questão do grande tempo” já havia sido colocada por Bakhtin quando de sua resposta à revista *Novi Mir* sobre o estado dos estudos literários. Da avaliação formulada por ele, interessa-nos especialmente o que diz sobre o que faz de uma obra literária uma grande obra literária e a distingue de obras que prescrevem e perdem sentido:

As obras dissolvem as fronteiras da sua época, vivem nos séculos, isto é, no grande tempo, e além disso levam frequentemente (as grandes obras, sempre) uma vida mais intensiva e plena do que em sua atualidade.<sup>128</sup>

É por isso que mesmo no Brasil do século xxi um estudante que se vê envolvido na tarefa de ler uma cantiga de escárnio e maldizer, por exemplo, consegue produzir sentido. O sentido (promovido a partir de grandes obras literárias) não está enclausurado em sua época. Antes, é gestado pelo diálogo que a obra mantém com seu passado e, daí, gera condições de renovação semântica em seu futuro.

Assim, toda vez que lemos algo como “a ininterrupta cadeia comunicativa discursiva”, devemos entender não uma continuidade empírica daquilo que é processado cotidianamente, mas como aquilo que se processa no mundo ideológico e, portanto, opera para além de sua atualidade, de seu pequeno tempo. Essa é a circunscrição das relações dialógicas. Dito de outro modo: as relações dialógicas se instauram por meio da produção sógnica material (verbal, visual, verbo-visual, sonora, etc.), na interseção da atualidade dessa produção (pequeno tempo) com a potencialidade semântica guardada no repertório de signos do mundo ideológico. Aqui tocamos no outro conceito base que vamos discutir: enunciado.

Essa produção sógnica material (ou multimaterial) é identificada na ininterrupta cadeia comunicativa discursiva como um elo, como unidade mínima. Bakhtin a nomeia de enunciado, ou de enunciado concreto. Este é um conceito lapidado ao longo de toda a obra, e recuperar todos os textos do Círculo dos quais o conceito emerge seria inviável em nossa discussão. Esse trabalho minucioso pode ser acompanhado, por exemplo, no livro do já mencionado professor e pesquisador Gerado Tadeu Souza.<sup>129</sup> Aqui vamos apenas recuperar algumas diretrizes cruciais para que entendamos como discurso, sujeito e história figuram conceitualmente no pensamento dialógico. Para isso pedimos licença e não seguiremos uma ordem linear no cotejo de textos.

Uma das definições mais singelas – e nem por isso menos contundente – de enunciado encontramos num texto de Bakhtin que permaneceu inédito ao público até 1997. No Brasil, esse texto é publicado apenas em 2016. Trata-se do ensaio “Diálogo II”. Ali lemos: “O enunciado é o mínimo daquilo a que se pode

responder, com que se pode concordar ou não concordar”.<sup>130</sup> A suposta vagueza dessa definição corresponde à imprecisão formal do enunciado. É possível responder a uma série de materiais sígnicos de variadas dimensões: uma figura, uma palavra, uma figura com uma palavra, uma frase inteira, um livro e por aí vai. Dialogicamente, o enunciado não se define por sua forma, embora apresente necessariamente um acabamento formal. O enunciado se define pela interação estabelecida por uma instância de linguagem entre sujeitos. A resposta é constitutiva daquilo que é tomado como enunciado. Portanto, enunciado não é fruto da vontade de um indivíduo (nem do indivíduo que se enuncia, nem do indivíduo a quem o enunciado se dirige), antes é a produção linguageira de um sujeito compreendida (e respondida nem que seja pela simples compreensão) por outro sujeito. O enunciado se define pela relação de sentido que se estabelece intersubjetivamente. O elemento material que realiza essa relação semântica e põe em interação os sujeitos é o enunciado concreto, o enunciado do ponto de vista dialógico.

Notemos que isso define precisamente o enunciado e deixa claro que sua natureza é singular. A cada compreensão constitui-se um enunciado. A produção de um elemento de linguagem sem a compreensão não alcança o estatuto de enunciado. O enunciado, mesmo tendo materialidade semiótica, não se confunde com uma materialidade estável que pode ser decodificada. As formas da língua são estáveis e podem ser decodificadas, mas as formas da língua em uso corrente são dependentes da dinâmica dialógica que, além da produção, envolve a compreensão do sujeito a quem tal produção é destinada. Por isso, a comunicação discursiva ininterrupta é instanciada singularmente por enunciados.

Todos os demais trechos em que encontramos menções ao enunciado e suas características, de algum modo, reverberam essa definição. Por exemplo, nesse mesmo ensaio lemos: “Não só o fim, mas também o início do enunciado é determinado pelo discurso do outro. É uma questão de início. Não se pode começar sem levar em conta o ouvinte e seu campo aperceptivo”.<sup>131</sup> No conhecido ensaio “Os gêneros do discurso”, lemos que o enunciado é a “unidade real da comunicação discursiva”<sup>132</sup> e, como tal, difere-se da oração, que é uma unidade da língua (sistema abstrato). Daí seguem suas características: o enunciado é direcionado a algum sujeito, ainda que este sujeito seja, como no caso dos contextos distantes, um público, cientistas especialistas, os descendentes, o povo, etc.; o enunciado se limita pela alternância dos sujeitos do discurso ou parceiros dialógicos; o enunciado tem acabamento provisório, que é dado pela compreensão do sujeito destinatário; o enunciado implica

conclusibilidade, que se flagra pela possibilidade de resposta; entre tantos outros trechos.<sup>133</sup>

Diante da definição de enunciado, compreendemos a descrição de sua estrutura nos seguintes termos:

A estrutura interna do enunciado [...] 1) o conteúdo semântico-objetual (isto é, o direcionamento para o objeto do discurso); 2) a expressividade, ou seja, a expressão do sujeito falante (suas emoções, suas relações com o objeto do discurso); 3) a relação com o ouvinte e com o discurso do outro (de uma terceira pessoa).<sup>134</sup>

A esta altura, sabemos que as menções a “falante” e “ouvinte” não devem ser ingenuamente consideradas. Apoiando-se no diálogo cotidiano face a face, Bakhtin tece sua teoria, que envolve a produção languageira, seja verbal ou não, oral ou não, com interlocutores empíricos ou espacial e temporalmente distantes. “Falante” e “ouvinte”, nessa discussão, apenas situam os parceiros dialógicos: aquele que produz a instância de linguagem e aquele que a compreende, respectivamente, independente de suas empirias.

Nessa teorização do enunciado, sua estrutura, tal como acabamos de ver, implica inter-relação entre três elementos. Essa relação integra nessa unidade da comunicação discursiva o grande tempo. Vejamos como. Em algumas notas no ensaio “Diálogo II”, Bakhtin enumera o que estaria implicado na relação entre os parceiros dialógicos (termo que veremos com mais vagar adiante), ou seja, na relação implicada e constitutiva do enunciado:

[Classificação dos parceiros dialógicos. O interlocutor no discurso direto ao qual respondo. O campo aperceptivo do interlocutor-ouvinte. Sua resposta antecipadora. A relação com tudo o que já foi dito sobre o objeto do discurso (ainda que seja na forma “assim se costuma achar, se diz”), o apoio velado ou a polêmica velada.]<sup>135</sup>

Se o enunciado é o elo na ininterrupta cadeia comunicativa discursiva, é pertinente reconhecer que se constrói por relações nas quais têm função o sujeito-autor (que é respondente, já que nunca inaugura a cadeia comunicativa discursiva; contexto imediato) – o sujeito que efetivamente responde –, o sujeito para quem se dirige (e que irrompe a produção do enunciado desde o início, seja como resposta antecipada aparente no enunciado, seja como expectativa de concordância ou discordância, etc.) e também o repertório de dizeres acerca daquilo que é tomado como objeto da produção languageira (contextos distantes). Essas relações são também descritas por Volóchinov em um ensaio de 1926 intitulado “Palavra na vida e a palavra na poesia: introdução ao problema da poética sociológica”. A implicação dos contextos imediato e distante no enunciado revela como mesmo a unidade mínima da comunicação discursiva faz sentido dentro de uma circunscrição histórica que não se restringe ao pequeno tempo dos eventuais indivíduos empíricos nele envolvidos. Volóchinov também ratifica a implicação de pequeno e grande tempo na estruturação do enunciado: “A situação social mais próxima e o ambiente social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, de dentro, a estrutura do enunciado”.<sup>136</sup>

A perspectiva dialógica do enunciado, portanto, abarca mais do que a interação conversacional e diz respeito às relações estabelecidas no mundo ideológico. A síntese de Paulo Bezerra, pesquisador e tradutor de Bakhtin, descreve o alcance do conceito:

Enunciado é o elo (NB: o elo, não um elo) essencial da cadeia de comunicação e é dotado de uma tridimensionalidade comunicativa histórica e cultural que reúne passado (o antecedente), presente (continuum) e futuro (o consequente) do processo de comunicação como um fenômeno da cultura perene em sua substancialidade e aberto como forma de existência e comunicação entre os homens no devir histórico e na unidade aberta de cultura e história.<sup>137</sup>

Se entendemos que tanto grande e pequeno tempos quanto enunciado são construtos que dão acesso a fenômenos dialógicos, portanto, contínuos, não estanques nem mecânicos, sabemos que não são peças de encaixe. Não encaixamos uma unidade da comunicação discursiva num pequeno tempo que, por sua vez, se encaixa no grande tempo. Como vimos, o grande tempo impacta

até mesmo a produção dessa unidade, o que implica dizer que, mesmo em sua singularidade e efemeridade, o enunciado é atravessado por algo tão mais abrangente como o grande tempo. Com essa perspectiva dialógica de enunciado, foquemos agora o conceito de discurso.

Não há dúvida de que, seja por conta da variação de nomenclatura na própria obra do Círculo, seja pela pluralidade terminológica promovida por suas várias traduções, os termos enunciado, discurso, palavra, entre outros, parecem flutuar no conjunto de textos. Entretanto, pela recepção das ideias, tal como temos resgatado neste livro, podemos rascunhar um encaminhamento conceitual que reflete a prática do que chamamos ADD. Novamente, faremos um passeio por diferentes textos, sem seguir uma ordem linear.

A definição emblemática do que seja discurso no pensamento dialógico é encontrada na tese de Bakhtin sobre Dostoiévski. Segundo o pensador russo, discurso é “a língua em sua integridade concreta e viva, e não a língua como objeto específico da linguística”.<sup>138</sup> Parece uma definição bem poética, mas temos importantes pistas ali. Se entendemos que a principal referência de linguística nesse trecho é a saussuriana, entendemos que Bakhtin está dizendo que o discurso não é um sistema de signos abstratos, não é a langue proposta na obra póstuma de 1916 creditada a Saussure, o Curso de Linguística Geral. O discurso tampouco coincide com a “fala” (parole) saussuriana. Em “Discurso, sujeito, história à luz de Bakhtin”, dissemos que discurso no pensamento dialógico configura uma orientação semântica manifesta histórico-materialmente pelo encadeamento de atos. Isso fica evidente se cotejamos com outro texto de Bakhtin, o ensaio “Diálogo I. A questão do discurso dialógico”: “Discurso é a língua in actu. É inadmissível contrapor língua e discurso em qualquer que seja a forma. O discurso é tão social quanto a língua”.<sup>139</sup> Se o discurso é tão social quanto a língua e, mais, é a língua em ato, perguntamos: seria, então, discurso o mesmo que enunciado? Bakhtin responde: “A unidade do discurso é o enunciado”.<sup>140</sup> Por esta afirmação fica claro que discurso é maior do que o enunciado e, portanto, não coincide com ele. Fica a pista, também, de que o discurso coincide com o que o autor chama de cadeia comunicativa discursiva, posto que o enunciado constitui unidade de um e de outro.

O exame de outros trechos da obra de Bakhtin nos autoriza a diferenciá-los da seguinte maneira: a cadeia comunicativa discursiva é o fenômeno da linguagem em seu funcionamento concreto, é a natureza necessariamente dialógica que funda e realiza as relações intersubjetivas em sua totalidade; o discurso não é a



totalidade do fenômeno, e sim segmentos da cadeia que guardam a memória de certas relações intersubjetivas. Essa distinção se justifica, por exemplo, pela diferenciação que Bakhtin faz entre formas dialógicas e formas monológicas de discurso. A cadeia comunicativa, por definição e essência, é dialógica. Ela se forma pela ligação de elos, sempre os colocando em relação ao que antecede e ao que segue, e isso de maneira ininterrupta, perene (daí o senso de totalidade relacional). Assim, não cabe tratar de uma “forma monológica” da cadeia. Quanto ao discurso, sendo um segmento dessa cadeia, ele também “é dialógico por natureza”, mas pode se apresentar de formas mais ou menos dialógicas. Como o próprio autor afirma: “A par com as formas dialógicas de discurso (por exemplo, o diálogo cotidiano), existem formas monológicas (por exemplo, o discurso científico, as novelas e os contos, as obras líricas, etc.)”.<sup>141</sup>

Isso nos leva à compreensão de que discurso, no pensamento bakhtiniano, refere-se tanto à atualização concreta de segmentos da cadeia comunicativa – o que autoriza falar sobre “discurso do falante”, “discurso da personagem”, como encontramos em alguns trechos da obra –, quanto às formas de materialização da cadeia – o que permite falar de discursos de instituições, como discurso da academia, discurso político, discurso religioso, etc. Na condição de forma, diferencia-se em dialógico e monológico pelo grau de abertura à reacentuação e reorganização. O discurso autoritário, que não se permite ser reacentuado, é dialógico por natureza, porque responde a uma instância que o antecede e se dirige a um destinatário, mas é monológico em sua forma, porque não prevê alterações pelo destinatário, como se fosse um segmento em bloco, que não pode ser circunstanciado. É o caso, por exemplo, dos discursos de regimes totalitários, como o nazismo e o fascismo.

Diferentemente, os discursos que se abrem para contribuições têm uma forma mais prototipicamente dialógica. Esse seria o caso, por exemplo, da conversa do cotidiano em que a troca de turnos direciona a interação e, eventualmente, demanda reposicionamento dos sujeitos-interactantes. Seria o caso, também, de peças de teatro interativas, em que, para além do roteiro, os atores precisem improvisar junto à plateia. Nessa interação, o reposicionamento é inerente, já que não há a total previsibilidade de um script.

Essa distinção elucida muito a tese de Bakhtin sobre o romance polifônico em Dostoiévski. Sua análise vai demonstrando como as formas dialógicas vão se desenhando na poética do autor até que chegue ao que Bakhtin nomeia romance polifônico. Entendemos que o pensador russo não está dizendo que há um

discurso monológico e outro dialógico, mas que os discursos tendem para a monologia ou dialogia conforme seu grau de abertura à reacentuação e reorganização. A polifonia seria a manifestação por excelência de um discurso dialógico (forma dialógica de discurso). Essa distinção de formas de discurso leva ao próximo conceito-chave que destacamos: sujeito.

Como vimos em “Buscando uma unidade em teses fonte do pensamento dialógico” e em “A recepção brasileira de um nicho conceitual de base dialógica”, o objeto de estudo nesta orientação de pensamento é a relação, não relação de qualquer tipo, mas a relação dialógica. Vimos desde “Breve contextualização dos fundamentos do pensamento bakhtiniano” que o dialógico não é mecânico nem discreto, mas contínuo. Vimos também em “Discurso, sujeito, história à luz de Bakhtin” que o sujeito não se define por si, e sim pela relação com outro. Acabamos de ver que a unidade da comunicação discursiva se constrói pela relação dialógica entre três elementos: o sujeito que se enuncia, aquilo sobre o que enuncia e o sujeito a quem se dirige. Vimos que cada um desses elementos pode ser complexamente realizado. O destinatário, por exemplo, pode ser uma pessoa, ou um público, um povo, etc. Também aquilo que é enunciado não inaugura a cadeia comunicativa, trazendo sempre consigo certo repertório de outros enunciados que o antecedem. Cada elemento da relação triádica do enunciado pode ter variadas configurações. Independente da configuração, no âmbito do dialogismo, para que haja discurso é condição que haja essa relação intersubjetiva. Leiamos a discussão feita por Bakhtin a esse respeito:

Que formas de relação com o ouvinte-leitor-interlocutor e com o discurso do outro existem no enunciado? Como classificá-las? Cabe, antes de tudo, focar <...> o seguinte fenômeno. O interlocutor-ouvinte-leitor é a segunda pessoa a quem o enunciado está dirigido, endereçado, a quem eu respondo ou cuja resposta antecipo. Mas uma terceira pessoa, cujo enunciado menciono, pessoa essa que eu cito, com quem polemizo e concordo, também se torna segunda pessoa uma vez que entro em relações dialógicas com ela, ou seja, torna-se sujeito de uma relação dialógica. O falante e seu discurso não podem ser simplesmente um objeto de discurso, visto que me refiro a eles e para mim eles se tornam um parceiro dialógico. Ademais, o ouvinte e o discurso do outro podem ter uma forma coletiva, generalizadora.<sup>142</sup>

Por esse trecho, entendemos que o “sujeito de uma relação dialógica” pode ser um discurso. Ali o autor se refere ao discurso como atualização de um segmento da cadeia, mas se seguirmos o raciocínio, podemos projetar também para discurso como forma de determinado segmento da cadeia. Seria o caso, por exemplo, de numa conversa do cotidiano um sujeito citar o discurso bíblico. Ele não estaria trazendo para seu discurso a atualização concreta do discurso de outrem, mas um discurso institucional religioso, que também evoca um sujeito na relação dialógica. Essa interpretação é autorizada porque Bakhtin, em sua tese sobre Dostoiévski, deixa claro que as relações dialógicas se dão também entre discursos.

Isso auxilia na interpretação do que Bakhtin chama de “sujeitos do discurso” no famoso ensaio “Os gêneros do discurso”. Nesse ensaio, o filósofo russo afirma que se delimita um enunciado, entre outros aspectos, pela “alternância dos sujeitos do discurso”.<sup>143</sup> Não se trata do “dono de um discurso”, nem de uma “entidade sujeita ao discurso”, mas de um sujeito engajado em relação (dialógica) com outro sujeito.

A relação necessária está clara, mas as funções assumidas na tecedura do enunciado são as mesmas? Não. Para diferenciar as funções desempenhadas nas relações que são sempre intersubjetivas, encontramos variados termos no conjunto da obra do Círculo: autor, autor-criador, falante, herói, objeto, destinatário, interlocutor, ouvinte, representante médio, entre tantos outros. Propomos uma sistematização terminológica dos parceiros dialógicos<sup>144</sup> para fins didáticos (e definitivamente não conclusiva). Chamemos sujeito [do discurso] aquele que ocupa a função de sujeito-autor do enunciado. Nesta proposta, sujeito seria a forma abreviada de se referir àquele que se responsabiliza pelo enunciado, aquele que procede ao ato de atualização singular do discurso. É aquele que mobiliza o que é tomado como objeto do discurso e direciona a instância de linguagem para outro parceiro. A este sujeito endereçado, chamemos destinatário. Este parceiro dialógico constitui o enunciado desde o início, pelas modulações provocadas na produção do sujeito do discurso, mas também constitui o enunciado pela sua compreensão que dá o acabamento ao enunciado. Daí a “parceria” com o sujeito do discurso. Por último e não menos importante, chamemos objeto o que é tomado como mote do enunciado. Já vimos que a natureza desse objeto envolve a memória de outros enunciados já produzidos, uma vez que não se trata de um objeto inaugural na cadeia

comunicativa discursiva. Pelo impacto dessa memória nos sujeitos, nos parceiros dialógicos, sua função é também ativa, não devendo ser o objeto do enunciado considerado um mero assunto ou produto. Sua natureza dialógica também influencia a própria estrutura do enunciado, como vemos em variados textos do Círculo, por exemplo, no ensaio “Palavra na vida e a palavra na poesia” e “A construção da enunciação”, de Volóchinov, no ensaio “Diálogo II”, de Bakhtin, entre tantos outros. Então, chegamos ao entendimento de que as relações dialógicas de que se ocupa a ADD se travam no terreno intersubjetivo das relações enunciativo-discursivas.

Diante dessa inter-relação necessária entre discurso e sujeitos – parceiros dialógicos –, relação esta capturada desde a unidade da cadeia comunicativa discursiva – o enunciado –, podemos concluir que a história, no pensamento dialógico, constitui a linguagem e, conseqüentemente, o discurso. Como já vimos em “Buscando uma unidade em teses fonte do pensamento bakhtiniano”, Volóchinov, em *Marxismo e filosofia da linguagem*, demonstra como a história integra o fenômeno da linguagem e propõe um método sociológico para acessá-la na construção e estudo de seu objeto. Ao ponderar acerca da tendência de estudos que chama de objetivismo abstrato, Volóchinov questiona a realidade objetiva de um sistema sincrônico da língua. Para o autor, o fato de qualquer falante de qualquer língua invariavelmente estar circunscrito histórica e socialmente e o fato de que essa circunscrição se atualiza por relações no e entre grupos sociais colocam a língua numa perspectiva concreta de natureza dinâmica, instituída por “um processo ininterrupto de mudanças”<sup>145</sup> que independe da percepção do falante e da capacidade de um estudioso registrá-lo.

Assim, Volóchinov concebe a história como dinâmica de transformações contínuas que escapam ao próprio indivíduo falante que delas participa e, assim, confere à história estatuto de condição da linguagem. Isso localiza o indivíduo falante, ou o criador de textos, nos termos de Bakhtin, como agente histórico, já que seus atos constituem a dinâmica de transformação. Entretanto, como as transformações lhe escapam, não é possível conceber o indivíduo como produtor da história.

Reconhecendo a interação discursiva como realidade objetiva da linguagem significa reconhecer o caráter histórico do que Bakhtin chamaria (e nós já vimos aqui) de cadeia comunicativa discursiva. Esse seria o fenômeno; de natureza histórica por se desenrolar perenemente. E o método sociológico proposto por Volóchinov para tomar o fenômeno como objeto é o exame da palavra na

palavra, o discurso no discurso, o que está estreitamente ligado à Metalinguística proposta por Bakhtin.

Essa confluência autoriza reconhecer uma organicidade no pensamento do Círculo a ponto de definirmos a história, no âmbito dialógico, como a dinâmica relacional que, a um só tempo, constitui os grupos sociais e dá sentido aos atos executados nesses e por esses grupos. Isso quer dizer que, no âmbito do dialogismo, a história integra o fenômeno da linguagem como um movimento perene de alterações relacionais. Em “Discurso, sujeito, história à luz de Bakhtin”, definimos provisoriamente história como valoração subjetivo-cultural de relações temporais cognitivamente válidas. Agora podemos reformular da seguinte maneira: a história consiste na dinâmica relacional dialógica (e, portanto, intersubjetiva) que se trava na tensão entre o pequeno tempo – intervalo das atualizações singulares – e o grande tempo – fluxo de transformações superordenadas que viabiliza a ressignificação cultural, e não individual e fugaz, das relações pontualmente atualizadas.

Apenas para fechar este subcapítulo, voltemos ao exemplo da “Canção do exílio às avessas”, de Jô Soares. Como as noções de discurso, sujeito e história ora articulados ajudam a processar os sentidos emergentes do que encontramos ali? Em linhas gerais, vemos que o tom parodístico decorre não de relações meramente formais, como a semelhança dos títulos, o tema do retorno à terra natal/pátria, mas essas relações formais são índices do que efetivamente está em jogo. Entendemos que o poema é uma paródia porque conseguimos recuperar relações que se dão entre discursos. Pelas lentes do grande tempo, “ouvimos” a voz (discurso) romântica da “Canção do exílio”, para a qual o nacionalismo é um sentimento, uma condição existencial. Nesse discurso, o exílio é concebido como a separação da pátria. Daí a saudade, a nostalgia, o desejo de retorno. Isso tudo constitui um segmento da cadeia comunicativa discursiva na qual o sujeito do discurso se enuncia num lamento. A forma desse discurso tende à monologia, por não marcar em sua atualização as eventuais interpelações dos parceiros discursivos e apresentar seu objeto como se fosse único, sem necessariamente marcar também as nuances emergentes do repertório de lamentos, de saudade e de outras valorações acerca do retorno às origens, ainda que origens simbólicas. A canção “às avessas” opera sobre esse discurso. Seu discurso é bivocal.

O poema de Jô Soares ressignifica o retorno às origens como o exílio, construindo o avesso do discurso romântico que ouvimos. A ideia de avesso só se manifesta porque “ouvimos” a voz romântica. O tom parodístico resulta da

relação dialógica entre o discurso romântico convocado com seu repertório, sua memória relacional, e o discurso que debocha do lamento, da nostalgia e mesmo do sentimento para com as origens. A convergência semântica que autoriza o estabelecimento dessa relação entre discursos é garantida pelos sentidos que o grande tempo, aquele fluxo de transformações superordenadas, permite alinhar. No pequeno tempo, o texto de Jô Soares significaria apenas o lamento de um presidente impedido de deixar o cargo na República para voltar ao seu lugar de cidadão, à sua naturalidade. No grande tempo, porém, “enxergamos” o diálogo entre os retornos e suas valorações daí decorrentes que, especialmente, ressignificam o exílio. Pensemos um pouco mais sobre como proceder à análise dialógica do discurso pelo viés de possíveis equívocos na abordagem.

#### **4. Como (não) analisar discurso de uma perspectiva dialógica**

Partimos, no capítulo “Mikhail Bakhtin ele mesmo”, de uma base filosófica que orientou nossa leitura e recepção do pensamento do Círculo Bakhtin, Medvedev e Volóchinov. Visitamos teses, ensaios, notas, entre textos de diferentes naturezas. Encaminhamos uma, e não a, introdução ao pensamento do Círculo com o intuito de entender a produtividade da ADD. Elaboremos um pouco mais o alcance desse modo de conceber e analisar discursos antecipando possíveis equívocos.

#### ***4.1 A análise dialógica não é uma análise dialogal***

Depois da breve incursão no pensamento de Bakhtin e o Círculo, entendemos que o diálogo sobre o qual a teoria se desenvolve não é o mesmo que conversa. Ainda que a conversa do cotidiano seja tomada como protótipo do funcionamento da linguagem tal como a compreendemos a partir da obra desses intelectuais russos, as relações dialógicas se dão, como vimos, também entre contextos distantes, entre discursos. As relações são constitutivas desde a cadeia comunicativa discursiva como um todo até sua unidade, o enunciado. Por isso, a análise que se propõe dialógica não é a análise de um diálogo, de uma conversa, mas de relações semânticas contínuas, não mecânicas e que acontecem no mundo ideológico.

Isso significa dizer que, ao nos propormos a fazer uma análise dialógica, buscamos fronteiras enunciativas, rastreando, por exemplo, a alternância dos sujeitos do discurso. Isso não é o mesmo que identificar a troca de turnos de uma conversa. Podem eventualmente coincidir, mas não é disso que tratamos. A troca de turnos é apenas uma inspiração material para a interação discursiva, que acontece na dinâmica do pequeno e do grande tempo. Essa interação vai além das relações orais. Mesmo na forma escrita, há o processamento enunciativo-discursivo: “Todo enunciado, mesmo que seja escrito e finalizado, responde a algo e orienta-se para uma resposta. Ele é apenas um elo na cadeia ininterrupta de discursos verbais”.<sup>146</sup>

Isso já bastaria para diferenciar o dialógico, que diz respeito a movimentos discursivos, e o dialogal, que diz respeito à conversa. Mesmo assim, vamos além. Quando pensamos no discurso parodístico, caso do poema de “Canção do exílio às avessas” de Jô Soares, vemos que os sujeitos que se alternam não são empíricos e nem se relacionam dialogalmente. A paródia emerge da interação discursiva de contextos distantes.



## ***4.2 Se o discurso é dialógico por natureza, nem toda análise é***

A linguagem funciona pela interação. Até aqui isso parece claro. Por isso entendemos que a natureza da linguagem e do discurso é dialógica. Isso quer dizer que analisar discurso é fazer uma análise dialógica? Resposta simples: não.

Como afirma Saussure no Curso de Linguística Geral, o ponto de vista instaura o objeto. Pois bem, Bakhtin, Medvedev e Volóchinov posicionam-se de modo a enxergar relações constitutivas do fenômeno da linguagem. Desse ponto de vista, eles tecem princípios teórico-metodológicos para abordá-las. De início, como vimos especialmente pelos destaques na tese de Geraldo Tadeu Souza,<sup>147</sup> havia uma preocupação com a sociologia da palavra. Na maturidade do pensamento, o sociológico não é esquecido, mas é posto como segundo plano em favor do dialógico. É dessa perspectiva elaborada com foco no dialógico que se constrói, na recepção brasileira, a ADD.

Assim, uma análise é dialógica se embasada pela concepção de linguagem e de discurso que emerge do pensamento do Círculo. Isso inclui considerar a participação discursiva do objeto que, por ser considerado um sujeito também produtor de discursos, com sua memória impacta as relações interacionais próprias do que está sendo estudado. Essa memória, por sua vez, é tecida no grande tempo; não se restringe ao passado recente, mas se constitui pelo repertório cultural que ultrapassa meros recortes situacionais, abarcando contextos histórico-sociais mais amplos.

Isso deixa evidente que dialógico não se resume à dialogal, e a análise dialógica não é uma análise da conversa, da troca de turnos ou algo semelhante. Antes, é uma análise das relações (dialógicas) travadas entre três participantes discursivos – sujeito (autor do enunciado), destinatário (real ou presumido, a quem se destina o enunciado e dele participa desde sua formulação) e objeto (cuja memória impacta diretamente tanto o sujeito quanto o destinatário), fundadores de qualquer enunciado por meio de materiais sígnicos validados ideologicamente (por grupos sociais).

### ***4.3 Na ADD, a polifonia não é apenas a pluralidade de vozes***

O termo polifonia pode conceituar diferentes fenômenos da linguagem<sup>148</sup>. Vai depender de qual base teórica é mobilizada. No âmbito do pensamento do Círculo e, conseqüentemente, da ADD, a polifonia diz respeito a um tipo de relação dialógica que não é corriqueiro. Não se trata apenas da pluralidade de vozes, e sim do modo como as diferentes vozes sociais se articulam no enunciado.

Na tese sobre Dostoiévski, Bakhtin examina relações dialógicas na constituição do romance polifônico. Daí podemos recuperar uma concepção de polifonia como pluralidade de vozes com as mesmas condições de validade no discurso, e não apenas um conjunto de vozes. Trata-se de um modo particular de organização estética entre vozes sociais, sempre lembrando que o estético, desse ponto de vista, jamais exclui o ético. Então, a organização estética que dispõe diferentes vozes sociais em pé de igualdade na formulação de um enunciado requer um sujeito (autor) que alce o objeto a um estatuto semântico que não o subjuguem à sua apreciação, mas que lhe garanta não só voz como vez. O impacto ético dessa organização equipolente de vozes sociais distintas é a não afirmação de um lugar social sobre outro, mas uma tensão em devir.

Em qualquer instância de discurso citado, por exemplo, flagramos relações dialógicas entre discursos, minimamente, entre discurso citante e discurso citado e tudo que neles está implicado (as relações intersubjetivas, a memória do objeto, por exemplo). Mas o modo como esses discursos se relacionam não é necessariamente polifônico. O discurso citante pode mobilizar outra voz, ou outro discurso, para compor seu projeto enunciativo. Nesse caso, o estatuto dialógico dessas vozes não é o mesmo; elas não têm o mesmo valor para o efeito de sentido do enunciado como um todo, posto que uma voz se sobrepõe à outra. Dialogicamente, a polifonia se instala quando as vozes em interação no enunciado são equipolentes, têm o mesmo peso para o efeito de sentido final do enunciado.

Se cotejarmos a tese de Bakhtin sobre Dostoiévski – texto em que o pensador russo elabora mais explicitamente o conceito de polifonia – e um estudo de

escopo bem mais restrito sobre fragmentos da poética de Chico<sup>149</sup>, identificaremos como as relações estéticas entre autor e personagens podem encaminhar à polifonia ou não a depender das questões éticas implicadas. No estudo sobre a poética de Dostoiévski, Bakhtin identifica, especialmente em *Irmãos Karamazov*, o ápice de uma espécie de democratização entre a voz do autor e das personagens; fenômeno que intitula polifonia. No curso da poética de um autor russo em sua circunscrição histórico-social (tanto sua inscrição no pequeno tempo quanto no grande tempo), essa equipolência de vozes cumpre um fim ético. Num estudo sobre a poética de Chico, João Kogawa<sup>150</sup> demonstra que, no âmbito dos anos de chumbo da ditadura militar brasileira, a disposição não equipolente de vozes sociais distintas consolidava uma posição ética de resposta-contradição ao regime. Para marcar este lugar social de dizer, as variadas vozes mobilizadas pelo sujeito autor não poderiam ter o mesmo lugar estético de sua voz autoral; era preciso que tais vozes estivessem “a serviço” de determinada valoração empreendida pelo autor.

Esses dois estudos de orientação dialógica sobre “problemas de poética”, ainda que apresentem envergaduras e alcances diferentes, mostram que polifonia, no âmbito dialógico, não é mera pluralidade de vozes. Mostram também que o fenômeno polifônico, apesar de raro, por si só não guarda um valor ético; é preciso considerar as relações entre temporalidades (grande e pequeno tempos) para dar conta do propósito que cumpre este modo de estetizar diferentes vozes sociais.

---

## Notas

62. Brait, Beth. Análise e teoria do discurso. In: \_\_\_\_\_. Bakhtin – outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006 II, p. 9-32; Brait, Beth. Apresentação. Importância e necessidade da obra O método formal nos estudos literários: introdução a uma poética sociológica. In: Medviédev, Pável Nikoláievitch. O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica. São Paulo: Contexto, 2012, p. 11-18; Grillo, Sheila Camargo. Prefácio. A obra em contexto: tradução, história e autoria. In: Medviédev, Pável Nikoláievitch. O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica. São Paulo: Contexto, 2012, p. 19-38.
63. Brandist, 2006, p. 67-88; Zandwais, Ana. Práticas políticas nacionalistas e funcionamento discursivo: totalitarismo, fascismo e nazismo. In: Zandwais, Ana e Romão, Lucília Maria Sousa (orgs.). Leituras do político. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p. 127-142.
64. Ver, por exemplo, Grillo, Sheila Camargo. Prefácio. “A obra em contexto: tradução, história e autoria”. In: Medviédev, Pável Nikoláievitch. O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica. São Paulo: Contexto, 2012, p. 19-38.
65. Medviédev, Iúri Pávlovitch; Medviédeva, Dária Aleksándrovna. O Círculo de M. M. Bakhtin: sobre a fundamentação de um fenômeno. Bakhtiniana, São Paulo, n. especial, p. 26-46, 2014.
66. Medviédev, Pável Nikoláievitch. O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica. São Paulo: Contexto, 2012, p. 43, grifo do autor.
67. Costa, Luiz Rosalvo. A questão da ideologia no Círculo de Bakhtin: e os embates no discurso de divulgação científica na revista Ciência Hoje. Cotia: Ateliê Editorial, 2017.

68. Ibidem, p. 56, grifos nossos.

69. Bakhtin, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. Os gêneros do discurso. São Paulo: Editora 34, 2016 I, p. 11-70.

70. Brait, Beth. Apresentação. Importância e necessidade da obra O método formal nos estudos literários: introdução a uma poética sociológica. In: Medviédev, Pável Nikoláievich. O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica. São Paulo: Contexto, 2012, p. 15.

71. Bakhtin, Mikhail/Volochínov Valentin. Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1980.

72. Volóchinov, 2017.

73. Grilo, Sheila. Ensaio introdutório. In: Volóchinov, Valentin (Círculo de Bakhtin). Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 2017, p. 7-82.

74. Volóchinov, 2017, p. 92.

75. Ibidem.

76. Ibidem, p. 93, grifos do autor.

77. Ibidem, p. 96-7, grifos do autor.

78. Ibidem, p. 219.

79. Ibidem, p. 220.

80. Ibidem, p. 220, grifos nossos.

81. Wall, Anthony. Ligações insuspeitas entre carnaval e dialogismo. Bakhtiniana, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 9-28, 1º sem. 2010.

82. Morson, Gary Saul e Emerson, Caryl. Mikhail Bakhtin: criação de uma prosaística. São Paulo: Edusp, 2008.

83. Popova, Irina. Le ‘carnaval lexical’ de François Rabelais. Le livre de M. M. Bakhtine dans le contexte des discussions méthodologiques franco-allemandes des années 1910-1920. *Slavica Occitania*, n. 25, CRIMS, Toulouse, p. 343-68, 2007.
84. Wall, op. cit.
85. Bakhtin, Mikhail. A cultura popular da Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora UnB, 2008, p. 8.
86. Ibidem, p. 128, grifos do autor.
87. Wall, op. cit., p. 16.
88. Bakhtin, 2008, p. 133, grifos do autor.
89. Faria e Silva, Adriana Pucci Penteado de. 0,5mm: a nova edição brasileira de Problemas da Poética de Dostoiévski. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 7-23, 2011.
90. Bakhtin, 2010 IV, p. 311.
91. Ibidem, p. 312.
92. Ibidem, p. 312-3, grifo nosso.
93. Ibidem, p. 315-6.
94. Ibidem, p. 329, grifos do autor.
95. Ver “Breve contextualização dos fundamentos do pensamento bakhtiniano”.
96. Ibidem.
97. Bakhtin, 2010 IV, p. 213.
98. Ibidem, p. 216.
99. Disponível em: <<http://bit.ly/2HTCaDn>>. Acesso em: 23 out. 2016.

100. Disponível em: <<https://glo.bo/2ZsT71b>>. Acesso em: 23 out. 2016.
101. Bakhtin, 2010 IV, p. 216.
102. Ibidem, p. 213-4.
103. Ibidem, p. 216-7.
104. Disponível em: <<http://bit.ly/2ZbBgYP>>. Acesso em: 23 out. 2016.
105. Ver “Breve contextualização dos fundamentos do pensamento bakhtiniano”.
106. Ibidem.
107. Na edição de 2010, essa tabela consta nas páginas 228 e 229.
108. Wall, op. cit.
109. Souza, 2002, p. 121.
110. Souza, op. cit.
111. Kristeva, Julia. *Sémiotikè, recherches pour une sémanalyse*. Paris: Éditions du Seuil, 1969 e Kristeva, Julia. *Une poétique ruinée, Préface à M. Bakhtine. La Poétique de Dostoïevski*. Paris: Éditions du Seuil, 1970, p. 5-27.
112. Todorov, Tzvetan. *Mikhaïl Bakhtine – Le principe dialogique suivi de Écrits du Cercle de Bakhtine*. Paris: Éditions du Seuil, 1981.
113. Bezerra, Paulo. Prefácio. Uma obra à prova do tempo. In: Bakhtin, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
114. Bakhtin, Mikhail. O texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. In: \_\_\_\_\_. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34, 2016 II, p. 71-110.
115. Bakhtin, 2010 IV, p. 207, grifo do autor.
116. Souza, op. cit.

117. Grillo, Sheila. Ensaio introdutório. In: Volóchinov, Valentin (Círculo de Bakhtin). Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 2017, p. 7-82.
118. Faraco, Carlos Alberto. Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009 I.
119. Bakhtin, 2010 IV, p. 211, grifo do autor.
120. Bakhtin, Mikhail. Fragmentos dos anos 1970-1971. In: \_\_\_\_\_. Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas. São Paulo: Editora 34, 2017 I, p. 30.
121. Bakhtin, 2010 IV, p. 210, grifo do autor.
122. Bakhtin, Mikhail. O texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. In: \_\_\_\_\_. Os gêneros do discurso. São Paulo: Editora 34, 2016 II, p. 92.
123. Bakhtin, 2010 IV, p. 210-211.
124. Bakhtin, Mikhail. O texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. In: \_\_\_\_\_. Os gêneros do discurso. São Paulo: Editora 34, 2016 II, p. 102.
125. Amorim, Marília. O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas. São Paulo: Musa Editora, 2004.
126. Bakhtin, Mikhail. Por uma metodologia das ciências humanas. In: \_\_\_\_\_. Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas. São Paulo: Editora 34, 2017 II, p. 78, grifos do autor.
127. Ibidem, p. 79, grifos do autor.
128. Bakhtin, Mikhail. A ciência da literatura hoje (Resposta a uma pergunta da revista Novi Mir). In: \_\_\_\_\_. Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas. São Paulo: Editora 34, 2017 III, p. 14, grifos do autor.
129. Souza, Geraldo Tadeu. Introdução à teoria do enunciado concreto do círculo Bakhtin/Volochinov/Medvedev. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.



130. Bakhtin, Mikhail. Diálogo II. In: \_\_\_\_\_. Os gêneros do discurso. São Paulo: Editora 34, 2016 IV, p. 133.
131. Ibidem, p. 135.
132. Bakhtin, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. Os gêneros do discurso. São Paulo: Editora 34, 2016 I, p. 22.
133. Ibidem, p. 11-70; Bakhtin, Mikhail. Diálogo I. A questão do discurso dialógico. In: \_\_\_\_\_. Os gêneros do discurso. São Paulo: Editora 34, 2016 III, p. 113-124; Bakhtin, Mikhail. Diálogo II. In: \_\_\_\_\_. Os gêneros do discurso. São Paulo: Editora 34, 2016 IV, p. 125-150.
134. Bakhtin, 2016 IV, p. 135.
135. Ibidem, p. 137, grifo do autor.
136. Volóchinov, 2017, p. 206.
137. Bezerra, Paulo. Posfácio. No limiar de várias ciências. In: Bakhtin, Mikhail. Os gêneros do discurso. São Paulo: Editora 34, 2016, p. 153, grifos do autor.
138. Bakhtin, 2010 IV, p. 207.
139. Bakhtin, 2016 III, p. 117.
140. Ibidem, p. 116.
141. Ibidem, p. 118.
142. Bakhtin, 2016 IV, p. 136-7, grifos nossos.
143. Bakhtin, 2016 I, p. 29.
144. Bakhtin, 2016 IV, p. 137 e 138.
145. Volóchinov, 2017, p. 175.
146. Ibidem, p. 184.
147. Souza, 2002.

148. Tezza, Cristóvão. Entre a prosa e a poesia: Bakhtin e os formalistas russos. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

149. Kogawa, João. Vozes em fragmentos na poesia de Chico: uma arquitetura polifônica? Rio de Janeiro: Multifoco, 2018.

150. Ibidem.

### 3. MICHEL PÊCHEUX

Se hoje podemos falar em Análise do Discurso<sup>151</sup> e desenvolver trabalhos a partir desse campo de saber, muito disso – para não dizer, tudo isso – se deve ao papel desempenhado por Michel Pêcheux nos anos 1960 em torno das problematizações sobre o sentido. Dentre as inúmeras publicações desse autor, são clássicas e basilares Análise automática do discurso (AAD-69)<sup>152</sup> e Semântica e discurso<sup>153</sup>, em que se encontram conceitos importantes do pensamento pecheutiano que servem, ainda hoje, de norte, seja pela afirmativa, seja pela negativa, para proposições teórico-metodológicas em torno do discurso.

Depois de quase meio século desde a publicação de AAD-69, a disciplina passou por reformulações nos planos teórico (a assunção de algumas teses foucaultianas; a relativização da tese de que dizer é apenas reproduzir; a problematização da paráfrase como evidência do funcionamento semântico-discursivo) e analítico (a relativização do aparato computacional como “prótese não subjetiva” de leitura). Em que pesem essas transformações, há um tronco central da episteme pecheutiana que se mantém e gera dificuldades aos que querem adentrar o espaço dessa disciplina de interpretação. Isso se faz sentir em escala macro (em grandes eventos da área) e micro (nas salas de aula da graduação e da pós-graduação) de nossa experiência acadêmica. Nesse sentido, este capítulo começa por aquilo que a AD é, ou seja, pelos conceitos essenciais que a compõem e alguns de seus porquês epistemológicos.

No entanto, isso não basta. Ao mesmo tempo em que é possível e produtivo mapear conceitos, definições e modo operatório, também é profícuo sistematizar “aquilo que não se deve fazer em matéria de AD”. Desse ponto de vista, mais do que reproduzir uma praxe de manuais, a saber, elencar conceitos e defini-los com acréscimo de exemplos ilustrativos, tentamos algo novo no que diz respeito ao gênero manual: definir pelo não ser.

Esse encaminhamento se justifica pela nossa experiência no ensino da disciplina que, muitas vezes, passa muito mais pela desconstrução de “preconceitos” – a matéria-prima ideológica a partir da qual a AD é exercitada – do que pela definição de conceitos. Com efeito, como explicar que o sujeito não é o indivíduo? Que o sentido não é intencional? Que a ideologia não é “mérito” ou

“demérito” pessoal do ser individual nem exclusividade de um grupo ou classe? Que a “coerência global” da pessoa física não está em jogo quando se analisa um discurso? Que o poder<sup>154</sup> não é exclusividade onipotente de uns em detrimento da impotência total de outros?

As questões acima evidenciam “preconceitos” que, na tradição dos estudos do discurso que apresentamos, são retomados e exemplificados como o que denominamos anteriormente “aquilo que não se deve fazer” em AD. Em uma importante passagem sobre a história do pensamento pecheutiano, Denise Maldidier afirma que pensar o discurso exige de nós a compreensão de ideias ao mesmo tempo “simples e insuportáveis”: “[...] o sujeito não é a fonte do sentido; o sentido se forma na história através do trabalho da memória, a incessante retomada do já-dito; o sentido pode ser cercado, ele escapa sempre”.<sup>155</sup>

Inicialmente, procedemos a uma historicização das condições de emergência da AD na França, notadamente, no que concerne à busca pela ideia de cientificidade – outra marca que se perdeu ao longo da história com as transformações pelas quais a AD passou – que sustenta o olhar para o ideológico nas primeiras publicações de Pêcheux. Isso nos leva a retomar uma tradição francesa assentada nas obras de Gaston Bachelard e Georges Canguilhem. A AD “nasce” no quadro da história da ciência. Assim, podemos situar, para a AD, uma emergência epistemológica (o momento “Thomas Herbert” de Pêcheux) e outra institucional (que tem a Análise automática do discurso – AAD – 69, como marco inaugural). Tratamos de uma emergência epistemológica no sentido de que, antes de ser uma disciplina “rotulada” como AD, havia ideias que “preparavam o terreno” para que o rótulo – e com ele um *savoir-faire* – surgisse, ainda que descontinuamente. A emergência institucional diz respeito a um campo devidamente rotulado e possível de “ser ensinado”.

Em um segundo momento, desenvolvemos uma discussão sobre o desenvolvimento da teoria no Brasil e, novamente, é fundamental falar em uma emergência epistemológica (o momento Carlos Henrique de Escobar, nos anos 1960) e outra institucional (o momento Unicamp, que tem, na figura da profa. Eni Orlandi, a grande representante).

Posteriormente, por meio de uma discussão sintética das categorias de discurso, sujeito e história, elucidamos os modos como a AD concebe o sentido e procura, por meio de uma semântica própria, teorizar sobre a significação e os métodos pelos quais o sentido pode ser rastreado. Todo o arcabouço teórico passa pela

sistematização dessas três categorias fundamentais implicadas entre si. Não adianta muito, do ponto de vista epistemológico, decorar/operacionalizar conceitos como interdiscurso, pré-construído, memória discursiva e tantos outros sem compreender o modo como a AD concebe a tríade básica. É também por isso que este livro não traz modelos de análise ou demonstrações extensas de operacionalização de conceitos. Nosso objetivo é delinear percursos de leitura a partir dos quais o leitor poderá selecionar os conceitos mais adequados à sua própria reflexão e mobilizá-los de acordo com certa necessidade exigida pelo corpus. Essas adaptações são possíveis e necessárias, o que nos leva a afirmar que os conceitos a serem utilizados variam muito em função do corpus. O que não pode ser contrariado é justamente a base linguístico-histórico-filosófica da tríade indispensável: discurso, sujeito, história. É possível mobilizar conceitos da AD (formação discursiva, formação ideológica, interdiscurso, memória discursiva, enunciado, intradiscurso, entre outros) sem estar em sintonia com as bases da AD. Essa operacionalização mecânica, aliás, é bem comum e é o grande desafio que esta teoria impõe: por vezes – e temos assistido a isso in loco em congressos e textualmente em teses e dissertações –, parece que qualquer interpretação crítica que se faça pode ser considerada AD.

Quando recorremos a exemplos, nosso objetivo não é oferecer um modelo de análise a ser seguido. O diferencial deste livro é apresentar um “modo AD de pensar” e não as opções analíticas de seus autores. Ao oferecermos rotas de leitura por caminhos linguístico-filosóficos, o leitor poderá tirar suas conclusões a respeito da “caixa de ferramentas”. Nosso manual foge um pouco ao que comumente se considera um manual. Nossos exemplos não têm a pretensão de ser uma análise rigorosa e verticalizada – por vezes, criando o efeito de modelos a serem imitados –, mas sim de esclarecer o modo básico como a AD compreende discurso, sujeito e história. Manter a coerência em um trabalho de AD exige a vigilância constante face às implicações desses três conceitos basilares. A maior dificuldade não é propriamente entender e/ou mobilizar os conceitos operacionais, mas utilizá-los em consonância com a orientação linguístico-filosófica fundante da tríade.

Há, portanto, dois sistemas integrantes da epistemologia da AD. São interdependentes e complementares, mas não se confundem: (i) uma base linguístico-histórico-filosófica mais ampla e reguladora da tríade elementar composta pelos conceitos de discurso, sujeito e história; (ii) um conjunto de categorias operacionais derivadas desta base, tais como intradiscurso, interdiscurso, memória discursiva, pré-construído, formação discursiva,

formação ideológica, enunciado, arquivo. O que pretendemos é dar conta do primeiro desses sistemas com rápidas incursões pelo segundo, quando for o caso. O segundo sistema tem variado bastante; o primeiro, espinha dorsal da AD, variou muito pouco ou quase nada.

## 1. AD na França

Analisar discurso é uma prática que segue certa tradição de um domínio de estudos conhecido como história/filosofia<sup>156</sup> das ciências. Dentre outros interesses, ao perguntar às ciências o que elas fazem, esse campo do conhecimento, tal como se desenvolveu na França, volta-se para a construção de uma história dos conceitos, notadamente, na Química e na Biologia. Talvez, essa seja uma primeira forma de tentar rastrear um *savoir-faire* francês que tem, em Gaston Bachelard e Georges Canguilhem, um ponto de referência.

Em sua obra *A formação do espírito científico*, Bachelard procede a uma análise de manuais e textos fundamentais que norteavam o pensamento “científico” do século xviii e mostra de que forma inúmeras concepções desse período, tidas como sábias e, principalmente, como verdades científicas, foram, efetivamente, obstáculos a serem superados pelos cientistas dos séculos xix e xx. Havia, durante a era pré-científica do século xviii, uma combinação entre “saber erudito” e experimentação que produzia um sem número de equívocos que eram, não raras vezes, tidos como científicos naquele momento. O autor afirma que “Toda a designação de um fenômeno conhecido por um nome erudito torna satisfeita a mente preguiçosa”<sup>157</sup>.

Bachelard mostra, por exemplo, que, em um livro intitulado *Matière Médicale* (Matéria médica), seu autor, Geofroy, “[...] recomenda o cocô de rato, *Stercusnigrum*, contra a prisão de ventre. Em uso externo, ele serve para curar sarna; misturado com mel e suco de cebola, ele faz crescer e renascer o cabelo”<sup>158</sup>. Isso deriva, para o epistemólogo francês, de “valorizações inconscientes” produtoras de metáforas explicativas que se generalizaram, no século xviii, como evidências “científicas”. Um desses valores inconscientes é a ideia de digestão. Esse foi um grande obstáculo epistemológico a ser superado pela ciência química e pela farmacologia, ou seja, quebrar com uma concepção generalizada de que “o mundo se move por digestão”. A essa ideia, uma série de práticas experimentais deram corpo. A destilação, por exemplo, a partir da qual se obtinham elixires a partir de substâncias fétidas como os excrementos, era associada à ideia de processo digestivo: “As matérias fecais foram objeto de

inúmeras destilações [...]”<sup>159</sup>.

A análise bachelardiana, dessa forma, tem como objetivo investigar o funcionamento desse discurso pré-científico do século xviii, marcado por “valorizações inconscientes”<sup>160</sup>. Esse percurso não visa apenas categorizar o discurso pré-científico, mas também compreender marcas constitutivas do discurso científico:

No fundo, o progresso do pensamento científico consiste em diminuir o número de adjetivos que convêm a um substantivo, e não em aumentar esse número. Na ciência, os atributos são pensados de forma hierárquica e não de forma justaposta.<sup>161</sup>

Percebemos, a partir dessa rápida retomada da discussão bachelardiana, que o objeto de sua investigação foi, efetivamente, o discurso pré-científico do século xviii, composto materialmente por tratados filosófico-religiosos que pretendiam oferecer explicações sobre fenômenos químicos. O objeto de investigação de Bachelard e da história das ciências, portanto, é, a rigor, o discurso.

Retomando um importante trabalho sobre a história da ciência dos cristais, Canguilhem define bem esse lugar de produção de um discurso analítico sobre os discursos que constitui o objeto da história das ciências:

Quando Hélène Metzger escreveu *A gênese da ciência dos cristais* ela compôs um discurso sobre os discursos que não eram primeiramente os bons discursos no fim dos quais os cristais se tornaram objeto exposto de sua Ciência.<sup>162</sup>

De que maneira isso se aplicaria à Análise do Discurso? Que tipo de influência Pêcheux herdou desses trabalhos? Em primeiro lugar, a história das ciências tem o “mesmo” objeto que a AD, ou seja, o discurso. Em segundo lugar, essa perspectiva norteia os primeiros textos de Pêcheux. Isso se dá dessa maneira não apenas na França, mas também no Brasil – no plano epistemológico dos anos



1960/70, com as primeiras publicações de Escobar e, no plano disciplinar, dos anos 1980 em diante, com a retomada, pela professora Eni Orlandi e seu grupo, dos textos de Thomas Herbert –, pois, o início das questões em torno das ideologias e da teoria do discurso tem marco inaugural justamente nos escritos produzidos sob pseudônimo Thomas Herbert<sup>163</sup>.

Deriva desses dois aspectos – coincidência de objeto e influência intelectual – que a pesquisa pelo grau de cientificidade de um campo de saber fomentou a elaboração de dispositivos de interpretação tais como a análise automática do discurso, que se pretendia uma prótese de leitura que eliminava dos resultados a interferência humana ou subjetiva. Em um de seus textos iniciais – assinado como Herbert – intitulado “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais, especialmente, da Psicologia Social”, o autor analisa o lugar ideológico – como prática técnica – das “ciências sociais”, especialmente, da Psicologia Social, com o intuito de mostrar que aquilo que se apresentava como “ciência” na verdade era uma técnica com a finalidade de reproduzir o ideal capitalista da produção e do controle comportamental dos grupos sociais.

É, assim, na negatividade entre ideologia e ciência que emerge, em princípio, a preocupação de se constituir uma teoria das ideologias. Apenas posteriormente é que a AD vai se voltar mais especificamente para o discurso político e, nesse sentido, dará uma guinada em direção aos moldes pelos quais a conhecemos hoje. A partir de um lugar teórico de reivindicação das teses do marxismo althusseriano<sup>164</sup> constituído à luz da epistemologia bachelardiana, Pêcheux verticaliza aquilo que, em Bachelard, aparece de modo mais ou menos categorizado como “valorização”: “[...] adesão apaixonada a ideias imediatas que no mundo objetivo só encontram pretextos”<sup>165</sup>.

O conceito de valorização é algo que remete, não de modo idêntico, mas próximo, à categoria de ideologia, que Pêcheux pensa pela via do marxismo. Se, para Bachelard, o “espírito pré-científico” é composto por uma série de “valorizações inconscientes” das quais é preciso empreender uma “psicanálise do conhecimento”, existe, na proposta de Pêcheux, algo similar, a saber, que a ideologia é um conjunto de ideias inscritas em nosso inconsciente, que nos condiciona a pensar e agir. Com efeito, a teoria do discurso pecheutiana serviu-se consideravelmente da “psicanálise do conhecimento” proposta por Bachelard e é dessa forma que as bases epistemológicas da AD são lançadas.

Não sem razão, uma crítica bem próxima daquela feita por Bachelard à prática

técnica é retomada por Pêcheux para criticar a Psicologia Social. A ideia de “utilidade”, derivada da opinião e colada à técnica, seria um primeiro lugar do funcionamento da ideologia: “[...] é preciso que o pensamento abandone o empirismo imediato”<sup>166</sup>. Se trouxermos essa afirmação para o campo da AD, temos no conceito de discurso um objeto bastante elucidativo. A primeira evidência empírica que leva a confusões teóricas é a de que o discurso seria equivalente de “pronunciamento”, “conversação” ou, ainda, no melhor dos cenários, “texto”. Ora, é justamente por uma ilusão empirista que somos levados a confundir o discurso com cada um desses outros objetos. A evidência acumulada pela experiência de assistirmos aos pronunciamentos de políticos e nomearmos essa prática como “discurso” além da nossa experiência empírica no trato com textos como objetos passíveis de interpretação induz à indistinção típica das ilusões empiristas. Por essa razão, mais adiante, vamos discutir a diferença entre texto e discurso, essencial para que o devaneio empirista não produza indistinções que levem a “homologações”<sup>167</sup>.

Da história das ciências bachelardiana derivam, portanto, alguns pressupostos fundantes da AD: o antiempirismo, o descentramento da consciência imediata, o deslocamento da ideia de “experiência primeira” e do pragmatismo. Essa base epistemológica se fará sentir nos trabalhos de Pêcheux, tanto no que diz respeito à própria AD, quanto no que concerne à retomada que ele fará da leitura althusseriana de Marx. Esse antiempirismo é um dos pontos pelos quais o discurso não é a fala concreta das trocas conversacionais, o sujeito não é uma “consciência individual”, a história não é um conjunto factual de acontecimentos.

Soma-se a isso o paradigma estruturalista derivado de uma recepção indireta<sup>168</sup> da Linguística saussuriana na França. Com efeito, o processo de cientificização da Linguística deveu-se, dentre outros fatores, ao fato de que, no Curso de Linguística Geral, o objeto delimitado para a ciência da linguagem – a *langue* – não era o “idioma”. Em Saussure, a língua como conceito não se confunde com a ideia de idioma ou de língua nacional, embora o genebrino recorra às diversas línguas para explicar suas hipóteses. Procedendo a uma crítica a esse tipo de categoria imediata (a língua latina, a língua alemã, a língua portuguesa, etc.), Saussure propõe categorias gerais válidas para a compreensão do funcionamento de qualquer língua. Isto é típico das condições de validação de uma ciência: a capacidade de generalização e abstração.

Quando Saussure afirma, portanto, que a *langue* é um sistema de signos

definidos a partir da oposição que estabelecem com outros signos, ele está justamente suspendendo categorias da percepção imediata, tais como “o nome das coisas no mundo” e a busca por pseudoquestões, como a da origem das línguas. Toda essa episteme em torno da história das ciências e do estruturalismo derivado de leituras de Saussure – da qual retomamos apenas alguns aspectos – serve de norte para os postulados da AD francesa (AD) e dos autores que compõem esse campo. Mesmo tendo em conta as transformações pelas quais a teoria passou, esse núcleo central perpassa seus postulados ainda hoje. Em outras palavras, “a consciência individual”, “o discurso como texto” e “a história como fato” são, nos termos bachelardianos, obstáculos da experiência primeira contra os quais Pêcheux se coloca para construir o discurso como objeto de conhecimento. Esses lugares-comuns não se dão de modo gratuito, mas nascem no seio mesmo do sistema de ensino que, muitas vezes, reitera tais concepções sobre a língua, o sujeito e a história. Em um belo trecho que trata desse “obstáculo da experiência primeira”, Bachelard afirma:

[...] no ensino elementar, as experiências muito marcantes, cheias de imagens, são falsos centros de interesse. É indispensável que o professor passe continuamente da mesa de experiências para a lousa, a fim de extrair o mais depressa possível o abstrato do concreto. Quando voltar à experiência, estará mais preparado para distinguir os aspectos orgânicos do fenômeno. A experiência é feita para ilustrar um teorema. As reformas do ensino secundário na França, nos últimos dez anos, ao diminuir a dificuldade dos problemas de física, ao implantar, em certos casos, até um ensino de física sem problemas, feito só de perguntas orais, desconhecem o real sentido do espírito científico. Mais vale a ignorância total do que um conhecimento esvaziado de seu princípio fundamental.<sup>169</sup>

No que concerne à resposta da AD a certas reduções nas esferas da linguagem, da história e da subjetividade, o cenário simplista descrito por Bachelard aplicaria-se: (i) no âmbito da língua, quando a compreensão dessa instância fosse limitada à gramática normativa ou à interpretação escolar de texto; (ii) no âmbito da história, ao modelo tradicional fundado nos fatos e nos grandes nomes; (iii) no que diz respeito ao sujeito, às noções tão evidentes quanto problemáticas relativas ao sujeito gramatical, ao “eu” individual e à consciência – estes dois

últimos, de longe, mais complicados de serem “exorcizados”. Nesse sentido, o corpus, sistematizado a partir da matéria textual, é organizado pelo pensamento teórico e é desse lugar – constituído no/pelo exercício de uma concepção não empírica de discurso, sujeito e história – que o discurso emerge como objeto de conhecimento e não como retomada da linguagem objeto. Afinal, “Para ser racionalizada, a experiência precisa ser inserida num jogo de razões múltiplas”<sup>170</sup>.

## 2. A AD no Brasil

No Brasil como na França, a AD tem sua história. Diríamos que tal história tem, inicialmente, dois grandes momentos: i) do final dos anos 1960 ao final dos anos 1970<sup>171</sup>; ii) dos anos 1980 em diante. Esse percurso inicial em dois momentos tem, respectivamente, nos trabalhos de Carlos Henrique de Escobar e de Eni Orlandi, dois lugares fundamentais de inserção do pensamento althussero-pecheutiano<sup>172</sup> no panorama intelectual brasileiro.

Escobar representa a veia nacional de uma AD ainda em germe, vinculada às ideias do contexto francês centradas na história das ciências e na “higienização da ideologia” nas ciências humanas. O trabalho daquele momento é uma discussão filosófica mais lato sobre os alcances das ideias de Althusser, Bachelard e Canguilhem na compreensão do discurso como lugar de encontro entre sujeito, língua e história. Enquanto na França a obra do próprio Pêcheux sintetiza uma fase “história das ciências” – marcada por seus textos assinados como Thomas Herbert e por publicações como Sobre a história das ciências (em parceria com Michel Fichant) – e outra fase “analista do discurso” – enquanto construtor de uma disciplina composta por teoria e procedimentos operacionais –, no Brasil isso se deu a partir de dois percursos distintos e sem qualquer relação institucional.

Um fato histórico-epistemológico fundamental é que Escobar não pode dar continuidade a seus trabalhos por questões políticas. Seu marxismo não foi bem aceito pela esquerda ortodoxa e menos ainda pela Ditadura Militar. Ele teve que deixar o país e se impor um autoexílio em Portugal<sup>173</sup>. Por esse obstáculo, sua obra caiu no esquecimento e, ainda hoje, sofremos com uma espécie de recalque de seus trabalhos em matéria de história da AD. Fato interessante também é que, enquanto reconhecemos com certa “naturalidade” a relação Thomas Herbert Pêcheux na AD, no Brasil, a relação Escobar AD não é muito bem difundida e, principalmente, aceita. As nuances entre Herbert (um primeiro Pêcheux) e o Pêcheux da AD não implicam que não haja relação entre esses dois momentos, enquanto as nuances entre a obra de Escobar, que marca uma primeira recepção de Herbert/Pêcheux no Brasil, e a institucionalização da AD como disciplina,

parece colocar problemas que suscitam enunciados como:

Na França, eu diria, que entre o “nome” (AD) e a “coisa” institucional há um lapso separando um momento e outro: o da sua fundação e o de sua institucionalização acadêmica. No Brasil isso se dá já nos anos 70/80 e sem lapso, consistentemente, conjugando-se produção e condições institucionais. Em Campinas, a Análise de Discurso se institucionalizou pelo seu ensino enquanto disciplina – como parte dos currículos de graduação e de pós graduação, do Instituto de Estudos da Linguagem, especificamente do Departamento de Linguística, o que é aliás a sua marca – ela se representou em programas de pós graduação e em organismos de pesquisa o que garantiu sua estabilidade institucional e de produção que se implantou fortemente no Brasil todo.<sup>174</sup>

Efetivamente, pelos trabalhos consagrados e amplamente difundidos da professora e pesquisadora Eni Puccinelli Orlandi, houve, em Campinas, um espaço privilegiado de institucionalização e difusão do pensamento pecheutiano. Com efeito, é a partir desse lugar que a AD se expande e fica conhecida como disciplina (“nome” e “coisa institucional”). No entanto, esse enunciado ofusca outro momento que, se não deixou uma rede de discípulos, não pode ser esquecido como primeiro lugar de reflexão em torno da obra de Pêcheux e da teorização sobre o discurso<sup>175</sup>.

Há também, no Brasil, uma nuance entre “a coisa institucional” e o momento de emergência de uma discussão filosófica não disciplinar. Vale destacar que não estamos aqui defendendo “um apagamento proposital” que desqualificou a obra de Escobar como primeiro espaço de reflexão sobre a AD, mas mostrando o funcionamento do jogo de construção dos saberes que inclui não apenas acúmulo e continuidade, mas principalmente, rupturas, descontinuidades.

Se, de um lado, temos uma recepção da teoria do discurso althussero-pecheutiana no Brasil já no final dos anos 1960 – o que configura um começo relativo das proposições da AD –, esse movimento ganha existência institucional – como disciplina rotulada e ensinada como análise do discurso – nos anos 1970/1980, na Unicamp. Isso acontece sem que o que se institucionalizou a posteriori resgate ou se coloque na “continuidade” daquilo que fora, de certo

modo, inaugurado durante a Ditadura Militar. Isto nos permite compreender a exata medida daquilo que Foucault – e os historiadores das ciências inspirados por Bachelard – nos ensinam: a marcha dos saberes não é pelo progresso dos “acertos” que se somam, mas pelos projetos inacabados que, não raro, caem no esquecimento.

### 3. Conceitos-chave: discurso, sujeito, história

Apesar da heterogeneidade que compõe sua caixa de ferramentas, há uma tríade elementar que norteia o que é e o que deixa de ser AD. Conceitos como interdiscurso, intradiscurso, formação discursiva, formação ideológica, pré-construído, memória discursiva, para citarmos alguns, só são corretamente aplicados se se tiver em vista essa tríade, pois é ela que define uma filosofia estrutural e antiempirista sobre a linguagem. Por óbvio que pareça, a análise é do discurso e não “do sujeito”, das “trocas conversacionais”, “dos fatos históricos” em si mesmos ou do significado dicionarizado das palavras. É preciso não esquecer, por mais seduzidos que possamos ser por essa ideia, de que, se podemos conceber um sujeito para aquilo que é dito e se podemos vincular o dizer a acontecimentos históricos, é porque o discurso constrói o lugar para essas instâncias. Na base da AD, encontra-se a concepção de uma

[...] teoria não subjetivista da subjetividade, que designa os processos de “imposição/dissimulação” que constituem o sujeito, “situando-o” (significando para ele o que ele é) e, ao mesmo tempo, dissimulando para ele essa “situação” (esse assujeitamento) pela ilusão de autonomia constitutiva do sujeito, de modo que o sujeito “funcione por si mesmo” [...] <sup>176</sup>

Quase sempre somos levados a confundir esse ponto teórico fundamental e a produzir análises centradas em uma “subjetividade extradiscursiva” ou em uma “realidade factual”. Esse tipo de equívoco é comum e difícil de ser resolvido na medida em que fomos subjetivados – pelo discurso jurídico, pela escola, por nossa família, pela religião – acreditando que “somos donos do que dizemos” e que a linguagem é mediadora entre os seres humanos e a realidade, servindo para dar nome e significado às coisas. Estamos mais adaptados a ouvir a história de Adão do que as concepções saussurianas de signo. Mesmo que, em um momento posterior, Pêcheux tenha reavaliado algumas de suas posições <sup>177</sup>, aproximando-se das teses de Foucault – que também problematiza a ideia de um sujeito



centrado e de uma história factual –, a descentralidade do sujeito e o caráter não factual da história são princípios teóricos que regulam a identidade da AD.

E aqui, a teoria deve muito a Saussure, ou seja, se, para a AD, o sentido não deriva de uma “mediação” da linguagem em relação a uma realidade referencial (o “mundo real”), isso tem raízes na concepção saussuriana de signo. Com efeito, o caráter diádico<sup>178</sup> do signo saussuriano, que não apela para o referente extralinguístico, é o motor da concepção semântica da AD, que postula o sentido como efeito derivado da estrutura e não como uma verdade sobre as coisas, o mundo, a história factual ou a consciência do falante.

Cabe ainda evitarmos um outro possível mal-entendido: o fato de explicitarmos que a análise é do discurso e não do “sujeito” ou “da conjuntura histórica”, não implica uma hierarquia entre o discurso, o sujeito e a história. Pelo contrário, é no entroncamento desses lugares que se dá a configuração do funcionamento discursivo. O destaque que fizemos apenas salienta que “discurso” não está subordinado à vontade do sujeito nem à explicação dos “fatos” históricos ou à sua conformidade. Antes, trata-se de um objeto que implica estes últimos – o sujeito e a história –, conferindo a eles seu sentido e lugar.

É preciso evitar o que Pêcheux denominou tropeço que inutiliza o funcionamento de elementos materialistas:

[...] a distinção entre as duas figuras articuladas do sujeito ideológico, sob a forma da identificação-unificação do sujeito consigo mesmo (o “eu vejo o que vejo” da “garantia empírica”), de um lado, e da identificação do sujeito com o universal, de outro, por meio do suporte do outro enquanto discurso refletido, que fornece a “garantia especulativa” (“cada um sabe que...”, “é claro que...”, etc.), que introduz a ideia da simulação especulativa do conhecimento científico pela ideologia.<sup>179</sup>

Eis um exemplo do que estamos tentando explicar. É comum hoje a ideia de que propagandas de cerveja significam as mulheres como objeto sexual. Isso é uma verdade de nossos dias e não é necessário ser um expert da crítica para perceber isso. No entanto, a questão que a AD deve colocar é: “por que nos parece natural que seja assim?”. Se olharmos para a história da publicidade de cerveja, essa

obviedade perde seu valor de verdade e a naturalidade se desfaz. É essa desnaturalização que compõe grande parte do trabalho da teoria do discurso de Pêcheux e ela só é possível à luz da relação entre discurso (o que se diz), sujeito (que posição ideológica emerge do que se diz) e história (que fatores históricos se inscrevem na materialidade, constituindo-a do exterior).

Sobre a naturalidade da objetificação do sexo na publicidade de cerveja, uma rápida pesquisa sobre como os anúncios eram produzidos na primeira metade do século xx mostra-nos que não foi sempre assim. No início do século passado, em 1910 mais precisamente, deparamo-nos com a seguinte sequência verbal em uma publicidade da marca de cerveja Antartica: “Mamãe bebe esta cerveja”<sup>180</sup>; trinta anos mais tarde, em 1940, encontramos: “É tão leve, suave e agradável que até as crianças gostam!”<sup>181</sup>. De cara, nós, sujeitos do século xxi, não nos reconhecemos nisso, ou seja, não nos parece óbvio. Não vemos como é possível que uma criança seja usada como personagem de uma propaganda de bebida alcoólica. “Estamos acostumados” às mulheres siliconadas à beira da praia. Onde elas estavam na primeira metade do século passado?

A análise histórica da publicidade mostra que do início até a primeira metade do século xx, a significação do sexo praticamente inexistia em propagandas de cerveja ou, ao menos, não era uma quase exclusividade. A significação do produto, nesse primeiro momento, consistia em construí-lo como palatável, leve, doce, ou seja, por distensão do que caracterizaria uma cerveja como bebida alcoólica (não palatável, amarga, etc.). Como sustentáculo dessa verdade mais ou menos tácita da época, havia uma moral religiosa cristã que interditava a exibição do corpo sensualizado e “autorizava” a infantilização – em nome de uma ideia mais ou menos estável de “família” – da bebida. Outro exemplo disso pode ser encontrado no seguinte enunciado da Brahma, veiculado em 1933: “Todas as famílias que apreciam uma cerveja nutritiva e fortificante recebem regularmente umas dúzias de cerveja Malzibier da Brahma. Malzibier: cerveja doce, nutritiva e fortificante. Excelente bebida para senhoras, crianças e pessoas fracas em geral”<sup>182</sup>. A cerveja não era construída como produto de acesso ao sexo, mas à saúde, especialmente, para os considerados “fracos”, aí compreendidos, as senhoras e as crianças. É uma espécie de ordem familiar composta não apenas pelos enunciados linguísticos, mas, também, na disposição visual, por desenhos e caricaturas. É notável, por exemplo, a ausência de fotografias nesses anúncios, o que, do ponto de vista sinestésico, perde em estímulo e fragiliza o potencial sexual.

Alguns anos mais tarde, o cenário da publicidade de cerveja mudou e deslocou-se da infantilização distensiva para a hiperssexualização da mulher. O conteúdo linguístico dos enunciados não tem mais o mesmo peso e divide espaço com as fotografias de modelos sensuais. Um exemplo disso pode ser dado pelo enunciado: “Servimos BOA para servir sempre”<sup>183</sup>, em que a atriz e garota propaganda da Antarctica, na época, Juliana Paes, aparece seminua atrás de um copo de cerveja. Na virada do século xx para o xxi, a influência da moral religiosa deixa de interditar a exibição do corpo seminu. No lugar de um investimento religioso sobre o corpo – que o esconde, mais ou menos como previam as práticas do período vitoriano<sup>184</sup> –, passa-se a um investimento industrial sobre o corpo que faz com que, cada vez mais, o delineamento muscular por meio de exercícios físicos e experiências estéticas como o bronzamento compoñham a positividade do “o que é bonito é para se mostrar”. É nessa atmosfera valorativa que os enunciados mais recentes emergem e significam a cerveja como “porta de acesso ao sexo”, “símbolo da tropicalidade”, “elixir da felicidade”<sup>185</sup> e não mais como fonte de saúde e energia.

Importante destacar ainda outro aspecto de um conceito fundamental atrelado à historicidade: as condições de produção. Sem voltar às “origens” desse conceito – que, aliás, são bem explicadas por Courtine<sup>186</sup> – cabe mostrar que, em torno dessa categoria, alguns aspectos alteraram-se face à proposta inicial de Pêcheux, notadamente, em AAD-69. De acordo com o autor de Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos, a AD compreende duplamente o conceito de condições de produção: i) em sentido empírico; ii) em sentido teórico. Courtine explica ainda que há um distanciamento – com o qual concordamos – entre a primeira e a segunda concepção, e isso se deve, principalmente, ao conceito de formação discursiva advindo de Foucault. Voltaremos a esse conceito no capítulo “Michel Foucault”. Por ora, em linhas gerais, a primeira definição, e sua consequente operacionalização, pode ser entendida como derivada da própria ambiguidade que acompanhou o conceito:

[...] por um lado, o recurso ao esquema da comunicação de Jakobson permite compreender as condições (históricas) da produção de um discurso, como circunstâncias da produção (no sentido psicolinguístico do termo) de uma mensagem por um sujeito falante; por outro, essas formulações não são decorrentes da distribuição das tarefas espontaneamente operada em AD, pela

qual as CP [condições de produção] recebem sua caracterização da psicologia ou da sociologia.<sup>187</sup>

A partir dessa concepção de CP, muitos trabalhos foram desenvolvidos e alguns foram listados por Courtine.<sup>188</sup> No entanto, o autor fala ainda em uma definição teórica de CP desvencilhada dessa

[...] passagem contínua da história (a conjuntura e o estado das relações sociais) ao discurso (enquanto tipologias que nele se manifestam) pela mediação de uma caracterização psicossociológica (as relações do indivíduo com o grupo) de uma situação de enunciação;<sup>189</sup>

A discussão é ampla e complexa e envolve modos de fazer AD que ultrapassam aqueles que nos foram legados no Brasil, como, por exemplo, a análise de corpora a partir de um paradigma informatizado<sup>190</sup>. Para recuperar a amplitude das ponderações de Courtine, especialmente, a relação entre corpus de arquivo e corpus experimental, é necessário um esforço que não faz parte de nosso objetivo aqui. Explicitamos parte da discussão courtiniana para mostrar que a construção do corpus em AD com base na noção de condições de produção não se reduz ao “conhecimento dos fatos” possíveis de serem associados a algo que tenha sido dito. Nesse sentido, um aspecto fundamental – e por vezes esquecido – da montagem do corpus diz respeito à eleição de regularidades formais que justifiquem o agrupamento de certo conjunto de enunciados, o que Courtine denomina “formulações de referência”:

[...] a localização das {er<sup>191</sup>} deve efetuar-se, além do mais, na base de critérios formais, isto é, linguísticos, que possam permitir uma determinação unívoca e justificar a segmentação da sdr<sup>192</sup> que se opera necessariamente durante essa localização.<sup>193</sup>

Isso significa dizer que não basta empreender um ajuntamento de frases, textos, matérias de jornal, filmes, peças de teatro, etc. apenas porque falam sobre o mesmo tema ou foram produzidos no mesmo período. É preciso elencar, na multiplicidade, critérios “formais” de agrupamento que definem o “tema do discurso”. Tais critérios não são absolutos, mas exigem rigor do analista. Eles podem ser de ordem fonológica, morfológica, lexical, sintática, semântica, visual e devem obedecer a um padrão estrutural de recorrência. Courtine, por exemplo, centra-se, a partir da gramática léxico-funcional, na análise das determinativas com padrão estrutural “É X que P”, em que se apresenta uma regularidade de constituinte focalizado de uma frase clivada de identificação ou de uma frase em “É... que...”:

Exemplo: XXI Congresso do PCF:

É a Classe Operária que garante a produção dos bens materiais.

É a Classe Operária que está situada no cerne do mecanismo de exploração.

É a Classe Operária que produz a mais-valia.

É a Classe Operária que sofre mais diretamente a exploração.<sup>194</sup>

A regularidade sintática acima é um fio norteador para a composição do corpus em Análise do discurso político, justificando o porquê de aquelas sequências discursivas estarem ali para serem analisadas. Esse é um desafio a ser enfrentado em AD e, efetivamente, se não conseguimos uma montagem sólida de corpus, a pesquisa parece “não andar”. Trata-se de uma constante nas pesquisas em AD que temos orientado. Com efeito, boa parte da dificuldade de nossos alunos é

justamente o não estabelecimento de uma regularidade estrutural associada à historicidade do discurso. Ao não cumprir essa etapa fundamental, emergem problemas que podem ser sintetizados pelo enunciado: “Não sei bem o que vou analisar”.

#### 4. Como analisar discurso?

Como dissemos no início deste capítulo, temos no Brasil livros importantes de introdução à AD e, nesse sentido, a tarefa de trazer algo novo não é simples. Se, de modo absoluto, o novo não existe – sendo, efetivamente, entendido como novo uma reconfiguração do que já foi feito –, acreditamos que um caminho pouco explorado pelos manuais de AD é pela negativa, ou seja, explicando aos leitores o que “não é fazer AD”. Evidentemente, não é possível explorar tudo o que não consiste em ser AD, mas cremos ser possível apresentar alguns equívocos básicos – derivados de “preconceitos” dos quais devemos nos livrar para pensar como analistas – que podem comprometer uma pesquisa.

Partimos dos três conceitos tratados no subcapítulo anterior, pois bem compreendê-los apresenta-se como fundamental para a não incidência em equívocos derivados de incompreensões conceituais de base. Sobre o objeto da teoria, é importante retomar que se trata do discurso e não, a priori, do sujeito ou da história. É pelo discurso e por meio dele que emergem tanto a subjetividade quanto a historicidade.

Nesse sentido, a AD não vai pensar o sujeito como uma consciência produtora, mas como uma posição que emerge no/do/pelo discurso. De igual modo, a historicidade, que compõe as condições de produção do dizer, também só existe no/pelo discurso. Por isso, para a AD, as condições de produção do dizer não são um conjunto de “verdades factuais” a serem lembradas e associadas à vida de um personagem X ou Y. A ideologia é pensada da mesma forma, ou seja, não se trata de um raciocínio ou de uma crença individual, mas de um sistema estruturado de valores que se imbricam quando algo é dito.

A partir dos aspectos gerais que acabamos de mencionar, elencamos uma série de explicações mais pontuais sobre o que não figura como questão para a AD. Embora não exclusivos, esses pontos apresentam-se, geralmente, como fonte das dúvidas recorrentes dos iniciantes e é daí que vem nosso interesse por esclarecê-los.

#### **4.1 AD não é “sociologia”**

A AD não tem como objeto a sociedade nem como tarefa o conhecimento científico da sociedade. Não se trata de atribuir demérito aos estudos sociológicos, tampouco propor o aprofundamento em uma teoria sociológica específica para refutá-la. Quando dizemos que AD não é “sociologia” entendemos por “sociológico” um tipo de estudo que, de alguma forma, visa alguma conclusão sobre o impacto de algo sobre a sociedade, por vezes, com instrumental empírico de coleta e análise de dados. A teoria do discurso não pretende oferecer uma resposta teórico-prática à ordem social e seus desequilíbrios, mas servir como ponto de vista epistemológico para a descrição e a interpretação de textos. Isso pode ou não ter algum impacto em alguma realidade extradiscursiva, mas não constitui o objeto nem o objetivo da teoria.

Não se trata de um fazer científico *stricto sensu*. A AD não tem um método fechado, definido e instrumentalizado. Não se faz em laboratórios nem a partir de experimentos. Tem características próprias, mas é essencialmente uma disciplina filosoficamente orientada de interpretação muito mais intuitiva e heurística do que positiva. Heurística no sentido de que a constituição de corpus – o material sobre o qual a análise se faz – segue um percurso que passa por procura/interrupção da procura/decisão. Parte-se, geralmente, de um tema de interesse do pesquisador; faz-se um levantamento de textos que compõem uma amostra sobre os sentidos desse tema em uma atualidade; decide-se quando há um número suficiente de sequências representativas para uma análise sólida. A pesquisa de campo, por exemplo, é muito pouco utilizada em AD. Uma rápida incursão pelo trabalho de Courtine<sup>195</sup> é bastante esclarecedora no sentido de que a dominante na constituição de corpora em AD, historicamente, é o corpus de arquivo, ou seja, aquele composto por textos.

A não empiricidade que guia a constituição do material a ser analisado é a mesma que deve guiar as conclusões da análise, ou seja, o resultado não tem como produto conclusões empíricas que visariam guiar condutas de agentes sociais e/ou dizer às pessoas o que elas devem fazer nesta ou naquela situação de ensino-aprendizagem, por exemplo. Não são raras as ocasiões em que, em processos seletivos da pós-graduação, nos deparamos com propostas de projetos



de pesquisa em AD cujo objetivo é “investigar o impacto de uma prática X em uma comunidade Y”. Um exemplo desse tipo de não questão: “Investigar o impacto das novas tecnologias no ensino de língua portuguesa na sala de aula”. Já nos deparamos com várias propostas para estudar livros didáticos, novas tecnologias, redes sociais, entre outros campos, que colocavam “a avaliação de impacto” como objetivo. Outra possível variante para esse ponto inicial é algo como “ter por objetivo avaliar a efetividade das redes sociais na vida do sujeito moderno”, ou então, “verificar se a publicidade altera a vida das pessoas na compreensão dos papéis sociais”, ou ainda, “investigar o papel das novas tecnologias no aprendizado dos alunos da escola X ou Y”.

A lista de exemplos poderia multiplicar-se sem muito esforço. Para o que queremos ilustrar aqui, importa esclarecer que não se trata de dizer que essas questões são irrelevantes ou que não merecem ser respondidas, mas que respondê-las não é objetivo da AD. Para questões que envolvem o impacto de algo na vida das pessoas ou da sociedade, melhor será adotar uma perspectiva sociológica na pesquisa.

## 4.2 O discurso não é um “mal a ser combatido”

Outro equívoco não raro é, de antemão, partir da hipótese de que a Análise do Discurso é um instrumento para “fazer justiça” ou “detectar culpados” para “expurgar o mal que há na sociedade”. Se retomarmos as três categorias básicas discutidas em “Conceitos-chave: discurso, sujeito, história”, veremos que a problemática é mais complexa que isso. O discurso não pertence a alguém específico, a ideologia não é propriedade particular e a história não se reduz a um “conjunto sensível de fatos”.

Podemos tomar como exemplo algo textualizado como “discurso de ódio”. Não precisamos aqui fazer um largo levantamento de corpus. É suficiente digitar “discurso de ódio” na busca do Google<sup>196</sup> e, para tornar o exemplo mais evidente, clicar na seção imagens, do site de buscas. Uma série de enunciados vai aparecer na tela do computador, muitos deles com fotos, caricaturas e frases diversas. De modo mais ou menos regular, podemos observar a recorrência de certos “personagens” do nosso meio político-social, tais como políticos, religiosos e jornalistas. Alguns se tornaram, inclusive, emblemáticos como “representantes do discurso de ódio” tais como Jair Bolsonaro – eleito presidente do Brasil nas eleições de 2018 pelo PSL.

Assim, poder-se-ia aventar a hipótese de que fazer uma análise do discurso de ódio limitar-se-ia a identificar os personagens sociais responsáveis por pregar esse discurso e combater, por uma espécie de “sentimento crítico” voltado a defender os oprimidos, pessoas e jornais considerados fonte desse discurso. Não estamos aqui criticando ou negando qualquer tipo de militância político-social, apenas explicitamos que o discurso, pensado conceitualmente, não é exclusividade de uma classe ou de uma pessoa. O fato de se concluir, de partida, que “fulano A, B ou C” é “homofóbico”, “preconceituoso”, “sexista”, etc., é fato de julgamento casuístico interessado, não de discurso. Isso porque o discurso como conceito não se reduz à fala, entendida aqui como a atualização textual do discurso, tampouco reduz-se a condutas pessoais.

Nesse sentido, uma categorização e uma análise do funcionamento do discurso de ódio devem mostrar, para além do que o senso comum identifica como

“injustiça social”, algo mais abrangente e “sutil” que extrapola os limites da individualização taxativa. Analisar o discurso exige que ultrapassemos falácias como “É discurso de ódio, logo, pertence a/foi proferido por Bolsonaro”. O discurso de ódio, sob esse prisma, não é exclusividade de ninguém e regula posições sujeito variadas. É por isso que, via de regra, fazer AD não coincide com “fazer justiça social” ou “depor o poder”, embora possa oferecer subsídios para esse tipo de posicionamento. Tanto Jean Wyllys quanto Silas Malafaia ou Bolsonaro podem reproduzir um “discurso de ódio” e não há “escândalo” algum nisso, pois a pessoa não é objeto de investigação da teoria, mas as condições de emergência do que se diz. O que vai determinar se é discurso de ódio ou não é a posição político-ideológica na qual se inscreve o expectador. Para um opositor de Bolsonaro, ele é representante do discurso de ódio. Para um simpatizante, isso não se aplica. Para um opositor de Jean Wyllys, ele é representante do discurso de ódio – “aquele que cuspiu em Bolsonaro<sup>197</sup> em 2016 durante a votação do impeachment da então presidente Dilma Rousseff”. Para um simpatizante, Jean Wyllys “é só amor” e, portanto, todas as suas ações estão justificadas. Não é uma questão de verdade, mas de inscrição político-ideológica. Assim, questões do tipo “como é possível que uma pessoa diga isso?” devem nos guiar discursivamente e não moralmente. Por isso, a pergunta que de fato se coloca em AD deve ser “quais as condições para a emergência de determinado enunciado?” e não “que indivíduo disse tal coisa?”.

### ***4.3 A intenção não é a posição sujeito***

Este é outro fundamento muito confundido em Análise do Discurso. Por vezes, a ideia de sujeito é associada a uma entidade consciente presente “por detrás” do discurso como se fosse “sua fonte”. Não é nesse sentido que a AD concebe o sujeito, mas como uma posição depreendida do próprio discurso. Sob esse prisma, quando somos instados a visualizar “alguém responsável pelo discurso”, isso nada mais é do que aquilo que Pêcheux e Fuchs, nos anos 1960, denominavam o esquecimento número 1, ou seja, o esquecimento de que não existe uma “consciência” por “detrás” do que é dito. Antes, a própria ideia de que “há alguém” que diz X pressupõe uma formação discursiva que sobredetermina a posição sujeito que se sente origem desse dizer: “[...] o processo pelo qual uma sequência discursiva concreta é produzida, ou reconhecida como sendo um sentido para um sujeito, se apaga, ele próprio, aos olhos do sujeito”<sup>198</sup>. Assim, o sujeito, categoria constitutiva do conceito de discurso, não é um a priori em relação ao discurso, mas é efeito do próprio funcionamento discursivo.

Ao nos depararmos com enunciados como “Je suis Charlie”<sup>199</sup> – que significou mundialmente o ataque ao jornal satírico francês Charlie Hebdo em 07 de janeiro de 2015 – ou “Pray for Paris”<sup>200</sup> – que significou o ataque ao bar Bataclan, também em Paris, alguns meses depois (13 de novembro de 2015) – não se trata, do ponto de vista do analista, de descobrir a intenção das pessoas que resolveram colocar esse enunciado na sua página do Facebook ou do Twitter, ou, ainda, estampado em uma camiseta; tampouco trata-se de identificar a intenção ou os motivos daqueles que atiraram nas pessoas. Não se deve, ainda, a partir desses enunciados emblemáticos, recuperar a história factual da relação Europa versus Oriente Médio, para “justificar” ou “descobrir os porquês” da ação dos “grupos radicais”.

A pertinência da investigação está em descrever e interpretar, à luz das movências históricas, as condições de emergência que possibilitaram os enunciados que circularam: a que outros enunciados fazem referência? Em que rede se inscrevem? A que domínio de memória pertencem? Que efeitos de sentido produzem? Dessa forma, a posição sujeito emerge de um emaranhado de

discursos que se reenviam uns aos outros – e que cabe ao analista recuperar – e não simplesmente à “consciência do falante”, sua vontade ou intenção. Enunciados que produzem efeitos de vitimização ou criminalização dos responsáveis pelos ataques de Paris não devem ser interpretados apenas com a “experiência do agora”, mas a partir de raízes bem mais antigas que remontam a textos – como a Bíblia Sagrada e suas várias passagens sobre perdão, compaixão e amor ao próximo e também sobre a justiça divina e seu caráter punitivo – que circulam há séculos. Que relevância pode ter, por exemplo, o versículo bíblico: “Se alguém diz: ‘Eu amo a Deus’, mas odeia o seu irmão, é mentiroso. Pois ninguém pode amar a Deus, a quem não vê, se não amar o seu irmão, a quem vê” (I Jo. 4:20) na categorização do que é terrorismo/reparação em suas versões religiosamente justificadas? De que modo o texto bíblico tem passagens citadas e omitidas a depender das condições de produção em que emerge? Qual é historicamente o papel das Cruzadas<sup>201</sup> na oposição entre terrorismo x reparação? Da mesma forma, inscrevem-se historicamente – e cabe ao analista rastrear isso no quadro de uma possível análise – dizeres pró e contra a “dominação europeia na ordem mundial”<sup>202</sup>.

#### ***4.4 O discurso, embora material, não se reduz ao texto***

Em certo sentido, o conceito de discurso é de ordem sistemática. Não se trata, evidentemente, de uma sistematicidade abstrata pura, como propunha Saussure ao teorizar a *langue*, mas, de algum modo, essa ideia saussuriana nos auxilia a compreender a diferença entre discurso e texto na abordagem da AD. Com efeito, o discurso não se identifica com o texto, mas é apreendido dele, ou seja, há uma sistematicidade que ultrapassa o texto como elemento material. A diferença entre essa sistematicidade e a proposta por Saussure relativa à *langue* é que, quando se trata de discurso, o sistema não pode ser desvinculado da sua materialização e entendido de modo autônomo. Nesse sentido, embora não seja o texto, só é possível analisar o discurso a partir de conjuntos textuais materializados de algum modo. Retomando a excelente definição de Courtine, “Fazer análise do discurso é aprender a deslinearizar o texto para restituir sob a superfície lisa das palavras a profundidade complexa dos índices de um passado”.<sup>203</sup>

Aqui cabe uma definição ilustrativa de texto como unidade material e “singular” que materializa o discurso. Sequências como “Je suis Charlie” e “Pray for Paris” são textos e não discursos. Podemos pensar, a partir desses textos, na oposição entre um possível discurso de Eurofilia (em que emergem elementos como a compaixão direcionada à França e sua capital Paris e os ataques são qualificados como terrorismo), versus um possível discurso de Eurofobia (em que os ataques seriam qualificados como reparação, já que “a Europa, desde as Cruzadas, saqueou o mundo Árabe e agora sofre as consequências de suas ações”). Reparem que são diferentes discursos recuperáveis e assinaláveis a partir de um número circunscrito de textos. Evidentemente, só há discurso onde há texto (o discurso não existe no nada), mas isso não significa que os dois são a mesma coisa. Se colocássemos as coisas nesses termos, teríamos inconsistências tanto teóricas quanto metodológicas para a descrição e interpretação do funcionamento discursivo, pois podemos ter mais de um discurso atravessando apenas um texto e, contrariamente, vários textos atualizando um único discurso. O discurso cristão, para apreendermos outra possibilidade de recorte do exemplo dado acima, atravessa os acontecimentos discursivos marcados por “Je suis Charlie”, “Pray for Paris” e os Evangelhos da Bíblia Sagrada. Há aí três

textos diferentes retomando efeitos de sentido advindos do cristianismo e de sua oposição, direta ou indiretamente marcada, ao islamismo.

#### ***4.5 Todo discurso é ideológico e não apenas o da suposta classe dominante***

Há certa tendência em associar ideologia → classe dominante → injustiça a ser combatida. Isso se apresenta de diversas formas, inclusive, em outros modelos de análise discursiva. Em uma das passagens de *Discurso e Mudança Social*, Fairclough afirma:

As ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante, e, à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia.<sup>204</sup>

Assim, haveria, por um exercício crítico e intelectual, um modo de identificar, analisar e combater a ideologia de modo a libertar os sujeitos dela, colocando-os, a partir daí, em estado de resistência contra uma classe dominante responsável por controlar e fazer circular seus valores em função da submissão das demais classes. Essa é uma forma de pensar o discurso possível, mas não coincidente com o modelo da AD em seus desenvolvimentos<sup>205</sup>. Para esta última, todo discurso, independentemente de sua manifestação singular, é ideológico e ultrapassa a capacidade de posse de uma classe determinada. É condição *sine qua non* para a conceptualização do discurso que ele seja histórico e ideológico. Mesmo quando parece que estamos “denunciando uma injustiça”, ou trazendo um ponto de vista “novo” sobre um tema, essa valoração marca a suspensão do lugar do analista e a instauração do sujeito ideológico que se desidentifica com uma ideologia X para se inscrever em uma ideologia Y. Nesse sentido, mesmo o discurso do combate à injustiça e o discurso de resistência são de natureza ideológica. O que tentamos mostrar é justamente que a tarefa do analista não deve ser subscrever ou denunciar qualquer que seja a orientação ideológica, mas identificar o funcionamento da linguagem que atualiza este ou aquele discurso.

Aqui abordamos um exemplo concreto. No dia 18 de setembro de 2015, o



Estadão<sup>206</sup> divulgou uma matéria intitulada “Cartaz de alunos em SP mostra caveira com farda da Rota”. Essa matéria teve certa repercussão e suscitou um sem número de manifestações nas redes sociais, manifestos contra a truculência policial, notas de repúdio e inúmeros movimentos antitruculência policial.

O cartaz dos alunos divulgado no Estadão dividia-se em: i) “Introdução: Temos como objetivo neste trabalho levar a uma reflexão sobre como a polícia viola os deveres morais, éticos e legais com ações que contrariam as leis.”; ii) “Discussão: Neste trabalho foi pesquisado relatos sobre a questão da violência policial contra a população, que usa a vingança para obter resultados.”; iii) “Metodologia: Foi trabalhado com base em reportagens pela internet e em jornais.”; iv) “Conclusão: Os policiais acabam sendo considerados um grande problema na atualidade usando a força física para obter melhores resultados.”

Primeiro ponto a ser esclarecido: não tomamos esse exemplo como ilustração do que seria um possível encaminhamento em AD. Não é. Tampouco interessa-nos resgatar a polêmica para “tomarmos partido” dos alunos ou dos policiais. A polêmica em si e as partes que foram manifestadas nos diversos fóruns de discussão estão suficientemente exauridas e desempenharam seu papel. Não importa ainda dizer que policiais ou alunos estavam certos ou errados. Essa é, como já dissemos em “Conceitos-chave: discurso, sujeito, história”, uma matéria de julgamento e, tal como entendemos, essa tarefa pode ser deixada a cargo do Direito, da religião, etc.

Deixando essas questões de lado, gostaríamos de destacar algo que “falha” – para retomarmos Pêcheux<sup>207</sup> – no enunciado em destaque, especialmente, no que diz respeito à conclusão. Desperta o interesse do analista do discurso, mais do que a própria polêmica, o funcionamento discursivo que produz, pelo funcionamento da ideologia, um lugar ambíguo em que o lugar discursivo que desautoriza o funcionamento institucional da polícia, ao mesmo tempo e de modo contraditório, o autoriza. Destacamos, assim, o enunciado da conclusão: “Os policiais acabam sendo considerados um grande problema na atualidade usando a força física para obter melhores resultados”. Quando se afirma “para obter melhores resultados”, emerge o estranhamento na medida em que, ao negar, afirma-se que a força física atende à finalidade de obtenção de melhores resultados. O discurso autoritário sujeita não apenas aqueles que se autodeclaram favoráveis – daí a irrelevância da opinião pessoal da pessoa física – ao policiamento ostensivo, mas, também, pelo funcionamento ideológico, aqueles que se manifestam contra. Esse efeito ideológico manifesto no enunciado do

cartaz é o que interessa para a Análise do Discurso, pois o discurso pode ser entendido, metaforicamente, como o indivíduo que procura os óculos estando com eles colocados em seu próprio rosto. Identificar as falhas – e aqui destacamos mais uma vez que não se trata de criticar o trabalho dos alunos como ingênuo, etc., nem de “abrir seus olhos para que possam melhor combater a prática policial” – é ter como premissa – e essa é uma das grandes revoluções da AD francesa nos estudos da linguagem – que “nossa consciência” não é “nossa” nem é unívoca. Antes, é atravessada e formada também por aquilo que “não nos acreditamos ser”, por aquilo que “repudiamos” e em que “não nos reconhecemos”. É dessa forma que o discurso é constituído pelo ideológico:

É nesse ponto preciso que ao platonismo falta radicalmente o inconsciente, isto é, a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura; o que falta é essa causa, na medida em que ela se “manifesta” incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho, etc.) no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais “apagados” ou “esquecidos”, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/non sens do sujeito dividido.<sup>208</sup>

Assim, é possível situar o lugar do analista do discurso, guardadas as devidas proporções, como próximo do ocupado pelo psicanalista. Evidentemente, no lugar do paciente, o analista do discurso “ouve” o texto, procurando identificar, pelo estabelecimento de regularidades, o sintoma semântico. Assim, identificar-se com uma ideologia no momento da análise para “defendê-la” ou “criticá-la” metaforizaria mais ou menos um psicanalista que, ao ouvir sobre uma desavença entre duas pessoas casadas, toma partido de uma e diz: “Isso mesmo, você não merece uma pessoa assim. É um absurdo o modo como ela te trata. Arrume outra pessoa”.

#### **4.6 Não neutralidade não é “partidarismo”**

É consenso entre os analistas do discurso que não existe neutralidade, nem no objeto analisado nem na posição do analista. Isso é quase um clichê no domínio e, quase sempre, quando alunos defendem sua análise dizendo: “Olha professor, eu tinha que desenvolver a análise dessa forma, pois, como você sabe, não existe neutralidade”, soa como “licença para dizer qualquer coisa” que corrobore um “pré-conceito” que dispensa, inclusive, a própria análise.

Assim, aquilo que é uma contribuição da AD para os estudos da linguagem diante das próteses de leitura de bases estruturalistas de que fala Pêcheux<sup>209</sup> acaba se tornando, muitas vezes, um ponto que pode se voltar contra o próprio exercício da AD. Geralmente, quando a não neutralidade é reivindicada para justificar a opinião de algo supostamente no campo da AD, a grande questão é que a conclusão já se apresenta na hipótese. Um fator que muitas vezes está associado a esse equívoco de procedimento é a confusão entre o lugar do analista e o do militante. Uma coisa é sermos feministas, anti-homofóbicos e antirracistas. Outra, bem diferente, é analisar o discurso machista, homofóbico e racista. Dessa forma, se os lugares de militante e analista confundem-se, a análise fica condicionada ao ponto de partida e a lógica do empreendimento analítico reduz-se à impressão preconcebida: “Nossa sociedade é machista, logo, a Veja é machista”; “Nossa sociedade é racista, logo, a Gramática Normativa é racista”; “A Universidade é concebida a partir de valores brancos, sobretudo eurocêntricos, logo, o discurso da maioria dos professores é racista”; “Silas Malafaia é homofóbico, logo, a Bíblia é homofóbica”.

Esse tipo de formulação segue o formato “Já que... então...”. Isso tem gerado uma expansão de domínio que, a nosso ver, não interessa à AD. Paira certo fetichismo no ar em torno do rótulo e, cada vez mais, “queremos fazer discurso”, pois é o que mais se aproxima de uma tentativa de “mudar o mundo”. Evidentemente, o que move cada um a fazer o que faz é, grande parte, composto por “motivos pessoais”, mas isso não faz de um trabalho algo pertencente a um domínio do conhecimento.

Desse posicionamento inicial deriva um segundo, qual seja, a má composição do

corpus. Permitam-nos ser um pouco radicais nesse sentido: não se faz AD com um corpus composto por apenas uma unidade de amostragem. Pode-se até fazer algo próximo de uma AD, mas é efetivamente enriquecedor um trabalho que mostra o funcionamento discursivo a partir de sequências discursivas advindas de diferentes espaços. Assim, por exemplo, se se quer analisar o discurso polêmico, é fundamental não se atentar apenas para uma matéria de jornal, mas para uma série delas. Três, cinco, dez, quinze, vinte, trinta, enfim, um número que permita, efetivamente, formular uma conclusão satisfatória sobre o discurso polêmico.

Em certo sentido, a má composição do corpus está associada à confusão entre o militante e o analista porque, uma vez que “já se sabe que” (por convicção derivada da inscrição ideológica), a análise de uma única notícia prova o que já se sabe e, portanto, não precisa de comprovação. Compor o corpus é tarefa primordial, básica e laboriosa da AD e, por isso, toda a seleção do material deve ser justificada. Por que esses textos? Por que desse período? Por que jornalísticos e não outros? (Se for o caso de um trabalho que pretenda analisar um discurso determinado a partir de material jornalístico). Não é possível, nem é objetivo da AD, tomar uma única matéria da Veja para concluir que ela “representa a elite branca”. Da mesma forma, é impossível concluir, a partir de uma única matéria da Carta Capital, que ela “representa as minorias marginalizadas”. Aliás, Veja e Carta Capital, para o que queremos expor neste tópico, nem devem ser o objeto final de análise. Elas são apenas os veículos de dizeres, não cabendo ao analista posicionar-se a favor ou contra um veículo de comunicação.

Para ilustrarmos um pouco o que estamos tentando explicar: nossa função não é ser Leonardo Sakamoto<sup>210</sup> ou Marco Antônio Villa<sup>211</sup>. Esse lugar já é ocupado, e bem, por eles, que têm notoriedade e foram instituídos para fazer o que fazem. O analista do discurso não é jornalista ou comentarista midiático. Nem é do PT, nem do PSDB, embora, pessoalmente, tenha suas posições partidárias e possa expô-las em outros fóruns que não em artigos acadêmicos, dissertações e/ou teses.

A não neutralidade que deve aparecer em AD situa-se na composição do corpus. Aquilo sobre o que eu me interesso marca minha posição no trabalho. Investigo o discurso racista, homofóbico, polêmico, etc., porque isso é importante no panorama atual e tem suscitado uma enorme quantidade de textos. E sobre o que se fala muito e se produz consensos, funciona o verdadeiro de uma época. A ideologia é inconsciente e loquaz. É essa evidência de certos temas em

determinado momento histórico que, direta ou indiretamente, norteia os temas de pesquisa. Isso já implica não neutralidade sem que precisemos adotar uma posição político-partidária que intensifique essa condição.

#### ***4.7 AD não é jornalismo, comentário de rede social ou opinião sobre um tema***

Aqui cabe expandir algo que foi anunciado no subcapítulo anterior. De certa maneira, as redes sociais influenciam bastante o modo como alunos e professores praticam, aprendem e ensinam AD. Isso ocorre não apenas pela quantidade de exemplos que podem ser daí extraídos, mas pela própria recorrência de temas globais – quase sempre massivamente difundidos nas redes sociais – que despertam interesse de uma análise discursiva.

No entanto, o que é uma fonte de riqueza incomensurável pode ser também fonte de uma série de equívocos e mal-entendidos a serem dirimidos. Com efeito, o estatuto do comentário de rede social é distinto de uma análise discursiva. Por mais que pareça óbvio, é importante esclarecer isso. O tipo de engajamento que se apresenta na rede social é de outra ordem. Debates acalorados, “cidadãos conscientes”, pessoas de opinião, não se confundem com o trabalho tecnicamente orientado que corresponde à AD. Isso por alguns motivos:

a) É bastante comum estudantes misturarem “jornalismo” e “análise discursiva”. Isso ocorre, por exemplo, quando, na análise pretendida, recorre-se à ideia de que o significado de uma matéria ou de uma imagem de capa teria justificativa por conta da posição ideológica do editor ou da linha editorial do meio de comunicação. Não que a produção jornalística não seja norteadas por isso, mas no que tange à AD, é mais que isso. Interpretar uma sequência discursiva com base no estilo do jornal ou da linha editorial de um meio de comunicação é próprio ao jornalista e não ao analista do discurso, pois isso pressupõe que o sentido pode ser controlado e, por extensão, o discurso seria isento de falhas. Proceder assim é substituir o sujeito fundante – renegado pela AD – pela figura do editor ou da linha editorial. Não é porque o editor/linha editorial é conhecidamente identificado com uma ideologia X ou Y e se dirige a um público também identificado com essa mesma ideologia que os sentidos derivados dos meios de comunicação estão justificados. O que se pode identificar a partir da coincidência entre sentido e linha editorial é o óbvio do texto. Retomando uma construção de Pêcheux, a AD procede a uma “crítica à afirmação do óbvio”<sup>212</sup>.

b) Nas redes sociais, não se exige a rigorosidade de um corpus justificado e

organizado. Existe a opinião, mas não necessariamente análise. É por isso que, ao fazer AD, o analista não deve ser o reflexo especular do usuário da rede social. Rede social é um fórum informal de discussão de opiniões; a AD é um campo disciplinar que só aceita a opinião sistematizada conceitualmente. O “achismo militante” do Facebook não é a abordagem semântica da AD.

c) Da mesma forma, análise discursiva não é redação de vestibular. É sempre bom ressaltar, não se trata aqui de desvalorizar os comentários das redes sociais ou as redações de vestibular, mas de esclarecer que são tarefas e textualidades bem distintas. Assim, uma análise discursiva deve se ater ao dado material constituído pelo corpus de pesquisa. Todas as considerações devem derivar das regularidades sintático-semântico-lexicais e/ou imagéticas pertinentes ao corpus e não ao “é de conhecimento geral” típico das redações de vestibular. Na AD, não basta ser genérico “para não errar” ou “para mostrar que se sabe argumentar”, ainda que seja constitutivo de sua prática o estabelecimento de generalidades a partir de um conjunto sistematizado de textos.

#### ***4.8 A AD não esgota o sentido nem propõe a verdade***

**Para evitarmos outro mal-entendido, as exigências até aqui expostas não visam apresentar uma teoria com pretensão de verdade sobre o sentido. O fato de serem necessários à solidez dos conceitos teóricos apresentados, o rigor da composição do corpus e uma coerência procedimental, não implica que, ao final da análise, encontraremos a verdade sobre o texto. Em contrapartida, não é possível dizer qualquer coisa à la Facebook ou escrever ensaios com pitadas de erudição e pretender que isso seja analisar discurso: a AD tem um “como” próprio, assim como toda corrente teórica.**

**É também próprio da AD reconhecer que, embora nem todos os sentidos sejam possíveis, não há um único sentido a ser depreendido de um conjunto de textos. Esse é um desafio que deve incomodar sempre o analista: não pretender esgotar os sentidos de um texto ao mesmo tempo que pretender estabelecer uma rigidez e um rigor procedimental que sustente a interpretação.**



---

## Notas

151. Importante situarmos o leitor diante da multiplicidade e, nesse sentido, referimo-nos a modelos de AD advindos de Michel Pêcheux – e seu grupo – e/ou que a ele recorrem direta ou indiretamente. É o caso, por exemplo, de Maingueneau, cuja obra, *Novas tendências em análise do discurso*, recupera, dentre outras categorias, aquelas derivadas de Pêcheux.

152. Pêcheux, Michel. *Análise automática do discurso (AAD-69)*. In: Gadet, Françoise; Hak, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 1997, p. 61-162. Este texto, publicado originalmente na França em 1969 com o título *Analyse automatique du discours*, foi o marco inaugural – do ponto de vista de seu acabamento e sistematicidade – da AD. No Brasil, já no início dos anos 1970, Carlos Henrique de Escobar cita esta obra em seu livro *Proposições para uma semiologia e uma linguística* e, posteriormente, com a disciplinarização da AD pelo trabalho da professora Eni Orlandi, a notoriedade e importância da obra a tornam presença quase obrigatória nos estudos de AD. Um ponto essencial do texto de Pêcheux merece nota: a segunda parte, em que consta efetivamente a parte computacional da teoria, não foi incorporada pela recepção brasileira da AD, tanto na sua primeira recepção por Escobar no início dos anos 1970, quanto na sua segunda recepção – disciplinar – por Orlandi a partir dos anos 1980. Derivam deste texto, conceptualizações fundantes da AD como a crítica ao modelo comunicacional – sustentáculo da ideia de falante e interlocutor como “parceiros da comunicação” – e ao sujeito fundante; a definição de condições de produção; a esquematização das formações imaginárias; e a menção ao discurso prévio que, posteriormente, seria desenvolvido sob a forma do pré-construído. É nesse texto, especialmente, que a AD emerge como uma prótese informatizada de leitura, projeto que, posteriormente, seria deixado de lado.

153. Pêcheux, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. Este livro, publicado originalmente em 1975 com o título *Les vérités de la Palice*, constrói

as bases para uma semântica discursiva em detrimento da semântica formal preconizada por Frege. Se, na proposta de Frege, a tarefa da semântica era criar uma língua tão perfeita quanto possível para a correta correlação entre pensamento e realidade – isso implicava criticar a língua natural como ferramenta imperfeita e estabelecer uma língua em que os nomes tinham necessariamente uma referência –, Pêcheux resgata esse projeto para postular categorias que, dando conta da “imperfeição da língua”, instrumentalizam uma semântica adaptada a captar o político e o ideológico, em que a referência do nome nem sempre se dá de modo unívoco. Contra a semântica formal, portanto, Semântica e discurso propõe uma semântica discursiva que positiva os equívocos da língua como pedra de toque para a investigação da tríade basilar constitutiva da AD: discurso, sujeito e história. No que concerne à positividade do equívoco, a tradução brasileira da obra inclui, entre os anexos, o texto: “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, em que o conceito de ideologia é apresentado como ritual suscetível a falhas. O inconsciente, nesse sentido, é o que assujeita, mas também o ponto cego em que a fuga é possível.

154. Essa concepção de poder emerge dos embates com a obra de Foucault.

155. Maldidier, Denise. A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003, p. 96. A tradução brasileira compõe um título único a partir de dois títulos separados no original. No original em francês, publicado em 1990, a obra é uma coletânea de textos de Michel Pêcheux organizada e apresentada por Denise Maldidier. A primeira parte do título em português, A inquietação do discurso, corresponde ao título original do livro em francês: *L'inquiétude du discours*. A segunda parte do título em português, [...] (re)ler Michel Pêcheux hoje, corresponde ao título original da apresentação de Denise Maldidier no interior do livro: *(Re)lire Michel Pêcheux aujourd'hui*. O conteúdo do texto traduzido em português corresponde ao conteúdo da apresentação feita por Denise Maldidier que consiste em um balanço do percurso de Pêcheux até 1983. O leitor pode conferir esses dados verificando o original em francês: Denise Maldidier (org.). *L'inquiétude du discours*. Textes de Michel Pêcheux choisis et présentés para Denise Maldidier. Paris: Éditions des Cendres, 1990.

156. Os dois termos aplicam-se à prática bachelardiana, haja vista que não há um fazer filosófico de compreensão do funcionamento conceitual de um domínio do conhecimento sem que sejam levados em conta os aspectos históricos que

envolvem sua emergência.

157. Bachelard, Gaston. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Tradução de Estela dos Santos Abreu. 1. ed. 10. reimp. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013, p. 122. Nesta obra, o epistemólogo francês faz uma espécie de história conceitual da Química que remonta a seu passado pré-científico, especialmente, ao período em que a Alquimia estava em voga. Dentre outros aspectos da obra, Bachelard mostra a distância entre a Alquimia e a Química científica e tal discrepância dá lugar ao conceito de corte epistemológico a partir do qual uma ciência não pode ser confundida com seu passado pré-científico. A importância dessa discussão para a AD consiste justamente no fato de que o conceito de corte epistemológico será reivindicado por Pêcheux em suas obras voltadas para a história das ciências: “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais, especialmente, da Psicologia Social” e o livro escrito em parceria com Michel Fichant, Sobre a história das ciências.

158. Ibidem, p. 222.

159. Ibidem, p. 223.

160. Ou, simplesmente, em alguns momentos da obra, “valorizações”. Trata-se de saberes entranhados em um dado momento e tidos como verdades corriqueiras que, do ponto de vista científico, não têm qualquer sustentação. Como exemplo, podemos citar a crença de que “comer manga com leite” causa indigestão, faz mal e pode até levar à morte. Alguns exemplos retirados da obra do próprio Bachelard auxiliarão o leitor na compreensão disso que mais ou menos está delimitado como valorizações inconscientes e que, a nosso ver, reaparece, de modo verticalizado e em perspectiva marxista, no conceito de ideologia de Pêcheux.

161. Ibidem, p. 140, grifo do autor.

162. Canguilhem, Georges. O Objeto da História das Ciências. Tradução de Maria da Glória Ribeiro da Silva, em Carlos Henrique Escobar (org.). Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 28, p. 14, 1972. Este e outros textos de Canguilhem têm amplo espaço no que pode ser considerada a primeira recepção das ideias em AD no Brasil. Com efeito, a Revista Tempo Brasileiro foi um veículo de grande relevância no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 para

a recepção, tradução e fomentação do estruturalismo especulativo francês. Nessa época, publicações de Bachelard, Canguilhem, Pêcheux, Foucault, Balibar, Althusser, entre outros tantos nomes importantes para a AD, eram centrais em vários números da revista. Neste texto, especificamente, Canguilhem deixa claro que o objeto da história das ciências é o discurso. Uma discussão mais vertical desses aspectos pode ser encontrada em Kogawa, João. *Linguística & Marxismo: condições de emergência para uma teoria do discurso francesa no Brasil*. São Paulo: FAP-Unifesp, 2015.

163. Especificamente, as reflexões de Herbert chegam ao Brasil no número 30/31 da Revista Tempo Brasileiro organizado por Carlos Henrique de Escobar em 1972 e publicado em 1973. É nesse número da TB que encontramos a primeira tradução brasileira de “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais, especialmente, da Psicologia Social”, originalmente publicado na França em 1966. Este texto foi retraduzido no Brasil em 2011 em uma coletânea de textos de Michel Pêcheux. Para esta última informação, consultar: Orlandi, Eni (org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes, 2011. Nesse sentido, o fato de a tradução feita em 2011 – sem qualquer demérito para a tradução mais recente – não mencionar uma tradução mais antiga – publicada em 1973 – produz uma ilusão de novidade que é preciso problematizar para que a história das ideias não se reduza aos percursos editoriais.

164. Em *A favor de Marx*, Althusser mobiliza o conceito bachelardiano de corte epistemológico para cindir a obra de Marx em dois momentos: o pré-científico (escritos da juventude), composto pelas publicações feitas até *A ideologia alemã*; o científico (escritos da maturidade), composto pelos escritos posteriores a *ideologia alemã*, notadamente, *O capital*.

165. Bachelard, op. cit., p. 67.

166. Ibidem, p. 25.

167. Ibidem, p. 67.

168. Ver Puech, Christian. *A Emergência do paradigma semiótico-estrutural na França*. In: Sargentini, Vanice; Curcino, Luzmara; Piovezani, Carlos (orgs.). *Discurso, Semiologia e História*. Tradução de Luzmara Curcino e Luciana Camona Garcia. São Carlos: Claraluz, 2011, p. 19-66. Christian Puech é um dos grandes nomes da História das ideias linguísticas no mundo. Suas pesquisas,

dentre as quais se insere o texto aqui referendado, englobam não apenas as ideias linguísticas do século XIX, mas também a história das ideias de Saussure no contexto francês dos anos 1960/70, aí compreendidas as principais ideias que nortearam a AD.

169. Bachelard, op. cit., p. 50.

170. Ibidem, p. 51.

171. Ver Kogawa, João. *Linguística e Marxismo: condições de emergência para uma teoria do discurso francesa no Brasil*. São Paulo: FAP-Unifesp, 2015. O autor procura construir um percurso histórico das ideias em AD a partir de uma ausência: a do nome de Carlos Henrique de Escobar na história da AD no Brasil. Com efeito, como se produziu o apagamento desse nome de autor e de sua obra na história da AD brasileira? Para responder a isso, o autor estuda as principais publicações de Escobar durante a Ditadura Militar e demonstra de que maneira as ideias aí contidas são o marco inaugural da recepção de Pêcheux no Brasil.

172. No sentido de que as ideias de Pêcheux estavam atreladas às de Althusser, seu professor.

173. Ver Kogawa, op. cit.

174. Orlandi, Eni. A análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: Ferreira, Maria Cristina Leandro e Indursky, Freda. *Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005, p. 85-6.

175. Ver Kogawa, op. cit.

176. Pêcheux, *Semântica e Discurso*, p. 133, grifos do autor.

177. Ver Gregolin, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos, Claraluz, 2007. Neste livro, a autora pontua distanciamentos e aproximações entre Michel Pêcheux e Michel Foucault. Por meio de um denso e acurado panorama histórico-epistemológico, a obra defende que não há uma ruptura radical entre a AD e a arqueologia foucaultiana. Se a AD passou por transformações, um dos gatilhos para que isso acontecesse foram os diálogos que estabeleceu com a obra de Foucault. Nesse sentido, destaca-se o papel central de Jean-Jacques Courtine na passagem de uma AD que

negligenciava a arqueologia para uma que, a partir dos anos 1980, passa a dialogar com ela.

178. Tal concepção opõe-se à triádica. Para esta, o signo é composto triplamente por um elemento material (sequência sonora de uma palavra, por exemplo), um extramaterial (o conceito a que a sequência sonora remete) e um elemento externo ao próprio signo (o referente como entidade existente no mundo). Para a concepção saussuriana, apenas dois elementos são pertinentes: a imagem acústica (representação mental da sequência fônica) e o conceito. Ambos apresentam natureza extramaterial e foram definidos pelo genebrino como *significante* ↔ *significado*.

179. Pêcheux, *Semântica e Discurso*, p. 132-33, grifos do autor.

180. Confira o enunciado em: <<http://bit.ly/2Z59xsm>>. Acesso em: 06 jun. 2019. Trata-se da quinta propaganda, de cima para baixo, intitulada: “Cerveja Antarctica Anúncio de 1910”.

181. Confira o enunciado em: <<http://bit.ly/2Z59xsm>>. Acesso em: 06 jun. 2019. É a primeira publicidade de cima para baixo, intitulada: “Cerveja Antarctica – Anúncio de 1940”.

182. Confira o enunciado em: <<http://bit.ly/32AwhmN>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

183. Confira o enunciado em: <<http://bit.ly/2WqAASSt>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

184. Foucault, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13. ed. Tradução de Maria T. C. Albuquerque; J. A. Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

185. Kogawa, João; Kanashiro, Monica. Da ausência à mitificação do sexo em publicidades de cerveja. *Cadernos de linguagem e sociedade*, v. 18, n. 3, Brasília, UnB, 2017, p. 236-251. Disponível em: <<http://bit.ly/2Hk13qY>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

186. Courtine, Jean Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Tradução de Christina de Campos Velho Birck et al. São Carlos: Edufscar, 2009, p. 45-8. Esta obra revolucionou a *Análise do Discurso*.

Retomando as palavras de Pêcheux, no prefácio ao livro de Courtine, a tese do enunciado dividido produziu uma “quebra de espelhos” na AD. Ao analisar o discurso comunista endereçado aos cristãos, Courtine mostra os ajustes que o discurso comunista precisou promover – especialmente no que ficou conhecido como “política da mão estendida” – para se dirigir ao eleitor cristão. Toda a arquitetura da concepção de enunciado dividido está pautada na obra A arqueologia do saber, de Michel Foucault.

187. Ibidem, p. 50.

188. Ibidem.

189. Ibidem.

190. Nesse sentido, a expressão “análise automática do discurso”, que intitula o texto de Pêcheux, corresponde também ao método empregado para sistematização, descrição e interpretação de corpus na AAD69. Nesse modelo, fortemente influenciado pelos desenvolvimentos da linguística computacional norte-americana, o procedimento era feito com o auxílio de computadores. Pêcheux também “[...] adorava fabricar e brincar máquinas com a linguística e a informática” (Courtine apud Kogawa, 2015, p. 408).

191. Formulações de referência, segundo a notação formal adotada por Courtine (2009).

192. Sequência discursiva de referência, segundo a notação formal adotada por Courtine (2009).

193. Idem, p. 116.

194. Ibidem, p. 164-65.

195. Ibidem, p. 59.

196. O leitor pode fazer uma busca a partir do seguinte link: <<http://bit.ly/2Z4GWDO>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

197. Isso encontra-se descrito na seguinte matéria: <<http://bit.ly/2XmQ9GZ>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

198. Pêcheux, Michel e Fuchs, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas (1975). In: Gadet, Françoise; Hak, Tony (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 169.

199. Um breve histórico sobre o slogan pode ser acessado em: <<http://bit.ly/2WepHxL>>. Acesso em: 10 abr. 2015. Ver também Folha de S. Paulo, 07 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2MmJ7AV>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

200. Um breve histórico sobre o slogan pode ser acessado pelo link: <<http://bit.ly/2Z9ALOV>>. Ver também Folha de S. Paulo, 14 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2Il5pOp>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

201. O leitor pode encontrar um breve resumo sobre o que foram as Cruzadas no seguinte link: <<http://bit.ly/2YcTmMW>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

202. Uma análise verticalizada dos dizeres que circularam após os atentados de Paris foge aos propósitos deste livro. Apenas retomamos, como recorte ilustrativo, esse acontecimento discursivo para mostrar que “intenção” não é categoria que define o sujeito para a AD. Assim, mesmo que um jihadista afirme que a “intenção dele é libertar seu povo”, não é de uma “declaração de intenção” que o analista deve partir, tampouco, na ausência de uma “declaração de intenção”, é nosso papel supor qual foi/é/será a intenção de quem quer que seja.

203. Courtine, Metamorfoses do discurso político, 2006, p. 92.

204. Fairclough, Norman. Discurso e mudança social. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora da UnB, 2001, p. 121.

205. Notadamente, naquilo que herdamos das reflexões de Courtine e de Foucault. A relação entre Foucault e Pêcheux oferece-nos hoje esse lugar de problematização menos centralizado no Estado e em seus aparelhos ideológicos. A esse respeito, conferir a discussão que se inicia no subcapítulo “Sobre o poder” adiante.

206. Tomazela, José Maria. Cartaz de alunos em SP mostra caveira com farda da Rota. Estadão, 18 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2JTtgYz>>. Acesso em: 10 abr. 2016.



207. Ver Pêcheux, Michel. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: \_\_\_\_\_. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 1997, p. 293-307.

208. Ibidem, p. 300.

209. Ver Pêcheux, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: Gadet, Françoise; Hak, Tony (org.). Por uma análise automática do discurso. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 1997, p. 61-162.

210. Conhecido jornalista brasileiro, associado a ideais de esquerda, que escreve em seu blog no portal Uol: <<http://bit.ly/2JVF1Om>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

211. Conhecido historiador brasileiro, associado a ideais mais politicamente antiesquerda, que fazia comentários sobre política no Jornal da Manhã, da rádio Jovem Pan. Um exemplo da participação do professor Villa pode ser visto em: <<http://bit.ly/2EPUhbk>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

212. Pêcheux, Semântica e Discurso, 1997.

## 4. MICHEL FOUCAULT

Apresentar o diálogo entre a AD e o pensamento de Michel Foucault não é simples, nem é uma novidade. O já citado livro de Jean-Jacques Courtine, *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*, é o ponto de emergência dessa relação que, de lá para cá, ganha cada vez mais espaço na produção dos estudos discursivos.

No Brasil, duas obras – destacamos aqui o fato de não se tratarem de coletâneas de textos diversos – merecem ser citadas no que diz respeito à relação entre Foucault e a AD. Na primeira década do século xxi, em 2004 mais precisamente, o texto de Gregolin, Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos, é um marco inaugural para uma AD com Foucault no Brasil; alguns anos mais tarde, em 2012, surge o livro de Fernandes, *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. As duas obras procuram situar a arqueogenealogia foucaultiana em continuidade não linear com a AD. Se, por um lado, há pontos de convergência entre Foucault e Pêcheux, por outro, há de se reconhecer as divergências.

A existência dessas duas obras, no entanto, não tira o ineditismo do que apresentamos neste capítulo, desde que o leitor tenha em mente o plano deste livro. Em primeiro lugar, as obras de Gregolin<sup>213</sup> e de Fernandes<sup>214</sup> não podem ser tidas como introdutórias e exigem uma inserção do leitor tanto na AD pecheutiana quanto no pensamento foucaultiano. Além disso, as obras mencionadas não esquematizam modos de fazer AD, mas discutem aspectos epistemológicos mais amplos que fundamentam a teoria no plano filosófico-conceitual. Dessa forma, as duas verticalizam mais o pensamento dos autores franceses – especialmente, o de Foucault – a partir de suas batalhas no contexto francês.

Desse modo, este capítulo dialoga com obras relevantes nos contextos francês – a tese de Courtine sobre o discurso comunista endereçado aos cristãos – e brasileiro – as obras de Gregolin e Fernandes. Trata-se não de uma discussão sobre Foucault, mas de uma leitura do que em sua obra está vinculado à AD e sua necessidade de responder ao domínio dos estudos da linguagem. Não apresentamos aqui, ao introduzir um capítulo sobre Foucault, uma AD foucaultiana, mas contribuições essenciais de Foucault para a AD fundada por

Pêcheux. Destacamos esse último ponto, pois a multiplicidade das reflexões foucaultianas e sua relevância nem sempre – e nisso há uma profunda distinção entre Pêcheux e Foucault – respondem à Linguística. Embora componha o métier, nossa tarefa não é reproduzir o olhar historiográfico-filosófico de Foucault sobre a linguagem, mas reler sua obra naquilo que se apresenta como uma preocupação em torno do sentido no interior da Linguística.

Nessa releitura, certos princípios da arqueogenealogia foucaultiana articulam-se esquematicamente com as ideias centrais da AD que discutimos no capítulo “Michel Pêcheux”, a saber, (i) o caráter posicional do sujeito; (ii) a não factualidade da história; (iii) a não redução do discurso, como conceito, à fala ou ao texto. Não há identificações entre Foucault e Pêcheux apenas no plano conceitual, mas também na própria herança epistemológica. Assim como em Pêcheux, é nítida em Foucault a presença da tradição dos estudos de Bachelard e Canguilhem. Este último orientou sua tese de doutorado apresentada à Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de Paris (Sorbonne), publicada em 1961 pela editora Plon com o título *Folie et déraison: histoire de la folie à l'âge classique*<sup>215</sup> [Loucura e desrazão: história da loucura na Idade Clássica]. Esta obra foi republicada com um novo prefácio, em 1972, sob o título *História da loucura na Idade Clássica*. É esta última versão que nos chega até hoje. A primeira existe apenas como registro histórico e não é mais editada.

No entanto, uma questão fundamental advinda de Bachelard e Canguilhem é pensada por Foucault de modo não análogo a Pêcheux. Trata-se da discussão em torno da ciência. Para o autor de *As palavras e as coisas* – publicado originalmente em 1966 com o título *Les mots et les choses* –, os domínios tidos como científicos – a Matemática, a Química e a Física – não são matéria de investigação. Isso não apenas porque tais domínios já haviam sido abordados por Koyré, Bachelard e Canguilhem, mas porque Foucault interessava-se pelo que se produzia nas margens, nos domínios não tidos como ciências positivas.

É por isso que, na primeira fase de sua obra, seu objeto são os saberes e não as ciências e, na segunda fase, o poder e não a ideologia. Em certo sentido, para Bachelard, Canguilhem e Thomas Herbert, as ciências positivas – e o conceito de “corte epistemológico” que as qualifica – são resultado da supressão das “valorizações inconscientes”, das ideologias. Se, em Pêcheux, temos a retomada dos postulados da história/filosofia das ciências para uma tentativa de definir o que é a ideologia e de que modo ela se apresenta face às ciências – daí a centralidade da ideologia e do marxismo –, em Foucault, o saber é uma

marginalidade atuante que existe concomitantemente – e não necessariamente em ruptura – com uma determinada ordem histórica de distribuição das ciências.

Em sua busca pelo sujeito, Foucault entende o discurso como unidade de investigação. Para o filósofo francês, existe um conjunto de regras anônimas que definem o que pode e deve ser dito em um determinado momento histórico. Ao retomar, em diferentes momentos e a partir de diferentes registros, aquilo que foi dito um dia, é possível compreender como os saberes e os poderes subjetivam e oferecem condições para que os sentidos do que é dito sejam produzidos.

## 1. Uma AD com Foucault na França

Inicialmente, destacamos que nosso percurso parte da releitura que foi feita da obra de Foucault em uma visada languageira, ou seja, não vamos nos ater à obra de Foucault em si mesma, mas na sua possível utilização pela Análise do Discurso. Isso traz implicações importantes das quais destacamos uma em particular: se lemos Foucault na Linguística e atrelamos ao seu pensamento um *modus operandi* languageiro – regado a sistematizações (sintático-semântico-lexicais, imagéticas, etc.) –, isso é um problema nosso e não dele. Enfatizamos isso porque Foucault não está preocupado – ou está em um grau diferente – com questões linguísticas propriamente ditas. Isso difere fundamentalmente o que ele fazia daquilo que era proposto por Pêcheux.

Esta diferença – Pêcheux era também linguista (e “procurou linguistas para trabalhar em conjunto<sup>216</sup>”) e Foucault não – acentua-se ainda mais no Brasil pela forma como a obra de Pêcheux ficou conhecida institucionalmente a partir dos textos que foram traduzidos e publicados por aqui: recebemos predominantemente o Pêcheux linguista e analista do discurso. A particularidade da institucionalização de Pêcheux no Brasil fez com que o “ser linguista” fosse condição quase excludente entre seu pensamento e o de Foucault.

Cumpramos observar que, se retomarmos a primeira recepção de Pêcheux no Brasil<sup>217</sup>, anterior ao lugar institucionalizado que temos hoje, temos uma visão mais voltada para vertente historiador das ciências/filósofo de Pêcheux do que para o linguista. O fato de Pêcheux atrelar-se mais ou menos à implementação linguística vincula-se a como ele é lido, interpretado e “utilizado” e não a uma propriedade inerente de suas reflexões. A obra do autor são tantas quantas são os modos possíveis de leitura. Segundo Courtine,

[...] no que ainda resta de Pêcheux, isso vale para a França, mas provavelmente para o Brasil também, sua atividade de analista do discurso esmagou, de alguma forma, o resto de sua bibliografia. Assim, fico impressionado com a utilização extensiva e intensiva feita no Brasil de todos os textos que tratam da AD muito

mais do que do próprio trabalho filosófico. Ora, Pêcheux era filósofo e é disso que precisamos nos lembrar.<sup>218</sup>

Em contrapartida, a Linguística não está ausente no pensamento foucaultiano como “mirante epistemológico” e como potencialidade operacional. Não apenas a inserção na tradição que deriva de Bachelard e Canguilhem une Pêcheux e Foucault, mas também a identificação com o estruturalismo advindo da recepção de Saussure na França, que servia como espaço de dissensão com a fenomenologia e seu “sujeito da consciência”. É nesse sentido que a obra de Jean-Jacques Courtine ganha central importância. Foi ele quem fez a leitura de Foucault com o olhar de analista do discurso e é dele que vem a inspiração para uma AD com Foucault.

Courtine destaca o questionamento que a empreitada foucaultiana coloca à AD:

Um questionamento que, por meio da Arqueologia e da Ordem do discurso, aparece como uma prática teórica no sentido forte e que, a meio caminho entre a história e a filosofia e, por vezes, também bastante perto da AD, produz explicações extremamente fecundas que Foucault deixa em aberto, ao abrigo da verificação experimental. Um trabalho que se realiza à margem e assim se condena ao paradoxo de só poder falar na condição de não ser ouvido. De fato, Foucault foi pouco ouvido pela AD; embora seja do discurso que fale, ele o faz de outro modo. Será, entretanto, da Arqueologia que Michel Pêcheux extrairá o termo FD do qual a AD se reapropriará, submetendo alguns elementos conceituais a um trabalho específico<sup>219</sup>.

## 2. Uma AD com Foucault no Brasil

Do ponto de vista da inscrição institucional no Brasil, o percurso inspirado na obra de Courtine com o intuito de desenvolver as discussões foucaultianas no quadro disciplinar da AD francesa inicia-se no final dos anos 1980 com as pesquisas da professora e pesquisadora Maria do Rosário Gregolin. É dela a obra que sistematiza a relação Foucault-Pêcheux, intitulada Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos.

Começa aí uma importante nuance face à forma de se fazer AD francesa no Brasil. Em um panorama intelectual que reconhecia apenas Pêcheux como autor a partir do qual se podia dizer “fazemos análise do discurso”, surge, em descontinuidade com as pesquisas pecheutianas, uma maneira diferente de refletir sobre o discurso. A diferença não exige recusa daquilo que Pêcheux desenvolve, mas problematizações direcionadas ao modo marxista de pensar o poder<sup>220</sup> e a história. Isso impacta principalmente a relação de contiguidade que existe, no modelo pecheutiano dos anos 1960/70, entre formação ideológica → formação discursiva que, direta ou indiretamente, remete à luta de classes e ao funcionamento do poder.

Estar em descontinuidade não significa rompimento com a teoria pecheutiana, mas diálogo com ela naquilo que lhe é próprio e se encaminha como espaço para transformações possíveis. Importante dizer ainda que, no que concerne à forma de conceber discurso, sujeito e história, o estruturalismo – derivado da onipresença da Linguística como modelo científico para as ciências humanas –, assim como em Pêcheux, exerce em Foucault – com nuances – certo fascínio:

Durante os anos de 1945-65 (penso na Europa), havia uma maneira correta de pensar, um certo estilo de discurso político, uma certa ética do intelectual. Era preciso estar na intimidade com Marx, não deixar seus sonhos vagabundear muito longe de Freud e tratar os sistemas dos signos – o significante – com o maior respeito.<sup>221</sup>

Na ironia apresentada no trecho acima, Foucault, que acompanhou a presença marcante das obras de Marx, Saussure e Freud no panorama intelectual francês dos anos 1960, deixa entrever que, por estar entranhado no que se fazia naquela época, era condição *sine qua non* para o exercício do pensamento dialogar com esses três autores, seja para afirmá-los, seja para deles se distanciar. Além disso, vale destacar que a combinação das perspectivas desses três autores, sob a tutela da linguística saussuriana, era o caminho para pôr em xeque os ideais fenomenológicos que tinham em Jean-Paul Sartre um representante a ser questionado. Sem adentrarmos em uma discussão profunda de sua filosofia, esclarecemos que Sartre foi um nome importante do existencialismo francês e, dentre suas ideias, encontram-se as de “liberdade” e de “escolha originária”<sup>222</sup>. Por essa razão, a concepção de discurso como prática determinada por um “[...] conjunto de regras anônimas”<sup>223</sup> e de sujeito como efeito da multiplicidade das modalidades enunciativas compõem uma linha diretiva dialogável com a perspectiva pecheutiana:

[...] as diversas modalidades de enunciação, em lugar de remeterem à síntese ou à função unificante de um sujeito, manifestam sua dispersão: nos diversos status, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala. Se esses planos estão ligados por um sistema de relações, este não é estabelecido pela atividade sintética de uma consciência idêntica a si, muda e anterior a qualquer palavra, mas pela especificidade de uma prática discursiva.<sup>224</sup>

Devido ao período do “estruturalismo forte” na França, esse grupo de similaridades possíveis entre Foucault e Pêcheux leva este último a verbalizar, em um texto publicado em 1983, a pertinência das pesquisas de Foucault, especialmente no que concerne ao conceito de formação discursiva, para os rumos da AD:

[...] a noção de formação discursiva tomada de empréstimo a Michel Foucault, começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em



que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu “exterior”: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo sob a forma de “pré-construídos” e de “discursos transversos”).<sup>225</sup>

Falar em uma AD com Foucault não significa “complementar”, “melhorar”, tampouco, “abandonar” o terreno das discussões pecheutianas, mas refletir a partir de pistas oferecidas pelo próprio Pêcheux no sentido de compreender a relação dos discursos com os saberes e os poderes. Evidentemente, como dissemos anteriormente em “Uma AD com Foucault na França”, a relação não é simples e não dá para afirmar que “Pêcheux e Foucault são a mesma coisa”. O que propomos é que falar em Foucault na AD não significa “novidade” ou “criação de uma nova AD” como se Pêcheux já não tivesse oferecido o caminho. Não é uma “teoria nova”, mas, semelhantemente aos softwares de computador, uma atualização.

### **3. Conceitos-chave: discurso, sujeito, história em Foucault**

Como pensar, então, os principais conceitos da arqueogenealogia à luz dos postulados da Análise do Discurso de linha francesa? Para responder a essa questão norteadora, centramo-nos nas três categorias fundamentais já discutidas no capítulo anterior na medida em que é por meio delas que chegamos a convergências que foram produtivas para as transformações pelas quais a AD passou e vem passando. Inicialmente, partamos do que Foucault nos diz sobre o discurso:

O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos.<sup>226</sup>

Primeiro ponto de contato da arqueogenealogia com a AD: a consciência ou vontade subjetiva apresentam-se como não pertinentes para a análise. Esse é um ponto recorrente na obra dos dois autores e intrinsecamente vinculado à veia estruturalista que perpassa as reflexões de um grupo significativo de intelectuais no panorama francês dos anos 1960. O impacto das ideias de Saussure na França e sua consequente incorporação por algumas correntes de pensamento na Filosofia, na História, na Psicanálise e na Linguística francesas estão presentes também na obra de Foucault e no modo como elabora algumas categorias. Contra o sujeito fenomenológico do existencialismo sartreano, Foucault apresenta-nos um sujeito “estrutural”, no sentido de que o autor desloca o foco de interesse da consciência e da intenção para o discurso e seus efeitos na produção da subjetividade. O autor de História da loucura afirma que

Na análise que aqui se propõe, as regras de formação têm seu lugar não na “mentalidade” ou na consciência dos indivíduos, mas no próprio discurso; elas se impõem, por conseguinte, segundo um tipo de anonimato uniforme, a todos os indivíduos que tentam falar nesse campo discursivo.<sup>227</sup>

Esse “anonimato” leva-nos a um deslocamento do sujeito como fonte para o sujeito como efeito. Aqui cabe destacar uma diferença fundamental entre Foucault e Pêcheux. O efeito da estrutura discursiva, em Foucault, é pensado a partir de dois lugares: os saberes e os poderes.

Se atrelarmos o trabalho de Foucault ao projeto inaugurado por Bachelard e Canguilhem – assim como, em nossa leitura, Pêcheux também o faz –, observamos que, enquanto Pêcheux, como marxista que era, desenvolve uma reflexão sobre o funcionamento do poder a partir do conceito de ideologia, Foucault desenvolve aquilo que Bachelard denominava “valorizações inconscientes” como um encaminhamento “não marxista” de estudo dos saberes e dos poderes.

O legado de Bachelard aponta para a existência de dois “universos distintos”. Um deles encontra-se antes do século XIX e é marcado pela presença massiva de textos pseudocientíficos que impediam o desenvolvimento da Química. O outro inicia-se na virada do século XIX, quando a comunidade científica ganha força e consegue tirar a química dos ideais alquímicos e religiosos. Isso sugere duas coisas: i) Bachelard faz uma distinção – o conceito de corte epistemológico mostra isso – entre ciência e “valorizações inconscientes”; ii) tal distinção serve para que o autor avalie criticamente as “valorizações inconscientes” e se volte para aquilo que ficou posteriormente conhecido como Química. Não sem razão, a obra bachelardiana vai impactar tanto Pêcheux<sup>228</sup> – o corte epistemológico nas ciências humanas – quanto Foucault – a diferença entre os saberes e as ciências.

Ao interpretarmos o trabalho de Pêcheux sob a ótica da herança epistemológica bachelardiana, entendemos que há uma verticalização da ideia de “valorizações inconscientes” sob a forma da relação entre língua, ideologia e subjetividade:

[...] o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como ideologia e inconsciente é o de dissimular sua própria

existência no interior mesmo de seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, devendo entender-se este último adjetivo não como “que afetam o sujeito”, mas “nas quais se constitui o sujeito<sup>229</sup>”.

Ao nos voltarmos para o trabalho de Foucault, também é possível visualizar essa herança epistemológica bachelardiana. No entanto, Foucault dá rumo à questão das “valorizações inconscientes” pela afirmativa. O filósofo opta não por fazer uma análise diferencial entre ciência e ideologia para ressaltar uma em detrimento da outra, mas recupera o que, em Bachelard, apresenta-se como “valorização inconsciente” para propor uma teoria dos saberes. É por isso que, em Foucault, ciências como a Matemática, a Física, a Química, a Biologia, aparecem como acessórios para compreender o que, nas margens, como saberes pretensamente científicos, subjetiva os indivíduos. Um importante estudioso da obra de Foucault, Paul Veyne, afirma que

Foucault (...) parte do que os diferentes homens fazem como se fosse evidente e dizem tomando-o por verdadeiro; ou antes, como a imensa maioria dos homens morreu, ele parte de tudo o que eles puderam fazer e dizer em diversas épocas.<sup>230</sup>

É como lugar de produção e condição para o funcionamento dos saberes e dos poderes que o discurso é concebido. Nesse sentido, o que torna algo possível de ser pensado e concebido em uma determinada época não deve ser analisado sob a égide da genialidade de um indivíduo ou grupo que, por “boa ou má vontade”, por “força de espírito” ou “inspiração profética”, resolveu que a história seria como foi ou é como está sendo. Veyne utiliza uma excelente metáfora para definir a história sob a ótica discursiva:

Como não podemos pensar qualquer coisa em qualquer momento, pensamos apenas nas fronteiras do discurso do momento. Tudo o que acreditamos saber se limita a despeito de nós, não vemos os limites e até mesmo ignoramos que eles existem. Num automóvel, quando dirige à noite, o homo viator não pode ver nada além do alcance dos faróis e, mais do que isso, com frequência, não

distingue até onde vai esse alcance e não vê que não vê. Para mudarmos de metáfora, sempre somos prisioneiros de um aquário do qual nem sequer percebemos as paredes; como os discursos são incontornáveis, não se pode, por uma graça especial, avistar a verdade verdadeira, nem mesmo uma futura verdade ou algo que se pretenda como tal.<sup>231</sup>

Vejamos que a maneira foucaultiana de pensar é distinta daquela de Pêcheux no que tange à presença da ideologia. Foucault sempre se manteve à margem do, e não alheio ao, marxismo em suas mais diferentes variantes e seu aparato conceitual: “[...] ele não se preocupa em marcar posição como ‘marxista<sup>232</sup>’”. Deriva daí, dentre outras questões, o não desenvolvimento, como categoria teórico-operacional, da ideologia. Antes, sua questão se direciona aos saberes e aos poderes e no modo como essas duas instâncias reguladas discursivamente funcionam:

Os discursos são as lentes através das quais, a cada época, os homens perceberam todas as coisas, pensaram e agiram; elas se impõem tanto aos dominantes quanto ao dominados, não são mentiras inventadas pelos primeiros para dominar os últimos e justificar sua dominação<sup>233</sup>

#### 4. Como analisar discurso com Foucault?

Em 1991, Carlos Henrique de Escobar, do qual já falamos no capítulo anterior, foi responsável pela publicação de uma coletânea de textos intitulada *Dossier Deleuze*. Antes de adentrarmos propriamente no texto de Foucault ali contido e que muito nos instrui a respeito de uma espécie de “ética no fazer intelectual”, aproveitamos o ensejo para destacar mais um aspecto fundamental do papel de Escobar na recepção das ideias de Pêcheux no Brasil. Com efeito, o autor não apenas traduziu e “copiou” as ideias dos filósofos franceses – especialmente, Pêcheux, para o que nos interessa –, mas acompanhou as mudanças e refacções pecheutianas, em particular, na crescente aproximação com as ideias de Foucault. Escobar acompanha as autocríticas de Pêcheux e, nesse sentido, também relativiza suas críticas a Foucault. No entanto, uma teoria do discurso com Foucault só foi possível depois da publicação de *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos Cristãos*, de Jean-Jacques Courtine. Nos textos que tratam de uma teoria do discurso, a posição de Escobar está vinculada ao marxismo althusseriano. Esse percurso sobre o trabalho de Escobar já foi desenvolvido por Kogawa<sup>234</sup> e, por isso, apenas mencionamos dois textos de Escobar a serem lidos para compreender essa aproximação do marxismo althusseriano com as ideias de Foucault: “Discurso científico e discurso ideológico<sup>235</sup>” e “As leituras e a leitura prático-teórica<sup>236</sup>”. Esse percurso mostra que Escobar ocupou-se não só de organizar coletâneas com traduções de textos de Pêcheux e Foucault, mas também de acompanhar o rumo das discussões que levaram a mudanças na marcha dos saberes na França.

Voltando a Foucault, centrar-nos-emos em um texto que foi publicado originalmente como prefácio à obra *Anti-oedipus: capitalism and schizophrenia*, de Deleuze e Guattari. Nesse texto, ao levantar os pontos fulcrais da obra, Foucault faz algumas considerações importantes que podem nos auxiliar em nossa prática da AD. Foucault destaca que o trabalho de Deleuze e Guattari guia-nos por um modo “não fascista” de encarar a vida intelectual. Isto significa, nos dizeres de Foucault, abandonar certos lugares-tabu daquele momento e que não estão muito distantes de nós e de nossa prática acadêmica hoje: i) a militância morosa; ii) a tecnocracia estrutural; iii) o fascismo como vontade de poder.

Tentemos aplicar isso ao modo como entendemos o fazer da AD: i) os militanismos, sejam eles partidários, de classe social ou de qualquer outra ordem, não podem determinar nosso olhar para o discurso. Há de se distinguir o pensamento da prática política, o analista do ativista; ii) embora nossa prática exija um exercício de sistematização da materialidade do discurso, seja ela de ordem linguística ou não, essa sistematização não deve levar a um exercício técnico como finalidade em si, mas como modo de organização que atende à compreensão de questões históricas; iii) nossa tarefa não é “combater o poder” para destituí-lo e, assim, “transformar a realidade social”. Muitas vezes, esse “desejo de mudança” nada mais é do que “desejo de substituição” de uma estrutura em que “me encontro alijado do poder” por outra em que, enfim, “ascendo” a uma posição mais alta na estrutura social. É esse tipo de lugar que devemos suspender no processo de análise discursiva, pois isso nada mais é do que deixar aflorar o fascismo – no sentido que foi apresentado aqui – que existe em cada um de nós.

“Como fazer para não vir a ser fascista mesmo quando (sobretudo quando) se crê ser um militante revolucionário?”<sup>237</sup>. O próprio Foucault apresenta alguns “princípios essenciais” derivados de Anti-Édipo que, a nosso ver, devem guiar nosso modo de analisar o discurso. Destacamos dois que dizem respeito mais de perto ao que desenvolvemos até aqui:

Não utilize o pensamento para dar a uma prática política um valor de verdade; nem a ação política para desacreditar um pensamento, como se ele não fosse senão pura especulação (...). Não exija da política que ela restabeleça os “direitos” do indivíduo (...). O indivíduo é o produto do poder. O que é preciso é “desindividualizar” pela multiplicação e pelo deslocamento, pelo agenciamento de combinações diferentes. O grupo não deve ser o elo orgânico que une indivíduos hierarquizados, mas um constante gerador de “desindividualização”<sup>238</sup>.

É mais ou menos com esses princípios que nos preocupamos ao fazer AD. As categorias arqueogenealógicas das quais lançaremos mão visam a uma descrição/interpretação do discurso como “lente através da qual enxergamos o mundo”, para retomarmos a metáfora de Veyne, e não como alvo de uma

militância cega aos próprios propósitos: “À militância o que é da militância, à análise o que é da análise” e, se em algum momento os dois pontos se cruzarem, que seja uma contingência e não um princípio.



#### ***4.1 O discurso, em Foucault, não responde à Linguística***

Foucault nunca foi linguista – nem trabalhou com eles diretamente – e, nesse sentido, a abordagem do discurso que lhe é própria está direcionada a uma “análise histórica dos discursos<sup>239</sup>”, sem qualquer compromisso com uma metodologia propriamente voltada para a língua. Seus métodos são mais próximos da historiografia e seu corpus é constituído por uma massa heterogênea de fontes das mais variadas: pintura, literatura, éditos reais, listas, tratados farmacológicos, laudos médicos, entre outros. Hoje, a AD volta-se também para esses objetos, mas vale destacar que em Pêcheux, particularmente nos textos que inauguram a AD, a preocupação é em construir um dispositivo automatizado de análise inspirado na sintaxe distribucional e gerativa para a descrição/interpretação do discurso político escrito.

Diferentemente de uma AD *stricto sensu*, no sentido de um pertencimento ao domínio linguístico que essa disciplina implica, o modo como Foucault olha para a massa documental que compõe seu corpus não tem qualquer compromisso com fenômenos linguísticos. Em nenhum momento, por exemplo, ele se ocupa de estabelecer regularidades sintáticas, semânticas, lexicais ou morfológicas. E quando se trata de imagem, sua preocupação não é trabalhar categorias saussurianas na análise do imagético como o fazia, em algumas de suas obras, Roland Barthes. Toda preocupação operacionalmente linguística está ausente na reflexão foucaultiana.

Isso não quer dizer que ele não se ocupe, por um lado, de responder à linguística algo como “não é bem isso que eu faço” e, por outro lado, de assumir um “modo de teorização” que advém de uma influência da ciência da linguagem. O que vale para a Linguística vale também para outros domínios em que o pensamento foucaultiano é reivindicado, ou seja, cada domínio das ciências humanas que se vale de sua obra tem de lidar com o fato de que o autor afirma não se inscrever em um campo específico. É pertinente recuperar um trecho de uma entrevista de Foucault a Roger Pol-Droit em que, após afirmar se interessar pelo trabalho dos historiadores sem ser propriamente historiador e depois de dizer que o que ele faz não é filosofia ou ciência, o filósofo francês afirma: “Fabrico alguma coisa que serve, finalmente, para um cerco, uma guerra, uma destruição. Não sou a

favor da destruição, mas sou a favor de que se possa passar, de que se possa avançar, de que se possa fazer caírem os muros”<sup>240</sup>. Daí a diversidade de domínios que se interessam por sua obra.

A dificuldade em ler esse autor encontra-se no fato de ele, quase que o tempo todo, não se deixar circunscrever: nem linguista, nem filósofo, nem historiador, nem sociólogo, mas um pouco de cada uma dessas coisas e nenhuma delas ao mesmo tempo. Isso se percebe, inclusive, em seu estilo de escrita. É comum, em *A arqueologia do saber*, por exemplo, a estrutura de argumentação por negativas. Quando o autor chega a alguma definição pela afirmação, as definições passam por uma série de negações até que seja apresentado um esboço do que ele entende por discurso, por formação discursiva, por enunciado, por método. Primeiramente, importa elencar o que os conceitos não são, para, posteriormente, tentar chegar a uma definição conceitual que, em Foucault, quase sempre se apresenta como provisória, nunca definitiva.

Diante dessa vastidão, fazemos uma leitura interessada da obra de Foucault, como uma espécie de legado deixado por Courtine, com vistas a acompanhar as mudanças e refações propostas por Pêcheux. Cabe a nós o desafio de integrar categorias do pensamento foucaultiano sem perder de vista que isso é feito no quadro de uma disciplina linguística que, como tal, tem suas exigências e particularidades.

Um caminho para atender às exigências do que Foucault delimita como objeto da análise arqueológica é circunscrever o domínio de interesse no “campo dos acontecimentos discursivos”, definido como

[...] o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas; elas bem podem ser inumeráveis e podem, por sua massa, ultrapassar toda capacidade de registro, de memória, ou de leitura: elas constituem, entretanto, um conjunto finito.<sup>241</sup>

Como dissemos acima, Foucault não é linguista, mas não está alheio ao aspecto linguístico do dizer. Então, a questão que se coloca quando se reivindica sua obra na AD é compor um quadro tão exaustivo quanto possível, em perspectiva histórica de longa duração, de enunciados pertinentes à análise que se pretende

realizar. Suponhamos que se queira empreender um estudo sobre o discurso da saúde atinente ao uso do cigarro. Para compreender o funcionamento dos dizeres em torno do tabagismo, não basta olhar para as campanhas antitabagistas do ano passado e deste ano, mas colocar as valorações atuais em perspectiva de maior duração histórica. Há de se recuperar dizeres que sintetizam olhares diferentes sobre o tabaco. Há momentos históricos (metade do século passado, por exemplo) em que as publicidades de tabaco<sup>242</sup> utilizavam declarações médicas para afirmar que o cigarro fazia bem para a garganta, curava a tosse, descongestionava as vias aéreas. Uma leitura comum atribuiria tal conjunto de enunciados ao absurdo, ao escândalo, ao inverossímil. O analista do discurso, no entanto, deve superar a experiência primeira do surpreender-se e tratar a materialidade como fruto do que foi possível pensar em uma determinada época. Descrever e interpretar, na ótica foucaultiana, é o ato de colocar em perspectiva as condições de verdade. O discurso, como lentes por meio das quais vemos e pensamos, só pode ser evidenciado se olhado em sua densidade histórica. É preciso deslocar-se para compreender as mutações e as permanências do que nos subjetiva.

Ainda que na citação anterior Foucault fale em “sequências linguísticas”, a unidade mínima da investigação arqueológica é o enunciado, mais amplo e menos imediato que uma unidade de língua. Segundo Foucault, desde que atenda a certas condições,

Por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas consequências, por mais facilmente esquecido que possa ser após sua aparição, por menos entendido ou mal decifrado que o suponhamos, um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente.<sup>243</sup>

Em síntese, um enunciado no âmbito do pensamento foucaultiano é uma unidade regulada por regras ancoradas em práticas discursivas. Para Foucault, por exemplo, a sequência asdfg, do ponto de vista das regras gramaticais, nada significa. Não se pode recuperar aí, tampouco, nem silogismo nem ato de fala: ao pronunciar “asdfg”, não pretendo investigar se trata-se de uma afirmação verdadeira ou falsa, nem estou dando uma ordem a alguém. No entanto, do ponto

de vista da prática discursiva, sabemos que, nos antigos cursos de datilografia, essa é uma das sequências digitadas pelo iniciante nas máquinas de escrever para aprimoramento técnico (precisão, velocidade, automatismo). Uma curva estatística, um mapa na tela de um GPS ou um gráfico a nada podem ser associados em termos de estrutura linguística. Não são frases, palavras, morfemas, fonemas, mas obedecem a regras e práticas discursivas que servem a uma ordem do discurso: “como medir taxas, índices etc.”, “como se localizar”, “como representar os lucros, as perdas em uma guerra etc.”: “Não se pode mais falar de enunciado quando, sob a própria frase, chega-se ao nível de seus constituintes<sup>244</sup>”.

Isso não significa que uma frase não possa ser um enunciado. O inverso é que não se aplica. Sob esse prisma, pensar com Foucault na AD dentro dos estudos da linguagem é um desafio complexo, pois, apesar dessa não redução do enunciado às categorias linguísticas, precisamos delas para responder às demandas da área. A questão é: como compor um corpus regular a partir de regularidades linguísticas sem deixar que o discurso fique reduzido à língua? Este é o nó com o qual cada trabalho em AD que se propõe a pensar com Foucault deve tentar desatar.

Cada pesquisa encontra seu próprio caminho, mas, em linhas gerais, e sem qualquer pretensão de esgotar a problemática, é preciso não fazer da linguística um fim em si mesmo e, ao mesmo tempo, não nos deixarmos ser guiados por intuições genéricas o suficiente que não possam ser sistematizadas:

[...] há um lugar para o trabalho linguístico. Há provavelmente, pontualmente e ocasionalmente um lugar para isso em função dos objetos, dos objetivos, do corpus de uma pesquisa, mas, sistematicamente, não. Eu não penso que o essencial do trabalho deva se focalizar em métodos linguísticos, quando o objeto da história transborda largamente tal enfoque. Eu acho que o linguístico pode intervir eventualmente como uma ferramenta. Por que não? Como quando fazemos trabalho documental em história. Criticamos fontes; fazemos isso para a imagem, para as práticas, para as séries estatísticas, e então, evidentemente, para os materiais textuais da história. No entanto, isso torna o que é estritamente linguístico apenas uma metodologia anexa ou auxiliar entre outras.<sup>245</sup>

Não é porque “estou tomando o enunciado como unidade mínima de análise” que não seja possível e necessário organizar a massa de enunciados em fios condutores materiais como: regularidades sintáticas, morfológicas, fonológicas, semânticas, incluindo modos de estabelecer regularidades entre materialidades não linguísticas como a imagem, por exemplo. O olhar linguístico apresenta-se, assim, como forma de organizar e dispor o corpus e não como finalidade operacional, com classificações sintáticas, de papel semântico, fenômenos morfológicos ou fonológicos, a que o corpus deve atender.

## 4.2 Sobre o poder

Eis uma categoria que suscita um sem número de equívocos e contradições e sobre a qual Foucault ajuda-nos a refletir fora dos padrões mais comuns.

Estamos acostumados a dar uma cara ao poder, personificá-lo nesse ou naquele grande personagem da mídia, em políticos, em instituições como a polícia ou o exército, estamos acostumados a localizá-lo em algum lugar. Quase sempre, esse tipo de localização serve para auxiliar no combate ao poder, “essa coisa opressora que domina e faz dominar as pessoas”.

É contra essa estruturação simples que Foucault levanta algumas características centrais para pensar a relação saber → poder → positividade e, se hoje a AD pode teorizar o poder de forma descentralizada, isso se deve aos desenvolvimentos ulteriores pelos quais a teoria passou à medida que dialogou com Foucault. Com efeito, nos primórdios da AD, Pêcheux estava centrado em uma concepção althusseriana da ideologia e, nesse quadro, que pode ser exemplificado mais ou menos como o de uma sociedade aparelhada por Aparelhos Ideológicos e Repressivos de Estado<sup>246</sup>, o poder é pensado como algo que se exerce “do alto”, das classes dominantes para as camadas mais baixas da sociedade, os dominados. Em cima da pirâmide, os detentores dos meios de produção; embaixo, o operariado. Foucault não postula a irrelevância do Estado, mas que

[...] uma das primeiras coisas a compreender é que o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, quotidiano, não forem modificados<sup>247</sup>.

Na França, Pêcheux equaciona da seguinte forma as refacções que foi instado a operar a partir de Nietzsche, Freud, Wittgenstein e Foucault:

Deve-se questionar essa fragilidade do pensamento, que não vem “de cima”, na consciência das “elites intelectuais”, que acredita se dirigir ao privilégio das proposições (conceituais, claras e distintas), mas sim, “de baixo” de atos incontáveis, contraditórios, que encontram sua via (voie) e sua voz (voix) nos campos intermediários<sup>248</sup>.

No Brasil, Escobar, em franco acompanhamento das transformações que se davam no contexto francês, também reavalia o lugar de importância da obra de Foucault para os desenvolvimentos do marxismo e relativiza sua posição dos anos 1970, quando, em *As leituras e a leitura prático-teórica*, o autor afirma que Foucault nega a ciência da história na obra de Marx:

As páginas anteriores foram escritas no período de 1968 a 1970; de lá para cá se passaram cinco anos. Etapa importante no avanço das questões que Foucault procurou encarar tanto quanto na verificação concreta pelos marxistas das dificuldades que cercam todo estudo conjuntural de formações discursivas. Isto é, a rigidez da oposição e crítica marxista a Foucault se abranda na medida em que, por um lado, verifica-se a utilidade do material empírico levantado por Foucault (a loucura, a clínica, o direito penal, o discurso psiquiátrico, as ciências humanas, etc.) e por outro lado dá-se conta de que o enfoque mesmo dos marxistas persistia até então num nível excessivamente formalizante.<sup>249</sup>

O nível “excessivamente formalizante” de que fala Escobar pode ser interpretado a partir da utilização althusseriana do conceito de corte epistemológico tomado de empréstimo a Bachelard<sup>250</sup> no sentido de desvincular a ciência de tudo o que se apresentaria como pré-científico na obra de Marx<sup>251</sup>. Entendamos como isso funciona. Para Althusser, há dois “Marx”: um vinculado ao idealismo feuerbachiano e hegeliano, que aponta para práticas como a luta armada e a tomada do poder pela revolução do proletariado; outro que, muito além dessa questão prática – que mobilizou, inclusive, os massacres stalinistas – fundou uma ciência, a ciência da história. Este último Marx é aquele de *O capital*, obra fundamental para compreensão do sistema capitalista. Do idealismo da

revolução inscrito em Manifesto do partido comunista à teorização científica do capitalismo em *O capital*, Marx passou por experiências políticas na França e econômicas na Inglaterra, o que lhe rendeu experiência e maturidade intelectual apuradas para a escrita de sua grande obra científica. Isso ocorre não sem antes, em uma obra considerada “de transição” por Althusser, Marx proceder a uma crítica do idealismo hegeliano na figura de Feuerbach<sup>252</sup>.

Ora, é justamente no jogo de presença e ausência da ideologia na qualificação do discurso científico que reside a diferença entre uma teoria da história calcada na luta de classes em Althusser e Pêcheux – especialmente, no início de sua obra – e uma teoria da história fundamentada no modo como os saberes produziram os sujeitos historicamente a partir de uma vontade de verdade sobre objetos de dizer, tais como a loucura, a doença, a linguagem, o dinheiro e a vida.<sup>253</sup> Contra isso, Foucault, por não se ater a um ideal do que é a ciência em detrimento da ideologia e sim ao que são os saberes, apresenta uma análise das práticas discursivas reguladas por instituições como os hospitais, as prisões, laboratórios, gramáticas, artes plásticas e literatura.

Desses estudos emerge um conceito de poder desafiador para certa ala do marxismo, especialmente aquela centrada na ideia de consciência e ideologia de classe, e que pode ser compreendido a partir de algumas premissas basilares: i) o poder, para Foucault, não é privilégio de uma classe social específica. O autor não desenvolve sua perspectiva sob a ótica da oposição dominante versus dominado. O poder não se reduz ao Estado, à polícia ou à burguesia. Ele extrapola esses espaços, atingindo as camadas mais ínfimas de todos os extratos sociais; ii) o poder também não é “um mal a ser combatido”, uma força opressora que destrói as sociedades e corrompe as pessoas. Muito além disso, o poder, sempre articulado com a estruturação dos saberes, é produtivo e econômico; iii) não se localiza aqui ou ali nem é possuído por uma pessoa X ou Y, mas está por toda a parte em escala micro. Deriva daí o conceito de micropoder, nuclear na teoria foucaultiana como nos mostra Deleuze:

[...] as relações de poder não emanam de um ponto central ou de um foco único de soberania, mas vão a cada instante “de um ponto a outro” no interior de um campo de forças, marcando inflexões, retrocessos, retornos, giros, mudanças de direção, resistências. É por isso que elas não são localizáveis numa instância ou noutra. Constituem uma estratégia, enquanto exercício não-estratificado, e “as



estratégias anônimas” são quase mudas e cegas, pois escapam às formas estáveis do visível e do enunciável.<sup>254</sup>

Tentemos um exemplo prático para elucidar esses princípios. Nos dias atuais circula, no âmbito daquilo que poderíamos denominar “discursos sobre a vida e o corpo”, um conjunto de dizeres referentes ao “parto humanizado”<sup>255</sup>. Tal prática opõe-se a outra, tida como tradicional e que envolve, como condição necessária, a hospitalização e, mais especificamente, em inúmeros casos, a cesárea. Vale destacar que esse novo modo de regramento dos nascimentos emerge como discurso de oposição principalmente à prática da cesárea que, por princípio, desnaturaliza o parto e limita as opções de escolha da mãe e do pai sobre o processo de nascimento de seu filho, além de mover um mercado bastante lucrativo.

Sem pretensão de esgotar o assunto, nosso exemplo é apenas ilustrativo e, na esteira de Foucault, não nos interessa julgar qual tipo de parto é “mais ou menos cruel”, “mais ou menos justo ou correto”. Uma linha geral de diferenciação entre “parto cirúrgico” versus “parto humanizado” é o deslocamento do protagonismo do médico no modelo tradicional moderno para a centralidade da mãe e do filho, no modelo humanizado. Ser humanizado implica que o processo deixe de ser gerido exclusivamente pelo médico e que os pais possam tomar decisões conjuntas a respeito do como querem que seu filho nasça.

Na vertente pró-parto humanizado, constrói-se uma oposição semântica entre natural versus artificial em que o primeiro é positivado em nome da liberdade dos pais versus a opressão dos médicos. Uma análise à luz de um conceito localizado do poder toma como premissa que, de um lado, está o poder opressor do discurso médico que subjuga as mulheres e as faz objeto de intervenções cirúrgicas; de outro, a figura oprimida dos pais que lutam pelo direito às decisões sobre a sua vida e sobre a do seu filho. Assim, no que diz respeito à matéria aqui tratada, teríamos no discurso médico tradicional algo a ser combatido na medida em que é um lugar de opressão e supressão da liberdade.

Sob a ótica do conceito de poder em Foucault, o funcionamento dos discursos que organizam as relações de poder é mais complexo que isso. Nesse sentido, retomemos os princípios elencados anteriormente para tentar compreendê-los à luz do exemplo considerado. O poder não é exclusividade da classe médica e,

nesse sentido, tanto os médicos dos grandes hospitais quanto doulas, médicos humanizados e os próprios pais compõem esse ritual que se deixa tomar pelo poder.

Atualmente, uma vasta rede de organizações e empresas articulam-se no sentido de construir um espaço para a prática do parto humanizado. No espaço universitário, discussões acadêmicas, livros publicados, congressos e artigos são produzidos; no âmbito do Ministério da Saúde, dentre outras iniciativas, existe uma rede de atenção perinatal (Rede Cegonha<sup>256</sup>); entidades como a Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento (Rehuna<sup>257</sup>) – coordenada por importantes mulheres do meio acadêmico – são formadas; e movimentos sociais, cada vez mais organizados, vão às ruas pelos direitos das mulheres conduzirem o “[...] ofício feminino de partejar”<sup>258</sup> como desejarem, ou o mais próximo disso.

O poder é produtivo. Como prática tomada pelas correlações entre poderes e saberes, o parto humanizado, assim como o tradicional, também participa de seu exercício e não é apenas liberdade contra a opressão, mas um “negócio” que, quanto mais se institui, mais “economicamente<sup>259</sup>” viável se torna (gera artigos, congressos, associações com anuidades e eventos, palestras, clínicas especializadas, enfim, produz saberes). Uma rápida consulta no Google<sup>260</sup> permite visualizar uma série de dizeres a respeito dessa nova/velha<sup>261</sup> prática: especialistas<sup>262</sup> defendendo a prática de um ponto de vista espiritual, quase místico; propagandas de clínicas oferecendo o serviço a preços a serem informados de acordo com a manifestação dos interessados; ofertas de cursos para as mães aprenderem o processo de humanização do parto.

O importante, para uma análise das relações de poder, é, portanto, não a oposição “maldade versus bondade”, “liberdade versus opressão”, mas o modo como os discursos valem-se dessas e de outras categorias para produzir seus efeitos de verdade e “vender”. O poder tem um aspecto mercadológico e, nessa matéria, mais ou menos humano está intrinsecamente ligado a quanto custa e quem pode ocupar um lugar de dizibilidade da verdade no processo de geração da vida. Tomada nas malhas do poder, a geração da vida é um produto ofertado e um controle pretendido. No “espaço público” do hospital ou na privacidade da sua casa, o poder apropria-se do corpo para gerar vida e lucro para todas as partes envolvidas. Trocando em miúdos, o poder é um bom negócio.

Nesse sentido, tanto quanto o discurso médico tradicional, o discurso médico humanizado funciona de modo produtivo: abre espaço para a emergência de um

novo tipo de gerenciamento/controle da vida. Esse modo de abordar a questão extrapola em larga escala a ideia de um “poder de Estado” e é nesse sentido que insistimos na diferença entre Foucault – e nisso reside sua importância para os desenvolvimentos ulteriores da AD – e o marxismo do primeiro Pêcheux:

Acho que me distingo tanto da perspectiva marxista quanto da para-marxista. Quanto à primeira, eu não sou dos que tentam delimitar os efeitos de poder ao nível da ideologia. (...) É preciso se distinguir dos para-marxistas como Marcuse, que dão à noção de repressão uma importância exagerada. Pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. (...) É por isso que a noção de repressão, à qual geralmente se reduzem os mecanismos do poder, me parece muito insuficiente e talvez até perigosa.<sup>263</sup>

O discurso que rege a geração da vida hoje é atravessado pelas relações que o poder estabelece com os saberes e isso se aplica tanto ao exercício da prática hospitalar “tradicional”, com suas técnicas próprias, quanto ao exercício da prática “humanizada”, com sua equipe própria. Não há prática que não seja eivada de relações de poder.

### ***4.3 O enunciado como material histórico e a longa duração***

Em *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*, Courtine discute longamente a noção de enunciado em Foucault no sentido de problematizar o caráter homogêneo que predominava nos procedimentos de constituição de corpus atinentes ao campo da *Análise do Discurso*. Para o autor, se havia, em certa medida, a consciência teórica de que o discurso era heterogêneo<sup>264</sup>, na fase de operacionalização analítica, as sequências discursivas eram submetidas a uma homogeneização a fim de serem enquadradas em uma mesma formação discursiva. Não sem razão, a paráfrase – recurso que consiste em dizer o mesmo com outras palavras – era central no modelo inicial proposto por Pêcheux e, por vezes, ainda hoje, é utilizado como recurso descritivo-interpretativo de evidenciação do sentido.

Courtine, pautado na arqueologia foucaultiana, promove uma profunda transformação no campo da AD, no interior da qual o autor inicia o desenvolvimento do

[...] projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca das unidades que aí se formam. Essa descrição se distingue facilmente da análise da língua. Certamente só podemos estabelecer um sistema linguístico (se não o construímos artificialmente) utilizando um corpo de enunciados ou uma coleção de fatos de discurso [...] <sup>265</sup>

A análise do discurso comunista endereçado aos cristãos mostra que não é possível falar de uma formação discursiva pura (formação discursiva comunista, de um lado, formação discursiva cristã, de outro), mas em uma constituição discursiva atravessada pela alteridade, ou seja, no interior da FD comunista encontravam-se elementos da FD cristã. Ao demonstrar que não era apenas possível, mas também necessário aos comunistas incorporarem valores cristãos em sua fala para conseguir este eleitorado, Courtine coloca em xeque um dos

princípios da teoria vigentes naquele momento, já que o sentido, até a “quebra de espelhos” proposta pelo autor, era concebido no exercício das redes parafrásticas como reprodução infinita do mesmo. Por esta premissa, um comunista sempre estaria obrigado a reproduzir valores por meio de enunciados anticristãos e, em contrapartida, um cristão jamais poderia reproduzir valores comunistas. Um estaria surdo à existência do outro na medida em que, para cada uma das FDs (a comunista e a cristã), imperavam duas verdades imutáveis: (i) todo comunista é ateu; (ii) nenhum cristão é comunista.

Partindo de um princípio central da arqueologia foucaultiana, a saber, que todo enunciado é margeado por outros enunciados, Courtine analisa uma série de dizeres comunistas proponentes de um discurso de aliança, em que o cristão e o cristianismo não aparecem como “se esperava” que aparecessem, ou seja, como não tendo nada em comum com os comunistas. Um exemplo concreto disso é a fala do secretário geral do Partido Comunista Francês, Georges Marchais, em Lyon, em 10 de junho de 1976: “Senhoras, senhoritas, senhores, caros camaradas! Nunca, sem dúvida nosso país... Credo in unum deum...”<sup>266</sup>. A incorporação do discurso cristão pela retomada do Credo Niceno-Constantinopolitano, concretiza o hibridismo do enunciado dividido na FD comunista pela interferência da FD cristã. A “política da mão estendida” (os comunistas e os cristãos devem ser irmãos) mobilizada pelos comunistas implica a interferência do externo no interno e, portanto, confirma que o sentido de uma FD não se dá apenas parafrasticamente pela manutenção da identificação ideológica inequívoca naquilo que se diz.

Além dessa questão de base, a condição multimaterial do enunciado em Foucault exige que a AD passe a lidar com questões que ainda não estavam muito bem delineadas em seu escopo, mais particularmente, a da sistematização de corpus composto por materiais não linguísticos: “A mensagem política não é mais unicamente linguística, mas uma colagem de imagens e uma performatividade do discurso, que deixou de ser prioritariamente verbal”<sup>267</sup>.

A aproximação com a arqueologia levará o autor da tese sobre o discurso comunista a se aproximar cada vez mais da antropologia histórica e da teorização das imagens. A AD permaneceu, até bem pouco tempo<sup>268</sup>, alheia à problemática das imagens, tendo sido precedida nesse aspecto por teorias discursivas como a Semiologia de Roland Barthes e a Semiótica greimasiana. Sob essa perspectiva, vale citarmos uma passagem de uma entrevista concedida por ele:

Minha perspectiva é então muito próxima daquela de Foucault em *A arqueologia do saber*, com a condição que compreendamos bem que o termo “discurso” que ele emprega não quer dizer, no melhor dos casos, “texto”. Ele concerne aos materiais da história em geral. Isso implica que, no trabalho histórico que eu pude fazer na longa duração, quer seja sobre as emoções e as expressões do rosto, o corpo deformado, ou ainda a virilidade, as preocupações textuais constituem apenas uma parte. É preciso decifrar os textos, compreender as imagens, interpretar as listas e tabelas, reconstruir e dar nova vida a gestos e práticas. Enfim, dar sentido a tudo o que constitui a diversidade dos materiais da história.<sup>269</sup>

Primeiramente, é importante esclarecer algo que, não raras vezes, suscita equívocos relativos à proposta de Courtine descrita na citação anterior. Ao propor uma abordagem discursiva centrada no enunciado, trata-se de pensar a imagem em particular e, guardadas as devidas proporções, as formas de funcionamento linguageiro não verbais. Assim, não se trata de negligenciar ou negar os desenvolvimentos da Linguística, ou de negar Saussure, mas de delinear um caminho que não reduza a análise do não linguístico a categorias linguísticas. Nosso objetivo não é introduzir o leitor na análise das imagens, mas mostrar que a categoria de enunciado em Foucault trouxe consequências importantes para os desenvolvimentos da AD no Brasil, especialmente, no diálogo próximo com a Antropologia Histórica que Courtine desenvolve ao menos desde a sua obra publicada em 1988 – sete anos após a publicação de sua tese sobre o discurso comunista endereçado aos cristãos – intitulada *Histoire du visage* (*História do rosto*<sup>270</sup>), escrita em parceria com Claudine Haroche.

Essa ampliação de uma visada mais propriamente linguística para uma abordagem mais semiológica deriva da aproximação com a concepção foucaultiana de discurso que extrapola o que a AD propõe inicialmente enquanto prática, a saber, a análise de textos doutrinários – políticos, mais especificamente – escritos. Essa guinada em direção ao enunciado possibilita complexificar o discurso como objeto de língua pelo acréscimo de que não se trata apenas de língua, mas de material da história em geral. Isso implica não apenas tematizar a multimaterialidade como pertinente, mas também, e principalmente, conferir a essa condição da linguagem um percurso de sistematização e formalização tão

rigorosos quanto aqueles previstos para o texto verbal.

A essa exigência, soma-se que o tratamento da materialidade discursiva deve se dar, tanto quanto possível, na longa duração. Para Foucault, não existe a priori que não seja histórico e, para a compreensão das rupturas e das transformações associadas ao discurso, só uma perspectiva histórica de longo prazo pode permitir que os óculos do presente não embacem a visão. Afinal, não há como notar as mudanças concomitantemente ao tempo em que os acontecimentos se desenrolam.

Em *História da Loucura*, por exemplo, Foucault trabalha com uma massa documental bastante variada (livros, pinturas, éditos reais, documentos legais) em um período de tempo que vai do final do século XIV (Renascença) até o XIX (Idade Moderna). Nesse percurso, o autor mostra as transformações pelas quais passaram a compreensão e o tratamento do louco no contexto europeu.

Resumidamente, é possível destacar alguns eixos da “evolução” da loucura: i) no Renascimento: vive-se a oposição entre uma experiência trágica (a pintura de Bosch, Brueghel, Thierry Bouts) e uma consciência crítica da loucura (Erasmus de Roterdã, Brant)<sup>271</sup>; ii) na Idade Clássica: o racionalismo reduz a loucura ao silêncio sob a égide da prática da internação e não mais se vivencia a experiência trágica da loucura; iii) na Era Moderna, surge uma preocupação de distinção e medicalização – o tratamento – do louco.

A exposição de Foucault é bem mais complexa que isso, mas para o que nos interessa aqui, basta retermos que uma compreensão efetiva do discurso está associada a uma reflexão histórica em perspectiva multimaterial de longa duração, pois, assim procedendo, ficam mais evidentes as rupturas na ordem dos saberes, dos poderes e das significações. Isso não significa que não seja possível nos inspirarmos nesse modelo para análise de espaços temporais menos longos. As pesquisas que se propõem desenvolvimentos nessa perspectiva devem deixar clara sua metodologia, uma vez que, visar um maior ou menor período de tempo traz implicações diferentes na constituição do corpus de análise.

Poderíamos pensar em nossos exemplos do discurso médico legitimador do tabagismo até o final do século XX ou do discurso machista que associa cerveja à hipersexualização das mulheres nos dias atuais. Nesse universo, diferentes imagens podem ser coletadas, tais como publicidades, filmes, seriados, fotos de jornais e cartazes de divulgação. É preciso ter em mente que, embora possível, o ideal de desenvolvimento da perspectiva proposta por Courtine a partir de

Foucault – e que, em nossa leitura, advém da relação próxima que Courtine manteve com o conceito de enunciado desde sua obra sobre o discurso comunista endereçado aos cristãos – exige uma diacronia tão exaustiva quanto possível para que as evidências de hoje não se tornem verdades absolutas. É no contraponto entre as propagandas atuais e as publicidades antigas que se pode perceber a alternância de um “fumar é saudável”<sup>272</sup> para um “fumar mata”<sup>273</sup> ou ainda de um “beber é nutritivo, inocente e familiar”<sup>274</sup> para um “beber é acesso ao sexo”<sup>275</sup>.



#### ***4.4 O conceito de ideologia na arqueologia: formação discursiva, saber e ciência***

No subcapítulo “Sobre o poder”, dissemos que Foucault não trabalha operacionalmente com o conceito de ideologia. É necessário, no entanto, explicar em que sentido isso se dá a fim de evitarmos certos equívocos não raros, como, por exemplo, considerar que Foucault nega a existência do ideológico.

Quando afirmamos que Foucault não opera com a ideologia enquanto categoria, é no sentido de considerá-la pela ótica da luta de classes. Diferentemente de alguns modelos marxistas, Foucault não entende as relações sociais como uma arena ideológica em que uma classe quer dominar a outra, mas, por um modo diferente de compreender o funcionamento do poder, ele complexifica essas relações procurando ater-se aos modos de funcionamento do poder e dos saberes.

Assim, é importante situar um momento específico de A arqueologia do saber em que o autor explicita seu reconhecimento de que “a ideologia existe” e, existindo, de que modo a arqueologia pode dela se ocupar sem necessariamente mobilizar uma categoria que, nos anos 1960, era – e ainda é – um termo minado e identificado com o marxismo.

Inicialmente, é preciso não perder de vista que Foucault foi aluno de Canguilhem e se inscreve na tradição da epistemologia francesa preconizada por Bachelard. Nesse sentido, ideologia, em Foucault, está para aquilo que Bachelard denominava “valorizações inconscientes”. A partir daí, devemos reter o fundamental: “valorizações inconscientes” e “ideologia” não formam par com a ideia de classe social. É como questão a ser colocada às ciências que a ideologia aparece. Retomemos Foucault para, posteriormente, tentar exemplificar a ideia:

A influência da ideologia sobre o discurso científico e o funcionamento ideológico das ciências não se articulam (...) no nível da consciência dos sujeitos que a constroem; articulam-se onde a ciência se destaca sobre o saber. Se a

questão da ideologia pode ser proposta à ciência, é na medida em que esta, sem se identificar com o saber, mas sem apagá-lo ou excluí-lo, nele se localiza (...). Em resumo, a questão da ideologia proposta à ciência não é a questão das situações ou das práticas que ela reflete de um modo mais ou menos consciente; não é, tampouco, a questão de sua utilização eventual ou de todos os empregos abusivos que se possa dela fazer; é a questão de sua existência como prática discursiva e de seu funcionamento entre outras práticas.<sup>276</sup>

O jogo remissivo entre ideológico e científico constitui-se – e nisso Foucault está bem próximo da teoria bachelardiana – pela constante contradição constitutiva da própria marcha científica. De um lado, as ciências apresentam-se como domínios diferenciados dos saberes e deles se destacam, mas por outro – e o próprio Foucault não se propõe a dar uma resposta a essa complexa rede de relações –, em determinadas práticas discursivas, o saber apropria-se da ciência. Por isso, na citação acima, destaca-se o interesse pela localização da ciência no saber em certas práticas.

Apesar da dificuldade em fazê-lo, tentemos um exemplo. O jornalismo é uma prática discursiva que tem suas regras próprias: veracidade da informação, comprometimento com os fatos e a fidelidade das fontes. Não vamos entrar no mérito do caráter “interessado” ou não do jornalista (“A matéria foi escrita dessa forma porque esse jornal se identifica com o PT ou o PSDB”, entre outras variações). Essa seria uma discussão que se encaminharia para um sentido de “ideologia” que não é o que retomamos de Foucault. O jornalismo, como prática, não pode ser definido como ciência. Cremos que não seja necessário justificar essa afirmação por ser, digamos, óbvia: jornalismo não é ciência. O que é, então, o jornalismo? Nos termos de Foucault<sup>277</sup>, o jornalismo pode ser pensado como um saber, uma prática discursiva. No entanto, esse saber constantemente apresenta-se atrelado à ciência, especialmente, à Matemática. Em uma matéria não muito antiga da Folha de S. Paulo, cujo título é “Manobra da gestão Alckmin diminui número de homicídios em SP”, por exemplo, discute-se o modo como o governo do estado de São Paulo contabiliza o número de homicídios.<sup>278</sup> A notícia, publicada em 9 de novembro de 2015, vale-se constantemente de cálculos matemáticos, estatísticas e gráficos, ou seja, vale-se de conhecimento científico, sem, entretanto, constituir uma ciência.

Esse tipo de utilização demonstra o ponto levantado por Foucault: o fato de que

exista uma ciência exata (re)conhecida como a Matemática não impede os saberes – práticas discursivas heterogêneas reguladas, mas não científicas – de se apropriarem dela. Derivam daí algumas proposições, tanto simples quanto incômodas, das quais retemos duas: “A ideologia não exclui a cientificidade. (...) Corrigindo-se, retificando seus erros, condensando suas formalizações, um discurso não anula forçosamente sua relação com a ideologia”.<sup>279</sup>

Assim, sistematizemos as afirmações acima: i) Foucault reconhece a existência da ideologia, mas coloca a questão nos termos a relação saber → ciência; ii) o fato de o saber apropriar-se da ciência – como o jornalismo faz com a Matemática em nosso exemplo – não implica que a ciência não exista como domínio autônomo de sua utilização ideológica por um campo da produção discursiva que não extrapolou o limiar de cientificidade e formalização; iii) a existência autônoma da ciência, em contrapartida, não lhe garante a não inserção nos campos de saber e, portanto, não lhe assegura a não ideologização. Se é possível um resumo: Foucault reconhece o conceito de ideologia, mas evita-o por ser um lugar marcado no marxismo e, quando menciona essa categoria, faz questão de desvencilhá-la das ideias de classe social e de consciência de classe.

#### ***4.5 Formação discursiva aplica-se a campo de saber***

Iniciemos este subcapítulo retomando alguns pontos discutidos anteriormente. A obra de Foucault, especialmente em sua fase arqueológica, é uma fonte de inspiração bastante profícua para os desenvolvimentos da AD. Ao mesmo tempo, e justamente por apresentar uma enormidade de possibilidades, é preciso ter em mente que trabalhar com o autor na AD: i) não é uma evidência; ii) exige que se desloque sua perspectiva para adequações próprias do campo naquilo que não era propriamente seu interesse.

Este trabalho foi feito<sup>280</sup> por Courtine, que destaca o lugar essencial da categoria de formação discursiva (FD) para os trabalhos em Análise do Discurso ao mesmo tempo em que ressalta a necessidade de deslocamentos e adaptações daquilo que Foucault propõe no aspecto metodológico, já que FD, para o autor de *A arqueologia do saber*, constitui um “[...] vasto e fecundo questionamento sobre as condições históricas e discursivas em que se constituem os sistemas de saber”<sup>281</sup>.

Formação discursiva apresenta-se, assim, como uma possibilidade teórica e metodológica fundamental para a análise e também como um conceito a ser definido em AD. Isso, principalmente, porque há uma necessidade, para este campo teórico, de precisão – pelo viés de uma perspectiva “linguística”<sup>282</sup> – da regularidade das sequências discursivas no nível do intradiscurso.

Começa aí um primeiro ponto de dificuldade, pois, enquanto a AD tem um “modo linguístico” de constituir corpora, Foucault procede à maneira do historiador. Expliquemos essa diferença essencial. Para Foucault, a organização do corpus não obedece a critérios linguísticos, ou seja, ele não desenvolve suas pesquisas a partir da análise de um conjunto de textos, porque, entre eles, há regularidades sintáticas, morfológicas, semânticas e imagéticas. A que, então, responde o conceito de FD em Foucault? O próprio autor explica:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados,

semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”<sup>283</sup>.

Embora traga uma definição, a citação acima evidencia a inexistência de preocupação no que diz respeito a explicitar como se sistematiza a série de textos que compõem um corpus. O mesmo não ocorre em AD, pois, seu lugar disciplinar exige que a operacionalização da FD atenda à necessária explicitação de como o conjunto dos textos analisados foram dispostos em uma série e a que critérios formais essa disposição atende. É a isso que denominamos “preocupação linguística”, ou seja, uma quase obsessão por delinear formalmente uma regularidade material – elemento estrutural que “se repete” – seja ela verbal ou não verbal. Esse caráter operacional carregado de certo “didatismo”, em Foucault, apresenta-se de outro modo, mais próximo de uma história que se constrói a partir de uma regularidade entre conceitos e suas definições em campos de saber determinados. Esse é um nó com o qual Courtine tenta lidar:

[...] o objetivo da AD e da Arqueologia divergem consideravelmente; isso significa que se encontrará na problemática de Foucault muito mais uma prática teórica exemplar na construção do conceito de FD do que uma bateria de noções aplicáveis imediatamente à AD: reler Foucault não é “aplicá-lo” à AD, é trabalhar sua perspectiva no interior da AD.<sup>284</sup>

Já que não há sistematização languageira stricto sensu, de que maneira o corpus organizar-se-ia na arqueologia foucaultiana e de que forma isso poderia servir para nossa prática em AD hoje? Um aspecto fundamental é não nos esquecermos de que Foucault empreende uma investigação sobre os saberes. Explicamos anteriormente o que isso implica em relação à tradição bachelardiana da

história/filosofia das ciências. Nesse sentido, o tipo de regularidade estabelecido por Foucault é pautado pela historicização dos conceitos que compõem, como micro do macro, os sistemas de pensamento – os saberes – em um dado momento histórico. Apesar de ser um pouco longa, a citação abaixo traduz o modo foucaultiano de conceber o discurso e as formações discursivas:

Uma formação discursiva será individualizada se se puder definir o sistema de formação das diferentes estratégias que nela se desenrolam; em outros termos, se se puder mostrar como todas derivam (malgrado sua diversidade por vezes extrema, malgrado sua dispersão no tempo) de um mesmo jogo de relações. Por exemplo, a análise das riquezas, nos séculos xvii e xviii, é caracterizada pelo sistema que pôde formar, ao mesmo tempo, o mercantilismo de Colbert e o “neomercantilismo” de Cantillon; a estratégia de Law e a de Paris-Duverney; a opção fisiocrática e a opção utilitarista. Esse sistema será definido se se puder descrever como os pontos de difração do discurso econômico derivam uns dos outros, se comandam e se pressupõem (como de uma decisão a propósito do conceito de valor deriva um ponto de escolha a propósito dos preços); como as escolhas efetuadas dependem da constelação geral em que figura o discurso econômico (a escolha em favor da moeda-signo está ligada ao lugar ocupado pela análise das riquezas, ao lado da teoria da linguagem, da análise das representações, das mathesis e da ciência da ordem); como essas escolhas estão ligadas à função exercida pelo discurso econômico na prática do capitalismo nascente, ao processo de apropriação de que é objeto por parte da burguesia, ao papel que pode desempenhar na realização dos interesses e dos desejos.<sup>285</sup>

Tentemos uma rápida paráfrase do que acima se apresenta para fecharmos nosso entendimento da FD em Foucault<sup>286</sup>. Longe de uma tipologização das FDs, Foucault tenta rastrear as regras que permitem a individualização de uma formação discursiva. O exemplo acima mostra o percurso feito pelo autor ao analisar o discurso econômico dos séculos xvii e xviii. Retenhamos alguns aspectos importantes do fazer foucaultiano: i) a análise arqueológica permite a individualização de uma FD; ii) uma FD pode ser delimitada se forem identificadas as diferentes estratégias sob a ótica de um jogo de relações comuns. Esses dois pontos levam-nos à exemplificação que o autor retoma de As palavras e as coisas. Nessa rápida retomada ilustrativa, retemos o modo como Foucault

construiu a análise do discurso econômico dos séculos xvii e xviii: a partir de um núcleo, é possível o agrupamento das FDs mercantilista, neomercantilista, fisiocrata, tecnocrata e a estratégia de Law.<sup>287</sup> Vejamos que essa individualização das diferentes FDs só é possível porque foi composto um quadro complexo dos diferentes modos de mobilização de uma mesma episteme: a da representacionalidade.

Nesse sentido, aquilo que Foucault propõe não é uma tipologia das diferentes atualizações do discurso econômico, mas uma cartografia de como os sujeitos dos séculos xvii e xviii podiam pensar e dizer a economia e sobre ela. Trata-se de uma época em que, no plano da análise das riquezas, o valor monetário não mais é visto como intrínseco ao objeto, mas como uma certa quantidade de produto que se pode comprar por um certo valor em espécie. Em termos atuais, é o momento em que o dinheiro substitui o ouro, a prata e as trocas de objetos (ovos por leite, galinhas por cabras, vacas por cavalos, etc.). É a emergência dessa episteme representacional que regula todas as FDs do discurso econômico<sup>288</sup> que permite estabelecer um elo, nos séculos xvii e xviii, entre economia, teoria da linguagem e ciências naturais como parte da mesma episteme.

Como propomos discutir o que não fazer em Análise do Discurso com Foucault, eis alguns pontos relativos à categoria de FD: i) FD não é uma forma na qual enquadrámos estruturas de dizer quaisquer com a finalidade de atribuir nomes homogeneizantes sem a devida descrição dos jogos de relações. Assim, não cabe, como ponto de partida, rotular FDs – FD religiosa, FD econômica, etc. –, mas construir o jogo de relações que permitem dizer, relativamente, isso é uma FD; ii) o conceito, em Foucault, está atrelado à análise dos saberes e, desse modo, oferece dificuldade para nós, dos estudos da linguagem, que estamos muitas vezes pouco preocupados com o saber em sentido mais amplo – que implica uma inscrição na história/filosofia das ciências. Sob esse prisma, cabe o cuidado de sempre explicar o que, em nossa pesquisa, estamos entendendo por FD, já que, em Foucault, esse é um termo passível de utilizações variáveis.

Poderíamos, por exemplo, na esteira do que o próprio autor afirma, entender FD como um nicho de dizeres próprios a uma corrente de pensamento (fisiocrata, tecnocrata, mercantilista, etc.) ou ainda como um quase sinônimo de saber ou ideologia – já que FD serve também para evitar “[...] palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como ‘ciência’, ou ‘ideologia’, ou ‘teoria’”<sup>289</sup>; iii) deriva daí que a FD não atende, a priori, a investigações puramente textuais, o

que inviabiliza certas leituras do conceito à luz de categorias como “gênero textual” ou “tipos textuais”. FD não se aplica a texto, mas a sistemas de pensamento. Por isso, se uma análise não está voltada para os sistemas de pensamento e a formação de conceitos nos termos propostos por Foucault, FD torna-se pouco produtiva; iv) em Foucault, FD não se vincula a FI, como em Pêcheux, portanto, é fundamental tomar certos cuidados com os limites entre FD e classe social, ideologia de classe, dominação e aparelhos ideológicos de Estado.



---

## Notas

213. Ver Gregolin, Foucault e Pêcheux na AD: diálogos e duelos, 2007.
214. Fernandes, Cleudemar Alves. Discurso e sujeito em Michel Foucault. São Paulo: Intermeios, 2012.
215. Esta obra foi republicada em 1972 sob o título *Histoire de la folie à l'âge classique* [História da loucura na Idade Clássica], sem o prefácio original.
216. Orlandi, Eni. *La relation discours/texte: constitution, formulation et circulation des sens et des sujets*. Disponível em: <<http://bit.ly/2XmRRYV>>. Acesso em: 10 abr. 2016.
217. Ver Kogawa, João. *Linguística e Marxismo: condições de emergência para uma teoria do discurso francesa no Brasil*. São Paulo: FAP-Unifesp, 2015.
218. Kogawa, João. Qual Via para a Análise do Discurso? Uma entrevista com Jean-Jacques Courtine. *Alfa: Revista de Linguística*, Araraquara, v. 59, n. 2, p. 407-8, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2Idt2rZ>>. Acesso em: 18 jun. 2015. Nesta entrevista ao autor, Jean-Jacques Courtine marca bem o que seria, a seu ver, uma concepção de discurso adequada ao que ele faz hoje, a saber, um conceito de discurso desvinculado da linguística. Não que isso implique a radical exclusão da linguística de qualquer reflexão, mas, para ele, a centralidade da língua perde espaço para uma valorização da imagem como objeto teórico.
219. Courtine, Jean-Jacques, 2009, p. 69-70.
220. Destacamos que esses desenvolvimentos não estão fora do pensamento pecheutiano, mas compõem parte das refacções propostas por ele mesmo. Ver, por exemplo, Pêcheux, Michel. *Análise do Discurso: três épocas* (1983). In: Gadet, Françoise; Hak, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 311-9.

221. Foucault, Michel. Anti-Édipo: uma introdução à vida não-fascista. In: Escobar, Carlos Henrique (org.). Dossier Deleuze. Rio de Janeiro: Hólon, 1991, p. 81.

222. Ver Abbagnano, Nicola. Dicionário de filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 468-71.

223. Foucault, Michel. A arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 133. Livro publicado originalmente em 1969, que traz uma reflexão teórico-metodológica a respeito da arqueologia, método/ponto de vista que consiste em olhar para os saberes como se fossem superfícies a serem escavadas. É a partir desse texto que Courtine vai discutir, em sua tese sobre o discurso comunista endereçado aos cristãos, o conceito de enunciado dividido.

224. Ibidem, p. 61, grifos do autor.

225. Pêcheux, Michel. Análise do Discurso: três épocas (1983). In: Gadet, Françoise; Hak, Tony (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 314, grifo do autor. Neste texto, que compõe a coletânea organizada por Gadet e Hak, Pêcheux discute as diferentes fases pelas quais a AD passou: (i) AD-1: a AD como maquinaria discursiva; (ii) AD-2: momento do entrelaçamento das forças desiguais na maquinaria discursiva e a incorporação do conceito foucaultiano de FD; (iii) AD-3: a desconstrução da maquinaria discursiva. Este texto é importante para demonstrar que Pêcheux não estava alheio às ideias de Foucault.

226. Foucault, 2004, p. 61.

227. Ibidem, p. 69.

228. Herbert, Thomas. Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente, da Psicologia Social. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 30/31, p. 3-36, 1972.

229. Pêcheux, Semântica e Discurso, 1997, p. 152-3, grifo do autor.

230. Veyne, Paul. Foucault: seu pensamento, sua pessoa. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 26. Neste

livro, há uma ilustração do conceito de discurso em Foucault que atende perfeitamente ao que defendemos em nosso livro: o discurso como óculos. Isto é, mais do que nos identificarmos com o discurso e o reconhecermos como “nosso”, é a própria discursividade que nos condiciona a olhar, pensar, classificar, optar, identificar.

231. Ibidem, p. 49.

232. Gregolin, 2007, p. 120.

233. Veyne, op. cit., p. 50-1.

234. Ver Kogawa, *Linguística e Marxismo: condições de emergência para uma teoria do discurso francesa no Brasil*, 2015.

235. Escobar, Carlos Henrique. Discurso científico e discurso ideológico. In: Foucault, Michel; et al. (org.). *O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 67-90.

236. Escobar, Carlos Henrique. As leituras e a leitura prático-teórica. In: \_\_\_\_\_; et al. (org.). *Epistemologia e teoria da ciência*. Petrópolis: Vozes, 1971, p. 87-160.

237. Foucault, 1991, p. 83.

238. Ibidem, p. 84.

239. Foucault, 2004, p. 28.

240. Foucault, Michel. Michel Foucault: entrevistas. In: Pol-Droit, Roger. *Michel Foucault*. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Graal, 2006, p. 69-70.

241. Foucault, 2004, p. 30.

242. Exemplos de publicidades desse tipo podem ser acessados em: <<http://bit.ly/2Wco0kH>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

243. Foucault, op. cit., p. 31.

244. Ibidem, p. 92.

245. Courtine, apud Kogawa, 2015, p. 412.

Disponível em: <<http://bit.ly/2Idt2rZ>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

246. Conferir Althusser (1985) para compreensão do modo como o conceito de ideologia do qual Pêcheux se apropria está atrelado a uma concepção “localizada” do poder.

247. Foucault, Michel. Poder-corpo. In:\_\_\_\_\_. Microfísica do poder. 16. ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2001, p. 149-50.

248. Pêcheux, Michel. Ideologia: aprisionamento ou campo paradoxal? In: Orlandi, Eni (org.). Análise do discurso: Michel Pêcheux. Tradução de Carmen Zink. Campinas: Pontes, 2011, p. 118.

249. Escobar, Carlos Henrique. Epistemologia das ciências hoje. Rio de Janeiro: Pallas, 1975, p. 175.

250. Conferir, a esse respeito, Althusser, Louis. A Favor de Marx. Tradução de Dirceu Lindoso. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

251. Essa discussão sobre o jovem Marx (pré-científico) e o Marx maduro (cientista da história) extrapola os limites deste livro. Para um olhar mais aprofundado do impacto dessas ideias nos estudos discursivos e dos autores franceses envolvidos nas discussões, ver Gregolin, 2007.

252. Ver, por exemplo, Marx, Karl; Engels, Friedrich. Teses sobre Feuerbach. In: \_\_\_\_\_. A ideologia alemã. 2. ed. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

253. Para uma análise mais profunda dessa diferença, ver Gregolin, op. cit.

254. Deleuze, Gilles. Foucault. Tradução de Claudia Sant’Anna Martins. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2005, p. 81.

255. Nesse âmbito, o conceito de humanização é bastante vasto. A esse título, conferir Diniz, Carmen. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os

muitos sentidos de um movimento. *Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 634, 2005. Disponível em: <<http://bit.ly/2JVeQAO>>. Acesso em: 10 abr. 2016. Esclarecemos apenas que utilizamos o termo “humanizado” de acordo com os sentidos “d” e “f” apontados pela autora que correspondem respectivamente a d) humanização como “[...] legitimidade profissional e corporativa de um redimensionamento dos papéis e poderes na cena do parto”; f) humanização como “[...] legitimidade da participação da parturiente nas decisões sobre sua saúde”.

256. Disponível em: <<http://bit.ly/2HhixUQ>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

257. Disponível em: <<http://bit.ly/2MomSL5>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

258. Diniz, op. cit., p. 628.

259. Economicamente não se restringe aqui apenas a “lucros financeiros”, mas a toda uma ordem produtiva intelectual e socialmente.

260. Disponível em: <<http://bit.ly/2wyIyJJ>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

261. Historicamente, antes do desenvolvimento técnico dos hospitais, os partos eram, efetivamente, mais próximos do natural. Assim, o parto humanizado pode ser visto como um tipo de retorno à era pré-hospitalar com adaptações ao panorama atual.

262. Como, por exemplo, o que se observa na explicação do psiquiatra Stanislav Grof sobre a concepção humanizada de parto: “Reconhecer que esse pode ser um evento psicoespiritual, criar um ambiente propício para isso, possivelmente fazer um parto na água.” Disponível em: <<https://glo.bo/2GgpaGr>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

263. Foucault, Michel. Poder-corpo. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 16. ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2001, p. 148-49.

264. Afirmamos isso no sentido de que a noção de interdiscurso se encontra já apontada em *Análise automática do discurso*.

265. Foucault, 2004, p. 30, grifo do autor.

266. Courtine, 2009, p. 103.

267. Courtine, Jean-Jacques. Linguagem, discurso político e ideologia. In: \_\_\_\_\_. Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública. Organização e tradução dos textos Carlos Piovezani e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 85.

268. Ver Milanez, Nilton. As Aventuras do Corpo: Dos Modos de Subjetivação à Memória de Si em Revista Impressa. 2006. 209 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara. Disponível em: <<http://bit.ly/2QJLXR>>. Acesso em: 10 abr. 2016. O ponto alto da tese é justamente partir do conceito de enunciado não para justificar a presença das imagens no corpus – já que as imagens estão na moda, então vamos coletá-las – ou ainda descrevê-las nos moldes de uma “interpretação de cena” – a imagem significa algo simplesmente porque mostra algo –, mas para oferecer caminhos metodológicos de sistematização de imagens – a partir de índices que permitem reconstruir uma memória de longa duração.

269. Kogawa, 2015, p. 409. Disponível em: <<http://bit.ly/2Idt2rZ>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

270. Courtine, Jean-Jacques; Haroche, Claudine. História do rosto: exprimir e calar as emoções. Tradução brasileira de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

271. Aqui temos uma amostra do que Courtine (apud Kogawa, 2015) e Courtine (2011) define como “diversidade dos materiais da história”. Em História da loucura, Foucault faz um agrupamento de fontes heterogêneas: pintura, literatura, filosofia, tratados médicos, éditos reais.

272. Para a ideia de que tabaco é saudável, ver, por exemplo, as publicidades associadas ao seguinte link: <<http://bit.ly/2Z2i27J>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

273. Para a ideia de que fumar mata, ver, por exemplo, as publicidades associadas ao seguinte link: <<http://bit.ly/2EO3MYE>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

274. Para a ideia de que beber é nutritivo, inocente e familiar, ver, por exemplo, as publicidades associadas ao seguinte link: <<http://bit.ly/2SuNA40>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

275. Para a ideia de que beber está associado a sexo e machismo, ver, por exemplo, as publicidades associadas ao seguinte link: <<http://bit.ly/2O9r16p>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

276. Foucault, 2004, p. 207.

277. Para evitar mal-entendido, ressaltamos que nos apropriamos da obra do autor para um exemplo ilustrativo. Foucault não desenvolveu uma análise desse domínio.

278. Disponível em: <<http://bit.ly/2Idg8KE>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

279. Foucault, 2004, p. 208.

280. Ver também Pêcheux, *Análise de Discurso: três épocas*. In: Gadet, Françoise; Hak, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*, 1997, p. 314..

281. Courtine, 2009, p. 68.

282. O termo é utilizado entre aspas porque consideramos que não apenas a modalidade verbal passa por uma sistematização, mas também a não verbal. Embora Courtine (2011) enfatize a necessidade de não reduzir o não linguístico ao linguístico, a forma como ele nos ensina a compor o corpus, especialmente de imagens, deriva de uma releitura daquilo que o próprio autor já havia feito em *Análise do Discurso* e no que ele recupera da Semiologia barthesiana. Se há uma sistematicidade material no modo como Courtine pensa as imagens hoje, isso não se faz sem uma retomada de Barthes e de Pêcheux e seu grupo, ainda que de modo crítico e marcando certo distanciamento.

283. Foucault, 2004, p. 43.

284. Courtine, 2009, p. 82.

285. Foucault, 2004, p. 76.

286. Essa análise, de modo aprofundado e metódico, foi feita por Foucault em *As palavras e as coisas*. Vale destacar, a esse respeito, que *A arqueologia do saber* é um livro de síntese sistemática das três grandes obras anteriores: *História da loucura*, *O nascimento da Clínica* e o já mencionado *As palavras e as coisas*.

287. Grosso modo, consistia em substituir um sistema financeiro apoiado no valor intrínseco do ouro e da prata por outro baseado na representatividade do papel moeda. Ele foi um dos precursores do sistema financeiro que conhecemos hoje. Ver Foucault, Michel. *As palavras e as coisas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

288. Merece destaque o fato de que, nessa análise, FD é uma categoria que compõe e não composta. Assim, diferentes FDs compõem um discurso e não o contrário.

289. Foucault, 2004, p. 43.



## COMO CONCLUIR UM LIVRO DE INTRODUÇÃO?

Depois de tantas coisas ditas, cabe agora fazer um apanhado de alguns pontos que nortearam nosso percurso. O primeiro destaque a ser feito é, como tentamos esclarecer, que não há um jeito certo de se fazer AD. Mesmo no interior de uma mesma corrente, as opções analíticas podem diferir. Selecionar um ou outro conjunto de conceitos, um ou outro texto, traz implicações para o que se pretende descrever e interpretar, e isso não se configura como erro, mas como diferenças saudáveis na marcha teórica. Vale aqui enfatizar, por exemplo, o profundo esforço por recuperarmos as novas edições e traduções que modificaram e vêm modificando o pensamento bakhtiniano.

No entanto, nem todos os caminhos são possíveis. Nesse sentido, este livro pretendeu apresentar certos princípios que, na avaliação de seus autores, devem conduzir o fazer analítico. Por exemplo, os conceitos de discurso, sujeito e história determinam o tipo de análise empreendida e a coerência de concepção de cada um dos elementos da tríade será condição *sine qua non* para a coerência do trabalho. Isso vale, inclusive, para uma análise que pretenda valer-se de um diálogo entre ADD e AD. É necessário verificar até que ponto e em que medida o casamento está adequado, sempre lembrando que, no que concerne à base filosófica, o estruturalismo de base da AD e a fenomenologia de base bakhtiniana jamais dialogarão no sentido de estabelecimento de um consenso. As aproximações são possíveis, mas sempre com ressalvas. Mas esta já seria uma tarefa que excede ao âmbito de uma introdução aos pensadores da Análise do Discurso.

Outro aspecto que procuramos elucidar é que a AD, embora funcione como uma caixa de ferramentas, não se restringe à aplicação de conceitos. Tanto a exposição das bases filosóficas do pensamento bakhtiniano quanto o percurso disciplinar inaugurado pela AD desenharam-se desta forma. Dito de outro modo: mais do que aplicar conceitos, qualquer orientação de Análise do Discurso prevê uma reflexão de amplitude histórico-filosófica mais ampla do que a pura instrumentalização faz parecer. Sob esse prisma, é sempre importante ter em mente que nem Bakhtin, nem Pêcheux e nem Foucault pretendiam “criar a disciplina de AD”, mas refletir sobre a linguagem.

É preciso evitar a fetichização de conceitos que pode criar certos embustes como o que nos levaria a equivaler categorias pela recorrência de termos. Um conceito como “enunciado”, por exemplo, tem conotações bem diversas se compararmos – e aqui vamos ficar apenas nas propostas de AD apresentadas, sem recorrer, inclusive, a outros domínios da ciência linguística – a teoria da linguagem de Bakhtin e aquela de Foucault. O conceito de discurso, para mencionarmos outro exemplo, não significa o mesmo quando se tratar de um pronunciamento presidencial ou do conceito da AD. Conceitos, muitas vezes familiares, não significam o que significam na vida comum e é fundamental entender essa ruptura.

Em contraposição a certas tendências militantistas, o percurso desenvolvido aponta mais para um ceticismo que não se deixa apreender no/pelo objeto, mas distancia-se dele no sentido de melhor observá-lo. Desse modo, nossas convicções pessoais devem ficar em suspenso quando instigamos a adentrar às práticas da AD, na condição de pesquisadores. Isso exige algumas “coragens” teórico-práticas: i) de não vincular o que se pensa, necessariamente, a uma causa coletiva; ii) de não “jurar fidelidade” a uma ideologia ou a um partido político; iii) de perceber que os efeitos da partidarização devem-se ao funcionamento subjetivador do discurso e não à vontade deliberada do indivíduo – mais justo por se atrelar ao partido X ou menos justo por identificar-se ao partido Y –, ou seja, aquilo com o que alguém “se identifica” é resultado de um processo muito mais difuso a que os sujeitos estão submetidos. O dispositivo teórico-analítico deve, portanto, estar aberto a todas as possibilidades de combinação ou, ao menos, ao máximo de suas possibilidades. Dessa forma, todos podemos ser progressistas e conservadores em alguma medida e isso se deve à ingovernabilidade do discurso e não à decisão de uma etnia, grupo religioso, gênero ou classe político-econômica.

A partir do que foi dito anteriormente, concluímos que a AD mostra-se, portanto, como um instrumento libertador – tanto quanto é possível ser livre – no sentido de que exige a prática constante de questionar sempre tudo e todos. E liberdade no sentido que Barthes atribuía ao mitólogo: “Justificado pela dimensão política, na realidade o mitólogo vive afastado dela. (...) Sua relação com o mundo é de ordem sarcástica”<sup>290</sup>.

As “noções prontas” disponíveis na sociedade que subjetivam todos nós são, ao mesmo tempo, para retomarmos Foucault, a condição para podermos sempre ser outra coisa. Imperativos do tipo “você é branco, então deve defender X ideias”;

“você é negro, então deve defender Y ideias”; “você é rico, então deve defender Z ideias”; “você é pobre, então deve defender W ideias”, são, para o olhar atento da AD, ficções construídas como “profissões de fé”. É contra isso que o analista deve se colocar, num exercício constante de solidão própria àqueles que se dispõem a pensar. Permitam-nos aqui encerrar com um enunciado de Barthes que, mesmo não sendo um autor da AD, define bem o lugar do pesquisador da AD:

É-lhe proibido imaginar o que será sensivelmente o mundo quando o objeto imediato da sua crítica tiver desaparecido; a utopia é, para ele, um luxo impossível: duvida sempre que as verdades de amanhã sejam exatamente o oposto das mentiras de hoje.<sup>291</sup>

---

## Notas

290. Barthes, Roland. *Mitologias*. Tradução de Rita Buongiorno e Pedro de Souza. 4. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980, p. 176.

291. *Ibidem*, p. 117.

## BIBLIOGRAFIA

Althusser, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. A Favor de Marx. Tradução de Dirceu Lindoso. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Amorim, Marília. O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas. São Paulo: Musa Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. Para uma filosofia do ato: “válido e inserido no contexto”. In: Brait, Beth (org.). Bakhtin, dialogismo e polifonia. São Paulo: Contexto, 2009, p. 17-44.

Bachelard, Gaston. A Formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Tradução de Estela dos Santos Abreu. 1. ed. 10. reimp. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

BAKHTIN, Mikhail M. Autor y héroe en la actividad estética. In: \_\_\_\_\_. Hacia una filosofía del acto ético. De los borradores y otros escritos. Tradução de Tatiana Bubnova. Rubí: Barcelona; Anthropos: San Juan, Universidad de Puerto Rico, 1997. p. 82-105.

\_\_\_\_\_. Estética da criação verbal. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

\_\_\_\_\_. Estética da criação verbal. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 I.

\_\_\_\_\_. Arte e responsabilidade. In: \_\_\_\_\_. Estética da criação verbal. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 II, p. xxxiii-xxxiv.

\_\_\_\_\_. O autor e a personagem na atividade estética. In: \_\_\_\_\_. Estética da criação verbal. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 III, p. 3-194.

\_\_\_\_\_. A cultura popular da Idade Média e no Renascimento. O contexto de François Rabelais. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UnB, 2008.

\_\_\_\_\_. Para uma filosofia do ato responsável. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010 I.

\_\_\_\_\_. Questões de literatura e de estética (A teoria do romance). Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et al. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2010 II.

\_\_\_\_\_. O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária. In: \_\_\_\_\_. Questões de literatura e de estética (A teoria do romance). Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et al. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2010 III, p. 13-70.

\_\_\_\_\_. Problemas da poética de Dostoiévski. Tradução de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010 IV.

\_\_\_\_\_. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. Os gêneros do discurso. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016 I, p. 11-70.

\_\_\_\_\_. O texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. In: \_\_\_\_\_. Os gêneros do discurso. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016 II, p. 71-110.

\_\_\_\_\_. Diálogo I. A questão do discurso dialógico. In: \_\_\_\_\_. Os gêneros do discurso. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016 III, p. 113-24.

\_\_\_\_\_. Diálogo II. In: \_\_\_\_\_. Os gêneros do discurso. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016 IV, p. 125-150.

\_\_\_\_\_. Fragmentos dos anos 1970-1971. In: \_\_\_\_\_. Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2017 I, p. 21-56.

\_\_\_\_\_. Por uma metodologia das ciências humanas. In: \_\_\_\_\_. Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2017 II, p. 57-80.

\_\_\_\_\_. A ciência da literatura hoje (Resposta a uma pergunta da revista *Novi Mir*). In: \_\_\_\_\_. *Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2017 III, p. 9-20.

Bakhtin, Mikhail; Volóchinov, Valentin. *Marxismo e Filosofia da Linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1980.

Bakhtin, Mikhail; Duvakin, Viktor. *Mikhail Bakhtin em diálogo – conversas de 1973 com Viktor Duvakin*. 2. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012.

Barthes, Roland. *Mitologias*. Tradução de Rita Buongiorno e Pedro de Souza. 4. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980.

Bezerra, Paulo. Prefácio. Uma obra à prova do tempo. In: Bakhtin, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. v-xxii.

\_\_\_\_\_. Posfácio. No limiar de várias ciências. In: Bakhtin, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016, p. 151-70.

BÍBLIA, A. T. I João. In: *Bíblia: nova tradução na linguagem de hoje*. Tradução de João Ferreira de Almeida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2013, p. 1245-1248.

Brait, Beth. A construção do sentido: um exemplo fotográfico. *Língua e Literatura (USP)*, v. 21, n. 1, p. 19-27, 1995.

\_\_\_\_\_. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_ (org.). *Bakhtin – outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006 I.

\_\_\_\_\_. Análise e teoria do discurso. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Bakhtin – outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006 II, p. 9-32.

\_\_\_\_\_. Uma perspectiva dialógica de teoria, método e análise. *Gragoatá (UFF)*, v. 19, p. 47-62, 2006 III.

\_\_\_\_\_ (org.). *Bakhtin e o Círculo*. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. Apresentação. Importância e necessidade da obra O método formal nos estudos literários: introdução a uma poética sociológica. In: Medivédev, Pável Nikoláievich. O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica. Tradução de Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2012, p. 11-8.

Brait, Beth; Campos, Maria Inês Batista. Da Rússia czarista à web. In: Brait, Beth (org.). Bakhtin e o Círculo. São Paulo: Contexto, 2009, p. 15-30.

Brait, Beth; Magalhães, Anderson Salvaterra (orgs.). Dialogismo: teoria e(m) prática. São Paulo: Terracota, 2014.

Brandist, Craig. Mikhail Bakhtin e os primórdios da sociolinguística soviética. In: Faraco, Carlos Alberto; Tezza, Cristóvão; Castro, Gilberto (orgs.). Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin. Petrópolis: Editora Vozes, 2006, p. 67-88.

Campos, Maria Inês Batista. A construção da identidade nacional nas crônicas da Revista do Brasil. 1. ed. São Paulo: Editora Olho D'Água/Fapesp, 2011.

Canguilhem, Georges. O Normal e o patológico. Tradução de bras. Maria Thereza de Carvalho Barrocas. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

\_\_\_\_\_. O Objeto da História das Ciências. Tradução de Maria da Glória Ribeiro da Silva. In: Escobar, Carlos Henrique (org.). Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 28, p. 7-21, 1972.

Costa, Luiz Rosalvo. A questão da ideologia no Círculo de Bakhtin: e os embates no discurso de divulgação científica na revista Ciência Hoje. Cotia: Ateliê Editorial, 2017.

Courtine, Jean Jacques. Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução de bras. Christina de Campos Velho Birck et al. São Carlos: Edufscar, 2009.

\_\_\_\_\_. Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública. Seleção e organização Carlos Piovezani e Nilton Milanez. Tradução de Carlos Piovezani e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2006.

\_\_\_\_\_. Déchiffrer le corps: penser avec Foucault. Grenoble: Jérôme Millon,



2011.

Deleuze, Gilles. Foucault. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2005.

De Sousa, Kátia Menezes; Da Paixão, Humberto Pires (org.). Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade. São Paulo: Intermeios, 2015.

Diniz, Carmen Simone Grillo. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. *Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 627-637, 2005. Disponível em: <<http://bit.ly/2JVeQAO>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

Dosse, François. História do Estruturalismo I: O Campo do Signo. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio, 1993.

Emerson, Caryl. Os cem primeiros anos de Mikhail Bakhtin. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

Escobar, Carlos Henrique de. Epistemologia das ciências hoje. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

\_\_\_\_\_. As Leituras e a Leitura Prático-Teórica. In: \_\_\_\_\_; et al. (org.). Epistemologia e teoria da ciência. Petrópolis: Vozes, 1971, p. 87-160.

\_\_\_\_\_. Discurso científico e discurso ideológico. In: Foucault, Michel; et al. (orgs.). O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 67-90.

\_\_\_\_\_. “A Genealogia (Foucault) ou os ‘leninismos’ na materialização de uma política nietzscheana”. In: \_\_\_\_\_ (org.). Michel Foucault: o dossier. Tradução de Ana Maria de A. Lima e Maria da Glória R. da Silva. Rio de Janeiro: Taurus, 1984, p. 7-40.

Fairclough, Norman. Discurso e mudança social. Tradução coordenada por Izabel Magalhães. Brasília: Editora da UnB, 2001.

Faraco, Carlos Alberto. Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009 I.

\_\_\_\_\_. O problema do conteúdo, do material e da forma na arte verbal. In: Brait, Beth (org.). Bakhtin, dialogismo e polifonia. São Paulo: Contexto, 2009 II, p. 95-112.

\_\_\_\_\_. Aspectos do pensamento estético de Bakhtin e seus pares. Letras de hoje. Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 21-16, 2011.

Fernandes, Cleudemar Alves. Discurso e sujeito em Michel Foucault. São Paulo: Intermeios, 2012.

Foucault, Michel. O nascimento da clínica. Tradução de Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

\_\_\_\_\_. A arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

\_\_\_\_\_. Poder-corpo. In: \_\_\_\_\_. Microfísica do poder. 16. ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

\_\_\_\_\_. Anti-Édipo: uma introdução à vida não-fascista. In: Escobar, Carlos Henrique de (org.). Dossier Deleuze. Rio de Janeiro: Hólon, 1991.

\_\_\_\_\_. História da loucura na Idade Clássica. Tradução de José Teixeira Coelho. São Paulo: Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. As Palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tanus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Gregolin, Maria do Rosário. Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos. 3. ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

Grillo, Sheila Camargo. Prefácio. A obra em contexto: tradução, história e autoria. In: Medviédev, Pável Nikoláievitch. O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica. Tradução de Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2012, p. 19-38.

\_\_\_\_\_. Divulgação científica: linguagens, esferas e gêneros. 2013. 334 f. Tese (Livres Docência) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. Ensaio introdutório. In: Volóchinov, Valentin (Círculo de Bakhtin). Marxismo e filosofia da linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017, p. 7-82.

HERBERT, Thomas. Reflexões sobre a Situação Teórica das Ciências Sociais e, Especialmente, da Psicologia Social. Tradução de Maria da Glória Ribeiro da Silva. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 30/31, p. 3-36, 1972

Holquist, Michael. Introduction: The Architectonics of Answerability. In: Bakhtin, Mikhail M. Art and Answerability: Early Philosophical Essays by M. M. Bakhtin. Tradução de Vadim Liapunov. Austin: University of Texas Press, 1990, p. IX-XLIX.

Kogawa, João. Linguística e Marxismo: condições de emergência para uma teoria do discurso francesa no Brasil. São Paulo: FAP-Unifesp, 2015.

\_\_\_\_\_. Qual Via para a Análise do Discurso? Uma entrevista com Jean-Jacques Courtine. Alfa: Revista de Linguística, Araraquara, v. 59, n. 2, p. 407-417, 2015 II. Disponível em: <<http://bit.ly/2Idt2rZ>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Dispositivo e corpo na Análise do Discurso: um trajeto de Leitura. In: De Sousa, Kátia Menezes; DaPaixão, Humberto Pires (org.). Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade. São Paulo: Intermeios, 2015, p. 121-34.

Kristeva, Julia. Sémiotikè, recherches pour une sémanalyse. Paris: Éditions du Seuil, 1969.

\_\_\_\_\_. Une poétique ruinée. Préface à M. Bakhtine, La Poétique de Dostoïevski. Paris: Éditions du Seuil, 1970, p. 5-27.

Lobato, Monteiro. Caçadas de Pedrinho. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul (Globo), 1933.

\_\_\_\_\_. Caçadas de Pedrinho. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2008.

Maldidier, Denise. A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

Medviédev, Iúri Pávlovitch; Medviédeva, Dária Aleksándrovna. O Círculo de M. M. Bakhtin: sobre a fundamentação de um fenômeno. Bakhtiniana, São Paulo, n. especial: 26-46, 2014.

Medviédev, Pável Nikoláievitch. O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica. Tradução de Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2012.

Milanez, Nilton. As Aventuras do Corpo: Dos Modos de Subjetivação à Memória de Si em Revista Impressa. 2006. 209 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

Morson, Gary Saul; Emerson, Caryl. Mikhail Bakhtin: criação de uma prosaística. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Edusp, 2008.

Orlandi, Eni. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: Ferreira, Maria Cristina Leandro; Indursky, Freda. Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005, p. 75-88.

Pêcheux, Michel. Ideologia: aprisionamento ou campo paradoxal? Tradução de Carmen Zink. In: Orlandi, Eni (org.). Análise do discurso: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011, p. 107-20.

\_\_\_\_\_. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; Hak, Tony (orgs.). Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani et al. Campinas: Unicamp, 1997, p. 61-162.

\_\_\_\_\_. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi et al. Campinas: Pontes, 1997, p. 11-278.

\_\_\_\_\_. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise; Hak, Tony (orgs.). Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani et al. Campinas: Unicamp, 1997, p. 311-9.

\_\_\_\_\_. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: \_\_\_\_\_. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi et al. Campinas: Pontes, 1997, p. 293-307.

\_\_\_\_\_. A análise de discurso: três épocas. In: Gadet, Françoise; Hak, Tony (orgs.). Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani et al. Campinas: Unicamp, 1997, p. 311-9.

Pêcheux, Michel; Fuchs, Catherine. A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas (1975). In: Gadet, Françoise; Hak, Tony (orgs.). Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani et al. Campinas: Unicamp, 1997, p. 163-252.

Pol-Droit, Roger. Michel Foucault: entrevistas. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

Popova, Irina. Le “carnaval lexical” de François Rabelais. Le livre de M. M. Bakhtine dans le contexte des discussions méthodologiques franco-allemandes des années 1910-1920. Slavica Occitania, n. 25, CRIMS, Toulouse, p. 343-68, 2007.

Puech, Christian. A Emergência do paradigma semiótico-estrutural na França. In: Sargentini, Vanice; Curcino, Luzmara; Piovezani, Carlos. Discurso, Semiologia e História. Tradução de Luzmara Curcino e Luciana Camona Garcia. São Carlos: Claraluz, 2011, p. 19-66.

\_\_\_\_\_. L'Émergence de la notion de ‘discours’ en France et les destins du saussurisme. Langages, Paris, n. 159, p. 93-110, 2005. Disponível em: <<http://bit.ly/2WrUb4G>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

Saussure, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução de bras. A. Chelini et al. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1979.

Silva, Adriana Pucci Penteado de Faria e. 0,5mm: a nova edição brasileira de Problemas da Poética de Dostoiévski. Bakhtiniana, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 7-23, 2011.

\_\_\_\_\_. Bakhtin. In: Oliveira, Luciano Amaral (org.). Estudos do discurso. Perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 45-69.

Sobral, Adail. Ato/atividade e evento. In: Brait, Beth (org.). Bakhtin: conceitos-

chave. São Paulo: Contexto, 2005 I, p. 11-36.

\_\_\_\_\_. Ético e estético. Na vida, na arte e na pesquisa em ciências humanas. In: Brait, Beth (org.). Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005 II, p. 103-22.

\_\_\_\_\_. Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

Souza, Geraldo Tadeu. Introdução à teoria do enunciado concreto do círculo Bakhtin/Volochinov/Medvedev. São Paulo: Humanitas/fflch/usp, 1999.

\_\_\_\_\_. A construção da metalinguística (Fragmentos de uma ciência da linguagem na obra de Bakhtin e o Círculo). 2002. 204 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Todorov, Tzvetan. Mikhaïl Bakhtine – le principe dialogique suivi de écrits du Cercle de Bakhtine. Paris: Éditions du Seuil, 1981.

Veyne, Paul. Foucault: seu pensamento, sua pessoa. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Volóchinov, Valentin. Palavra na vida e a palavra na poesia. Introdução ao problema da poética sociológica. In: \_\_\_\_\_. A construção da enunciação e outros ensaios. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013 I, p. 71-100.

\_\_\_\_\_. A construção da enunciação. In: \_\_\_\_\_. A construção da enunciação e outros ensaios. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013 II, p. 157-88.

\_\_\_\_\_. (Círculo de Bakhtin). Marxismo e filosofia da linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

Wall, Anthony. Ligações insuspeitas entre carnaval e dialogismo. Bakhtiniana. São Paulo, v. 1, n. 3, p. 9-28, 1º sem. 2010.

Zandwais, Ana. Bakhtin/Volóchinov: condições de produção de Marxismo e filosofia da linguagem. In: Brait, Beth (org.). Bakhtin e o Círculo. São Paulo:

Contexto, 2009, p. 97-116.

\_\_\_\_\_. Práticas políticas nacionalistas e funcionamento discursivo: totalitarismo, fascismo e nazismo. In: Zandwais, Ana; Romão, Lucília Maria Sousa (orgs.). Leituras do político. Porto Alegre: Editora da ufrgs, 2011, p. 127-42.

## **SOBRE OS AUTORES**

**Anderson Salvaterra Magalhães:** Doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sob orientação da profa. Beth Brait. Desenvolveu estágio doutoral na Universidade de Paris VIII, onde permaneceu sob supervisão da profa. Marília Amorim. Realizou pós-doutoramento em Semântica do Português Brasileiro na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob a supervisão da profa. Maria Lucia Leitão de Almeida. Desde a iniciação científica, dedica-se aos estudos bakhtinianos, com ênfase na Análise Dialógica do Discurso. Atualmente, é professor associado de Linguística no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), onde, desde 2014, em parceria com o prof. João Kogawa, coordena o Grupo de Pesquisa CNPq/Unifesp Semiologia & Discurso. E-mail do Grupo de Pesquisa: <discursounifesp@gmail.com>.

**João Kogawa:** Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp – FCLAr), sob orientação da profa. Maria do Rosário Gregolin. Realizou estágio doutoral na Sorbonne Nouvelle (Paris III), onde permaneceu sob supervisão do prof. Jean-Jacques Courtine. Finalizou seu pós-doutoramento na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sob supervisão da profa. Vanice Sargentini, tendo trabalhado com a temática do laconismo como modalidade enunciativa. Há mais de dez anos tem se dedicado à Análise do Discurso de linha francesa e, atualmente, é professor adjunto do Departamento de Letras da Unifesp, onde atua na graduação e na pós-graduação. E-mail institucional: <kogawa@unifesp.br>.



**Obrigado por ler este livro que publicamos!**

Esperamos que esta obra tenha correspondido às suas expectativas.

Compartilhe por e-mail suas dúvidas e sugestões conosco.

Adquira outros títulos em [www.pacolivros.com.br](http://www.pacolivros.com.br)

Conheça o novo site da Paco Editorial com conteúdos exclusivos para professores!

Av. Dr. Carlos Salles Bloch, 658 - Sala 21

Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100